



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 53/2025

FOLHA n.º

0001

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09 /2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW COM CANTOR GOSPEL "JULIANO SON" PARA O EVENTO "MARCHA PARA JESUS" QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 22 DE NOVEMBRO 2025 NO PARQUE DO POVO.

INTERESSADO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

AUTUAÇÃO

Nesta data, autuei o presente processo junto aos Agentes de Contratação – Portaria 1.975/2025.

Bandeirantes/PR, 27 de março de 2025.


Fabiana de Souza Meira Oliveira
Agente de Contratação



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Rua Frei Rafael Pronner., 1457 - Centro - Bandeirantes
 CEP: 86360-000 CNPJ: 76.235.753/0001-48 Telefone: (43) 3542-4525
 E-mail: rh@bandeirantes.pr.gov.br Site:

0002

Solicitação de Compra Nº 56/2025

Solicitante:	Aline Firmino Neves Vasconcelos	Data da Solicitação:	11/02/2025
Organograma:	0300000000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Local de Entrega:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Objeto:	Contratação de empresa Jurídica para a realização de Show com cantor Gospel "JULIANO SON" para o evento "MARCHA PARA JESUS" que será realizado no dia 22 de novembro 2025 no parque do povo.		
Justificativa:	A Secretaria de Educação e Cultura está viabilizando a realização de Show com cantor Gospel "JULIANO SON" para o evento "MARCHA PARA JESUS" que será realizado no dia 22 de novembro 2025 no parque do povo. Este evento sem sombra de dúvidas, o maior evento gospel do mundo! Estima-se que ela ocorra em mais de 200 países e em uma das suas mais recentes edições no Brasil levaram 3 milhões de pessoas às ruas para louvar, reconhecer e consagrar o Senhor dos Exércitos – JESUS - : o evento supracitado, ano após ano, só faz crescer por agrupar cada vez mais denominações evangélicas nacionais internacionais e outros destinos no mundo. No Brasil, a MARCHA PARA JESUS iniciou com a organização da Igreja Renascer em Cristo, recebendo hoje ajuda de outras denominações evangélicas, reunindo multidão número este que só tem feito crescer entre outros motivos, porque o Brasil já conta com mais de 60 milhões de evangélicos segundo o IBGE. A MARCHA PARA JESUS faz parte do calendário oficial do Brasil desde setembro de 2009, quando a Lei Federal nº 12.025 foi sancionada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Razão que por si só já demonstra a relevância social, cultural, econômica, turística e financeira do referido evento Cristão em todo país. Foi recentemente criada no Município a Lei 4322/2023 que diz no seu "Art 1º - Fica instituído no âmbito do município de Bandeirantes, o Dia Municipal da Marcha para Jesus, e ser comemorado anualmente." Esses eventos serão realizados abertos a toda a população, terá entretenimento e lazer para toda família bandeirantense. Importante ressaltar que esse tipo de evento estimula e fortalece a Cultura além de movimentar toda a economia local e gera empregos temporários.		
Observações:			
Desdobramento:			
Fundamento Legal:			
Justificativa Valores:			
Prazo Execução:			
Modalidade:			

Itens solicitados:

Item	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Preço Unit. Estimado	Preço Total Estimado
1	219235-1	1,00	UN	SHOW ARTISTICO COM CANTOR GOSPEL JULIANO SON APRESENTAÇÃO COM DURAÇÃO DE 01h30min. SERÁ REALIZADO NO DIA 22 NOVEMBRO DE 2025.	100.000,0000	100.000,00

Preço Total: 100.000,00

Dotações Utilizadas:

Dotação	Descrição	Recurso	Valor Previsto:
158 - 03.004.13.392.4000.2020.3.3.90.39.00	DIFUSÃO CULTURAL	00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001	0,01
87 - 03.002.12.361.1219.6032.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO TRANSF. CONSTITUCIONAL	00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001	0,01
114 - 03.002.12.361.1242.6033.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO IMPOSTOS VINC. EDUCAÇÃO	00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001	0,01



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Rua Frei Rafael Pronner., 1457 - Centro - Bandeirantes
nullCNPJ: 76.235.753/0001-48null
E-mail: rh@bandeirantes.pr.gov.br Site:

0003

Bandeirantes, 11 de Fevereiro de 2025.


Aline Firmino Neves Vasconcelos
Secretária Municipal de Educação
Cultura e Esportes
Portaria Nº 14.820/2025 - 07/01/2025

Assinatura do Responsável



Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Assessoria Jurídica

Portaria



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA nº 1.975/2025

Súmula: Nomeia Agente de Contratação e equipe de apoio para conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

JAELSON RAMALHO MATTÁ, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Nomeiam-se os servidores **MARIANE ALVES DOS SANTOS, FABIANA DE SOUZA MEIRA OLIVEIRA, WESLEY RODRIGO RAMOS PIRES e MARCOS DE MORAES** para exercerem a função de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO** do Município de Bandeirantes/PR, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 2º Nomeiam-se os servidores **ALLAN CÉSAR DE ARRUDA, ADEMAR RIBEIRO RICHTER JUNIOR e JOSÉ MÁRCIO URBANO** para exercerem a função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão o(a) Agente de Contratação no desempenho de suas atribuições.

Art. 3º Integram o rol de atribuições do(a) Agente de Contratação a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

§ 1º O(A) Agente de Contratação convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

§ 2º O(A) Agente de Contratação convocará servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 4º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1.971/2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná,
em 10 de janeiro de 2025.

Jackson Ramalho Matta
Prefeito Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. nº 0005
Rubrica [assinatura]

Bandeirantes, 12 de fevereiro de 2025

Ilma. Sra.

CLAUDIA JANZ DA SILVA

Secretária Municipal da Administração

Encaminho-lhe para que direcione ao setor competente a documentação necessária para formalizar processo de **Contratação de empresa Jurídica para a realização de Show com cantor Gospel "JULIANO SON"** para o evento **"MARCHA PARA JESUS"** que será realizado no dia 22 de novembro 2025 no parque do povo.

Atenciosamente,

Andréia Franca
ANDREIA DE SOUZA FRANÇA
DIRETORA DA DIVISÃO DE COMPRAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. nº

0006

Rubrica

[Handwritten signature]

Bandeirantes, 12 de fevereiro de 2025

Venho pelo presente, solicitar de Vossa Excelência a autorização para a instauração de procedimento de **Contratação de empresa Jurídica para a realização de Show com cantor Gospel "JULIANO SON" para o evento "MARCHA PARA JESUS"** que será realizado no dia 22 de novembro 2025 no parque do povo.

Esperamos contar com a atenção de Vossa Excelência, reitero meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

[Handwritten signature]

CLAUDIA JANZ DA SILVA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Exmo. Sr.
JAELSON RAMALHO MATTA
Prefeito Municipal
Bandeirantes – Paraná



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. nº **0007**
Rubrica

Bandeirantes, 12 de fevereiro de 2025

Autorizo pleiteado, devendo, entretanto, o presente processo preencher os trâmites exigidos por lei.

OBJETO: Contratação de empresa Jurídica para a realização de Show com cantor Gospel "JULIANO SON" para o evento "MARCHA PARA JESUS" que será realizado no dia 22 de novembro 2025 no parque do povo.

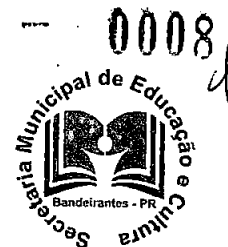
Encaminhe-se a:

- 1. Departamento de Contabilidade para informação dos recursos orçamentários correspondentes;*
- 2. Agentes de Contratação para providências cabíveis ao caso;*
- 3. Assessoria Jurídica para parecer quanto ao edital, no caso de licitação convencional;*
- 4. Devolva-se para a Comissão Permanente de Licitação para sequência do processo.*

JAELSON RAMALHO MATTA
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)

Setor Requisitante (Secretaria): SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Responsável pela Demanda: ALINE FIRMINO DE NEVES VASCONCELOS

Objeto:

- ☐ Serviço não continuado;
- ☐ Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra;
- ☒ Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra;
- ☐ Material de consumo;
- ☐ Material permanente / equipamento.

Forma de Contratação sugerida:

- ☐ Modalidades da Lei n.º 10.520/2002: Pregão Eletrônico;
- ☐ Pregão próprio, com o uso do SRP;
- ☒ Dispensa/Inexigibilidade;
- ☐ Adesão à IRP de outro Órgão.

1. Justificativa da necessidade da contratação da solução, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso:

A Secretaria de Educação e Cultura está viabilizando a realização de Show Gospel com cantor "JULIANO SON" para o evento "MARCHA PARA JESUS" que será realizado no dia 22 de novembro 2025 no parque do povo.

Este evento sem sombra de dúvidas, o maior evento gospel do mundo! Estima-se que ela ocorra em mais de 200 países e em uma das suas mais recentes edições no Brasil levaram 3 milhões de pessoas às ruas para louvar, reconhecer e consagrar o Senhor dos Exércitos – JESUS - : o evento supracitado, ano após ano, só faz crescer por agrupar cada vez mais denominações evangélicas nacionais internacionais e outros destinos no mundo.

No Brasil, a MARCHA PARA JESUS iniciou com a organização da Igreja Renascer em Cristo, recebendo hoje ajuda de outras denominações evangélicas, reunindo multidão número este que só tem feito crescer entre outros motivos, porque o Brasil já conta com mais de 60 milhões de evangélicos segundo o IBGE.

A MARCHA PARA JESUS faz parte do calendário oficial do Brasil desde setembro de 2009, quando a Lei Federal nº 12.025 foi sancionada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Razão que por si só já demonstra a relevância social, cultural, econômica, turística e financeira do referido evento Cristão em todo país.

Foi recentemente criada no **Município a Lei 4322/2023** que diz no seu "Art 1º - Fica instituído no âmbito do município de Bandeirantes, o Dia Municipal da Marcha para Jesus, e ser comemorado anualmente."

Esses eventos serão realizados abertos a toda a população, terá entretenimento e lazer para toda família bandeirantense. Importante ressaltar que esse tipo de evento estimula e fortalece a Cultura além de movimentar toda a economia local e gera empregos temporários.

Destarte, conforme demonstrado acima, venho solicitar a abertura de um processo de licitação para a contratação Show Gospel com cantor "JULIANO SON" para realização do show em comemoração ao DIA MUNICIPAL DA MARCHA PARA JESUS a demanda da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do município de Bandeirantes. Assim sendo, solicitamos a Vossa Senhoria que autorize o pedido.

2. Quantidade de material/serviço da solução a ser contratada:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
1	SHOW ARTÍSTICO COM CANTOR GOSPEL JULIANO SON APRESENTAÇÃO COM DURAÇÃO DE 01h30min. SERÁ REALIZADO NO DIA 22 NOVEMBRO DE 2025.	01

3. Previsão de data em que deve ser assinado o instrumento contratual:
Março de 2025.

4. Créditos Orçamentários:

4.1. Valor estimado da contratação: R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

4.1.1. Valor estimado custeio: R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

4.1.2. Valor estimado investimento: R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

4.2. Ação do Plano Operacional (Plano Interno):
03.004.3.3.90.39.00.00104/01.01.00.00.1.500.1001

4.3. Plano Orçamentário: 03.004.3.3.90.39.00.00104/01.01.00.00.1.500.1001

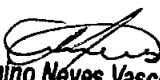
5. Indicação do(s) integrante(s) da equipe de planejamento:

Fiscal Técnico: Everton Bonfim Romano

Gestor do Contrato: Aline Firmino Neves Vasconcelos

Submeto o Documento de Formalização da Demanda para avaliação.

Bandeirantes, 07 de fevereiro de 2025.


Aline Firmino Neves Vasconcelos
Secretaria Municipal de Educação
Cultura e Esportes

Aline Neves Firmino Vasconcelos
Secretaria Municipal de Educação e Cultura



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I – INFORMAÇÕES GERAIS:

1. Processo Administrativo:
2. Setor Requisitante: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Setor Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.	Aline Firmino Neves Vasconcelos

II – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Município de Bandeirantes, necessita fazer a contratação de Cantor Gospel para realização de Show no evento “DIA MUNICIPAL DA MARCHA PARA JESUS” que será realizado ao ar livre no parque do povo para toda comunidade de nosso município e região, o evento será realizado no dia 22 de novembro 2025, terá apresentação de Show com 01:30hr de duração sem custo para comunidade.

III- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos de contratação, critérios técnicos e de qualidade da empresa será em lote para execução Show com duração de 01:30hr que deve seguir as descrições abaixo citadas:

1. Executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no pedido;
2. Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão de obra habilitada, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica, encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o projeto;
3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir e substituir, às suas exclusivas expensas e responsabilidade, no todo ou em parte, o objeto contratado, se forem verificados vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos mesmos ou resultantes da qualidade dos materiais empregados, no prazo máximo de até 4 (quatro) horas contados a partir do recebimento da comunicação da Contratante;
4. Os serviços deverão ser executados dentro das especificações exigidas neste instrumento, e o fiscal do contrato e/ou Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte fará eventuais diligências para verificar a qualidade da prestação do serviço. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as

especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, será aplicada à Contratada sanções previstas no edital e na legislação vigente;

5. A manutenção/reposição do serviço deverá ser feita no prazo de 4 (quatro) horas, quando determinada pela Contratante. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte comunicará a contratada, via e-mail ou telefone, a necessidade de serviços corretivos durante o período de realização do evento para que a mesma preste os serviços de correção;

6. Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à administração e/ou a terceiros, na execução do objeto da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade;

7. O local de execução dos serviços deverá estar devidamente sinalizado, levando em consideração as normas vigentes e as determinações da Contratante, inclusive no que diz respeito à segurança, isolamento da área e proteção de terceiros;

8. Custos relativos a deslocamentos, para transporte dos materiais, alimentação e hospedagem correrão por conta da Contratada, bem como o transporte de equipamentos e funcionários, a manutenção dos equipamentos e demais custos, que também serão de responsabilidade da mesma, não cabendo nenhum ônus à Contratante;

9. Os funcionários deverão estar devidamente uniformizados e identificados durante o período de execução dos serviços;

10. Fornecer gratuitamente aos seus funcionários todos os equipamentos de proteção individuais e coletivos (EPI's e EPC's) necessários à segurança dos mesmos, conforme recomenda as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;

11. A Contratada deverá substituir, no prazo máximo de 4 (quatro) horas, sem ônus para a Contratante, qualquer equipamento que esteja em manutenção ou por qualquer outro motivo não se encontre em condições para a execução dos serviços;

12. Responder pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da prestação dos serviços, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias, enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente neste Termo;

13. Comunicar expressamente à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a quem competirá deliberar a respeito, situações anômalas durante a execução do objeto;

14. Prestar à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, sempre que necessário ou por esta solicitado, esclarecimentos e informações acerca dos serviços a serem executados e materiais a serem empregados, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos mesmos;

15. Manter um responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com a fiscalização sobre assuntos relacionados à prestação do serviço, atendendo prontamente às determinações da fiscalização, provendo as facilidades para o pleno desempenho de suas atribuições;
16. Comunicar expressamente a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte quando do término dos serviços;
17. Apresentar soluções estruturais para sustentação e estabilidade dos elementos instalados em ambientes interno e externo, considerando o dimensionamento das estruturas de forma a atender a sua função, sem entrar em colapso, deformar ou vibrar excessivamente;
18. Após a montagem e desmontagem das estruturas o local deverá ser entregue totalmente limpo, livre de entulhos, em condições iguais às encontradas quando do início dos serviços, como pisos; solo e forrações vegetais (grama) devidamente recuperados e em condições iguais as recebidas;
19. A Contratada será responsável por quaisquer danos, perdas ou avarias a que der causa, por si e/ou por seus empregados, em instalações, informações e/ou pertences à administração ou de terceiros, seja por imprudência, negligência ou imperícia, respondendo pelo ressarcimento dos prejuízos apurados.

IV – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foi realizado um levantamento de mercado para saber quais são as empresas existentes e que poderiam atender aos requisitos estabelecidos nesse estudo, de modo a alcançar a economicidade, eficácia, eficiência, sustentabilidade e atender à necessidade da contratação, sendo a empresa ADORES EVENTOS LTDA CNPJ 12.377.872/0001-52.

V - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Segue abaixo o quantitativo do serviço que deverá ser realizado.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
1	SHOW ARTÍSTICO COM CANTOR GOSPEL JULIANO SON APRESENTAÇÃO COM DURAÇÃO DE 01h30min. SERÁ REALIZADO NO DIA 22 NOVEMBRO DE 2025.	1

VI – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total R\$ 100.000,00 (Cem mil reais). Conforme estimado na tabela abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SHOW ARTÍSTICO COM CANTOR GOSPEL JULIANO SON APRESENTAÇÃO COM DURAÇÃO DE 01h30min. SERÁ REALIZADO NO DIA 22 NOVEMBRO DE 2025.	UND	1	R\$ 100.000,00	R\$100.000,00

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é a contratação de empresa especializada na prestação do serviço de apresentação de Show para o evento denominado “DIA MUNICIPAL DA MARCHA PARA JESUS” com duração de 01:30hr, conforme as seguintes especificações descritas nesse termo.

VIII - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação será em lote único, controle e fiscalização dos serviços de acordo com o descritivo do serviço.

IX – RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a aquisição deste serviço, esperamos atender a toda comunidade do município com a realização da 3ª edição deste evento com grandes públicos, além de estimular as atividades relacionadas ao Turismo Religioso e Cultural local. O evento “Marcha para Jesus” é um evento religioso que tem por finalidade de reunir os fiéis para uma marcha para Jesus com a finalidade de demonstrar toda sua crença e devoção, onde atenderá uma grande parte da comunidade que terá a oportunidade de passar momento de lazer, cultural, adoração e socialização, será um evento importante e simbólico para comunidade evangélica de nosso município.

Realizar este Evento para a comunidade é uma maneira da Prefeitura de Bandeirantes fortalecer a os laços de harmonia, respeito e civismo ativamente do cotidiano da comunidade. Através dessa ação pretende-se incentivar a interação da comunidade com o município, tornando a cidade mais acolhedora e humanizada, favorecer a convivência social, valorizar as tradições e a cultura e, ainda, fortalecer a atividade turística, oferecendo mais atrativos aos visitantes. Nesse sentido, realizar o Show no evento Marcha para Jesus será um momento de adoração e agradecimento de fé, tem como objetivo, ser um

ponto de encontro para famílias, amigos e crianças, despertando nas pessoas os sentimentos de fraternidade, união, amor e solidariedade.

X – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há a necessidade de contratações/aquisições correlatas ao objeto ora debatido.

XI – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Em regra, não se vislumbra impactos ambientais decorrentes da contratação, tendo em vista que o serviço que será adquirido de empresas licenciadas para a este tipo de serviço.

XII – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constante neste Estudo Técnico Preliminar e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

Bandeirantes, 07 de fevereiro de 2025.


Aline Firmino Neves Vasconcelos
Secretária Municipal de Educação
Cultura e Esportes
Protocolo Nº 14.820/2025 - 07/01/2025
Aline Firmino Neves Vasconcelos
Secretaria Municipal de Educação e Cultura



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

0015
1

JUSTIFICATIVA

MUDANÇA DA DATA DO SHOW MARCHA PARA JESUS

Justificamos que a alteração na data do evento "Marcha para Jesus" que é prevista na lei nº 4.322/2023 que esse ano seria realizada no dia 15 de novembro, foi alterada a data devido uma solicitação feita em reunião com o departamento de Cultura e Conselho dos Pastores de Bandeirantes que escolheram o artista que irá realizar o show, em virtude de não ter agenda liberada para o dia 15 de novembro foi solicitado que o evento fosse realizado na data de 22 de novembro de 2025 para que a comunidade evangélica pudesse contar com esse artista escolhido que terá uma grande influencia para o sucesso do evento.

Para a contratação desses artistas renomadas sempre encontramos dificuldades de datas específicas para contrata-los devido a sua agenda de compromissos, esse foi o motivo por estarmos realizando o evento alguns dias após a data que está prevista em lei, entendemos que essa mudança não trará nenhum prejuízo para o erário publico e nem para a comunidade que aguarda ansiosa para realização desse evento.

Sem mais, renovo meus protestos com elevada e distinta consideração.

Atenciosamente.

Bandeirantes, 07 de fevereiro de 2025.


Aline Firmino Neves Vasconcelos
Secretária Municipal de Educação
Cultura e Esportes

Portaria Nº 14.820/2025 - 07/01/2025
Aline Firmino Neves Vasconcelos

Secretaria de Educação, Cultura e Esporte



Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Assessoria Jurídica

Decreto



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 3.758/2024

Súmula: Regulamenta o Calendário Oficial de Eventos Anuais do Município de Bandeirantes para 2025, e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal 9.093 de 12 de setembro de 1995 que instituiu os feriados nacionais;

Considerando, a Lei Municipal nº 4.023/2021, onde estão estabelecidos o Calendário Oficial de Eventos Anuais do Município de Bandeirantes-PR;

Jackson Ramalho Matta, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica estabelecido como feriados Nacionais para o ano de 2025:

1º de janeiro	Confraternização Universal	Quarta-feira
18 de abril	Sexta-feira Santa	Sexta-feira
21 de abril	Tiradentes	Segunda
1º de maio	Dia do Trabalho	Quinta-feira
7 de setembro	Independência do Brasil	Domingo
12 de outubro	Dia de Nossa S. Aparecida	Domingo
02 de novembro	Finados	Domingo
15 de novembro	Proclamação da República	Sábado
20 de novembro	Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra	Quinta-feira
25 de dezembro	Natal	Quinta-feira

Art. 2º - Fica instituído como feriados Municipais para o ano de 2025:

30 de maio	Corpo de Deus	Sexta-feira
1º de outubro	Dia de Santa Terezinha	Quarta-feira
14 de Novembro	Emancipação Política do Município de Bandeirantes	Sexta-feira



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

08 de Dezembro	Dia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição	Segunda-feira
----------------	---	---------------

Art. 3º Fica instituído como meses de conscientização e Saúde Pública e suas respectivas cores representativas:

Janeiro branco	Conscientização da saúde mental
Fevereiro roxo e laranja	Roxo: Mês da conscientização do lúpus, da fibromialgia e do mal de Alzheimer; Laranja: conscientização sobre um dos tipos mais graves de câncer, a leucemia
Março colorido	Vários tipos de câncer como: câncer de intestino, colo de útero e ainda a endometriose
Abril verde e azul	Azul: para dar visibilidade ao transtorno do espectro autista (TEA); Verde: para falar da segurança no trabalho
Maiou laranja	Combate ao abuso e à exploração sexual infantil
Junho vermelho	Mês da conscientização para doação de sangue
Julho amarelo	Conscientização sobre o câncer ósseo e também as hepatites virais
Agosto lilás e dourado	Dourado: conscientização do aleitamento materno; Lilás: conscientização pelo fim da violência contra a mulher
Setembro amarelo	Prevenção ao suicídio
Outubro rosa	Conscientização sobre o câncer de mama.
Novembro azul e laranja	Azul: prevenção e combate ao câncer de próstata; Laranja: eliminação da violência e feminicídio contra a mulher.
Dezembro vermelho	Prevenção contra a aids

Art. 4º Fica instituído festivais e eventos nos seguintes meses específicos para o ano de 2025:

Abril	Apresentação Teatral "Paixão de Cristo"
Maiou	Show do Trabalhador
Junho	Festival de Fanfarras de Bandeirantes
Julho	Festa Juliana Municipal
Agosto	50 anos do tiro de guerra
Setembro	Desfile Cívico - Festividades a São Miguel Arcanjo - IV Expobau - III Show da Padroeira
Outubro	Jogos Florais
Novembro	IV dia de campo orgânico, promovido pelo núcleo de estudos de

Rua Frei Rafael Proner 1457 - centro- CEP 86.360-000 - Tel.: (43) 3542-4525 -CNPJ 76.235.753/0001-48



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

	agroecologia e territórios (NEAT) da universidade estadual do norte do paraná (UENP - Campus Luiz Meneghel) em parceria com o instituto de desenvolvimento rural do paraná (IAPAR-EMATER) II festival gospel de Bandeirantes- Show de aniversário de comemoração de 91 anos de bandeirantes- III roda de viola comemoração 91 anos de Bandeirantes - III "marcha para jesus" - III encontro de carros antigos - Caravana da Família Dacalda - In�cio do natal
Dezembro	Cantatas natalinas Concurso de decoração natalinos Show da virada

comemoração:

Art. 5  - Fica Instituído como ponto facultativo a seguinte

2025);

I - Dia de São Miguel Arcanjo (29 de Setembro de

de 2025);

II - Dia do Servidor Público Municipal (28 de outubro

Art. 6  - Fica Instituídas semanas de festividades:

I - Os festejos carnavalescos (03 e 04 de março de 2025);

setembro de 2025);

II - As festividades da Semana da Pátria (01 a 07 de

dezembro de 2025);

III - As festas de Natal e Fim-de-Ano (24 a 31 de

Art. 7  Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2024.

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

L E I nº 4.322/2023

Data: 02 de junho de 2023

SÚMULA : Institui o Dia Municipal da Marcha para Jesus, no âmbito do Município de Bandeirantes e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Bandeirantes, o Dia Municipal da Marcha para Jesus, a ser comemorado, anualmente, no segundo domingo de novembro.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 02 de junho de 2023.


Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Prefeitura Municipal de Bandeirantes

0020
Edição nº 951
Ano 2024
Página 1 de
135

www.bandeirantes.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico

Sexta-feira, 20 de Dezembro de 2024

Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Assessoria Jurídica

Decreto 2

PLANEJAMENTO

PAC - PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO 4

Expediente

Produção editorial: **DIÁRIO OFICIAL
ELETRÔNICO.**

Este documento é veiculado exclusivamente na
forma eletrônica.

Acervo

Esta e outras edições poderão ser consultadas no
seguinte endereço eletrônico:

www.bandeirantes.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico

As consultas são gratuitas e não necessitam de
cadastros

Entidades

Câmara Municipal De Bandeirantes

CNPJ: 80.926.926/0001-41

Telefone: (43) 3542-1494

Celular:

E-mail: contato@cmb.pr.gov.br

Rua Dino Veiga, nº 310 - Centro - CEP: 86360-000

BANDEIRANTES - PR

Site: <https://www.cmb.pr.gov.br/>

Prefeitura Municipal De Bandeirantes

CNPJ: 76.235.753/0001-48

Telefone: (43) 3354-4525

Celular:

E-mail: ti@bandeirantes.pr.gov.br

Rua Frei Rafael Pronner, nº 1457 - Centro - CEP: 86360-000

Bandeirantes - PR

Site: <https://bandeirantes.pr.gov.br/>

Saae - Serviço Autônomo De Água E Esgoto

CNPJ: 75.624.478/0001-91

Telefone: (43) 3542-4566

Celular:

E-mail: compras@saaebandeirantes.com.br

AV. COMENDADOR LUIZ MENEGHEL, nº 992 - Centro - CEP:
86360-000

BANDEIRANTES - PR

Site: www.saaebandeirantes.com.br



ICP
Brasil



- 0022

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. _____/2025.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA SHOWS GOSPEL ARTÍSTICOS, CANTOR “JULIANO SON”, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTID ADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SHOW ARTÍSTICO COM CANTOR GOSPEL JULIANO SON APRESENTAÇÃO COM DURAÇÃO DE 01h30min. SERÁ REALIZADO NO DIA 22 NOVEMBRO DE 2025.	12610	UN	01	RS100.000,00	RS100.000,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme artigo 384 e seguintes do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.

1.3. A prestação de serviço desta contratação é caracterizada como comum, conforme justificativa abaixo;

A Secretaria de Educação e Cultura está viabilizando a realização de Show com cantor Gospel “JULIANO SON” para o evento “MARCHA PARA JESUS” que será realizado no dia 22 de novembro 2025 no parque do povo.

Este evento sem sombra de dúvidas, o maior evento gospel do mundo! Estima-se que ela ocorra em mais de 200 países e em uma das suas mais recentes edições no Brasil levaram 3 milhões de pessoas às ruas para louvar, reconhecer e consagrar o Senhor dos Exércitos – JESUS - : o evento supracitado, ano após ano, só faz crescer por agrupar cada vez mais denominações evangélicas nacionais internacionais e outros destinos no mundo.

No Brasil, a MARCHA PARA JESUS iniciou com a organização da Igreja Renascer em Cristo, recebendo hoje ajuda de outras denominações evangélicas, reunindo multidão número este que só tem



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

feito crescer entre outros motivos, porque o Brasil já conta com mais de 60 milhões de evangélicos segundo o IBGE.

A MARCHA PARA JESUS faz parte do calendário oficial do Brasil desde setembro de 2009, quando a Lei Federal nº 12.025 foi sancionada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Razão que por si só já demonstra a relevância social, cultural, econômica, turística e financeira do referido evento Cristão em todo país.

Foi recentemente criada no Município a Lei 4322/2023 que diz no seu “Art 1º - Fica instituído no âmbito do município de Bandeirantes, o Dia Municipal da Marcha para Jesus, e ser comemorado anualmente.”

Esses eventos serão realizados abertos a toda a população, terá entretenimento e lazer para toda família bandeirantense. Importante ressaltar que esse tipo de evento estimula e fortalece a Cultura além de movimentar toda a economia local e gera empregos temporários.

1.4. O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2025 contados da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 404 do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023. |

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: está contemplado

II) Data de publicação no PNCP: 20 de dezembro de 2024 – Diário Oficial Eletrônico – nº 951.

III) Id do item no PCA: está contemplado (Página 58)

IV) Classe/Grupo: está contemplado

V) Identificador da Futura Contratação: está contemplado



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Sustentabilidade:

[Não há.]

}

3.2 Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual. }

3.3 Garantia da contratação

3.3.1 Multa Contratual de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, que será aplicada na hipótese de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem prejuízo de outras penalidades previsto pela Lei de licitações e suas alterações subsequentes e demais legislações pertinentes a matéria.

3.3.2 Se, no término do prazo contratual os serviços não estiverem sido fornecidos, será aplicada à CONTRATADA por dia de atraso, a multa de R\$ 15,00 (Quinze reais). Para o cálculo dos dias de atraso serão considerados os abonos homologados.

3.3.3 - A CONTRATADA, indenizará a CONTRATANTE por todos os prejuízos que esta vier a sofrer em decorrência da rescisão por inadimplemento de suas obrigações contratuais.

3.3.4 - A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

[4.1. O prazo da prestação de serviço vai ser entregue até 31/12/2025 contados da assinatura do contrato.]



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

4.2. Caso não seja possível a prestação de serviço na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (15) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.3. A prestação do serviço deverá ser realizada no endereço [a ser indicado pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Bandeirantes conforme dias e horários repassados juntamente com a nota de empenho, podendo, podendo ocorrer variações.]

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas do Decreto nº. 3.537, de 09 de maio de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Decreto nº. 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 163).

5.4. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023);

5.4.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 11, §1º);

5.4.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12, II);



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

5.4.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

5.4.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

5.4.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12, §7º).

6.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.2. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.2.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da



0027

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.2.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.2.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.2.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 201 do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 10).

6.3. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.4. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 10).

6.5. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Recebimento da prestação de serviço

7. O recebimento do Cantor Gospel Juliano Son será primeira parcela: 50% do Valor total do contrato 15 dias após a assinatura do mesmo e segunda parcela: 50% do valor do contrato 15 dias de antecedência ao evento, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração a prestação de serviço.

7.1. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 160 do Decreto Municipal nº 3.537, de 09 de maio de 2023, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 31 de dezembro de 2025].

7.2. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.3. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da prestação de serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.5. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, conforme a legislação aplicável.

7.5.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 160 do Decreto Municipal nº 3735, de 09 de maio de 2023.

7.6. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.8. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

7.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.14. O pagamento será efetuado no prazo de 7 (sete) dias que antecede o serviço a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme o art. 35, parágrafo único do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.

7.15. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.16. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.17. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Antecipação de pagamento

7.21. A presente contratação permite a antecipação de pagamento parcial ou total, conforme previsto em contrato.

7.22. O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo, correspondente ao valor total da antecipação de pagamento.

7.23. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução da prestação de serviço.

7.24. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.

7.25. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias uteis.

7.26. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes. |

Cessão de crédito

7.27. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na legislação aplicável, conforme as regras deste presente tópico.

7.27.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.28. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.29. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

0032

licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.30. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.31. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado. |

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. O fornecedor será contratado por meio de inexigibilidade em licitação. |

Exigências de habilitação

7.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

7.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; [MM42]

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme a legislação aplicável.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes | *Municipal* | relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda | *Estadual* | do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.18. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.19. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo total da contratação é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

9.2. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.2. A Contratação será atendida pela Seguinte Dotação-Fonte: 0158-0104

I)	Gestão/Unidade:	3.004	Sec. de Educação e Cultura/Direção das Escolas Municipais
II)	Fonte de Recursos:	0104	Demais Impostos Vinculados a Educação Básica
III)	Programa de Trabalho:	4000	Difusão Cultural
IV)	Elemento da Despesa:	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ
V)	Plano Interno:	2.020	Difusão Cultural



0036

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.2. A Contratação será atendida pela Seguinte Dotação-Fonte: 087-0103

I)	Gestão/Unidade:	3.002	Sec. de Educação e Cultura/Departamento de Ensino Pedagógico
II)	Fonte de Recursos:	0103	5% sobre Transferências Constitucionais
III)	Programa de Trabalho:	1219	Manutenção da Educação Transferência Constitucional
IV)	Elemento da Despesa:	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ
V)	Plano Interno:	6.032	Manutenção da Educação Transferência Constitucional

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.2. A Contratação será atendida pela Seguinte Dotação-Fonte: 0114-0104

I)	Gestão/Unidade:	3.002	Sec. de Educação e Cultura/Departamento de Ensino Pedagógico
II)	Fonte de Recursos:	0104	Demais Impostos Vinculados a Educação Básica
III)	Programa de Trabalho:	1219	Manutenção da Educação Impostos Vinc. Educação
IV)	Elemento da Despesa:	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ
V)	Plano Interno:	6.033	Manutenção da Educação Impostos Vinc. Educação

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Bandeirantes 07 de fevereiro de 2025.


Aline Firmino Neves Vasconcelos

Secretaria Municipal de Educação
Cultura e Esportes

Portaria Nº 14.820/2025 - 07/01/2025

Aline Firmino Neves Vasconcelos

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA



MAPA DE RISCOS

1. Dados do Processo:

Objeto:

O PRESENTE DOCUMENTO VISA CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM CANTOR GOSPEL "JULIANO SON" PARA APRESENTAÇÃO NO EVENTO MARCHA PARA JESUS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR.

2. Fase de Análise:

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

3. Riscos referente a fase de análise escolhida:

Risco 01: Planejamento deficiente			
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixo	() Médio	(X) Alto
Dano (s):	O prejuízo ao atendimento e das demandas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Bandeirantes/PR.		
Ação (ões) Preventiva (s):			Responsável:
Realizar planejamento eficiente e quantificar adequadamente o objeto conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação			Secretaria de Educação
Ação (ões) de Contingência:			Responsável:
Revisão de quantitativos			Secretaria de Educação

Risco 02: Divergências textuais entre Edital, T.R e Minuta de Contrato			
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixo	(X) Médio	() Alto
Dano (s):	Atraso no andamento da licitação devido aos pedidos de esclarecimento necessidade de correção de erros materiais no Edital e seus anexos.		
Ação (ões) Preventiva (s):			Responsável:
Realização de conferências nos textos do T.R., edital e minuta de contrato; Verificar a coerência entre T.R., edital e minuta do contrato			Departamento de Licitação
Ação (ões) de Contingência:			Responsável:
Verificar as divergências e corrigir			Departamento de Licitação e Secretaria de Educação

Risco 03: Indisponibilidade financeira			
Probabilidade:	☒ Baixa	☐ Média	☐ Alta
Impacto:	☐ Baixo	☐ Médio	☒ Alto
Dano (s):	A não aquisição do objeto licitado.		
Ação (ões) Preventiva (s):			Responsável:
Planejamento financeiro para aquisições.			Secretaria de Educação e Secretaria de Planejamento
Ação (ões) de Contingência:			Responsável:
Reprogramação de Planejamento financeiro			Secretaria de Educação e Secretaria de Planejamento

Risco 04: Contratação de Empresa que não tenha capacidade de executar o Contrato			
Probabilidade:	☒ Baixa	☐ Média	☐ Alta
Impacto:	☐ Baixo	☐ Médio	☒ Alto
Dano (s):	Prejuízo ao atendimento das necessidades da Prefeitura e Secretarias solicitante.		
Ação (ões) Preventiva (s):			Responsável:
Avaliação da capacidade técnica da empresa			Departamento de Licitação
Ação (ões) de Contingência:			Responsável:
Recessão contratual e reinício do processo licitatório			Departamento de Licitação

4. Fase de Análise:

Gestão / execução do objeto

5. Riscos referente a fase de análise escolhida:

Risco 01: Atraso na contratação			
Probabilidade:	☒ Baixa	☐ Média	☐ Alta
Impacto:	☐ Baixo	☐ Médio	☒ Alto
Dano (s):	Deficiência na prestação dos serviços propostos.		
Ação (ões) Preventiva (s):			Responsável:
Fiscalizar o contrato, prazo de fornecimento dos equipamentos após o envio da ordem de serviço (empenho).			Secretaria de Educação e Fiscal do contrato
Ação (ões) de Contingência:			Responsável:
Aplicar penalidades previstas em Contrato, para que a CONTRATADA venha a cumprir todas as demandas da Prefeitura.			Departamento de Licitação e Setor Jurídico

Risco 02: Pesquisa de mercado deficiente			
Probabilidade:	☒ Baixa	☐ Média	☐ Alta
Impacto:	☐ Baixo	☐ Médio	☒ Alto
Dano (s):	Preços acima dos praticados no mercado.		
Ação (ões) Preventiva (s):			Responsável:
Realizar pesquisa de mercado e comparar com licitações de outras instituições.			Departamento de Compras e Secretaria de Educação
Ação (ões) de Contingência:			Responsável:
Corrigir imediatamente o artefato deficiente			Departamento de Compras e Secretaria de Educação

Risco 03: Ausência de recursos orçamentários ou financeiros			
Probabilidade:	☒ Baixa	☐ Média	☐ Alta
Impacto:	☐ Baixo	☐ Médio	☒ Alto
Dano (s):	Indisponibilidade do serviço.		
Ação (ões) Preventiva (s):			Responsável:
Priorizar aquisições			Secretaria de Educação
Ação (ões) de Contingência:			Responsável:
Realocar recursos			Departamento de Contabilidade

Risco 04: Execução do objeto da aquisição em desacordo com o acordado			
Probabilidade:	☐ Baixa	☒ Média	☐ Alta
Impacto:	☐ Baixo	☐ Médio	☒ Alto
Dano (s):	Prejuízo ao erário.		
Ação (ões) Preventiva (s):			Responsável:
Elaboração do termo de referência e Especificações técnicas adequadas; Fiscalização de Contrato; Fiscalização dos itens fornecidos.			Secretaria de Educação
Ação (ões) de Contingência:			Responsável:
Sanções e penalidades previstas no Contrato			Setor Jurídico e Departamento de Licitação.

Risco 05: Problemas nos equipamentos após o recebimento			
Probabilidade:	☒ Baixa	☐ Média	☐ Alta
Impacto:	☐ Baixo	☐ Médio	☒ Alto
Dano (s):	Indisponibilidade momentânea dos serviços.		
Ação (ões) Preventiva (s):			Responsável:
Estabelecer no edital prazo para reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito			Departamento de Licitação
Ação (ões) de Contingência:			Responsável:

Acionar a contratada para solução do problema, aplicar punições quando for caso.	Equipe de Gestão de Contratos e Setor Jurídico.
--	---

6. Responsáveis pela elaboração do Mapa de Riscos:

Certificamos que a Secretaria de Educação é responsável pela elaboração do presente documento que materializa o Gerenciamento de Riscos da presente contratação.

Bandeirantes, 07 de fevereiro de 2025.


Aline Firmino Neves Vasconcelos
Secretária Municipal de Educação
Cultura e Esportes

Portaria Nº 14.820/2025 - 07/01/2025

Aline Firmino Neves Vasconcelos
Secretaria Municipal de Educação e Cultura

PROPOSTA FINANCEIRA

Conforme solicitação da **Prefeitura Municipal de Bandeirantes – Paraná**, a Adore Eventos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 12.377.872/0001-52, estabelecida à avenida José Leandro da Cruz, nº: 1.214, sala: 01, Qd. 122, Lt. 12, bairro Parque Amazonas, Município de Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.843-010, vem, através do presente instrumento, apresentar proposta financeira para a apresentação musical do cantor **Juliano Son**, com data prevista para *22 de novembro de 2025* – 22/11/2025 - na cidade de Bandeirantes, estado do Paraná, com duração de **90 minutos**.

PREÇO:

R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

O preço inclui: cachê; passagens de avião; traslados locais; hotel; alimentação e nota-fiscal;

Por conta do contratante: camarim; som; luz; palco e backline;

Cachê	R\$ 61.504,00
Imposto	R\$ 5.000,00
Transporte Passagens	R\$ 5.400,00
Traslados locais	R\$ 1.200,00
Hospedagem	R\$ 800,00
Alimentação	R\$ 720,00
Produção Executiva	R\$ 15.376,00
Total	R\$ 100.000,00

QUANTO A ESTRUTURA DO SHOW:

É de inteira responsabilidade do contratante os custos relativos a equipamentos de som, luz e estrutura do show, geradores, taxas de ECAD sendo que todo o equipamento do show e mapa de palco será estipulado pela contratada, a fim de garantir melhor qualidade do evento. Enviaremos o rider junto ao contrato.

QUANTO AO CAMARIM

É de inteira responsabilidade do contratante um camarim (conforme lista de camarim a ser enviada com antecedência) no local do evento com salgados, lanches, frutas e bebidas durante a passagem de som e a apresentação.

QUANTO A FORMA DE PAGAMENTO:

- Sinal de 50% em até 15 dias após a assinatura do contrato;
- Quitação e segunda parcela com o restante dos 50% do valor do contrato em até 15 dias de antecedência ao evento, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração a prestação de serviço.

(O pagamento será **desconsiderado** caso seja feito em **caixa eletrônico** ou seja feito através de **cheque administrativo**).

DADOS BANCÁRIOS:

Banco: SICOOB - 756
Agência: 5004
Conta Corrente: 1.073.909-2
Favorecido: Adore Eventos Ltda.
CNPJ: 12.377.872/0001-52

Proposta com validade de 60 dias.

Goiânia - GO, 10 de fevereiro de 2025

ADORE EVENTOS LTDA:12377872000152

Digitally signed by ADORE EVENTOS LTDA:12377872000152
Date: 2025.02.10 09:55:12 -03'00'

ADORE EVENTOS LTDA

CNPJ: 12.377.872/0001-52

Lorena Assis Rezende Rodrigues McIntyre



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Finanças
Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e
AIDF 5584/2011

Número da Nota **1117**
Data Emissão **20/05/2024**
Código Verificação **55GZ-Z43R**

PRESTADOR DOS SERVIÇOS

CPF/CNPJ **12.377.872/0001-52** Inscrição Municipal **2949784**
Nome/Razão Social **ADORE EVENTOS LTDA ME**
Endereço **AV JOSE LEANDRO DA CRUZ N.1214 QD.122 LT.12 SALA 01**
Bairro **PRQ AMAZONIA**
Município **GOIÂNIA - GO CEP 74843010 Telefone (62) 81010801**

TOMADOR DOS SERVIÇOS

Nome/Razão Social **MUNICIPIO DE GUARAPUAVA**
CPF/CNPJ **76.178.037/0001-76**
Endereço **RUA BRIGADEIRO ROCHA N. 2777**
Bairro **CENTRO**
Município **GUARAPUAVA - PR CEP 85010210**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Pagamento referente ao evento com o artista Juliano Son na cidade de Guarapuava - PR no dia 18/05/2024

CONTRATO No 111/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITACAO N 12/2024

ADORE EVENTOS LTDA ME
CNPJ 12.377.872/0001-52 (PIX)
Banco: 756 (SICOOB)
Agencia: 5004
Conta: 1.073.909-2

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Servico sem retencao de tributos federais em razao da isencao de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS prevista no artigo 4 da Lei n 14.148/2021

ISS DE 5% A SER RETIDO PELO TOMADOR

atividade 900190203

Shows, operas, concertos, recitais, festivais e congengeres

Retenções Federais	PIS R\$ 0,00	COFINS R\$ 0,00	INSS R\$ 0,00	IR R\$ 0,00	CSLL R\$ 0,00
Demonstrativo			Cálculo do Imposto		
Valor dos Serviços	R\$	90.000,00	Valor dos Serviços	R\$	90.000,00
(-) Desconto Incondicionado	R\$	0,00	(-) Desconto Incondicionado	R\$	0,00
(-) Retenções Federais	R\$	0,00	(=) Valor da Nota	R\$	90.000,00
(-) ISSQN Retido pelo Tomador	R\$	---	(-) Deduções	R\$	(**)
(=) Valor Líquido	R\$	---	(=) Base de Cálculo	R\$	(**)
Serviço prestado em GUARAPUAVA-PR	Imposto devido em (*) GUARAPUAVA-PR		(x) Alíquota	%	(**)
			(=) Valor do Imposto (ISSQN)	R\$	(**)
Valor dos Serviços R\$ 90.000,00		Desconto R\$ 0,00		Valor da Nota R\$ 90.000,00	

Informações Importantes:

Usuário: 1

(*) Imposto devido no local da prestação do serviço na forma do Artigo 54/CTM.

(**) Os dados referentes a Deduções, Base de cálculo, Alíquota e Valor do ISSQN não podem ser gerados, já que essas informações dependem da legislação do município onde o imposto é devido.



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Finanças
Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e
AIDF 5584/2011

Número da Nota **1181**
Data Emissão **16/07/2024**
Código Verificação **XAPG-9F8W**

PRESTADOR DOS SERVIÇOS

CPF/CNPJ **12.377.872/0001-52**
Nome/Razão Social **ADORE EVENTOS LTDA ME**
Endereço **AV JOSE LEANDRO DA CRUZ N.1214 QD.122 LT.12 SALA 01**
Bairro **PRQ AMAZONIA**
Município **GOIÂNIA - GO** CEP **74843010** Telefone **(62) 81010801**

Inscrição Municipal **2949784****TOMADOR DOS SERVIÇOS**

Nome/Razão Social **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORINTO**
CPF/CNPJ **17.695.016/0001-69**
Endereço **AV GETULIO VARGAS N. 200**
Bairro **CENTRO**
Município **CORINTO - MG** CEP **39200000**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ARTISTICO, BANDA JULIANO SON, QUE, SEGUNDO O SECRETARIO SOLICITANTE, E CONSAGRADO PELA OPINIAO PUBLICA NACIONAL E CONSAGRADA PELA CRITICA ESPECIALIZADA PARA REALIZACAO DE SHOW NO TRADICIONAL FORRO DE CORINTO DE 2024, EVENTO QUE SERA REALIZADO NO DIA 17/JULHO/2024, COM PREVISAO DE INICIO AS 22:00H.

Dados bancarios:

ADORE EVENTOS LTDA
CNPJ 12.377.872/0001-52 (PIX)
Banco: 756 (SICOOB)
Agencia: 5004
Conta: 1.073.909-2

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Servico sem retencao de tributos federais em razao da isencao de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS prevista no artigo 4 da Lei n 14.148/2021

ISS 5% RETIDO PELO TOMADOR

Atividade 900190203

Shows, operas, concertos, recitais, festivais e congneres

Retenções Federais	PIS R\$ 0,00	COFINS R\$ 0,00	INSS R\$ 0,00	IR R\$ 0,00	CSLL R\$ 0,00
Demonstrativo			Cálculo do Imposto		
Valor dos Serviços	R\$	90.000,00	Valor dos Serviços	R\$	90.000,00
(-) Desconto Incondicionado	R\$	0,00	(-) Desconto Incondicionado	R\$	0,00
(-) Retenções Federais	R\$	0,00	(=) Valor da Nota	R\$	90.000,00
(-) ISSQN Retido pelo Tomador	R\$	---	(-) Deduções	R\$	(**)
(=) Valor Líquido	R\$	---	(=) Base de Cálculo	R\$	(**)
Serviço prestado em CORINTO-MG	Imposto devido em (*) CORINTO-MG		(x) Alíquota	%	(**)
			(=) Valor do Imposto (ISSQN)	R\$	(**)
Valor dos Serviços R\$ 90.000,00	Desconto R\$ 0,00		Valor da Nota R\$ 90.000,00		

Informações Importantes:

Usuário: 1

(*) Imposto devido no local da prestação do serviço na forma do Artigo 54/CTM.

(**) Os dados referentes a Deduções, Base de cálculo, Alíquota e Valor do ISSQN não podem ser gerados, já que essas informações dependem da legislação do município onde o imposto é devido.



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Finanças
Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e
AIDF 5584/2011

Número da Nota **1352**
Data Emissão **30/01/2025**
Código Verificação **Q88B-3P1N**

PRESTADOR DOS SERVIÇOS

CPF/CNPJ **12.377.872/0001-52**
Nome/Razão Social **ADORE EVENTOS LTDA ME**
Endereço **AV JOSE LEANDRO DA CRUZ N.1214 QD.122 LT.12 SALA 01**
Bairro **PRQ AMAZONIA**
Município **GOIÂNIA - GO CEP 74843010** Telefone (62) 81010801

Inscrição Municipal **2949784****TOMADOR DOS SERVIÇOS**

Nome/Razão Social **MUNICIPIO DE SAO JOAO DA VARJOTA**
CPF/CNPJ **01.612.676/0001-07**
Endereço **R SAO JOAO BATISTA N. S/N**
Bairro **CENTRO**
Município **SAO JOAO DA VARJOTA - PI CEP 64510000**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Prestacao ode servicos profissionais para apresentacao do show artistico do cantor Juliano Son, no dia 31 de janeiro de 2025, por ocasio da comemoracao do Dia do Evangelico, na cidade de Sao Joao da Varjota - PI

INEXIGIBILIDADE: 001/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 001/2025

CONTRATO INEXIGIBILIDADE: 01/2025

ADORE EVENTOS LTDA
CNPJ 12.377.872/0001-52 (PIX)
Banco: 756 (SICOOB)
Agencia: 5004
Conta: 1.073.909-2

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Servico sem retencao de tributos federais em razao da isencao de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS prevista no artigo 4 da Lei n 4.148/2021

ISS DE 5% COM RETENCAO PELO TOMADOR

Atividade 900190203

Shows, operas, concertos, recitais, festivais e congengeres

Retenções Federais	PIS R\$ 0,00	COFINS R\$ 0,00	INSS R\$ 0,00	IR R\$ 0,00	CSLL R\$ 0,00
Demonstrativo			Cálculo do Imposto		
Valor dos Serviços	R\$	100.000,00	Valor dos Serviços	R\$	100.000,00
(-) Desconto Incondicionado	R\$	0,00	(-) Desconto Incondicionado	R\$	0,00
(-) Retenções Federais	R\$	0,00	(=) Valor da Nota	R\$	100.000,00
(-) ISSQN Retido pelo Tomador	R\$	---	(-) Deduções	R\$	(**)
(=) Valor Líquido	R\$	---	(=) Base de Cálculo	R\$	(**)
Serviço prestado em SAO JOÃO DA VARJOTA-PI	Imposto devido em (*) SAO JOAO DA VARJOTA-PI		(x) Alíquota	%	(**)
			(=) Valor do Imposto (ISSQN)	R\$	(**)
Valor dos Serviços R\$ 100.000,00	Desconto R\$ 0,00		Valor da Nota R\$ 100.000,00		

Informações Importantes:

Usuário: 1

(*) Imposto devido no local da prestação do serviço na forma do Artigo 54/CTM.

(**) Os dados referentes a Deduções, Base de cálculo, Alíquota e Valor do ISSQN não podem ser gerados, já que essas informações dependem da legislação do município onde o imposto é devido.

0046
4

ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE-AP

CONTRATO Nº 244/2024-PMPG

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

CONTRATAÇÕES DIRETAS

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
COMO CONTRATANTE E A EMPRESA EXITO
LTDA, COMO CONTRATADA, PARA OS FINS
NELE DECLARADOS.

Pelo presente instrumento, e nos melhores termos de direito, os no fim assinados como outorgantes e reciprocamente outorgados de um lado, como;

CONTRATANTE: o MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ (MF) 34.925.206/0001-44, situada à Rodovia Perimetral Norte, s/nº - Centro, Porto Grande – AP, representada neste ato pelo prefeito Sr. JOSÉ MARIA BESSA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Prefeito Municipal, conforme Termo de Posse, e de outro lado como,

CONTRATADO: a empresa EXITO LTDA, inscrita no CNPJ nº 20.181.953/0001-00, sediada na Rua Hildemar Maia, Nº 2952-A, bairro Buritizal, Macapá/AP, representada neste ato pelo administrador Sr. Sueliton Nunes da Silva, conforme contrato social; tendo em vista o que consta no Processo nº 2012.08324.2024, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Inexigibilidade de Licitação Nº. 23/2024-SEMELC/PMPG, com fulcro no art. 74, Inciso II da lei 14.133/2021**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.0. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para **REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A ATRAÇÃO “JULIANO SON”, PARA O EVENTO DENOMINADO DE “DIA DO EVANGÉLICO” NO MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE/AP**, nas condições estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

Nº	Especificação	Uni	Qtd	Valores	
				Unitário	Total
01	REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A ATRAÇÃO “JULIANO SON”, PARA O EVENTO DENOMINADO DE “DIA DO EVANGÉLICO” NO MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE/AP Data: 29/11/2024 Tempo de duração: 2h:00min	Serv.	01	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;



ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE-AP

0047
1

1.2.2. Termo de Inexigibilidade Nº 23/2024-SEMELC/PMPG;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é da data de assinatura deste contrato até 10 (dez) dias após a execução do show, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, cachês, hospedagem de equipe, transporte, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O valor acordado para a prestação dos serviços será pago da seguinte forma:

1 parcela	R\$ 45.000,00 (a ser pago na assinatura de contrato)
2ª parcela	R\$ 45.000,00 (até o dia 29/11/2024)

6.2. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto, sob pena das sanções cabíveis

6.3. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.270.447/0001-46

Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG – Tel.: (38) 3615-2112

0048

4

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº063/2024, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA E A EMPRESA ADORE EVENTOS LTDA.

A Prefeitura Municipal de Manga/MG, com sede a Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga/MG, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 18.270.447/0001-46, neste ato representado(a) Prefeito Municipal, Sr. Anastácio Guedes Saraiva, cujos poderes foram delegados pelo diploma de posse expedido em 01 de janeiro de 2021, doravante denominado CONTRATANTE e a Adore Eventos Ltda, CNPJ nº 12.377.872/0001-52, com sede Av José Leandro da Cruz, nº 1214, Bairro Parque Amazonas, Goiania-Goiás - CEP 74.843-010, Tel: _____ e email _____, neste ato representada pela, Sr.(a). Lorena Assis Rezende Rodrigues McIntyre, CPF: 011.429.801-70 e Carteira de Identidade nº 3587210, empresário (a) exclusiva do cantor Juliano Son, com fulcro no inciso II, do art. 74, da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos Decretos Municipais que a regulamentaram, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade n. 005/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a contratação direta por inexigibilidade de serviços comuns de profissional do setor artístico, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 O objeto do presente instrumento é a execução pelo(a) Contratação do artista/cantor Juliano Son para apresentação de show musical no evento aniversário de 101 anos de Manga a ser realizado no dia 08 de setembro de 2024, no parque Uirapuru., conforme demanda, aceita pelo(a) **CONTRATADO(A)**.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
------	-----------	---------	------------	-------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.270.447/0001-46

Praça Coronel Bembém, 1.477 – Centro – Manga-MG – Tel.: (38) 3615-2112

0049

01	Contratação do artista/cantor Juliano Son para apresentação de show musical no evento "aniversário de 101 anos de Manga", a ser realizado no dia 08 de setembro de 2024, no Parque Uirapuru em Manga/MG.	SERVIÇO	01	R\$ 90.000,00
----	--	---------	----	---------------

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. A Proposta da contratada;

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2024, a contar da assinatura do contrato, uma vez que a previsão de realização do evento será 08/09/2024, podendo ser prorrogado em caso de alteração da data da realização do evento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no contrato acostado aos autos do processo de origem.

3.2. LOCAL DE APRESENTAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.2.1. Os Shows artísticos objeto deste contrato deverá atender as seguintes condições:

a) Local do evento: Parque Uirapuru

b) Data do Show: 08/09/20204

c) Duração mínima do show: 75 min

 > [Contratos](#)

Contrato nº 345/2024

Última atualização 26/08/2024

Local: Corinto/MG **Órgão:** MUNICIPIO DE CORINTO

Unidade executora: 021702 - DEPARTAMENTO DE LAZER E TURISMO

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 37 **Categoria do processo:** Serviços

Data de divulgação no PNCP: 26/08/2024 **Data de assinatura:** 12/07/2024

Vigência: de 12/07/2024 a 30/08/2024

Id contrato PNCP: 17695016000169-2-000211/2024

Fonte: Memory Projetos e Desenvolvimento de Sistemas LTDA

Id contratação PNCP: 17695016000169-1-000054/2024

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ARTÍSTICO, BANDA JULIANO SON, QUE, SEGUNDO O SECRETÁRIO SOLICITANTE, É CONSAGRADO PELA OPINIÃO PÚBLICA NACIONAL E CONSAGRADA PELA CRÍTICA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW NO TRADICIONAL FORRÓ DE CORINTO DE 2024, EVENTO QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 17/JULHO/2024, COM PREVISÃO DE INÍCIO ÀS 22:00H

VALOR CONTRATADO

R\$ 90.000,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 12.377.872/0001-52 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: ADORE EVENTOS LTDA

Histórico

Evento	Data/Hora do Evento	Baixar
Inclusão - Contrato	26/08/2024 - 13:31:33	
Exibir: 5	1-1 de 1 itens	Página: 1

[< Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

0051
4

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à licença de uso.

MÉDIA

R\$ 105.000,00

MEDIANA

R\$ 105.000,00

MENOR

R\$ 100.000

FILTROS APLICADOS

Descrição

Descrição Complementar

REALIZACAO DE SHOWS /
CONCURSOS / ARTISTICOS /
CULTURAIS

REALIZAÇÃO DE SHOWS / CONCURSOS / ARTÍSTICOS / CULTURAIS, REALIZAÇÃO DE SHOWS / CONCURSOS / ARTÍSTICOS / CULTURAIS CATEGORIA - ASSESS ORAMENTO DE PROJETOS, REALIZAÇÃO DE SHOWS / CONCURSOS / ARTÍSTICOS / CULTURAIS CATEGORIA - ARTIGO CIENTÍFICO, REALIZAÇÃO DE SHOWS / CONCURSOS / ARTÍSTICOS / CULTURAIS ATRAÇÃO A ATRAÇÃO LOCAL (RITMOS VARIADOS) COMPOSTA DE, NO MÍNIMO, 05 (CINCO) INTEGRANTES, SENDO DO VOCALISTA (1), BATERISTA (1), TECLADO (1), GUITARRA (1), BAIXO (1), INCLUSO TRANSLADOS, HOSPEDAGENS, ALIMENTAÇÃO DA EQUIPE, OU COMPOSIÇÃO SIMILAR (MÍNIMO 1 (UMA) HORA MÁXIMO 2 (DUAS) HORAS DE SHOW, REALIZAÇÃO DE SHOWS / CONCURSOS / ARTÍSTICOS / CULTURAIS DESCRIÇÃO COMPLEMEN TAR: CANDELAS MONO TIRO 1,5" TRASSANTE DOURADO

Quantidade total de registros: 2

Registros apresentados: 1 a 2

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
90012/2024	00020	Pregão	12610	REALIZACAO DE SHOWS / CONCURSOS / ARTISTICOS / CULTURAIS		UNIDADE	1	R\$100000	N S LIDER LTDA	PREFEITURA MUNICIPAL S.RAIMUNDO MANGABEIRAS	980925 - PREFEITURA MUNICIPAL S.RAIMUNDO MANGABEIRAS	02/07/2024
01010/2023	00001	Inexigibilidade de Licitação	12610	REALIZACAO DE SHOWS / CONCURSOS / ARTISTICOS / CULTURAIS		UNIDADE	1	R\$110000	CAMALEAO PRODUCOES CULTURAIS	FUNDACAO NACIONAL DE ARTES	403201 - FUNDACAO NACIONAL DE ARTES	12/12/2023



(index.html)

Nota Paraná
(http://
www.notaparana.pr.gov.br)

O que é
(/

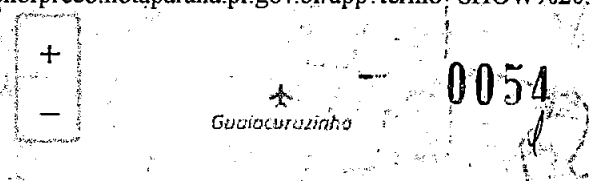
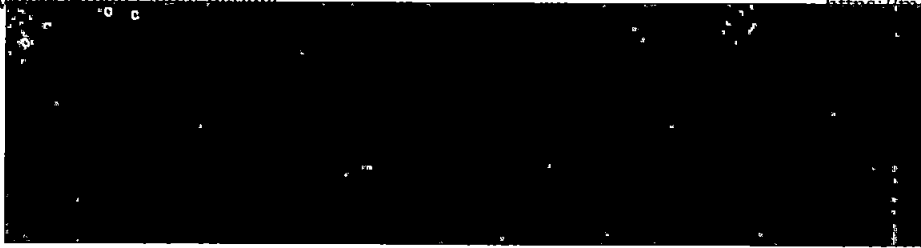
- 0053
1

Entrar

BANDEIRANTES

Digite o nome do produto, marca ou código de barras
SHOW GOSPEL CANTOR JULIANO SON

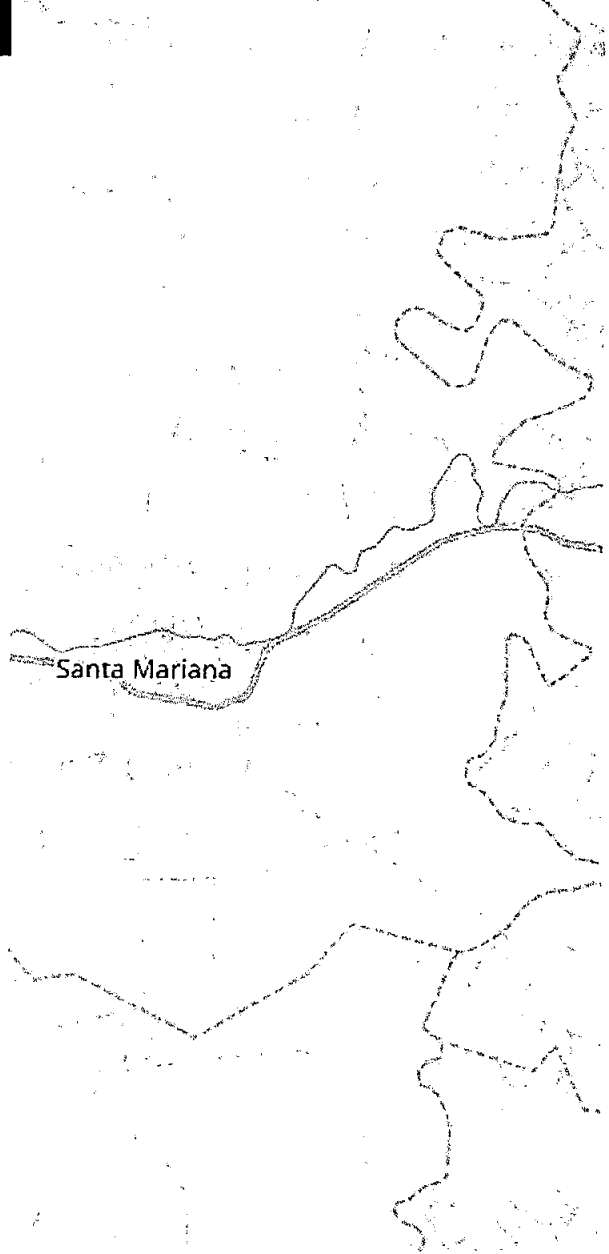




Produtos



Nenhum produto encontrado.



0055

Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - Celepar.

Rua Mateus Leme, 1561 - Bom Retiro / 80520-174 - Curitiba - PR / (41)

3200-5000



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

0056
4

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.377.872/0001-52 / MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 12/08/2010
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL ADORE EVENTOS LTDA /
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ADORE PRODUÇÕES	PORTE DEMAIS
---	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 90.01-9-02 - Produção musical
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 59.12-0-02 - Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual 59.20-1-00 - Atividades de gravação de som e de edição de música 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários 74.90-1-05 - Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação 90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente 90.03-5-00 - Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas 93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos 93.29-8-99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO AV JOSE LEANDRO DA CRUZ	NÚMERO 1.214	COMPLEMENTO SALA 01 QUADRA 122 LOTE 12
---------------------------------------	-----------------	---

CEP 74.843-010	BAIRRO/DISTRITO PARQUE AMAZONAS	MUNICÍPIO GOIANIA /	UF GO
-------------------	------------------------------------	------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (62) 3225-9653
---------------------	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 12/08/2010
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 07/08/2024 às 11:31:00 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

0057
4

CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE FISCAL
NEGATIVA DE DÉBITOS DE QUALQUER NATUREZA
PESSOA JURÍDICA
NÚMERO DA CERTIDÃO: 474.599-2

Prazo de Validade: até 01/04/2025

CNPJ: 12.377.872/0001-52

Certifica-se que até a presente data **NÃO CONSTA DÉBITO VENCIDO OU A VENCER** referente a débitos de qualquer natureza administrados pela Prefeitura Municipal de Goiânia para este CPF ou CNPJ, nos termos dos artigos 156 e 158, inciso I do caput, parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º, e os artigos 159 e 160 da Lei Complementar Municipal nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

Esta CERTIDÃO abrange todos os débitos de créditos de natureza tributária e não tributária, nos termos do artigo 159 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

A CERTIDÃO ora fornecida não exclui o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa, nos termos do artigo 160 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

A validade desta Certidão é estabelecida no artigo 162 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

GOIANIA(GO), 2 DE JANEIRO DE 2025

ESTA CERTIDÃO É GRATUITA E EMITIDA ELETRONICAMENTE, E DEVERÁ SER VALIDADA PARA CONFIRMAÇÃO DA SUA AUTENTICIDADE, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO www.goiania.go.gov.br. Qualquer Rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITO

0058

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 48531812

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:

CNPJ

VALIDA PARA O CNPJ INFORMADO NESTE DOCUMENTO

12.377.872/0001-52

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da
nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e
constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III
do art. 68 da Leinr. 14.133, de 01 de abril de 2021.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:

<https://goias.gov.br/economia/>

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida
ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.555.594.552

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 21 NOVEMBRO DE 2024

HORA: 14:51:40:7

0059
4



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ADORE EVENTOS LTDA
CNPJ: 12.377.872/0001-52

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 07:30:28 do dia 12/12/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/06/2025.

Código de controle da certidão: **8134.2B2B.037B.7EDA**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DE GOIÁS
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA

0060

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

O Bel. LUIS SILVA, Distribuidor Judicial Cível do Termo e Comarca de Goiânia, Capital Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

CERTIDÃO PARA LICITAÇÃO PÚBLICA

CERTIFICA, atendendo a requerimento da parte interessada, que revendo nesta serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos e também os sistemas e dados do Poder Judiciário Estadual, verificou dos mesmos INEXISTIR, em desfavor de:

Identificação:

Requerente : ADORE EVENTOS LTDA
Profissão : PESSOA JURIDICA
CPF/CGC : 12.377.872/0001-52
Domicílio : NESTA CAPITAL

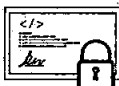
Quaisquer distribuições de ações de Falência e Concordata, até a presente data, ressalvada a existência de ações cíveis de outra natureza.

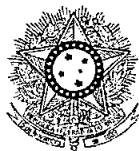
CERTIFICA mais que a presente certidão abrange todas as Comarcas do Estado de Goiás.
NADA MAIS. Era tudo o que foi pedido para certificar, do que se reporta e dá fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Goiânia, Capital do Estado de Goiás aos vinte um dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro (21/06/2024)

Cartório Distribuidor Cível
Luís Silva
Escrivão

Valor da certidão.....:51,65
Valor da Taxa Judiciária.....:18,29
Total.....:69,94
Data Receita.....:21/06/2024
Taxa Judiciária recolhida através da Guia de número: 218232217





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ADORE EVENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 12.377.872/0001-52

Certidão nº: 80334155/2024

Expedição: 21/11/2024, às 14:57:19

Validade: 20/05/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ADORE EVENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.377.872/0001-52**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

**Certificado de Regularidade do FGTS -
CRF**

Inscrição: 12.377.872/0001-52
Razão Social: ADORE PRODUCOES LTDA
Endereço: AV JOSE LEANDRO DA CRUZ 1214 SALA 01 QD 122 LT 12 / PARQUE
AMAZONAS / GOIANIA / GO / 74843-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/01/2025 a 02/02/2025

Certificação Número: 2025010401371815896164

Informação obtida em 07/01/2025 17:21:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

NOME EMPRESARIAL ADORE EVENTOS LTDANATUREZA JURÍDICA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

NIRE (Sede)	CNPJ	DATA DE ARQUIVAMENTO DO ATO CONSTITUTIVO	DATA DE INÍCIO DE ATIVIDADE
52 20282864-9	12.377.872/0001-52	12/08/2010	05/08/2010

ENDEREÇO AVENIDA JOSÉ LEANDRO DA CRUZNÚMERO 1214 COMPLEMENTO QUADRA 122 LOTE 12 SALA 01 BAIRRO PARQUE AMAZONASMUNICÍPIO GOIÂNIA ESTADO GO

OBJETO SOCIAL / ATIVIDADE ECONÔMICA

PRODUÇÃO MUSICAL, SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS, OUTRAS ATIVIDADES DE RECREAÇÃO E LAZER, SERVIÇOS DE INSTITUIÇÕES NÃO FINANCEIRAS, ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA, ATIVIDADES DE GRAVAÇÃO SOM E DE EDIÇÃO DE MÚSICA, SERVIÇOS DE MIXAGEM SONORA EM PRODUÇÃO AUDIOVISUAL, ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, ATIVIDADES DE INTERMEDIÇÃO E AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS E NEGÓCIOS EM GERAL, EXCETO IMOBILIÁRIOS, ARTES CÊNICAS, ESPETÁCULOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES, GESTÃO DE ESPAÇOS PARA ARTES CÊNICAS, ESPETÁCULOS E OUTRAS ATIVIDADES ARTÍSTICAS, PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS, ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO, AGENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E ARTÍSTICAS.

CAPITAL R\$ 20.000,00

VINTE MIL REAIS

MICROEMPRESA OU EMPRESA DE
PEQUENO PORTE (Lei n 123/2006)

Nºo

CAPITAL INTEGRALIZADO R\$ 20.000,00

VINTE MIL REAIS

PRAZO DE DURAÇÃO

Indeterminado

SÓCIOS / PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL / VÍNCULO / TÉRMINO DO MANDATO

NOME / CPF ou CNPJ	PARTICIPAÇÃO (R\$)	VÍNCULO	ADMINISTRADOR	TÉRMINO DO MANDATO
LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE 011.429.801-70	10.000,00	SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXXXXXX
KEVIN LEONARD MCINTYRE 738.285.481-72	10.000,00	SOCIO	Administrador	XXXXXXXXXXXXXX

ADMINISTRADOR NOMEADO / TÉRMINO DO MANDATO

NOME	CPF	TÉRMINO DO MANDATO
LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE	011.429.801-70	XXXXXXXXXXXXXX
KEVIN LEONARD MCINTYRE	738.285.481-72	XXXXXXXXXXXXXX

ÚLTIMO ARQUIVAMENTO

DATA <u>31/10/2022</u>	NÚMERO <u>20221899081</u>
ATO <u>ALTERAÇÃO</u>	SITUAÇÃO <u>REGISTRO ATIVO</u>
EVENTO(S) <u>ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO</u>	STATUS <u>XXXXXXXXXXXXXX</u>

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

0064
continuação

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

NOME EMPRESARIAL ADORE EVENTOS LTDA

NATUREZA JURÍDICA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

NIRE (Sede)	CNPJ
52 20282864-9	12.377.872/0001-52

Signature Not Verified

Digitally signed by PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI, 90076664104
Date: 2022.12.14 11:21:10 BRT
Reason: Autenticação de Certidão Simplificada
Location: Goiânia - GO

Protocolo: 229899666

Chave de segurança : 8p01t

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do endereço:

<http://servicos.jucos.go.gov.br/>

Paula Nunes Lobo
Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL

Certidão Simplificada emitida
DIOGO ASSIS GRANJA CAMPOS, 00898106192
Goiânia, 14 de Dezembro de 2022



0065
4

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **ADORE EVENTOS LTDA**

CPF/CNPJ: **12.377.872/0001-52**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 17:26:18 do dia 07/01/2025 , com validade até o dia 06/02/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: dJenuWGx8N8T8ssZEPvW

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

0066
4**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO****Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica**

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 07/01/2025 17:24:27

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ADORE EVENTOS LTDA**

NPJ: **12.377.872/0001-52**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**

Cadastro: **Licitantes Inidôneos**

Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**

Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa**

Inelegibilidade

Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**

Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**

Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**

Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**

Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



0067
9

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

CERTIDÃO NEGATIVA
DE
CONTAS JULGADAS IRREGULARES

(Válida somente com a apresentação do CPF/CNPJ)

Nome: **ADORE PRODUÇÕES LTDA,**

CPF/CNPJ: **12377872000152**

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** CERTIFICA que, até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de Contas Julgadas Irregulares, em nome do(a) requerente acima identificado(a).

A consulta para emissão desta certidão foi efetuada nos registros da Secretaria Geral - Contas Julgadas Irregulares pelo TCE-GO, excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação por parte deste Tribunal.

Certidão emitida às 17:25:11 do dia 07/01/2025, com validade de 30(trinta) dias a contar da emissão.

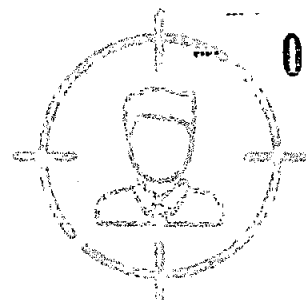
A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio do Tribunal de Contas do Estado.

Código de controle da Certidão: 8DDBE4B92207FCF3

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESPECIALISTAS
INTELIGÊNCIA CONTÁBIL



0068

DECLARAÇÃO

A empresa **ADORE EVENTOS LTDA**, inscrita sob CNPJ nº **12.377.872/0001-52** é beneficiada pela alíquota zero dos Impostos Federais (PIS/COFINS/IRPJ/CSLL), conforme previsto no art. 4 da Lei nº 14.148 de 03 de maio de 2021, dessa forma, quanto à retenção do Imposto de Renda, a mesma não poderia se beneficiar do crédito gerado.

Lei nº 14.148 de 03 de maio de 2021

"Art. 4º Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas dos seguintes tributos incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas de que trata o art. 2º desta Lei: (Promulgação partes vetadas)

I - Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição PIS/Pasep);

II - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins);

III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e

IV - Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)."

Segundo o parágrafo 3º, da Lei nº 14.592, de 30 de maio de 2023:

"§ 3º Fica dispensada a retenção do IRPJ, da CSLL, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins quando o pagamento ou o crédito referir-se a receitas desoneradas na forma deste artigo."

Sendo assim, entendemos a não retenção desse imposto, tendo em vista o não pagamento do IRPJ, para devida compensação, devendo ser retido apenas o ISSQN.

BRUNA DE SOUSA
VIEIRA:034786141
55

Assinado de forma digital por
BRUNA DE SOUSA
VIEIRA:03478614155
Dados: 2023.09.26 08:59:31
-03'00'

BRUNA DE SOUSA VIEIRA
CRC GO-023702/O-1

ADORE EVENTOS
LTDA:123778720
00152

Assinado de forma digital
por ADORE EVENTOS
LTDA:12377872000152
Dados: 2023.09.26
11:14:11 -03'00'

ADORE EVENTOS LTDA
CNPJ 12.377.872/0001-52



ESPECIALISTAS
INTELIGÊNCIA CONTÁBIL

Unidade São Paulo: Av. Brg. Faria Lima, 4.300, FL Office - Conj. 513 - São Paulo - SP
Unidade Artistas: Av. E, 1470, JK New Business - Salas 804 a 806 - Goiânia - GO
Unidade Flamboyant: Rua Teresina, 380, Evidence Office - Sala 703 e 704 - Goiânia - GO
Unidade Moda 44: Rua Jose Sinimbu Filho, Nº 233, Galeria Domanni, piso 1 - Goiânia - GO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EQUIPE NACIONAL DE BENEFÍCIOS FISCAIS
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

0069

DATA DE EMISSÃO

23/07/2024

DESPACHO DECISÓRIO Nº 00131.2.1.060.230724-79

INTERESSADO

NI	NOME
12.377.872/0001-52	ADORE EVENTOS LTDA

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERIMENTO

PROTOCOLO	DATA DA TRANSMISSÃO	SITUAÇÃO
012265.160724.2.5.060.1.1-40	16/07/2024 17:04	DEFERIDO

ASSUNTO

Requerimento de Habilitação ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) de que trata o art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, com redação dada pela Lei nº 14.859, de 2024.

EMENTA

Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) de que trata o art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, com redação dada pela Lei nº 14.859, de 2024 e a Instrução Normativa RFB nº 2.195, de 2024.

DISPOSITIVOS LEGAIS

Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, com redação dada pela Lei nº 14.859, de 2024; Instrução Normativa RFB nº 2.195, de 23 de maio de 2024.

RELATÓRIO

Após as verificações realizadas quanto ao cumprimento dos requisitos normativos exigidos para fruição da redução de alíquota prevista no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, com redação dada pela Lei nº 14.859, de 2024, constatou-se que o contribuinte atende aos requisitos necessários.

Somente as receitas das atividades econômicas constantes no caput do art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, com redação dada pela Lei nº 14.859, de 2024, podem beneficiar-se da redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, da CSLL e do IRPJ a 0% (zero por cento). No caso de o contribuinte também exercer atividades não contempladas pelo dispositivo mencionado, deve haver segregação de receitas para aplicação do benefício.

Importante ressaltar que devem ser observados os §§ 7º ao 11 do art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, incluídos pela Lei nº 14.859, de 2024.

Ademais, informa-se que o contribuinte deve manter, durante todo o período de gozo do benefício fiscal, a satisfação de todas as exigências previstas. Não obstante, fica resguardada a competência fiscalizatória da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – RFB, dentro do período decadencial, para comprovar a veracidade das informações declaradas e do efetivo desempenho das atividades econômicas registradas no CNPJ, bem como a conservação das condições legais necessárias.

CONCLUSÃO

0070

Diante do exposto, com base nas competências do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e do art. 8º da Portaria RFB nº 372, de 26 de outubro de 2023; e no uso das atribuições conferidas pela alínea 'b' do inciso I do artigo 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e pelos arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, decido: DEFERIR a Habilitação do contribuinte ao benefício instituído pelo art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, com redação dada pela Lei nº 14.859, de 2024.

ORDEM DE INTIMAÇÃO

Emita-se Ato Declaratório Executivo para publicidade na página da Receita Federal do Brasil e dê-se ciência ao contribuinte.

ASSINATURA

NOME: VITOR SILVANY RAMOS

CARGO: AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

MATRÍCULA: 01032100



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SECRETARIA DE REGISTRO NACIONAL E MIGRAÇÃO



SOBRENOME:
MCINTYRE

NOME:
KEVIN LEONARD

DATA DE NASCIMENTO:
23/02/1981

SEXO: M

FILIAÇÃO:
TRACY MCINTYRE
STEPHEN MCINTYRE

NACIONALIDADE:
GRÁ-BRETANHA

VALIDADE:
30/03/2028

RNM

V453478-X

ASSINATURA DO TITULAR

007210



1850-1872-1895-1918-1945

1

1

I<BRAV453478X<9<<<<<<<<<<<<<<
8102232M2803308GBR<<<<<<<<<<<<4
MCINTYRE<<KEVIN<LEONARD<<<<<<<

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3587210 2.A VIA DATA DE EMISSÃO 05/SET/2010

NOME LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES
MCINTYRE

FILIAÇÃO COLEMAR VICENTE RODRIGUES
ROSEMARY DE ASSIS REZENDE

GOIANIA-GO DATA DE NASCIMENTO 24/ABR/1985

DOC. ORIGEM C.CAS. 85572 FLS. 72 L. B-429 GOIANIA-GO
ZONA EM 05/08/2010

CPF 011429801-70

5727168

9442456

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 116 DE 29/08/83

0072

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

P-1

POLEGAR DIREITO

Assis Rezendes Rodrigues McIntyre

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

5º TABELIONATO DE NOTAS DE GOIÂNIA - GOIÁS
RUA 115 - Nº 1498 - Qd. F-41 LT 192 / 194 - Setor Sul - Goiânia - GO - CEP: 74095-325
FONE: (62) 3223-1014

AUTENTICAÇÃO

01132001212516206490970 - Consulte em
<http://extrajudicial.tgo.jus.br/sio>

Conferir com o original - Dou. Fé. Em Teste da
Verdade. Goiânia-GO, 21 de Janeiro de 2020. cs392898

Leonardo Silveira Araújo Escrevente

QR CODE

0075

ANEXO LEGAL: ART. 37, LEI 13.445/2017.

VALIDADE:
30/03/2028

I<BRAV453478X<9<<<<<<<<<<<<
8102232M2803308GBR<<<<<<<<<4
MCINTYRE<<KEVIN<LEONARD<<<<<<

V453478-X

ASSINATURA DO TITULAR

5º TABELIONATO DE NOTAS DE GOIÂNIA - GOIÁS
RUA 115 - Nº 1499 - Qd. F-41 LT 192/194 - Setor Sul - Goiânia - GO - CEP: 74085-325
FONE: (62) 3223-1844
AUTENTICAÇÃO
01132001212818203490874 - Consulte em
<http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>
Confere com o original. Dou Fé. Em Teste _____ dia
Verdade: Goiânia-GO, 21 de janeiro de 2020.cs392876
Leonardo Silveira Araújo-Escrivente


VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

3587210

2.A VIA

DATA DE
EXPEDIÇÃO

08/SET/2010

NOME

LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES
MCINTYRE

FILIAÇÃO

COLMAR VICENTE RODRIGUES
ROSEMARY DE ASSIS REZENDE

GOIANIA-GO

NATURALIDADE

24/ABR/1985

DATA DE NASCIMENTO

DOC. ORIGEM

C.CAS. 85572 FLS. 72 L. B-429 GOIANIA GO
2 ZONA EM 05/08/2010

CPF

011429801-70

5727168

ASSINATURA DO DIRETOR

9442456

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS GREG & SONS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

P-1



POSICIONADO



Isaura Alves Rezende Rodrigues Montyze

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GREG & SONS

0077



Saneamento de Goiás S.A.
CNPJ: 01.618.929/0001-02 - INSC. EST. 10.013.357-6
AV. FUED JOSE SEBBA NR. 1245 QD. LT.
JARDIM GOIAS CEP: 74805-100

LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCIN
RUA DOS JACARANDAS 2 BAIXA PISCINA
JARDINS VALENCIA Q 17 L 8 GOIANIA

fatura de água, esgoto
e serviços

Número da conta:

1942283-0

Número da fatura:

2118615905

Data de emissão:

16/07/2020

Mês de referência:

JUL/2020

Vencimento:

28/07/2020

Valor (R\$):

159,02

Quantidade de unidades atendidas:

Serviço	Social	Residencial	Comercial 1	Comercial 2	Industrial	Pública
Água		001				
Esgoto						

Descrição dos serviços:

Valor (R\$)

CUSTO MINIMO FIXO	13,45
TARIFA AGUA - RESIDENCIAL	145,57

Tributação aproximada (R\$):

14,71

Faturas não pagas até o
vencimento serão acrescidas de
multa e atualização monetária
diária (INPC + juros), conforme
regulação da AGR (Resoluções nº
09/2014 e 080/2016-CR).

O tipo de consumo faturado foi:

Medido - Volume de água registrado no hidrômetro.

Hidrômetro (s)		Leitura (s)			Consumo (s)		
Tipo	Número	Atual	Anterior	Próxima	Faturado m³	Médio m³	Estimado m³
AGUA FRI	A19LH0496838	16/07/20 133	16/06/20 106		27	20	13

Histórico de consumo:

Tipo/Mês	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
AGUA FRI	00009	00002	00027	00022	00023	00033

Aviso

AGRADECEMOS PELA PONTUALIDADE NO PAGAMENTO DE SUA FATURA. DESSA FORMA
VOCE CONTRIBUI PARA UM SANEAMENTO BASICO CADA VEZ MELHOR E ACESSIVEL
A TODOS.

Mensagem

Sistema de Abastecimento de Água:

Parâmetros	Cloro residual livre	Fluoreto	Turbidez	Cor aparente	pH	Coliformes totais	Escherichia coli
Nº Mínimo de análises exigidas ¹							
Nº de Análises realizadas ²							
Nº de Análises que atenderam à legislação ³							

Conclusão: a água fornecida é própria para o consumo. Eventuais resultados fora do padrão foram encaminhados para ações corretivas.

Informações mensais ao consumidor em atendimento ao Decreto Federal nº 5.440/2005

¹ Número Mínimo de Análises Mensais Exigidas pela Portaria de Consolidação nº 5 de 28/09/2017 do Min. da Saúde - Anexo XX e XXI.

² Número de Análises Mensais Realizadas pela Saneago. | ³ Número de Análises Mensais que Atenderam à Portaria de Potabilidade Vigente.



Mês Ref: JUL/2020 Cód. Déb. Aut: 19422830 Nº da Fatura: 2118615905 Vencimento: 28/07/2020 Valor total (R\$): *****

ATENCAO SR AGENTE ARRECADADOR: NAO RECEBER
NOTIFICACAO - DEBITO AUTOMATICO EM CONTA-CORRENTE



KEVIN LEONARDO MCINTYRE
R DOS JACARANDAS, 0, QD 17 LT 08
JARDINS VALENCIA
74885-857 - GOIANIA - GO

CLIENTE: 1.51820932

CPF/CNPJ: 73828548172

ACESSO: 62 4101-1821

TIM S.A.
Av Oeste: 319
Setor Aeroporto - Goiânia - GO
NPJ: 02.421.421/0027-50 - IE: 10.322331-2
CNPJ da Matriz: 02.421.421/0001-11

R\$ 24,02

VENCIMENTO

15/07/2020

EMISSION: 01/07/2020

POSTAGEM: 06/07/2020

FATURA: 4285505236

DÉBITO AUTOMÁTICO: 00000009102259463010

IMPORTANTE PARA KEVIN

A Inteli Telecomunicações LTDA. comunica a alteração de sua Razão Social para "TIM S.A", não acarretando qualquer alteração no provimento dos serviços atualmente contratados.

RESUMO DA SUA CONTA DE 25/05 A 24/06

Serviços TIM S.A.

TIM FIXO - LOCAL

VALOR

R\$ 24,02

VEJA ABAIXO O RESUMO DA SUA CONTA PARA O NÚMERO: 62 4101-1821

MENSALIDADES
Vantagens que seu plano oferece
TIM FIXO - LOCAL

FRANQUIA
Ilimitado

QUANTIDADE
1

Nº DIAS
31

PÉRIODO
25/05 a 24/06

VALOR

24,02

Total de Mensalidades

24,02



NOTA FISCAL DE SERVIÇOS
DE TELECOMUNICAÇÕES

NÚMERO: 000.570.780-B1

TIM S.A.
Av Oeste, 319 Goiânia GO
CNPJ: 02.421.421/0027-50 - IE: 10.322331-2

EMISSION: 01/07/2020
REFERENCIA: JUL/2020
PERÍODO: 25/05/2020 A 24/06/2020
CFOP: 5.307

ENDEREÇO FISCAL

KEVIN LEONARDO MCINTYRE
CPF/CNPJ: 73828548172
R DOS JACARANDAS, 0, QD 17 LT 08
JARDINS VALENCIA
74885-857 - GOIANIA - GO

ITEM

1 TIM FIXO - LOCAL

QUANTIDADE

1

ICMS
29%

PIS/COFINS
3,65%

VALOR
24,02

ICMS

PIS/COFINS Serviço de Telecom

Alíquota 29%
Alíquota 3,65%

Base de Cálculo R\$24,02

TOTAL TIM S.A.: 24,02
6,97

Reservado ao Fisco: A2A6.3690.0C3F.5153.RCFL009E.2A4A.07AA



FATURA EM DÉBITO AUTOMÁTICO: PRAVESCO Na data do vencimento, este valor será debitado automaticamente da conta corrente no banco indicada. Caso não ocorra o débito, utilize esta fatura para pagamento.

NOME DO CLIENTE

KEVIN LEONARDO MCINTYRE

IDENTIFICAÇÃO DE DÉBITO AUTOMÁTICO

00000009102259463010

MÊS DE REFERÊNCIA
JUL/2020

DATA DE EMISSION
01/07/2020

DATA DE VENCIMENTO
15/07/2020

VALOR
R\$ 24,02

846800000000 - 8

24020109011 - 7

00428550523 - 8

60102259463 - 9

VIA BANCO

MAIS DETALHES DA SUA CONTA

Você pode ver sua conta detalhada sempre que desejar, com toda a comodidade e segurança, no Site Meu TIM. Para acessá-la, visite www.meutim.com.br. Central de Atendimento: 10341

CONTA DIGITAL TIM

Mude para Conta Digital! Você receberá sua fatura por e-mail, SMS e ainda poderá visualizá-la, a qualquer momento, pelo Site Meu TIM. Visite meutim.com.br para mudar para Conta Digital!

0079

0080

4



CTC JAGUARE SPM PL21 / CTC JAGUARE SPM GIN - AMARRADOS
ADORE EVENTOS LTDA
JOSE LEANDRO DA CRUZ 1214 SALA 01 QD 122 LOTE
PARQUE AMAZONAS
74843-010 - GOIANIA - GO

Data de Postagem
13/07/2023



0067296491027670000000566732130723

CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOMES

KEVIN LEONARD MCINTYRE e LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES

MATRÍCULA

024919 01 55 2008 2 00429 072 0085572 83

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CÔNJUGES

KEVIN LEONARD MCINTYRE, nascido no dia 23 de fevereiro de 1981, em SALFORD-MANCHESTER-INGLATERRA, britânico, filho de TRACY ANN CLARK.

LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES, nascida no dia 24 de abril de 1985, em GOIÂNIA-GO, brasileira, filha de COLEMAR VICENTE RODRIGUES e ROSEMARY DE ASSIS REZENDE.

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO (POR EXTENSO)	DIA	MÊS	ANO
DEZOITO DE NOVENO DE DOIS MIL E OITO	18	11	2008

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, de acordo com a Lei 10.406, de 10/JANEIRO/2002

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

KEVIN LEONARD MCINTYRE - o mesmo nome
LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE

OBSERVAÇÕES/AVERBAÇÕES

Nada consta

Emolumentos: 20,00

Taxa Judiciária: 8,00

Total: 28,00



O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou Fé.
Goiânia / GO - 05 de agosto de 2010



Cartório
Antônio do Prado

PAULO HENRIQUE VIEIRA DA SILVA
ESCREVENTE

2º Registro Civil e Tabelionato de Notas
Av. 24 de Outubro, nº 928 - Ed. Prado Júnior
Setor Campinas - Goiânia - GO - CEP: 74505-010
Telefax: 62* 3233-0055 - www.cartorioantoniodoprado.com.br

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

0082
f

CNPJ: 12.377.872/0001-52
NOME EMPRESARIAL: ADORE EVENTOS LTDA
CAPITAL SOCIAL: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	KEVIN LEONARD MCINTYRE
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 08/03/2019 às 10:03 (data e hora de Brasília).



Bradesco



0083

CAIXA POSTAL: 000060
CEP: 06016-971

0011414

INVE

Mala Direta

9912342955/2014-DR/SPM
Bradesco

Correios



ADORE EVENTOS LTDA
AV JOSE LEANDRO DA CRUZ 1214 PQ AMAZONAS
74843-010 GOIANIA / GO



7209036539001840000001141430030418

FECHAMENTO AUTORIZADO - PODE SER ABERTO PELA ECT



00013000

0084



Esignora

Resumo da fatura em R\$

Total da fatura anterior	0,00
⊗ Pagamentos efetuados	0,00
⊗ Saldo financiado	0,00
⊗ Lançamentos atuais	173,99
⊗ Total desta fatura	173,99

Atenção: em caso de pagamento inferior ao valor total, o consumidor deve arcar com as taxas e encargos apontados nesta fatura, incidentes sobre a diferença entre o valor total e o valor pago.

CTCE GOIANIA GO PL3 PC-01
 KEVIN LEONARD MCINTYRE
 R DOS JACARANDAS
 QUADRA 17 LOTE 8 - JARDINS VALENCI
 74885-857 GOIANIA - GO



Postagem: 07/02/2019

Vencimento: 20/02/2019

Emissão: 06/02/2019

7211094230151930000000509530 070219

Fechamento próxima fatura: 15/03/2019

Empresa **ADORE EVENTOS LTDA**
 Numero da conta **5526.XXX.XXXX.0006**

Receba grátis por e-mail e SMS alertas de fechamento e vencimento da fatura do Itaú, acessando [itau.com.br/cartas/cadastre-fatura-digital](#)

vencimento A) pagamento total R\$ ou B) pagamento para R\$ ou C) parcelas fixas R\$ ou D) pagamento mínimo para R\$

- Que os proprietários, sócios e/ou dirigentes da referida empresa NÃO possuem grau de parentesco consanguíneo ou por afinidade até o terceiro grau, com SERVIDORES EFETIVOS INVESTIDOS DE CARGOS DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO, OU EXERÇAM FUNÇÃO GRATIFICADA E AINDA QUE FAÇAM PARTE DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS, DOS AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO OU QUE EXERÇAM FUNÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS ORIUNDO DO PRESENTE PROCESSO, agentes políticos, Prefeito, Vice-Prefeito e ocupantes de cargos em comissão da Prefeitura desta municipalidade, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração;

- Que os proprietários, sócios e/ou dirigentes da referida empresa NÃO possuem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau em obediência ao disposto no inciso IV do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

Goiânia, 07 de janeiro de 2024

ADORE EVENTOS LTDA:12377872000152 Digitally signed by ADORE EVENTOS
LTDA:12377872000152

ADORE EVENTOS LTDA

CNPJ: 12.377.872/0001-52

Lorena Assis Rezende Rodrigues McIntyre

CPF: 011.429.801-70

Declaração Unificada

A **Adore Eventos Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº **12.377.872/0001-52**, através de sua representante legal, *Sra. Lorena Assis Rezende Rodrigues McIntyre*, infrasignatária, declara, sob as penas da lei, que DECLARA sob as penas da lei que:

- Não se encontra impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Municipal direta e indireta;
- Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos;
- Até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, no que for aplicável, em obediência ao disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21;
- A proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes até a presente data, em obediência ao disposto no §1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/21;
- Não possui, no seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, em observância ao art. 7º, XXXIII da Constituição Federal de 1988;
- Que não será realizada subcontratação de empresa ou atuação de profissional distinto daqueles que justificam a contratação;

0087

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
ADORE PRODUÇÕES LTDA-ME

Lorena Assis Rezende Rodrigues McIntyre, brasileira, casada em regime parcial de bens, comerciante, residente e domiciliado na Avenida Xingu, QD. 68 LT. 13/18, S/N Apto 304 Bloco B, Parque Amazonas, CEP. 74.840-350, Goiânia, Goiás, portadora da CI de nº **3587210/2ª via** expedida pela SSP-GO em 14/01/2009, natural de Goiânia, Goiás, nascida em 24/04/1985, filha de Colemar Vicente Rodrigues e Rosemary de Assis Rezende, portadora do CPF nº **011.429.801-70**.

Colemar Vicente Rodrigues, brasileiro, casado em regime parcial de bens, comerciante, residente e domiciliado na Avenida Xingu, QD. 68 LT. 13/18, S/N Apto 304 Bloco B, Parque Amazonas, CEP. 74.840-350, Goiânia, Goiás, portador da CI de nº **445342** expedida pela SSP-GO, natural de Petrolina, Goiás, nascido em 26/11/1954, filho de Elizeu Vicente Rodrigues e Elidia Alves Breno, portador do CPF nº **118.194.801-00**. Sócios competentes da firma: **ADORE PRODUÇÕES LTDA-ME**, estabelecida na **Avenida Jose Leandro da Cruz, nº 1.214 sala 01 QD. 122 LT. 12, Parque Amazonas, Goiânia, Goiás, CEP. 74.843-010**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.377.872/0001-52, com contrato social arquivado na JUCEG em 12/08/2010, sob o nº **52202828649**, resolvem promover alteração de seu contrato social, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA - I

Ingressa na sociedade **Kevin Leonard McIntyre**, nacionalidade Britânica, casado em regime parcial de bens, comerciante, residente e domiciliado na Avenida Xingu, QD. 68 LT. 13/18, S/N Apto 304 Bloco B, Parque Amazonas, CEP. 74.840-350, Goiânia, Goiás, portador da Registro Nacional de Estrangeiro nº **V453478-X permanente validade 30/03/2019** expedida pela **CGPI/DIREX/DPF**, em 30/03/2010, natural da Inglaterra, nascido em 23/02/1981, filho de Tracy McIntyre e Stephen McIntyre, portador do CPF nº **738.285.481-72**.

CLÁUSULA - II

Retira-se da sociedade o sócio, **Colemar Vicente Rodrigues**, já qualificada, cedendo e transferindo todos os seus direitos e haveres, bem como total de suas quotas de capital social assim representado: 10.000 (dez mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para o sócio **Kevin Leonard McIntyre**, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente do país:



PARAGRAFO ÚNICO – A participação societária tem a seguinte composição;

Sócios	quotas	valor
Lorena Assis R. Rodrigues McIntyre....	10.000.....	R\$ 10.000,00
Kevin Leonard McIntyre.....	10.000.....	R\$ 10.000,00
Total.....	20.000.....	R\$ 20.000,00

CLAUSULA – III

O sócio cedente declara ressarcido de todos os seus direitos e haveres perante o sócio ingressante e a sociedade, bem como os cessionários assumem integralmente o seu ativo e passivo, constituído ou não em função dos objetivos sociais.

CLAUSULA – IV

A sociedade será administrada por ambos os sócios, que usara o nome da sociedade, sempre em conjunto, respondendo ativa e passivamente, por todos os atos da empresa.

PARAGRAFO ÚNICO

Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidas de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

CLAUSULA – V

A título de pró-labore, ambas as sócias terão direito a uma retirada mensal, de acordo com a operatividade e conveniência da empresa, obedecendo ao regulamento do imposto de renda e demais legislação vigente.

CLAUSULA – VI

Os casos omissos neste contrato serão decididos de comum acordo entre os sócios e em consonância com as disposições legais vigentes aplicáveis a cada caso.

CLAUSULA – VII

Fica eleito o foro de Goiânia, com expressa renúncia a qualquer outro, para dirimir as dúvidas oriundas do presente contrato.

E, assim, por estarem justos e contratados, lavram o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, forma e validade que é lido e assinado abaixo.

Goiânia/Go, 16 de novembro 2011.

Lorena Assis Rezende Rodrigues McIntyre
Lorena Assis Rezende Rodrigues McIntyre

Colemar Vicente Rodrigues
Colemar Vicente Rodrigues

Kevin Leonard McIntyre
Kevin Leonard McIntyre

Goiânia - 8º Tabelionato de Notas
Fone/Fax: (62) 3295-6371 - 3295-6385

Reconheço por VERDADEIRA a assinatura de
COLEMAR VICENTE RODRIGUES pessoa por
mim devidamente identificada, e por haver sido
aposta em minha presença, do que dou fé.
*0035-860673.

Goiânia, 18 de novembro de 2011
Em Teste da Verdade

Samara Alves dos Santos

RECONHECIMENTO DE FIRMA
0077C249674

Serviço Notarial e Reg. Civ. Vila Brasileira
(062) 3230-2626-Distrito de Vila Brasileira
Município de Aparecida de Goiânia-GO.

RECONHEÇO VERDADEIRA(S) a(s) assinatura(s) de:
00619Kx31-KEVIN LEONARD MCINTYRE
00619Kv31-LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE
Pessoa(s) por mim devidamente identificada(s) e por haver(em) sido aposta(s) em minha presença, do que dou fé.
Vila Brasileira, 25/11/2011

078 EVANIA NOGUEIRA ALVES
Suboficial e Escrevente

Alinne Gomes da Costa
Suboficial e Escrevente

JUCEG Junta Comercial do Estado de Goiás

CERTIFICO O REGISTRO EM: 21/08/2012 SOB Nº: 52121514870
Protocolo: 12/151487-0, DE 20/08/2012
Empresa: 52 2 0282864 9
ACORE PRODUÇÕES LTDA ME

E 341691 Sec. Geral - PAULA NUNES LOBO VELLOSO ROSSI

**2ª(SEGUNDA) ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
DA SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
ADORE PRODUÇÕES LTDA - ME
CNPJ/MF: 12.377.872/0001-52
NIRE 52202828649**

LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE, brasileira, casada em regime parcial de bens, comerciante, residente e domiciliado na Avenida Xingu, Qd. 68, LT. 13/18, S/N, Apto 304, Bloco B, Parque Amazonas, CEP. 74.840-350, Goiânia, Goiás, portadora da CI de nº **3587210/ 2ª via**, expedida pela SSP-GO em 14/01/2009, natural de Goiânia, Goiás, nascida em 24/04/1985, filha de Colemar Vicente Rodrigues e Rosemary de Assis Rezende, portadora do CPF nº **011.429.801-70**.

KEVIN LEONARD MCINTYRE, nacionalidade Britânica, casado em regime parcial de bens, comerciante, residente e domiciliado na Avenida Xingu, Qd. 68, LT. 13/18, S/N, Apto 304, Bloco B, Parque Amazonas, CEP. 74.840-350, Goiânia, Goiás, portador do Registro Nacional de Estrangeiro nº **V453478-X permanente validade 30/03/2019**, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, em 30/03/2010, natural da Inglaterra, nascido em 23/02/1981, filho de Tracy McIntyre e Stephen McIntyre, portador do CPF nº **738.285.481-72**. Sócios competentes da sociedade empresarial: **ADORE PRODUÇÕES LTDA - ME**, estabelecida na Avenida José Leandro da Cruz, nº 1.214, sala 01, Quadra 122, Lote 12, Parque Amazonas, Goiânia, Goiás, CEP. 74.843-010, inscrita no CNPJ sob o nº **12.377.872/0001-52**, com contrato social arquivado na JUCEG em 12/08/2010, sob o nº **52202828649**, resolvem promover alteração de seu contrato social, mediante as cláusulas e condições seguintes:

- 1 - Alteração da Denominação Social e Nome Fantasia: A Sociedade passa a adotar a Denominação social de **ADORE EVENTOS LTDA-ME**, e Nome Fantasia **ADORE PRODUÇÕES**.
- 2 - Alteração do objetivo Social: O Objetivo da Empresa passa a ser: **ORGANIZAÇÃO E A CONTRATAÇÃO DE FEIRAS, SHOWS E EVENTOS DE QUALQUER NATUREZA**.
- 3 - Alteração dos Lucros: Anualmente, em 31 de dezembro, proceder-se-á ao Balanço Patrimonial, e demais demonstrações financeiras, sendo os lucros ou prejuízos apurados se-

rão distribuídos ou suportados pelos sócios proporcionalmente as quotas de capital de cada um, ou mantidos em suspenso na sociedade a título específico, deste que assim deliberem os sócios, podendo os sócios realizar retiradas de lucros antecipadamente e levantar Balanços Intermediários.

CONSOLIDAÇÃO DAS CLÁUSULAS

CLÁUSULA I – DA DENOMINAÇÃO, NOME DE FANTASIA E SEDE:

A sociedade gira sob a denominação de **ADORE EVENTOS LTDA-ME**, com nome de fantasia **ADORE PRODUÇÕES**, e sede na **AVENIDA JOSÉ LEANDRO DA CRUZ, nº 1214, sala 01 QD. 122 LOTE 12, Parque Amazonas, Goiânia, Goiás, CEP. 74.843-010**, podendo abrir filiais ou escritórios em qualquer parte do território nacional.

CLÁUSULA II – DO OBJETO SOCIAL:

A sociedade tem por objetivo; **ORGANIZAÇÃO E A CONTRATAÇÃO DE FEIRAS, SHOWS E EVENTOS DE QUALQUER NATUREZA.**

CLÁUSULA III – DA DURAÇÃO:

A sociedade tem início das atividades em **05 de agosto de 2010** criada por tempo de duração **INDETERMINADO**.

CLÁUSULA IV – DO CAPITAL SOCIAL:

O capital social é de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), dividido em 20.000 (Vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo que R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), dividido em 10.000 (Dez mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, para a sócia Lorena Assis Rezende Rodrigues McIntyre, totalmente integralizadas em moeda corrente do país, e R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), dividido em 10.000 (Dez mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, para o sócio Kevin Leonard McIntyre, totalmente integralizadas em moeda corrente do país.

PARÁGRAFO ÚNICO – A participação societária tem a seguinte composição;

SÓCIOS	Nº QUOTAS	VLR UNIT.	CAPITAL
Lorena Assis R. Rodrigues McIntyre	10.000	R\$ 1,00	R\$ 10.000,00
Kevin Leonard McIntyre	10.000	R\$ 1,00	R\$ 10.000,00
TOTAL	20.000	R\$ 1,00	R\$ 20.000,00

CLÁUSULA V – DA TRANSFERÊNCIA E CESSÃO DAS QUOTAS:

É vedada à cessão de quotas, ou transferência a terceiros, sem o consentimento dos demais sócios, os quais sempre tem preferência na sua aquisição, proporcionalmente ao valor das quotas subscritas.

CLÁUSULA VI – DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS:

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital na forma do art. 1.052 da Lei nº 10.406/02.

CLÁUSULA VII – DAS RESTRIÇÕES DOS SÓCIOS:

É vedada aos sócios prestar avais em nome da sociedade, e mesmo individualmente, inclusive fiança, caução, endosso, ou quaisquer outras garantias para fins estranhos aos interesses sociais.

CLÁUSULA VIII – DO TACIDO ACORDO

A sociedade não se dissolverá com o falecimento de qualquer dos sócios, podendo os herdeiros ou sucessores do de cujus, a sua escolha, substituí-lo ou receber o capital e lucros apurados em balanço intermediário na data do falecimento, em até 06 (Seis) parcelas corrigidas monetariamente.

CLÁUSULA IX – DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE:

A sociedade é administrada por ambos os sócios, que usa o nome da sociedade, sempre em conjunto, respondendo ativa e passivamente, por todos os atos da empresa.

PARÁGRAFO ÚNICO:

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude da condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art.1.011, §1º, CC/2002)

CLÁUSULA X – DAS RETIRADAS DE PRÓ-LABORE:

A título de pró-labore, ambos os sócios tem o direito a uma retirada mensal, de acordo com a operatividade e conveniência da empresa, obedecendo ao regulamento do imposto de renda e demais legislação vigente.

CLÁUSULA XI – DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E LUCROS:

Anualmente, em 31 de dezembro, proceder-se-á ao Balanço Patrimonial, e demais demonstrações financeiras, sendo os lucros ou prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados pelos sócios proporcionalmente as quotas de capital de cada um, ou mantidos em suspenso na sociedade a título específico, deste que assim deliberem os sócios, podendo os sócios realizar retiradas de lucros antecipadamente e levantar Balanços Intermediários.

CLÁUSULA XII – DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS:

As deliberações sociais são tomadas em reuniões de sócios.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

A reunião de sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo $\frac{3}{4}$ (Três quartos) do capital social, e, em segunda, com qualquer número.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Dispensa-se as formalidades de convocação prevista no 3º do art. 1.152 da Lei nº 10.406/02, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data e ordem do dia.

PARÁGRAFO TERCEIRO:

A reunião será dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas.

PARÁGRAFO QUARTO:

As deliberações dos sócios serão tomadas de acordo com o fórum estabelecido art. 1.076 da Lei nº 10.406/02.

CLÁUSULA XIII – DA EXCLUSÃO DOS SÓCIOS:

A exclusão dos sócios por justa causa somente é admitida quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, devendo neste caso ser determinada reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em prazo não inferior a 5 dias antes da reunião para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

CLÁUSULA XIV – DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos neste contrato serão decididos de comum acordo entre os sócios e em consonância com as disposições legais vigentes a cada caso.

CLÁUSULA XV – DO FORO

Fica eleito o foro de Goiânia, com expressa renúncia a qualquer outro, para dirimir as dúvidas oriundas do presente contrato.

E, assim, por estarem justos e contratados, lavram o presente instrumento em 02 (Duas) Vias de igual teor, forma e validade que é lido e assinalado abaixo.

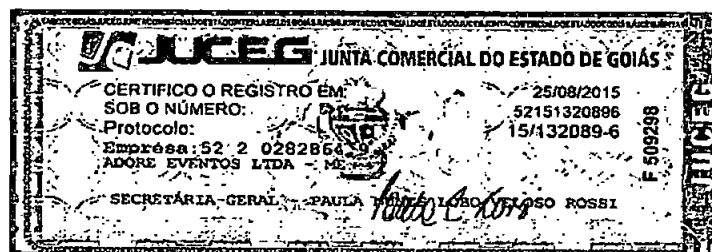
Goiânia/Go, 05 de Agosto de 2015

5º OFÍCIO

Lorena A. R. Z. McIntyre
Lorena Assis Rezende Rodrigues McIntyre

5º OFÍCIO

Kevin Leonard McIntyre
Kevin Leonard McIntyre



0096
9

5º TABELIONATO DE NOTAS DE GOIÂNIA - GOIÁS
RUA 3 - Nº 347 - SETOR CENTRAL
CEP: 74030.055 - FONE: 62 3223-1814

02051507081642084608124 - Consulte em <http://extreljudicial.jo.go.us.br/ele>
Reconheço verdadeira a assinatura de KEVIN LEONARD MCINTYRE.
Dou fé. Em Test. da Verdade.
Goiânia-GO 11/08/2015 09:15h. cs766224-0002
Ezequiel da Silva Araújo (Escrivente)

5º TABELIONATO DE NOTAS DE GOIÂNIA - GOIÁS
RUA 3 - Nº 347 - SETOR CENTRAL
CEP: 74030.055 - FONE: 62 3223-1814

02051507081642084607137 - Consulte em <http://extreljudicial.jo.go.us.br/ele>
Reconheço verdadeira a assinatura de LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE. Dou fé. Em Test. da Verdade.
Goiânia-GO 07/08/2015 09:15h. cs96085C-0028
Leonardo Silva Araújo (Escrivente)

Certifico que este documento da empresa ADORE EVENTOS LTDA - ME, Nire: 52 20282864-9, foi deferido e arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás. Para validar este documento, acesse <http://www.juceg.go.gov.br/> e informe: Nº do protocolo 15/132089-6 e o código de segurança qkOAY. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2015 09:30:09 por Paula Nunes Lobo – Secretária Geral.

**3ª (Terceira) ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
DA SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
ADORE EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/MF: 12.377.872/0001-52
NIRE 52202828649**

LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE, brasileira, casada em regime parcial de bens, comerciante, residente e domiciliado na Avenida Xingu, Qd. 68, LT. 13/18, S/N, Apto 304, Bloco B, Parque Amazonas, CEP. 74.840-350, Goiânia, Goiás, portadora da CI de nº 3587210/ 2ª via, expedida pela SSP-GO em 14/01/2009, natural de Goiânia, Goiás, nascida em 24/04/1985, filha de Colemar Vicente Rodrigues e Rosemary de Assis Rezende, portadora do CPF nº 011.429.801-70.

KEVIN LEONARD MCINTYRE, nacionalidade Britânica, casado em regime parcial de bens, comerciante, residente e domiciliado na Avenida Xingu, Qd. 68, LT. 13/18, S/N, Apto 304, Bloco B, Parque Amazonas, CEP. 74.840-350, Goiânia, Goiás, portador do Registro Nacional de Estrangeiro nº V453478-X permanente validade 30/03/2019, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, em 30/03/2010, natural da Inglaterra, nascido em 23/02/1981, filho de Tracy McIntyre e Stephen McIntyre, portador do CPF nº 738.285.481-72. Sócios competentes da sociedade empresaria Limitada: ADORE EVENTOS LTDA – ME, estabelecida na Avenida José Leandro da Cruz, nº 1.214, sala 01, Quadra 122, Lote 12, Parque Amazonas, Goiânia, Goiás, CEP. 74.843-010, inscrita no CNPJ sob o nº 12.377.872/0001-52, com contrato social arquivado na JUCEG em 12/08/2010, sob o nº 52202828649, resolvem promover alteração de seu contrato social, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1 – Alteração da Administração da Sociendade:

A sociedade é administrada por ambos os sócios, que usa o nome da sociedade em conjunto ou isoladamente respondendo ativa e passivamente, por todos os atos da empresa.

CONSOLIDAÇÃO DAS CLÁUSLAS

CLÁUSULA I – DA DENOMINAÇÃO, NOME DE FANTASIA E SEDE:

A sociedade gira sob a denominação de ADORE EVENTOS LTDA-ME, com nome de fantasia ADORE PRODUÇÕES, e sede na AVENIDA JOSÉ LEANDRO DA CRUZ, nº 1214, sala 01



CERTIFICO O REGISTRO EM 14/09/2017 13:27 SOB Nº 20174563329.
PROTOCOLO: 174563329 DE 14/09/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703569551. NIRE: 52202828649.
ADORE EVENTOS LTDA - ME

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 14/09/2017
www.portaldocmpreendedorgoiano.go.gov.br

QD. 122 LOTE 12, Parque Amazonas, Goiânia, Goiás, CEP. 74.843-010, podendo abrir filiais ou escritórios em qualquer parte do território nacional.

CLÁUSULA II – DO OBJETO SOCIAL:

A sociedade tem por objetivo; ORGANIZAÇÃO E A CONTRATAÇÃO DE FEIRAS, SHOWS E EVENTOS DE QUALQUER NATUREZA.

CLÁUSULA III – DA DURAÇÃO:

A sociedade tem início das atividades em 05 de agosto de 2010 criada por tempo de duração INDETERMINADO.

CLÁUSULA IV – DO CAPITAL SOCIAL:

O capital social é de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), dividido em 20.000 (Vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo que R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), dividido em 10.000 (Dez mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, para a sócia Lorena Assis Rezende Rodrigues McIntyre, totalmente integralizadas em moeda corrente do país, e R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), dividido em 10.000 (Dez mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, para o sócio Kevin Leonard McIntyre, totalmente integralizadas em moeda corrente do país.

PARÁGRAFO ÚNICO – A participação societária tem a seguinte composição;

SÓCIOS	Nº QUOTAS	VLR UNIT.	CAPITAL
Lorena Assis R. Rodrigues McIntyre	10.000	R\$ 1,00	R\$ 10.000,00
Kevin Leonard McIntyre	10.000	R\$ 1,00	R\$ 10.000,00
TOTAL	20.000	R\$ 1,00	R\$ 20.000,00



CERTIFICO O REGISTRO EM 14/09/2017 13:27 SOB Nº 20174563329.
PROTOCOLO: 174563329 DE 14/09/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703569551. NIRE: 52202828649.
ADORE EVENTOS LTDA - ME

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 14/09/2017
www.portaldoempreendedorgoiiano.go.gov.br

CLÁUSULA V – DA TRANSFERÊNCIA E CESSÃO DAS QUOTAS:

É vedada à cessão de quotas, ou transferência a terceiros, sem o consentimento dos demais sócios, os quais sempre tem preferência na sua aquisição, proporcionalmente ao valor das quotas subscritas.

CLÁUSULA VI – DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS:

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital na forma do art. 1.052 da Lei nº 10.406/02.

CLÁUSULA VII – DAS RESTRIÇÕES DOS SÓCIOS:

É vedada aos sócios prestar avais em nome da sociedade, e mesmo individualmente, inclusive fiança, caução, endosso, ou quaisquer outras garantias para fins estranhos aos interesses sociais.

CLÁUSULA VIII – DO TACIDO ACORDO

A sociedade não se dissolverá com o falecimento de qualquer dos sócios, podendo os herdeiros ou sucessores do de cujus, a sua escolha, substituí-lo ou receber o capital e lucros apurados em balanço intermediário na data do falecimento, em até 06 (Seis) parcelas corrigidas monetariamente.

CLÁUSULA IX – DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE:

A sociedade é administrada por ambos os sócios, que usa o nome da sociedade em conjunto ou isoladamente respondendo ativa e passivamente, por todos os atos da empresa.

PARÁGRAFO ÚNICO:

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude da condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra



CERTIFICO O REGISTRO EM 14/09/2017 13:27 SOB Nº 20174563329.
PROTOCOLO: 174563329 DE 14/09/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703569551. NIRE: 52202828649.
ADORE EVENTOS LTDA - ME

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 14/09/2017
www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br

normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art.1.011, §1º, CC/2002)

CLÁUSULA X – DAS RETIRADAS DE PRÓ-LABORE:

A título de pró-labore, ambos os sócios tem o direito a uma retirada mensal, de acordo com a operatividade e conveniência da empresa, obedecendo ao regulamento do imposto de renda e demais legislação vigente.

CLÁUSULA XI – DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E LUCROS:

Anualmente, em 31 de dezembro, proceder-se-á ao Balanço Patrimonial, e demais demonstrações financeiras, sendo os lucros ou prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados pelos sócios proporcionalmente as quotas de capital de cada um, ou mantidos em suspenso na sociedade a título específico, deste que assim deliberem os sócios, podendo os sócios realizar retiradas de lucros antecipadamente e levantar Balanços Intermediários.

CLÁUSULA XII – DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS:

As deliberações sociais são tomadas em reuniões de sócios.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

A reunião de sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo $\frac{3}{4}$ (Três quartos) do capital social, e, em segunda, com qualquer número.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Dispensa-se as formalidades de convocação prevista no 3º do art. 1.152 da Lei nº 10.406/02, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data e ordem do dia.



CERTIFICO O REGISTRO EM 14/09/2017 13:27 SOB Nº 20174563329.
PROTOCOLO: 174563329 DE 14/09/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703569551. NIRE: 52202828649.
ADORE EVENTOS LTDA - ME

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 14/09/2017
www.portaldoempreendedororgoiano.go.gov.br

PARÁGRAFO TERCEIRO:

A reunião será dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas.

PARÁGRAFO QUARTO:

As deliberações dos sócios serão tomadas de acordo com o fórum estabelecido art. 1.076 da Lei nº 10.406/02.

CLÁUSULA XIII – DA EXCLUSÃO DOS SÓCIOS:

A exclusão dos sócios por justa causa somente é admitida quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, devendo neste caso ser determinada reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em prazo não inferior a 5 dias antes da reunião para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

CLÁUSULA XIV – DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos neste contrato serão decididos de comum acordo entre os sócios e em consonância com as disposições legais vigentes a cada caso.

CLÁUSULA XV – DO FORO

Fica eleito o foro de Goiânia, com expressa renúncia a qualquer outro, para dirimir as dúvidas oriundas do presente contrato.

E, assim, por estarem justos e contratados, lavram o presente instrumento em 01 (Uma) Via, forma e validade que é lido e assinalado abaixo.



CERTIFICO O REGISTRO EM 14/09/2017 13:27 SOB Nº 20174563329.
PROTOCOLO: 174563329 DE 14/09/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11703569551. NIRE: 52202828649.
ADORE EVENTOS LTDA - ME

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 14/09/2017
www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br

Goiânia/Go, 13 de Setembro de 2017

Loirena A. R. R. McIntyre
Loirena Assis Rezende Rodrigues McIntyre

Kevin Leonard McIntyre
Kevin Leonard McIntyre

Cartório Lucas Fernandes - 8º Tabelionato de Notas
 Consulte o selo em <http://extrajudicial.tjgo.jus.br>
 02081612271513094601555,
 02081612271513094601056

0107-1252872

Reconheço por VERDADEIRA as assinaturas de KEVIN LEONARD MCINTYRE e LOIRENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE pessoa por mim devidamente identificada, e por haver sido aposta em minha presença, do que dou fé. Goiânia, 14/09/2017.

Em Teste da Verdade.

Diane Cristina de Oliveira - Escrevente



CERTIFICO O REGISTRO EM 14/09/2017 13:27 SOB Nº 20174563329.
 PROTOCOLO: 174563329 DE 14/09/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11703569551. NIRE: 52202828649.
 ADORE EVENTOS LTDA - ME

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
 SECRETÁRIA-GERAL
 GOIÂNIA, 14/09/2017

www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br

4º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA –

0103

ADORE EVENTOS LTDA
CNPJ: 12.377.872/0001-52

Ementa: I) DA ALTERAÇÃO DE ATIVIDADE
II) DO DESENQUADRAMENTO DE ME PARA DEMAIS
III) DA CONSOLIDAÇÃO

LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, comerciante, natural de Goiânia/GO, nascida em 24/04/1985, portadora da Carteira de Identidade nº 3587210 2ª Via, expedida pela SSP/GO em 14/01/2009, inscrita no CPF sob o nº 011.429.801-70, filha de Colemar Vicente Rodrigues e Rosemary de Assis Rezende, residente e domiciliada à Rua dos Jacarandas, s/n, Quadra 17, Lote 08, Jardins Valência, Goiânia – GO, CEP: 74.885-857;

● **KEVIN LEONARD MCINTYRE**, nacionalidade britânica, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, comerciante, natural da Inglaterra, nascido em 23/02/1981, portador do Registro Nacional de Estrangeiro nº V453478-X permanente validade 30/03/2019, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, em 30/03/2010, inscrito no CPF sob o nº 738.285.481-72, filho de Tracy McIntyre e Stephen McIntyre, residente e domiciliado à Rua dos Jacarandas, nº 100, Quadra 17, Lote 08, Jardins Valência, Goiânia – GO, CEP: 74.885-857.

Únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **ADORE EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.377.872/0001-52, com registro na Junta Comercial do Estado de Goiás (JUCEG) sob o NIRE nº: 52202828649, em sessão de 12/08/2010; com sede na Avenida José Leandro da Cruz, nº 1214, Qd. 122, Lt. 12, Sala 01, Parque Amazonas, Goiânia – GO, CEP: 74.843-010, resolve promover a quarta alteração contratual, mediante as seguintes cláusulas e condições:

● **CLÁUSULA 1ª – DA ALTERAÇÃO DAS ATIVIDADES**

A sociedade Empresária Limitada passará a ter o seguinte objeto social:

- 9001-9/02 – Produção musical;
- 8230-0/01 – Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas;
- 9329-8/99 – Outras atividades de recreação e lazer;
- 6462-0/00 – Holdings de instituições não financeiras
- 7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica;

- 5920-1/00 – Atividades de gravação som e de edição de música;
- 5912-0/02 – Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual;
- 7739-0/99 – Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais;
- 74.90-1/04 – Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários;
- 9001-9/99 – Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares;
- 9003-5/00 – Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas;
- 9319-1-01 – Produção e promoção de eventos esportivos;
- 9001-9/06 – Atividades de sonorização e de iluminação; e
- 7490-1/05 - Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas.

0104

CLÁUSULA 2ª – DO DESENQUADRAMENTO DE ME PARA DEMAIS

Fica desenquadrada de Microempresa a Sociedade Empresária Limitada, passando a se enquadrar como DEMAIS.

CLÁUSULA 3ª – DA CONSOLIDAÇÃO

Em decorrência das alterações supra ocorridas resolve-se promover a consolidação do contrato social, renovando-se as disposições contratuais anteriores com as novas redações e renumerando-as, que passa a reger-se pelas seguintes cláusulas e condições:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

ADORE EVENTOS LTDA

CNPJ: 12.377.872/0001-52

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO

CLÁUSULA 1ª – A sociedade limitada gira sob a denominação social **ADORE EVENTOS LTDA**, e nome fantasia **ADORE PRODUÇÕES**.

CLÁUSULA 2ª – A sociedade tem sede na Avenida José Leandro da Cruz, nº 1214, Qd. 122, Lt. 12, Sala 01, Parque Amazonas, Goiânia – GO, CEP: 74.843-010, podendo criar ou extinguir filiais, agências e escritórios em qualquer localidade do país ou no exterior, por

resolução da maioria do capital social.

CLÁUSULA 3ª – A sociedade tem os seguintes objetos sociais:

0105
4

- 9001-9/02 – Produção musical;
- 8230-0/01 – Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas;
- 9329-8/99 – Outras atividades de recreação e lazer;
- 6462-0/00 – Holdings de instituições não financeiras
- 7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica;
- 5920-1/00 – Atividades de gravação som e de edição de música;
- 5912-0/02 – Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual;
- 7739-0/99 – Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais;
- 7490-1/04 – Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários;
- 9001-9/99 – Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares;
- 9003-5/00 – Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas;
- 9319-1-01 – Produção e promoção de eventos esportivos;
- 9001-9/06 – Atividades de sonorização e de iluminação; e
- 7490-1/05 - Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas.

CLÁUSULA 4ª – A sociedade iniciou suas atividades em 05 de Agosto de 2010 e seu prazo de duração é indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL E DAS QUOTAS

CLÁUSULA 5ª – O capital social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) dividido em 20.000 (vinte mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	Nº QUOTAS	%	VALOR TOTAL (R\$)
LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE	10.000	50	10.000,00
KEVIN LEONARD MCINTYRE	10.000	50	10.000,00
TOTAL	20.000	100	20.000,00

0106

Parágrafo primeiro: A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02).

Parágrafo segundo: No caso de aumento do capital social, os sócios terão direito de preferência na subscrição das novas quotas, na proporção das respectivas participações por elas detidas na sociedade.

Parágrafo terceiro: As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e cada um terá direito a um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo quarto: É vedado os sócios, a qualquer título, total ou parcialmente, penhorar as quotas do capital social, caucioná-las, onerá-las ou empenhá-las.

Parágrafo quinto: Havendo condomínio de quotas, os direitos a elas inerentes somente poderão ser exercidos pelo condômino representante, ou pelo inventariante do espólio de sócio falecido.

Parágrafo sexto: É admitida a instituição de usufruto sobre as quotas representativas do capital social.

Parágrafo sétimo: As quotas mencionadas no caput desta cláusula, também poderão ser gravadas com as cláusulas de incomunicabilidade, impenhorabilidade e, observando-se ainda o seguinte: (i) o usufruto ficará extinto pela morte do usufrutuário; (ii) a cláusula de incomunicabilidade prevalecerá sempre, extinto ou não o usufruto, abrangendo as sociedades conjugais existentes ou que venham a existir, de maneira que as quotas doadas nunca se comunicarão aos respectivos cônjuges dos donatários, em qualquer circunstância; (iii) a cláusula de impenhorabilidade prevalecerá até a morte do doador e extinção do usufruto.

CAPITULO III DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA 6ª – A sociedade limitada será representada e administrada, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, com plenos e gerais poderes por ambos os sócios, podendo nomear procuradores para representá-las.

Paragrafo primeiro – A administração da sociedade compete aos sócios **LORENA**

ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE e KEVIN LEONARD MCINTYRE, já qualificadoFs acima, que assinando em conjunto ou isoladamente possuem amplos poderes para, dentre outras atribuições:

- 0107 ✓

I – Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais;

II – Administrar os negócios sociais em geral e praticar, para tanto, todos os atos necessários ou relacionados ao objeto social da sociedade, dispondo, dentre outros poderes, dos necessários para:

- a) Zelar pela observância da lei e deste contrato social e pelo cumprimento das deliberações tomadas nas reuniões dos sócios;
- b) Administrar os negócios sociais, podendo celebrar contratos, assinar documentos, movimentar conta bancária e emitir, aceitar e endossar cheques e duplicatas;

● **Parágrafo segundo:** Dependerão de prévia aprovação de ambos os sócios, a prática dos seguintes atos pela sociedade:

I – Comprar, vender, permutar, onerar a título de garantia ou por qualquer outra forma adquirir ou alienar bens imóveis da sociedade, determinando os respectivos preços, termos e condições;

II – Celebrar contratos de financiamento ou empréstimo com qualquer instituição, em especial instituições financeiras ou administradoras de créditos, com valor acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

III – Efetuar doações, conceder fiança ou aval, bem como qualquer outro ato de natureza gratuita que comprometa ou possa comprometer patrimonialmente a sociedade;

● IV – Renunciar ou dispor, de qualquer forma, a quaisquer direitos de que a sociedade seja titular.

● **Parágrafo terceiro:** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos praticados por qualquer dos sócios, administradores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social.

Parágrafo quarto: Na ausência ou impedimento de um dos sócios administradores, todas as funções inerentes ao seu cargo, serão acumuladas pelo outro, que em caso algum, a interferência de terceiros será aceita, salvo autorização reciprocamente consentida da parte.

CAPÍTULO IV DAS REUNIÕES DE SÓCIOS

CLÁUSULA 7ª – Os sócios reunir-se-ão quando necessário, mediante a convocação de qualquer um deles, através de carta registrada, com 08 (oito) dias de antecedência, devendo a mesma especificar o dia, a hora, o local da reunião e a ordem do dia. Das reuniões se lavrará ata, e as deliberações, a fim de que sejam válidas, dependerão da aprovação dos sócios que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social, salvo quórum legal ou contratual específico.

Parágrafo primeiro: Os sócios poderão ser representados por outros sócios ou por advogados, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados.

Parágrafo segundo: As reuniões de sócios poderão se instalar e validamente deliberar, sendo dispensadas as formalidades para convocação prevista no caput desta cláusula, se estiverem presentes os sócios representando a totalidade do capital social, ou se todos se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

CLÁUSULA 8ª – Sem prejuízo da realização das reuniões previstas na cláusula antecedente, realizar-se-á, obrigatoriamente, nos 04 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social, uma reunião ordinária dos sócios, para deliberar sobre as seguintes matérias: tomar as contas dos administradores; aprovar o balanço patrimonial e o resultado econômico; deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício; demais assuntos que constem da ordem do dia.

Parágrafo primeiro: Aplicam-se à reunião ordinária todas as disposições relativas às reuniões de sócios, inclusive aquelas relacionadas à dispensa das formalidades de convocação.

Parágrafo segundo: Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a reunião ordinária, os documentos relacionados às matérias constantes das alíneas "a" e "b" do caput, deverão ser postos à disposição dos sócios que não exerçam cargo de administração, com a competente prova do seu recebimento.

CLÁUSULA 9ª – As reuniões tornam-se dispensáveis quando todos os sócios deliberarem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas, nos exatos termos do §3º do art. 1.072 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02).

CAPITULO V DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

CLÁUSULA 10ª – Dependem da aprovação dos sócios quotistas representando a maioria do capital social, as seguintes matérias: destituição dos administradores não sócios; eleição de administradores sócios; modo de remuneração dos administradores, sócios e não sócios; pedido de recuperação judicial; aprovação de contas da administração; exclusão de sócio por justa causa; abertura e encerramento de filiais, escritórios e agências; destinação dos lucros líquidos apurados; e demais matérias sem previsão contratual ou legal específica.

CLÁUSULA 11ª – Dependem da aprovação dos sócios cotistas representando 2/3 (dois terços) do capital social, as seguintes matérias: a nomeação de administrador não sócio; destituição de administrador sócio. 20109

CLÁUSULA 12ª – Dependem da aprovação dos sócios quotistas representando 3/4 (três quartos) do capital social, as seguintes matérias: modificação do contrato social; incorporação; fusão; extinção da sociedade; cessação do estado de liquidação dissolução da sociedade; cisão da sociedade; transformação; e aprovação da alienação de bens do ativo permanente.

CAPÍTULO VI

DA CESSÃO DE QUOTAS E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

CLÁUSULA 13ª – Os sócios não poderão ceder ou transferir suas quotas, a qualquer título, total ou parcialmente, a pessoas estranhas ao quadro social, salvo aprovação expressa dos demais sócios.

CLÁUSULA 14ª – Entre os sócios, no entanto, as quotas serão sempre transferíveis, respeitada a preferência que os sócios terão na aquisição das quotas de outro sócio, nas mesmas proporções das quotas possuídas.

Parágrafo primeiro: O sócio que desejar alienar suas quotas, total ou parcialmente, deverá notificar por escrito os demais sócios, para que no prazo de trinta (30) dias manifestem o desejo de adquirir as quotas oferecidas, devendo a notificação informar todas as condições da oferta, em especial o preço e as formas de pagamento.

Parágrafo segundo: O direito de preferência acima regulado, será exercido pelos sócios na proporção das suas participações e nas mesmas condições da oferta.

Parágrafo terceiro: Quando apenas parte dos sócios manifestar o desejo de adquirir as quotas oferecidas, será estabelecida nova proporção entre os sócios interessados, para o exercício do direito de preferência na aquisição das mesmas quotas.

Parágrafo quarto: Decorrido o prazo de trinta (30) dias sem resposta concordante com a oferta, ou não se efetivando o negócio nos dez (10) dias seguintes àquele prazo, o sócio que ofereceu as suas quotas poderá aliená-las a qualquer um dos sócios, desde que respeite as condições originais da oferta.

Parágrafo quinto: Se nenhum dos sócios se interessar pela aquisição das quotas oferecidas, poderá a sociedade adquiri-las em tesouraria.

Parágrafo sexto: Não havendo interesse da sociedade na aquisição das quotas ofertadas, será dado ao sócio, o direito de se retirar da sociedade, hipótese em que serão seus haveres apurados nos termos da Cláusula 20 a seguir.

CLÁUSULA 15ª – Não serão admitidos ao convívio social quaisquer outros terceiros estranhos a sua composição social, em especial os credores dos sócios, e os ex-cônjuges ou ex-conviventes, nas hipóteses de dissolução do vínculo conjugal. 0110 d

Parágrafo único: Nas hipóteses previstas no caput desta cláusula, os haveres que porventura os ex-cônjuges, ex-conviventes ou credores vierem a fazer jus, serão calculados na forma da Cláusula 20 a seguir.

CAPÍTULO VII DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA 16ª – Além dos casos previstos em lei, a sociedade dissolver-se-á a qualquer tempo, somente por vontade dos sócios representando $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.

CLÁUSULA 17ª – O falecimento, a ausência ou a incapacidade civil de sócios não dissolverá a sociedade.

Parágrafo primeiro: Ocorrendo o falecimento ou a ausência do sócio, a sociedade prosseguirá com seus demais sócios e herdeiros ou sucessores legais do sócio falecido ou declarada ausente, exceto os cônjuges, ex-cônjuges, conviventes ou ex-conviventes, os quais, ainda que na qualidade de herdeiros do sócio falecido ou declarado ausente, não serão admitidos ao convívio social, procedendo-se a apuração e o pagamento dos seus haveres na forma da Cláusula 20 a seguir.

Parágrafo segundo: A declaração da incapacidade civil ou da ausência do sócio, neste caso, antes da abertura da sucessão, não lhe retirará a condição de sócio, caso em que será representado perante a sociedade por seu curador ou por quem de direito.

CAPÍTULO VIII DA RETIRADA E EXCLUSÃO DE SÓCIO

CLÁUSULA 18ª – O sócio que desejar se retirar da sociedade deverá fazer a comunicação por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, informando sua intenção de não continuar na sociedade, o valor da sua participação e a forma de pagamento.

Parágrafo primeiro: Na hipótese do caput desta cláusula (retirada voluntária do sócio), os demais sócios poderão adquirir as quotas do sócio retirante, na proporção das suas respectivas participações no capital social, devendo se manifestar no prazo acima.

Parágrafo segundo: Se apenas parte dos sócios manifestar o desejo de adquirir as quotas oferecidas, será estabelecida nova proporção entre os sócios interessados, para a aquisição das quotas do sócio retirante.

Parágrafo terceiro: A aquisição das quotas do sócio retirante, seja na hipótese do parágrafo primeiro, seja na hipótese do parágrafo segundo, aplica-se sobre a totalidade das quotas do sócio retirante. 0111

Parágrafo quarto: Não havendo interesse de nenhum dos sócios na aquisição das quotas do sócio alienante, será procedida a apuração dos seus haveres, na forma da Cláusula 20.

CLÁUSULA 19ª – É admitida a exclusão do sócio, por justa causa, mediante deliberação dos sócios representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social.

Parágrafo primeiro: Caberá à reunião de sócios, especialmente convocada para este fim, deliberar sobre a caracterização da justa causa, fixando as condutas e/ou atos de inegável gravidade e periculosidade, os quais colocam em risco a continuidade da empresa e a consecução dos seus objetivos sociais, incluindo-se como falta grave a quebra de "affectio societatis".

● **Parágrafo segundo:** Será dado ao sócio acusado ciência da data, horário e local da reunião que deliberará pela sua exclusão, conferindo-lhe o direito de defesa e contraditório.

CLÁUSULA 20ª – Na hipótese de retirada ou exclusão de qualquer um dos sócios, será levantado um balanço especial da data do evento, com base no qual será apurado o valor das quotas correspondentes, cujo balanço deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias e assinado também pelo sócio retirante ou excluído.

Parágrafo Único: As eventuais discordâncias na determinação do valor patrimonial das quotas do sócio retirante ou excluído serão resolvidas por duas (2) auditorias independentes, sendo uma indicada pelo sócio interessado e a outra pelos sócios remanescentes, e, na hipótese de laudos divergentes, será adotada a média dos valores apresentados por cada uma delas.

● **CLÁUSULA IX DO EXERCÍCIO SOCIAL**

CLÁUSULA 21ª – O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano, quando será procedida a elaboração do inventário dos bens da sociedade, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, que deverão estar concluídos até 30 (trinta) dias antes da data da realização da reunião ordinária dos sócios (Cláusula 8ª).

CLÁUSULA 22ª – Caberão aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados, desde que a aprovação seja unânime. Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão distribuídos ou aplicados na forma deliberada na reunião ordinária dos sócios, com base em proposta apresentada pelo administrador.

Parágrafo primeiro: A sociedade poderá distribuir lucros desproporcionais aos percentuais de participação do quadro societário, desde de que acordado por escrito pela totalidade dos sócios, de acordo com o artigo 1.007 da Lei Nº 10.406/2002. 0112

Parágrafo segundo: A sociedade poderá, a critério do administrador, levantar demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou mensais, observadas as prescrições legais, poderá proceder com a distribuição antecipada de lucros à conta do lucro líquido apurado no período.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 23ª – As administradoras declaram, sob as penas da lei, que não está impedidas de exercerem a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela a pena que o vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou ainda crimes contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA 24ª – Os acordos de sócios quotistas ou acionistas e outros documentos subscritos pela sociedade, com os demais quotistas ou acionistas de empresas que a mesma participe, obrigarão a sociedade por si, suas sócias e herdeiros ou sucessores dos sócios, desde que vigentes e em vigor

CAPÍTULO XI DO FORO

CLÁUSULA 25ª – Para todas as questões decorrentes deste contrato, fica desde já eleito o Foro da Comarca de Goiânia – GO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justo e contratado, assinam o presente instrumento em 01 (uma) via juntamente com as duas testemunhas abaixo, para todos os fins e efeitos de direito.

Goiânia - GO, 28 de outubro de 2022.

LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE

Sócia – Administradora

KEVIN LEONARD MCINTYRE

Sócio – Administrador



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ADORE EVENTOS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
01142980170	LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE
73828548172	KEVIN LEONARD MCINTYRE



CERTIFICO O REGISTRO EM 31/10/2022 16:27 SOB Nº 20221899081.
PROTOCOLO: 221899081 DE 28/10/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12214211424. CNPJ DA SEDE: 12377872000152.
NIRE: 52202828649. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 28/10/2022.
ADORE EVENTOS LTDA

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI
SECRETÁRIA-GERAL

www.portaldocmpreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

ADORE EVENTOS LTDA
CNPJ: 12.377.872/0001-52

0114
4

Ementa: I) DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS
II) DA CONSOLIDAÇÃO

LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, comerciante, natural de Goiânia/GO, nascida em 24/04/1985, portadora da Carteira de Identidade nº 3587210 2ª Via, expedida pela SSP/GO em 14/01/2009, inscrita no CPF sob o nº 011.429.801-70, filha de Colemar Vicente Rodrigues e Rosemary de Assis Rezende, residente e domiciliada à Rua dos Jacarandas, s/n, Quadra 17, Lote 08, Jardins Valência, Goiânia – GO, CEP: 74.885-857;

● **KEVIN LEONARD MCINTYRE**, nacionalidade britânica, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, comerciante, natural da Inglaterra, nascido em 23/02/1981, portador do Registro Nacional de Estrangeiro nº V453478-X permanente validade 30/03/2019, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, em 30/03/2010, inscrito no CPF sob o nº 738.285.481-72, filho de Tracy McIntyre e Stephen McIntyre, residente e domiciliado à Rua dos Jacarandas, nº 100, Quadra 17, Lote 08, Jardins Valência, Goiânia – GO, CEP: 74.885-857.

Únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **ADORE EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.377.872/0001-52, com registro na Junta Comercial do Estado de Goiás (JUCEG) sob o NIRE nº: 52202828649, em sessão de 12/08/2010; com sede na Avenida José Leandro da Cruz, nº 1214, Qd. 122, Lt. 12, Sala 01, Parque Amazonas, Goiânia – GO, CEP: 74.843-010, resolve promover a quinta alteração contratual, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª – DA TRANSFÊNCIA DE QUOTAS

● O sócio **KEVIN LEONARD MCINTYRE**, já qualificado, cedendo e transferindo parte de suas quotas de capital no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) referente 8.000 (oito mil) quotas, para a sócia **LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE**, já qualificada.

Parágrafo primeiro: O sócio cedente **KEVIN LEONARD MCINTYRE**, declara que recebeu todos os seus direitos e haveres referente as quotas transferidas, dando plena, geral e rasa quitação, não tendo mais nada a reclamar quer da sociedade, quer do cessionário.

Parágrafo segundo: Em decorrência da alteração, passa o capital social a ser distribuído da seguinte forma:



SÓCIOS	Nº QUOTAS	%	VALOR TOTAL (R\$)
LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE	18.000	90	18.000,00
KEVIN LEONARD MCINTYRE	2.000	10	2.000,00
TOTAL	20.000	100	20.000,00

0115

CLÁUSULA 2ª – DA CONSOLIDAÇÃO

Em decorrência das alterações supra ocorridas resolve-se promover a consolidação do contrato social, renovando-se as disposições contratuais anteriores com as novas redações e renumerando-as, que passa a reger-se pelas seguintes cláusulas e condições:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

ADORE EVENTOS LTDA

CNPJ: 12.377.872/0001-52

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO

CLÁUSULA 1ª – A sociedade limitada gira sob a denominação social **ADORE EVENTOS LTDA**, e nome fantasia **ADORE PRODUÇÕES**.

CLÁUSULA 2ª – A sociedade tem sede na Avenida José Leandro da Cruz, nº 1214, Qd. 122, Lt. 12, Sala 01, Parque Amazonas, Goiânia – GO, CEP: 74.843-010, podendo criar ou extinguir filiais, agências e escritórios em qualquer localidade do país ou no exterior, por resolução da maioria do capital social.

CLÁUSULA 3ª – A sociedade tem por objeto social as atividades de Produção musical. Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas. Outras atividades de recreação e lazer. Holdings de instituições não financeiras. Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica. Atividades de gravação som e de edição de música. Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual. Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais. Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários. Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares. Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas. Produção e promoção de eventos esportivos. Atividades de sonorização e de iluminação. Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas.

CLÁUSULA 4ª – A sociedade iniciou suas atividades em 05 de Agosto de 2010 e seu prazo de duração é indeterminado.



CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL E DAS QUOTAS

0116

CLÁUSULA 5ª – O capital social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) dividido em 20.000 (vinte mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	Nº QUOTAS	%	VALOR TOTAL (R\$)
LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE	18.000	90	18.000,00
KEVIN LEONARD MCINTYRE	2.000	10	2.000,00
TOTAL	20.000	100	20.000,00

Parágrafo primeiro: A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02).

Parágrafo segundo: No caso de aumento do capital social, os sócios terão direito de preferência na subscrição das novas quotas, na proporção das respectivas participações por elas detidas na sociedade.

Parágrafo terceiro: As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e cada um terá direito a um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo quarto: É vedado os sócios, a qualquer título, total ou parcialmente, penhorar as quotas do capital social, caucioná-las, onerá-las ou empenhá-las.

Parágrafo quinto: Havendo condomínio de quotas, os direitos a elas inerentes somente poderão ser exercidos pelo condômino representante, ou pelo inventariante do espólio de sócio falecido.

Parágrafo sexto: É admitida a instituição de usufruto sobre as quotas representativas do capital social.

Parágrafo sétimo: As quotas mencionadas no caput desta cláusula, também poderão ser gravadas com as cláusulas de incomunicabilidade, impenhorabilidade e, observando-se ainda o seguinte: (i) o usufruto ficará extinto pela morte do usufrutuário; (ii) a cláusula de incomunicabilidade prevalecerá sempre, extinto ou não o usufruto, abrangendo as sociedades conjugais existentes ou que venham a existir, de maneira que as quotas doadas nunca se comunicarão aos respectivos cônjuges dos donatários, em qualquer circunstância; (iii) a cláusula de impenhorabilidade prevalecerá até a morte do doador e extinção do usufruto.



CAPITULO III DA ADMINISTRAÇÃO

0117

CLÁUSULA 6ª – A sociedade limitada será representada e administrada, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, com plenos e gerais poderes por ambos os sócios, podendo nomear procuradores para representá-las.

Paragrafo primeiro – A administração da sociedade compete aos sócios **LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE** e **KEVIN LEONARD MCINTYRE**, já qualificadoFs acima, que assinando em conjunto ou isoladamente possuem amplos poderes para, dentre outras atribuições:

I – Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais;

II – Administrar os negócios sociais em geral e praticar, para tanto, todos os atos necessários ou relacionados ao objeto social da sociedade, dispondo, dentre outros poderes, dos necessários para:

- a) Zelar pela observância da lei e deste contrato social e pelo cumprimento das deliberações tomadas nas reuniões dos sócios;
- b) Administrar os negócios sociais, podendo celebrar contratos, assinar documentos, movimentar conta bancária e emitir, aceitar e endossar cheques e duplicatas;

Parágrafo segundo: Dependerão de prévia aprovação de ambos os sócios, a prática dos seguintes atos pela sociedade:

I – Comprar, vender, permutar, onerar a título de garantia ou por qualquer outra forma adquirir ou alienar bens imóveis da sociedade, determinando os respectivos preços, termos e condições;

II – Celebrar contratos de financiamento ou empréstimo com qualquer instituição, em especial instituições financeiras ou administradoras de créditos, com valor acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

III – Efetuar doações, conceder fiança ou aval, bem como qualquer outro ato de natureza gratuita que comprometa ou possa comprometer patrimonialmente a sociedade;

IV – Renunciar ou dispor, de qualquer forma, a quaisquer direitos de que a sociedade seja titular.

Parágrafo terceiro: São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos praticados por qualquer dos sócios, administradores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social.

Parágrafo quarto: Na ausência ou impedimento de um dos sócios



administradores, todas as funções inerentes ao seu cargo, serão acumuladas pelo outro, que em caso algum, a interferência de terceiros será aceita, salvo autorização reciprocamente consentida da parte.

0118

CAPÍTULO IV DAS REUNIÕES DE SÓCIOS

CLÁUSULA 7ª – Os sócios reunir-se-ão quando necessário, mediante a convocação de qualquer um deles, através de carta registrada, com 08 (oito) dias de antecedência, devendo a mesma especificar o dia, a hora, o local da reunião e a ordem do dia. Das reuniões se lavrará ata, e as deliberações, a fim de que sejam válidas, dependerão da aprovação dos sócios que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social, salvo quórum legal ou contratual específico.

Parágrafo primeiro: Os sócios poderão ser representados por outros sócios ou por advogados, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados.

Parágrafo segundo: As reuniões de sócios poderão se instalar e validamente deliberar, sendo dispensadas as formalidades para convocação prevista no caput desta cláusula, se estiverem presentes os sócios representando a totalidade do capital social, ou se todos se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

CLÁUSULA 8ª – Sem prejuízo da realização das reuniões previstas na cláusula antecedente, realizar-se-á, obrigatoriamente, nos 04 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social, uma reunião ordinária dos sócios, para deliberar sobre as seguintes matérias: tomar as contas dos administradores; aprovar o balanço patrimonial e o resultado econômico; deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício; demais assuntos que constem da ordem do dia.

Parágrafo primeiro: Aplicam-se à reunião ordinária todas as disposições relativas às reuniões de sócios, inclusive aquelas relacionadas à dispensa das formalidades de convocação.

Parágrafo segundo: Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a reunião ordinária, os documentos relacionados às matérias constantes das alíneas "a" e "b" do caput, deverão ser postos à disposição dos sócios que não exerçam cargo de administração, com a competente prova do seu recebimento.

CLÁUSULA 9ª – As reuniões tornam-se dispensáveis quando todos os sócios deliberarem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas, nos exatos termos do §3º do art. 1.072 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02).

CAPÍTULO V DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

CLÁUSULA 10ª – Dependem da aprovação dos sócios quotistas representando a maioria do capital social, as seguintes matérias: destituição dos administradores



não sócios; eleição de administradores sócios; modo de remuneração dos administradores, sócios e não sócios; pedido de recuperação judicial; aprovação de contas da administração; exclusão de sócio por justa causa; abertura e encerramento de filiais, escritórios e agências; destinação dos lucros líquidos apurados; e demais matérias sem previsão contratual ou legal específica. 0119 4

CLÁUSULA 11ª – Dependem da aprovação dos sócios cotistas representando 2/3 (dois terços) do capital social, as seguintes matérias: a nomeação de administrador não sócio; destituição de administrador sócio.

CLÁUSULA 12ª – Dependem da aprovação dos sócios quotistas representando 3/4 (três quartos) do capital social, as seguintes matérias: modificação do contrato social; incorporação; fusão; extinção da sociedade; cessação do estado de liquidação dissolução da sociedade; cisão da sociedade; transformação; e aprovação da alienação de bens do ativo permanente.

CAPÍTULO VI

DA CESSÃO DE QUOTAS E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

CLÁUSULA 13ª – Os sócios não poderão ceder ou transferir suas quotas, a qualquer título, total ou parcialmente, a pessoas estranhas ao quadro social, salvo aprovação expressa dos demais sócios.

CLÁUSULA 14ª – Entre os sócios, no entanto, as quotas serão sempre transferíveis, respeitada a preferência que os sócios terão na aquisição das quotas de outro sócio, nas mesmas proporções das quotas possuídas.

Parágrafo primeiro: O sócio que desejar alienar suas quotas, total ou parcialmente, deverá notificar por escrito os demais sócios, para que no prazo de trinta (30) dias manifestem o desejo de adquirir as quotas oferecidas, devendo a notificação informar todas as condições da oferta, em especial o preço e as formas de pagamento.

Parágrafo segundo: O direito de preferência acima regulado, será exercido pelos sócios na proporção das suas participações e nas mesmas condições da oferta.

Parágrafo terceiro: Quando apenas parte dos sócios manifestar o desejo de adquirir as quotas oferecidas, será estabelecida nova proporção entre os sócios interessados, para o exercício do direito de preferência na aquisição das mesmas quotas.

Parágrafo quarto: Decorrido o prazo de trinta (30) dias sem resposta concordante com a oferta, ou não se efetivando o negócio nos dez (10) dias seguintes àquele prazo, o sócio que ofereceu as suas quotas poderá aliená-las a qualquer um dos sócios, desde que respeite as condições originais da oferta.

Parágrafo quinto: Se nenhum dos sócios se interessar pela aquisição das quotas oferecidas, poderá a sociedade adquiri-las em tesouraria.



Parágrafo sexto: Não havendo interesse da sociedade na aquisição das quotas ofertadas, será dado ao sócio, o direito de se retirar da sociedade, hipótese em que serão seus haveres apurados nos termos da Cláusula 20 a seguir.

0120

CLÁUSULA 15ª – Não serão admitidos ao convívio social quaisquer outros terceiros estranhos a sua composição social, em especial os credores dos sócios, e os ex-cônjuges ou ex-conviventes, nas hipóteses de dissolução do vínculo conjugal.

Parágrafo único: Nas hipóteses previstas no caput desta cláusula, os haveres que porventura os ex-cônjuges, ex-conviventes ou credores vierem a fazer jus, serão calculados na forma da Cláusula 20 a seguir.

CAPÍTULO VII DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA 16ª – Além dos casos previstos em lei, a sociedade dissolver-se-á a qualquer tempo, somente por vontade dos sócios representando $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.

CLÁUSULA 17ª – O falecimento, a ausência ou a incapacidade civil de sócios não dissolverá a sociedade.

Parágrafo primeiro: Ocorrendo o falecimento ou a ausência do sócio, a sociedade prosseguirá com seus demais sócios e herdeiros ou sucessores legais do sócio falecido ou declarada ausente, exceto os cônjuges, ex-cônjuges, conviventes ou ex-conviventes, os quais, ainda que na qualidade de herdeiros do sócio falecido ou declarado ausente, não serão admitidos ao convívio social, procedendo-se a apuração e o pagamento dos seus haveres na forma da Cláusula 20 a seguir.

Parágrafo segundo: A declaração da incapacidade civil ou da ausência do sócio, neste caso, antes da abertura da sucessão, não lhe retirará a condição de sócio, caso em que será representado perante a sociedade por seu curador ou por quem de direito.

CAPÍTULO VIII DA RETIRADA E EXCLUSÃO DE SÓCIO

CLÁUSULA 18ª – O sócio que desejar se retirar da sociedade deverá fazer a comunicação por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, informando sua intenção de não continuar na sociedade, o valor da sua participação e a forma de pagamento.

Parágrafo primeiro: Na hipótese do caput desta cláusula (retirada voluntária do sócio), os demais sócios poderão adquirir as quotas do sócio retirante, na proporção das suas respectivas participações no capital social, devendo se manifestar no prazo acima.

Parágrafo segundo: Se apenas parte dos sócios manifestar o desejo de adquirir as quotas oferecidas, será estabelecida nova proporção entre os sócios interessados, para a aquisição das quotas do sócio retirante.



Parágrafo terceiro: A aquisição das quotas do sócio retirante, seja na hipótese do parágrafo primeiro, seja na hipótese do parágrafo segundo, aplica-se sobre a totalidade das quotas do sócio retirante.

Parágrafo quarto: Não havendo interesse de nenhum dos sócios na aquisição das quotas do sócio alienante, será procedida a apuração dos seus haveres, na forma da Cláusula 20.

CLÁUSULA 19ª – É admitida a exclusão do sócio, por justa causa, mediante deliberação dos sócios representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social.

Parágrafo primeiro: Caberá à reunião de sócios, especialmente convocada para este fim, deliberar sobre a caracterização da justa causa, fixando as condutas e/ou atos de inegável gravidade e periculosidade, os quais colocam em risco a continuidade da empresa e a consecução dos seus objetivos sociais, incluindo-se como falta grave a quebra de "affectio societatis".

Parágrafo segundo: Será dado ao sócio acusado ciência da data, horário e local da reunião que deliberará pela sua exclusão, conferindo-lhe o direito de defesa e contraditório.

CLÁUSULA 20ª – Na hipótese de retirada ou exclusão de qualquer um dos sócios, será levantado um balanço especial da data do evento, com base no qual será apurado o valor das quotas correspondentes, cujo balanço deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias e assinado também pelo sócio retirante ou excluído.

Parágrafo Único: As eventuais discordâncias na determinação do valor patrimonial das quotas do sócio retirante ou excluído serão resolvidas por duas (2) auditorias independentes, sendo uma indicada pelo sócio interessado e a outra pelos sócios remanescentes, e, na hipótese de laudos divergentes, será adotada a média dos valores apresentados por cada uma delas.

CAPÍTULO IX DO EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA 21ª – O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano, quando será procedida a elaboração do inventário dos bens da sociedade, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, que deverão estar concluídos até 30 (trinta) dias antes da data da realização da reunião ordinária dos sócios (Cláusula 8ª).

CLÁUSULA 22ª – Caberão aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados, desde que a aprovação seja unânime. Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão distribuídos ou aplicados na forma deliberada na reunião ordinária dos sócios, com base em proposta apresentada pelo administrador.

Parágrafo primeiro: A sociedade poderá distribuir lucros desproporcionais aos



Parágrafo segundo: A sociedade poderá, a critério do administrador, levantar demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou mensais, observadas as prescrições legais, poderá proceder com a distribuição antecipada de lucros à conta do lucro líquido apurado no período.

CLÁUSULA 23ª – As administradoras declaram, sob as penas da lei, que não está impedidas de exercerem a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela a pena que o vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou ainda crimes contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA 24ª – Os acordos de sócios quotistas ou acionistas e outros documentos subscritos pela sociedade, com os demais quotistas ou acionistas de empresas que a mesma participe, obrigarão a sociedade por si, suas sócias e herdeiros ou sucessores dos sócios, desde que vigentes e em vigor

CLÁUSULA 25ª – Para todas as questões decorrentes deste contrato, fica desde já eleito o Foro da Comarca de Goiânia – GO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justo e contratado, assinam o presente instrumento em 01 (uma) via juntamente com as duas testemunhas abaixo, para todos os fins e efeitos de direito.

Goiânia - GO, 22 de novembro de 2023.

LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE
Sócia – Administradora

KEVIN LEONARD MCINTYRE
Sócio – Administrador

**ASSINATURA ELETRÔNICA**

Certificamos que o ato da empresa ADORE EVENTOS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
01142980170	LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE
73828548172	KEVIN LEONARD MCINTYRE



CERTIFICO O REGISTRO EM 14/12/2023 09:19 SOB Nº 20233473750.
PROTOCOLO: 233473750 DE 27/11/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12317807131. CNPJ DA SEDE: 12377872000152.
NIRE: 52202828649. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 22/11/2023.
ADORE EVENTOS LTDA

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI
SECRETÁRIA-GERAL

www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

6ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA0124
f**ADORE EVENTOS LTDA**
CNPJ: 12.377.872/0001-52**Ementa: I) DA ALTERAÇÃO DE NOME FANTASIA**
II) DA CONSOLIDAÇÃO

LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, comerciante, natural de Goiânia/GO, nascida em 24/04/1985, portadora da Carteira de Identidade nº 3587210 2ª Via, expedida pela SSP/GO em 14/01/2009, inscrita no CPF sob o nº 011.429.801-70, filha de Colemar Vicente Rodrigues e Rosemary de Assis Rezende, residente e domiciliada à Rua dos Jacarandas, nº 100, Quadra 17, Lote 08, Jardins Valência, Goiânia – GO, CEP: 74.885-857;

KEVIN LEONARD MCINTYRE, nacionalidade britânica, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, comerciante, natural da Inglaterra, nascido em 23/02/1981, portador do Registro Nacional de Estrangeiro nº V453478-X permanente validade 30/03/2019, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, em 30/03/2010, inscrito no CPF sob o nº 738.285.481-72, filho de Tracy McIntyre e Stephen McIntyre, residente e domiciliado à Rua dos Jacarandas, nº 100, Quadra 17, Lote 08, Jardins Valência, Goiânia – GO, CEP: 74.885-857.

Únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **ADORE EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.377.872/0001-52, com registro na Junta Comercial do Estado de Goiás (JUCEG) sob o NIRE nº: 52202828649, em sessão de 12/08/2010; com sede na Avenida José Leandro da Cruz, nº 1214, Qd. 122, Lt. 12, Sala 01, Parque Amazonas, Goiânia – GO, CEP: 74.843-010, resolve promover a sexta alteração contratual, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª – DA ALTERAÇÃO DE NOME FANTASIA

A sociedade passa a ter como nome fantasia: **ADORE SHOWS**.

CLÁUSULA 2ª – DA CONSOLIDAÇÃO

Em decorrência das alterações supra ocorridas resolve-se promover a consolidação do contrato social, renovando-se as disposições contratuais anteriores com as novas redações e renumerando-as, que passa a reger-se pelas seguintes cláusulas e condições:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

ADORE EVENTOS LTDA
CNPJ: 12.377.872/0001-52

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO

CLÁUSULA 1ª – A sociedade limitada gira sob a denominação social **ADORE EVENTOS LTDA**, e nome fantasia **ADORE SHOWS**.

CLÁUSULA 2ª – A sociedade tem sede na Avenida José Leandro da Cruz, nº 1214, Qd. 122, Lt. 12, Sala 01, Parque Amazonas, Goiânia – GO, CEP: 74.843-010, podendo criar ou extinguir filiais, agências e escritórios em qualquer localidade do país ou no exterior, por resolução da maioria do capital social.

CLÁUSULA 3ª – A sociedade tem por objeto social as atividades de Produção musical. Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas. Outras atividades de recreação e lazer. Holdings de instituições não financeiras. Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica. Atividades de gravação som e de edição de música. Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual. Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais. Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários. Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares. Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas. Produção e promoção de eventos esportivos. Atividades de sonorização e de iluminação. Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas.

CLÁUSULA 4ª – A sociedade iniciou suas atividades em 05 de Agosto de 2010 e seu prazo de duração é indeterminado.

CAPÍTULO II
DO CAPITAL SOCIAL E DAS QUOTAS

CLÁUSULA 5ª – O capital social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) dividido em 20.000 (vinte mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, distribuído entre os sócios da seguinte forma:

0126

SÓCIOS	Nº QUOTAS	%	VALOR TOTAL (R\$)
LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE	18.000	90	18.000,00
KEVIN LEONARD MCINTYRE	2.000	10	2.000,00
TOTAL	20.000	100	20.000,00

Parágrafo primeiro: A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02).

Parágrafo segundo: No caso de aumento do capital social, os sócios terão direito de preferência na subscrição das novas quotas, na proporção das respectivas participações por elas detidas na sociedade.

Parágrafo terceiro: As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e cada um terá direito a um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo quarto: É vedado os sócios, a qualquer título, total ou parcialmente, penhorar as quotas do capital social, caucioná-las, onerá-las ou empenhá-las.

Parágrafo quinto: Havendo condomínio de quotas, os direitos a elas inerentes somente poderão ser exercidos pelo condômino representante, ou pelo inventariante do espólio de sócio falecido.

Parágrafo sexto: É admitida a instituição de usufruto sobre as quotas representativas do capital social.

Parágrafo sétimo: As quotas mencionadas no caput desta cláusula, também poderão ser gravadas com as cláusulas de incomunicabilidade, impenhorabilidade e, observando-se ainda o seguinte: (i) o usufruto ficará extinto pela morte do usufrutuário; (ii) a cláusula de incomunicabilidade prevalecerá sempre, extinto ou não o usufruto, abrangendo as sociedades conjugais existentes ou que venham a existir, de maneira que as quotas doadas nunca se comunicarão aos respectivos cônjuges dos donatários, em qualquer circunstância; (iii) a cláusula de impenhorabilidade prevalecerá até a morte do doador e extinção do usufruto.

CAPITULO III DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA 6ª – A sociedade limitada será representada e administrada, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, com plenos e gerais poderes por ambos os sócios, em conjunto e/ou isoladamente, podendo nomear procuradores para

0127

representá-las.

Parágrafo primeiro – A administração da sociedade compete aos sócios **LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE** e **KEVIN LEONARD MCINTYRE**, já qualificados acima, que assinando em conjunto ou isoladamente possuem amplos poderes para, dentre outras atribuições:

I – Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais;

II – Administrar os negócios sociais em geral e praticar, para tanto, todos os atos necessários ou relacionados ao objeto social da sociedade, dispondo, dentre outros poderes, dos necessários para:

- a) Zelar pela observância da lei e deste contrato social e pelo cumprimento das deliberações tomadas nas reuniões dos sócios;
- b) Administrar os negócios sociais, podendo celebrar contratos, assinar documentos, movimentar conta bancária e emitir, aceitar e endossar cheques e duplicatas;

Parágrafo segundo: Dependem de prévia aprovação de ambos os sócios, a prática dos seguintes atos pela sociedade:

I – Comprar, vender, permutar, onerar a título de garantia ou por qualquer outra forma adquirir ou alienar bens imóveis da sociedade, determinando os respectivos preços, termos e condições;

II – Celebrar contratos de financiamento ou empréstimo com qualquer instituição, em especial instituições financeiras ou administradoras de créditos, com valor acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

III – Efetuar doações, conceder fiança ou aval, bem como qualquer outro ato de natureza gratuita que comprometa ou possa comprometer patrimonialmente a sociedade;

IV – Renunciar ou dispor, de qualquer forma, a quaisquer direitos de que a sociedade seja titular.

Parágrafo terceiro: São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos praticados por qualquer dos sócios, administradores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social.

Parágrafo quarto: Na ausência ou impedimento de um dos sócios administradores, todas as funções inerentes ao seu cargo, serão acumuladas pelo outro, que em caso algum, a interferência de terceiros será aceita, salvo autorização reciprocamente consentida da parte.



CAPÍTULO IV DAS REUNIÕES DE SÓCIOS

CLÁUSULA 7ª – Os sócios reunir-se-ão quando necessário, mediante a convocação de qualquer um deles, através de carta registrada, com 08 (oito) dias de antecedência, devendo a mesma especificar o dia, a hora, o local da reunião e a ordem do dia. Das reuniões se lavrará ata, e as deliberações, a fim de que sejam válidas, dependerão da aprovação dos sócios que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social, salvo quórum legal ou contratual específico.

Parágrafo primeiro: Os sócios poderão ser representados por outros sócios ou por advogados, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados.

Parágrafo segundo: As reuniões de sócios poderão se instalar e validamente deliberar, sendo dispensadas as formalidades para convocação prevista no caput desta cláusula, se estiverem presentes os sócios representando a totalidade do capital social, ou se todos se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

CLÁUSULA 8ª – Sem prejuízo da realização das reuniões previstas na cláusula antecedente, realizar-se-á, obrigatoriamente, nos 04 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social, uma reunião ordinária dos sócios, para deliberar sobre as seguintes matérias: tomar as contas dos administradores; aprovar o balanço patrimonial e o resultado econômico; deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício; demais assuntos que constem da ordem do dia.

Parágrafo primeiro: Aplicam-se à reunião ordinária todas as disposições relativas às reuniões de sócios, inclusive aquelas relacionadas à dispensa das formalidades de convocação.

Parágrafo segundo: Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a reunião ordinária, os documentos relacionados às matérias constantes das alíneas "a" e "b" do caput, deverão ser postos à disposição dos sócios que não exerçam cargo de administração, com a competente prova do seu recebimento.

CLÁUSULA 9ª – As reuniões tornam-se dispensáveis quando todos os sócios deliberarem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas, nos exatos termos do §3º do art. 1.072 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02).

CAPÍTULO V DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

CLÁUSULA 10ª – Dependem da aprovação dos sócios quotistas representando a maioria do capital social, as seguintes matérias: destituição dos

administradores não sócios; eleição de administradores sócios; modo de remuneração dos administradores, sócios e não sócios; pedido de recuperação judicial; aprovação de contas da administração; exclusão de sócio por justa causa; abertura e encerramento de filiais, escritórios e agências; destinação dos lucros líquidos apurados; e demais matérias sem previsão contratual ou legal específica.

CLÁUSULA 11ª – Dependem da aprovação dos sócios cotistas representando 2/3 (dois terços) do capital social, as seguintes matérias: a nomeação de administrador não sócio; destituição de administrador sócio.

CLÁUSULA 12ª – Dependem da aprovação dos sócios quotistas representando $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, as seguintes matérias: modificação do contrato social; incorporação; fusão; extinção da sociedade; cessação do estado de liquidação dissolução da sociedade; cisão da sociedade; transformação; e aprovação da alienação de bens do ativo permanente.

CAPÍTULO VI

DA CESSÃO DE QUOTAS E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

CLÁUSULA 13ª – Os sócios não poderão ceder ou transferir suas quotas, a qualquer título, total ou parcialmente, a pessoas estranhas ao quadro social, salvo aprovação expressa dos demais sócios.

CLÁUSULA 14ª – Entre os sócios, no entanto, as quotas serão sempre transferíveis, respeitada a preferência que os sócios terão na aquisição das quotas de outro sócio, nas mesmas proporções das quotas possuídas.

Parágrafo primeiro: O sócio que desejar alienar suas quotas, total ou parcialmente, deverá notificar por escrito os demais sócios, para que no prazo de trinta (30) dias manifestem o desejo de adquirir as quotas oferecidas, devendo a notificação informar todas as condições da oferta, em especial o preço e as formas de pagamento.

Parágrafo segundo: O direito de preferência acima regulado, será exercido pelos sócios na proporção das suas participações e nas mesmas condições da oferta.

Parágrafo terceiro: Quando apenas parte dos sócios manifestar o desejo de adquirir as quotas oferecidas, será estabelecida nova proporção entre os sócios interessados, para o exercício do direito de preferência na aquisição das mesmas quotas.

Parágrafo quarto: Decorrido o prazo de trinta (30) dias sem resposta concordante com a oferta, ou não se efetivando o negócio nos dez (10) dias seguintes àquele prazo, o sócio que ofereceu as suas quotas poderá aliená-las a qualquer um dos sócios, desde que respeite as condições originais da oferta.



0130

Parágrafo quinto: Se nenhum dos sócios se interessar pela aquisição das quotas oferecidas, poderá a sociedade adquiri-las em tesouraria.

Parágrafo sexto: Não havendo interesse da sociedade na aquisição das quotas ofertadas, será dado ao sócio, o direito de se retirar da sociedade, hipótese em que serão seus haveres apurados nos termos da Cláusula 20 a seguir.

CLÁUSULA 15ª – Não serão admitidos ao convívio social quaisquer outros terceiros estranhos a sua composição social, em especial os credores dos sócios, e os ex-cônjuges ou ex-conviventes, nas hipóteses de dissolução do vínculo conjugal.

Parágrafo único: Nas hipóteses previstas no caput desta cláusula, os haveres que porventura os ex-cônjuges, ex-conviventes ou credores vierem a fazer jus, serão calculados na forma da Cláusula 20 a seguir.

CAPÍTULO VII DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA 16ª – Além dos casos previstos em lei, a sociedade dissolver-se-á a qualquer tempo, somente por vontade dos sócios representando $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.

CLÁUSULA 17ª – O falecimento, a ausência ou a incapacidade civil de sócios não dissolverá a sociedade.

Parágrafo primeiro: Ocorrendo o falecimento ou a ausência do sócio, a sociedade prosseguirá com seus demais sócios e herdeiros ou sucessores legais do sócio falecido ou declarada ausente, exceto os cônjuges, ex-cônjuges, conviventes ou ex-conviventes, os quais, ainda que na qualidade de herdeiros do sócio falecido ou declarado ausente, não serão admitidos ao convívio social, procedendo-se a apuração e o pagamento dos seus haveres na forma da Cláusula 20 a seguir.

Parágrafo segundo: A declaração da incapacidade civil ou da ausência do sócio, neste caso, antes da abertura da sucessão, não lhe retirará a condição de sócio, caso em que será representado perante a sociedade por seu curador ou por quem de direito.

CAPÍTULO VIII DA RETIRADA E EXCLUSÃO DE SÓCIO

CLÁUSULA 18ª – O sócio que desejar se retirar da sociedade deverá fazer a comunicação por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, informando sua intenção de não continuar na sociedade, o valor da sua participação e a forma de pagamento.

Parágrafo primeiro: Na hipótese do caput desta cláusula (retirada voluntária



do sócio), os demais sócios poderão adquirir as quotas do sócio retirante, na proporção das suas respectivas participações no capital social, devendo se manifestar no prazo acima.

Parágrafo segundo: Se apenas parte dos sócios manifestar o desejo de adquirir as quotas oferecidas, será estabelecida nova proporção entre os sócios interessados, para a aquisição das quotas do sócio retirante.

Parágrafo terceiro: A aquisição das quotas do sócio retirante, seja na hipótese do parágrafo primeiro, seja na hipótese do parágrafo segundo, aplica-se sobre a totalidade das quotas do sócio retirante.

Parágrafo quarto: Não havendo interesse de nenhum dos sócios na aquisição das quotas do sócio alienante, será procedida a apuração dos seus haveres, na forma da Cláusula 20.

CLÁUSULA 19ª – É admitida a exclusão do sócio, por justa causa, mediante deliberação dos sócios representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social.

Parágrafo primeiro: Caberá à reunião de sócios, especialmente convocada para este fim, deliberar sobre a caracterização da justa causa, fixando as condutas e/ou atos de inegável gravidade e periculosidade, os quais colocam em risco a continuidade da empresa e a consecução dos seus objetivos sociais, incluindo-se como falta grave a quebra de "affectio societatis".

Parágrafo segundo: Será dado ao sócio acusado ciência da data, horário e local da reunião que deliberará pela sua exclusão, conferindo-lhe o direito de defesa e contraditório.

CLÁUSULA 20ª – Na hipótese de retirada ou exclusão de qualquer um dos sócios, será levantado um balanço especial da data do evento, com base no qual será apurado o valor das quotas correspondentes, cujo balanço deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias e assinado também pelo sócio retirante ou excluído.

Parágrafo Único: As eventuais discordâncias na determinação do valor patrimonial das quotas do sócio retirante ou excluído serão resolvidas por duas (2) auditorias independentes, sendo uma indicada pelo sócio interessado e a outra pelos sócios remanescentes, e, na hipótese de laudos divergentes, será adotada a média dos valores apresentados por cada uma delas.

CAPÍTULO IX DO EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA 21ª – O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano, quando será procedida a elaboração do inventário dos bens da sociedade, do

balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, que deverão estar concluídos até 30 (trinta) dias antes da data da realização da reunião ordinária dos sócios (Cláusula 8ª).

CLÁUSULA 22ª – Caberão aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados, desde que a aprovação seja unânime. Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão distribuídos ou aplicados na forma deliberada na reunião ordinária dos sócios, com base em proposta apresentada pelo administrador.

Parágrafo primeiro: A sociedade poderá distribuir lucros desproporcionais aos percentuais de participação do quadro societário, desde de que acordado por escrito pela totalidade dos sócios, de acordo com o artigo 1.007 da Lei Nº 10.406/2002.

Parágrafo segundo: A sociedade poderá, a critério do administrador, levantar demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou mensais, observadas as prescrições legais, poderá proceder com a distribuição antecipada de lucros à conta do lucro líquido apurado no período.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 23ª – As administradoras declaram, sob as penas da lei, que não está impedidas de exercerem a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela a pena que o vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou ainda crimes contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA 24ª – Os acordos de sócios quotistas ou acionistas e outros documentos subscritos pela sociedade, com os demais quotistas ou acionistas de empresas que a mesma participe, obrigarão a sociedade por si, suas sócias e herdeiros ou sucessores dos sócios, desde que vigentes e em vigor

CAPÍTULO XI DO FORO

CLÁUSULA 25ª – Para todas as questões decorrentes deste contrato, fica desde já eleito o Foro da Comarca de Goiânia – GO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justo e contratado, assinam o presente instrumento em 01 (uma) via juntamente com as duas testemunhas abaixo, para todos os fins e efeitos de direito.

0133
d

Goiânia - GO, 10 de setembro de 2024.

LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE
Sócia – Administradora

KEVIN LEONARD MCINTYRE
Sócio – Administrador



0134

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ADORE EVENTOS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF/CNPJ	Nome	
01142980170	LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE	
73828548172	KEVIN LEONARD MCINTYRE	



CERTIFICO O REGISTRO EM 12/09/2024 09:31 SOB Nº 20243096682.
PROTOCOLO: 243096682 DE 12/09/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12413058126. CNPJ DA SEDE: 12377872000152.
NIRE: 52202828649. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 10/09/2024.
ADORE EVENTOS LTDA

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI
SECRETÁRIA-GERAL

www.portaldodoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



0135

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Município de Guarapuava/PR, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.178.037/0001-76, nesse ato representado pela Secretaria Municipal de Turismo e Eventos, atesta para os devidos fins de direito, que a empresa **ADORE EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 12.377.872/0001-52, contratada através da inexigibilidade nº12/2024, para execução de serviços de **SHOW ARTISTICO, DO ARTISTA JULIANO SON**, prestou serviços conforme contrato, não havendo fato superveniente que desabone sua conduta técnica e comercial dentro dos padrões de qualidade e desempenho, cumprindo sua obrigação regularmente, e não há reclamação ou objeção quanto à qualidade dos services executados.

Guarapuava, 16 de Agosto de 2024.

Marcos Vinicios Lustoza Danqui
Fiscal
Inexigibilidade 12/2024
Contrato 111/2024



MARCOS VINICIOS
LUSTOZA DANGUI
***.360.149-**
MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
16/08/2024 11:28:49

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOM ASSINADO EM 16/08/2024 ÀS 11:28:49 POR MARCOS VINICIOS LUSTOZA DANGUI - (***.360.149-**) EM 16/08/2024 ÀS 11:28:49. PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://icp.atende.net/ip66/62242e692>





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORINTO

Setor de Licitação

licitacao@corinto.mg.gov.br

Avenida Getúlio Vargas, 200 – Centro – Corinto, Minas Gerais
CEP 39.200-000 – TEL (38)3751-2771 – CNPJ 17.695.016/0001-69

0136

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para todos os fins de direito, que a empresa **ADORE EVENTOS LTDA** inscrito no CNPJ sob o nº 12.377.872/0001-52, foi nossa fornecedora de serviços de show musical do artista **Juliano Son** no dia *17 de julho de 2024*, como parte das atrações alusivas em comemoração à festa tradicional "Forró de Corinto de 2024". A prestação do serviço compreendeu uma apresentação de 1h e 15 minutos na Área de Lazer de Corinto, localizado à rua Professor Joaquim V. Machado, 350, bairro Clarindo de Paiva, Corinto/MG. Estando a contratação em conformidade com Contrato 345/2024, com processo de inexigibilidade nº **15/2024** e processo licitatório **37/2024**. A referida contratada cumpriu sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos estar apta a cumprir com o objeto contratado, nada tendo que a desabone. Por ser verdade, firmamos a presente.

Corinto - MG, 15 de agosto de 2024

**Evaldo
Paulo
dos
Reis:70161
429653**

Assinado digitalmente por EVALDO
PAULO DOS REIS:70161429653
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=
08714927000103, OU=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM
BRANCO); OU=presencial, CN=
EVALDO PAULO DOS
REIS:70161429653
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização:
Data: 2024.08.15 15:00:05-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.0

Evaldo Paulo dos Reis
Prefeito Municipal
CONTRATANTE



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos pra os devidos fins, que a empresa **ADORE EVENTOS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o Nº. 12.377.872/0001-52, prestou serviços para a realização de show artístico musical, com a **Banda Livres para Adorar**, e cumpriu na íntegra as cláusulas contratuais. Conforme o exposto, asseguramos que os serviços foram prestados com boa qualidade, dentro dos padrões contratados, cumprindo fielmente os compromissos assumidos, e portanto, sem apresentar qualquer anormalidade contratual.

Sem mais para o momento, é o que nos cumpre informar.

Turvelândia - GO, 11 de Abril de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVELÂNDIA
CNPJ Nº 25.107.657/0001-83
REILA APª NAVES DE FARIAS
Prefeita Municipal

9

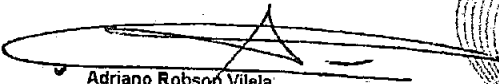
1940-1941
1942-1943
1944-1945
1946-1947
1948-1949
1950-1951
1952-1953
1954-1955
1956-1957
1958-1959
1960-1961
1962-1963
1964-1965
1966-1967
1968-1969
1970-1971
1972-1973
1974-1975
1976-1977
1978-1979
1980-1981
1982-1983
1984-1985
1986-1987
1988-1989
1990-1991
1992-1993
1994-1995
1996-1997
1998-1999
2000-2001
2002-2003
2004-2005
2006-2007
2008-2009
2010-2011
2012-2013
2014-2015
2016-2017
2018-2019
2020-2021
2022-2023
2024-2025
2026-2027
2028-2029
2030-2031
2032-2033
2034-2035
2036-2037
2038-2039
2040-2041
2042-2043
2044-2045
2046-2047
2048-2049
2050-2051
2052-2053
2054-2055
2056-2057
2058-2059
2060-2061
2062-2063
2064-2065
2066-2067
2068-2069
2070-2071
2072-2073
2074-2075
2076-2077
2078-2079
2080-2081
2082-2083
2084-2085
2086-2087
2088-2089
2090-2091
2092-2093
2094-2095
2096-2097
2098-2099
2100-2101
2102-2103
2104-2105
2106-2107
2108-2109
2110-2111
2112-2113
2114-2115
2116-2117
2118-2119
2120-2121
2122-2123
2124-2125
2126-2127
2128-2129
2130-2131
2132-2133
2134-2135
2136-2137
2138-2139
2140-2141
2142-2143
2144-2145
2146-2147
2148-2149
2150-2151
2152-2153
2154-2155
2156-2157
2158-2159
2160-2161
2162-2163
2164-2165
2166-2167
2168-2169
2170-2171
2172-2173
2174-2175
2176-2177
2178-2179
2180-2181
2182-2183
2184-2185
2186-2187
2188-2189
2190-2191
2192-2193
2194-2195
2196-2197
2198-2199
2200-2201
2202-2203
2204-2205
2206-2207
2208-2209
2210-2211
2212-2213
2214-2215
2216-2217
2218-2219
2220-2221
2222-2223
2224-2225
2226-2227
2228-2229
2230-2231
2232-2233
2234-2235
2236-2237
2238-2239
2240-2241
2242-2243
2244-2245
2246-2247
2248-2249
2250-2251
2252-2253
2254-2255
2256-2257
2258-2259
2260-2261
2262-2263
2264-2265
2266-2267
2268-2269
2270-2271
2272-2273
2274-2275
2276-2277
2278-2279
2280-2281
2282-2283
2284-2285
2286-2287
2288-2289
2290-2291
2292-2293
2294-2295
2296-2297
2298-2299
2300-2301
2302-2303
2304-2305
2306-2307
2308-2309
2310-2311
2312-2313
2314-2315
2316-2317
2318-2319
2320-2321
2322-2323
2324-2325
2326-2327
2328-2329
2330-2331
2332-2333
2334-2335
2336-2337
2338-2339
2340-2341
2342-2343
2344-2345
2346-2347
2348-2349
2350-2351
2352-2353
2354-2355
2356-2357
2358-2359
2360-2361
2362-2363
2364-2365
2366-2367
2368-2369
2370-2371
2372-2373
2374-2375
2376-2377
2378-2379
2380-2381
2382-2383
2384-2385
2386-2387
2388-2389
2390-2391
2392-2393
2394-2395
2396-2397
2398-2399
2400-2401
2402-2403
2404-2405
2406-2407
2408-2409
2410-2411
2412-2413
2414-2415
2416-2417
2418-2419
2420-2421
2422-2423
2424-2425
2426-2427
2428-2429
2430-2431
2432-2433
2434-2435
2436-2437
2438-2439
2440-2441
2442-2443
2444-2445
2446-2447
2448-2449
2450-2451
2452-2453
2454-2455
2456-2457
2458-2459
2460-2461
2462-2463
2464-2465
2466-2467
2468-2469
2470-2471
2472-2473
2474-2475
2476-2477
2478-2479
2480-2481
2482-2483
2484-2485
2486-2487
2488-2489
2490-2491
2492-2493
2494-2495
2496-2497
2498-2499
2500-2501
2502-2503
2504-2505
2506-2507
2508-2509
2510-2511
2512-2513
2514-2515
2516-2517
2518-2519
2520-2521
2522-2523
2524-2525
2526-2527
2528-2529
2530-2531
2532-2533
2534-2535
2536-2537
2538-2539
2540-2541
2542-2543
2544-2545
2546-2547
2548-2549
2550-2551
2552-2553
2554-2555
2556-2557
2558-2559
2560-2561
2562-2563
2564-2565
2566-2567
2568-2569
2570-2571
2572-2573
2574-2575
2576-2577
2578-2579
2580-2581
2582-2583
2584-2585
2586-2587
2588-2589
2590-2591
2592-2593
2594-2595
2596-2597
2598-2599
2600-2601
2602-2603
2604-2605
2606-2607
2608-2609
2610-2611
2612-2613
2614-2615
2616-2617
2618-2619
2620-2621
2622-2623
2624-2625
2626-2627
2628-2629
2630-2631
2632-2633
2634-2635
2636-2637
2638-2639
2640-2641
2642-2643
2644-2645
2646-2647
2648-2649
2650-2651
2652-2653
2654-2655
2656-2657
2658-2659
2660-2661
2662-2663
2664-2665
2666-2667
2668-2669
2670-2671
2672-2673
2674-2675
2676-2677
2678-2679
2680-2681
2682-2683
26

PROTESTO.
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E
PESSOAS JURÍDICAS DE GOIÂNIA.



Registro de Títulos e Documentos - Livro B
Protocolizado, registrado e digitalizado sob nº Protocolo 1727797
e registrado sob nº 1622052 data 08/11/2021 09:07:15.
Emolumentos: R\$ 32,65 ISS: R\$ 1,63 Fundos: R\$ 11,84 Correios.:
R\$ 0 Outras Desp: 0 Tx. Judic.: R\$ 16,33
Total: R\$ 63,68
Selo Eletrônico: 00082111010138312900000
Consulta Selo: <https://seu.tjgo.jus.br/buscas>




Adriano Robson Vilela
Escrevente Substituto

Fone: (62) 3224-4209

REQUERIMENTO PARA REGISTRO/AVERBAÇÃO DE DOCUMENTOS NO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DO 1º PRTO DE GOIÂNIA.**DADOS DO REQUERENTE e DATA:** 20 / 09 / 2023

Nome Completo: LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE

Nacionalidade: BRASILEIRA

Estado Civil: CASADA

Profissão: EMPRESARIA

CPF/CNPJ: 011.429.801-70

RG: 3587210 SSPGO

E-mail: LORENA.MCINTYRE@ADORESHOWS.COM.BR

Telefone fixo: (62) 981010601

Celular: (62) 98101-0601

☒ Sim () Não

Endereço: RUA DOS JACARANDAS QD 17 LT 08 Nº100

Bairro: JARDINS VALÊNCIA

Cidade: GOIANIA

CEP: 74885-857

UF: GO

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO (obrigatório)

Tipo de documento: CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO

Valor declarado – NÃO ☐ SIM ☒

Valor R\$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) extenso.

Se NÃO possuir valor declarado, informe a quantidade de páginas _____.

Uma das partes possui domicílio em Goiânia - NÃO ☐ SIM ☒**VENHO POR MEIO DESTES REQUERER QUE:**O presente documento seja: REGISTRADO ☒ AVERBADO ☐ às margens do registro de número: _____**MODELOS DE DECLARAÇÃO PADRÃO (Assine se necessário conforme o tipo de documento)****CONTRATOS VINCULADOS A AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS**

Declaro estar ciente da existência da portaria de número 177/2014-GP-JUR, que diz que a responsabilidade pelo registro de contratos vinculados a aquisição de veículos é do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás e que o presente registro em Cartório de Títulos e Documentos **NÃO SE RELACIONA** com o registro feito pelo DETRAN/GO.

EXISTÊNCIA DE GARANTIA IMOBILIÁRIA (hipoteca, alienação fiduciária de imóveis e penhor rural/ industrial/ mercantil)

Declaro estar ciente que, para que surtam plenos efeitos legais, o presente documento deve ser levado a registro também no Cartório de Registro de Imóveis competente (Art. 167 da Lei 6.015/73).

ESPAÇO PARA DECLARAÇÕES E OBSERVAÇÕES GERAIS

SENDO REGISTRO PARA FINS DE CONSERVAÇÃO

Solicito que o presente documento seja registrado com base no Art. 127, VII, da Lei 6.015/73. Estando ciente dos termos do Art. 127-A, que o registro terá a finalidade de arquivamento de conteúdo e data e que não gerará efeitos em relação a terceiros e não poderá servir como instrumento para cobrança de dívidas, mesmo que de forma velada, nem para protesto, notificação extrajudicial, medida judicial ou negativação nos serviços de proteção ao crédito ou congêneres.

Informar dados do requerente:

Nome completo:

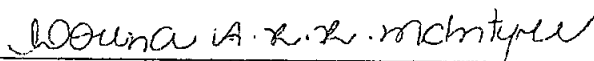
CPF/CNPJ:

TRATAMENTO DE DADOS/LGPD (Obrigatório)

Em atenção ao Art. 9º da Lei 13.709/2018, informamos que os dados fornecidos através do requerimento, ou coletados durante a realização do registro do documento apresentado, serão tratados em observância aos princípios mencionados no Art. 6º da norma, em especial necessidade e finalidade.

Informamos também que o §4º do Art. 7º, dispensa a exigência do consentimento previsto no caput do artigo, para os dados tornados manifestamente públicos pelo titular, resguardados os direitos do titular e os princípios previstos nesta Lei. Cabe esclarecer que uma das características e funções principais do registro é torna-lo público. Ressalvadas situações específicas em Lei, os registros feitos pela Serventia têm caráter público, sendo a garantia de publicidade uma obrigação disposta no Art. 16 da Lei 6.015/73. Esclarecemos que o tratamento de dados pessoais é feito para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.

Para maiores informações sobre o tratamento de dados, acesse a nossa política de privacidade no www.lprotestogoiania.com.br ou entre em contato através do e-mail encarregado@lprotestogoiania.com.br. Salientamos que este canal é exclusivo para esclarecimentos sobre o tratamento de dados realizados pela Serventia.



ASSINATURA DO REQUERENTE



CONTRATO DE AGENCIAMENTO E REPRESENTAÇÃO ARTÍSTICA EM REGIME DE EXCLUSIVIDADE

Instrumento particular de representação artística que entre si celebram, de um lado,

Como **Representante**, a **Adore Eventos LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.377.872/0001-52, estabelecida à avenida José Leandro da Cruz, nº 1214, sala: 01, Qd. 122, Lt. 12, bairro Parque Amazonas, município de Goiânia, estado de Goiás, CEP: 74.843-010, vem, através de sua sócia-proprietária e representante legal, Sr. (a) **Lorena Assis Rezende Rodrigues McIntyre**, casada, empresária, inscrita no CPF sob o nº 011.429.801-70 e RG sob o nº 3587210 – SSP/GO - 2ª via, residente e domiciliada à rua dos Jacarandás, Qd. 17, Lt. 08, bairro Jardins Valência, município de Goiânia, estado de Goiás e, do outro lado,

Como **Representado**, o Sr. **Juliano Son**, casado, cantor, inscrito(a) no CPF sob o nº 301.214.178-24 RG sob o nº 13256226 – SSP/SP, pelos termos de fato e de direito que abaixo se apresentam:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto do presente contrato a representação em caráter exclusivo, do **Representado** pela **Representante** na qualidade de sua *Produtora Artística*.

CLÁUSULA SEGUNDA: A *Produtora Artística* poderá firmar contrato em nome de seu representado em caráter exclusivo para realização de apresentações e participações artísticas, shows ou eventos, em qualquer parte do território nacional, ajustado em nome do representado, valor do cachê, número de apresentações, uso de imagem, local e horário.

CLÁUSULA TERCEIRA: A *Produtora Artística*, no desempenho de suas funções, agirá com toda diligência requerida pelos princípios da boa fé contratual, atendo-se às instruções recebidas do *Artista* e ficando obrigado a fornecer, quando lhe for solicitado, informações detalhadas sobre o andamento dos negócios a seu cargo, devendo dedicar-se à representação, a fim de tentar expandir os negócios do *Artista* e promover



seus serviços.

CLÁUSULA QUARTA: O prazo deste contrato é de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, sendo renovado automaticamente, por igual período, se não houver oposição de qualquer das partes até o último dia do contrato.

CLÁUSULA QUINTA: A cláusula de exclusividade não é recíproca, podendo a *Produtora Artística*, atuar na representação também de outros Artistas dentro e/ou fora do território nacional concomitantemente com a representação do *Artista*.

CLÁUSULA SEXTA: Fica eleito o foro da cidade de Goiânia para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes do presente contrato.

Por estarem as partes de pleno acordo com os termos e CLÁUSULAS contratuais, assinam o presente em inteiro teor.

Goiânia - Goiás, dia 19 de junho de 2023.

Representado - Artista

JULIANO SON

CPF: 301.214.178-24

ADORE EVENTOS
LTDA:123778720
00152

Assinado de forma digital
por ADORE EVENTOS
LTDA:12377872000152
Dados: 2023.06.19
16:25:51 -03'00'

Representante - Produtora Artística

ADORE EVENTOS LTDA.- ME

CNPJ: 12.377.872/0001-52

Lorena Assis Rezende Rodrigues McIntyre

Contrato de Exclusividade - Juliano Son x Adore.pdf

Documento número #3090ebf1-a604-43b4-b336-3ef49a7c3623

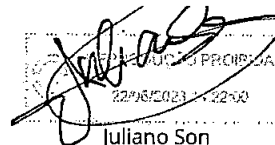
Hash do documento original (SHA256): 88d14d69f6ef46a677210946673ebd8c73a33aa320b475a4c7352137b582cfc2

Assinaturas

**Juliano Son**

CPF: 301.214.178-24

Assinou como parte em 22 jun 2023 às 14:22:00


22/06/2023 14:22:00
Juliano Son**Lorena Assis Rezende McIntyre**

CPF: 011.429.801-70

Assinou como parte em 22 jun 2023 às 14:32:45

Log

- 22 jun 2023, 14:14:01 Operador com email financeiro@livresoficial.com na Conta f5348eb2-e651-45e4-a686-451b58ed1f5c criou este documento número 3090ebf1-a604-43b4-b336-3ef49a7c3623. Data limite para assinatura do documento: 22 de julho de 2023 (14:11). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 22 jun 2023, 14:14:02 Operador com email financeiro@livresoficial.com na Conta f5348eb2-e651-45e4-a686-451b58ed1f5c adicionou à Lista de Assinatura: juliano.son@gmail.com para assinar como parte, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Juliano Son.
- 22 jun 2023, 14:14:02 Operador com email financeiro@livresoficial.com na Conta f5348eb2-e651-45e4-a686-451b58ed1f5c adicionou à Lista de Assinatura: contratos@adoreshows.com.br para assinar como parte, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Lorena Assis Rezende McIntyre e CPF 011.429.801-70.
- 22 jun 2023, 14:22:00 Juliano Son assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail juliano.son@gmail.com. CPF informado: 301.214.178-24. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 31c376(...), vide anexo 22 jun 2023, 14-22-00.png. IP: 189.69.27.207. Componente de assinatura versão 1.524.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
- 22 jun 2023, 14:32:45 Lorena Assis Rezende McIntyre assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail contratos@adoreshows.com.br. CPF informado: 011.429.801-70. IP: 189.63.4.211. Componente de assinatura versão 1.524.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.

22 jun 2023, 14:32:45

Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 3090ebf1-a604-43b4-b336-3ef49a7c3623.

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 3090ebf1-a604-43b4-b336-3ef49a7c3623, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

1PRIDPJ-1776088-26/09/2023-000823-11992930090000

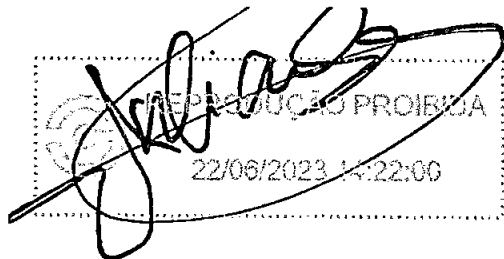
Anexos

Juliano Son

Assinou o documento enquanto parte em 22 jun 2023 às 14:22:00

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 31c376(...)



REPRODUÇÃO PROIBIDA
22/06/2023 14:22:00

Juliano Son
22 jun 2023, 14-22-00.png

1PRTDPL-1776088-26/09/2023-000823-1992930090000



0147

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE GOIÁS - COMARCA DE GOIÂNIA

1º Protesto, Registro de Títulos e Documento e Pessoas Jurídicas de Goiânia
Naurican Ludovico Lacerda - Tabelião e Registrador

REGISTRO: Certifico que foi apresentado este documento, com 5 página(s), registrado no livro de Títulos e Documentos, sob o número 1669133 em 26/09/2023 10:15:49 no 1º Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Protestos de Goiânia, possui o mesmo valor probante do original para todos os fins de Direito, seja em Juízo ou fora dele, nos termos dos artigos 161 da Lei nº 6.015/73 e 217 da Lei 10.406/02 e foi extraído sob forma de documento eletrônico devendo para validade ser conservado em meio eletrônico, bem como comprovada a autoria e integridade. Goiânia, 26 de setembro de 2023. Certifico ainda, que a assinatura digital constante neste documento eletrônico está em conformidade com os padrões da ICP-Brasil, nos termos da Lei 11.977 de 07 de julho de 2009.

Para conferir a autenticidade deste documento efetue a leitura do QR Code
impresso ou acesse o endereço eletrônico <https://see.tigo.jus.br/buscas/>



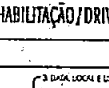
Selo Eletrônico: 00082309211992930090000

ROGERIO LOPES
SANTANA:931480
03187

Rogério Lopes Santana
Escrevente

Assinado digitalmente por ROGERIO LOPES
SANTANA:3148263181
ID: C=BR, DN=C=BR, OU=Secretaria do Recrutamento Federal
ID: C=BR, DN=C=BR, OU=Recursos Humanos, OU=VALD, OU=AR
1AAR, DN=C=BR, OU=Recursos Humanos, OU=Recursos Humanos,
318768040006100, CN=ROGERIO LOPES
SANTANA:3148263181
Razão: Eu atesto e prelobo a integridade deste documento
Localizado: 1º Registro das Pessoas Jurídicas, Títulos e
Documentos e Protocolos de Gólkia
Data: 2023.06.26 às 10:17:05-03'00"
Formato: PDF Render Versão: 12.0.1

1PRTDPJ-1776088-26/09/2023-000823 1992930090000

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO		
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN		
2º NOME E SOBRENOME JULIANO SON	3ª DATA LOCAL E LUGAR NASCIMENTO 10/02/1974, SAO PAULO, SP	1ª PASSAGEM 04/02/1997
	4ª DATA EMISSÃO 04/12/2023	6ª VALIDADE 30/10/2033
	46 DOB (IDENTIDADE) / DOB (EMISSÃO) / FUI 462562261 SSP SP	8ª ALC D
	46 CPM 301.214.178-24	9ª Nº REGISTRO 02644315289
	NACIONALIDADE BRASILEIRO	8ª CAT RES B
FLS Nº CEE CHONS ON		
SUNG SOOK KIM		

9	10	11	12	9	10	11	12
ACC 				D 			
A 				D1 			
A1 				W2 			
B 		30/11/2035		CK 			
B1 				CT1 			
C 				DE 			
C1 				D1E 			

12 OBSERVATIONS

LOC: SAO PAULO, SP

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÁNSITO
00684198327
SP071432692

SÃO PAULO

QR-CODE



0148

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO/SENATRAN

[illegible]

I<BRA026443152<892<<<<<<<<<<<<
7402119M3311307BRA<<<<<<<<<<2
JULIANO<<SON<<<<<<<<<<<<<<<<<

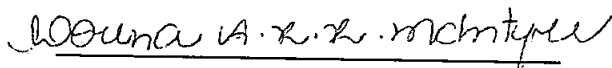


- 0149
9

DECLARAÇÃO DE BANDA NÃO FIXA

A Adore Eventos Ltda, estabelecida na Avenida José Leandro da Cruz, Nº. 1.214, Sala: 01, Qd. 122, Lt. 12, Bairro Parque Amazonas, Goiânia – GO, CEP: 74.843-010, inscrita no CNPJ de Nº 12.377.872/0001-52, representante do artista Juliano Son (em artes - Livres), declara que os músicos que acompanham o cantor, são músicos contratados no período em que o escritório do artista inicia o processo de organização de logística, sendo que de forma aleatória e conforme a disponibilidade de cada um é que se faz a contratação para a formação da banda que o acompanhará. O cantor não possui uma banda fixa.

Goiânia, 02 de Março de 2020.



Adore Eventos Ltda
CNPJ: 12.377.872/0001-52

Pedido de Registro de Marca de Produto e/ou Serviço de Livre Preenchimento (Nominativa)

Número do Processo: 926847708

Dados Gerais

Nome: JULIANO SON

CPF/CNPJ/Número INPI: 30121417824

Endereço: R. Cônego Vicente Miguel Marino, 275 - ap. 122 B - Barra Funda

Cidade: São Paulo

Estado: SP

CEP: 01135020

País: Brasil

Natureza Jurídica: Pessoa Física

e-mail: santanapf@terra.com.br

Dados do Procurador/Escritório

Procurador:

Nome: alan de azevedo maia

CPF: 69935149153

e-mail: alanmaia.1@hotmail.com

Nº API:

Nº OAB: 023947GO

UF: GO

Dados do(s) requerente(s)

Nome: JULIANO SON

CPF/CNPJ/Número INPI: 30121417824

Endereço: R. Cônego Vicente Miguel Marino, 275 - ap. 122 B - Barra Funda

Cidade: São Paulo

Estado: SP

CEP: 01135020

País: Brasil

Natureza Jurídica: Pessoa Física

e-mail: santanapf@terra.com.br

Dados da Marca**Apresentação:** Nominativa**Natureza:** Produto e/ou serviço**Elemento Nominativo:** JULIANO SON**Marca possui elementos em
Idioma estrangeiro?** Não**Especificação de produtos e serviços – Livre preenchimento****Classe escolhida - NCL(11) 41****Especificação pré-aprovada:**

- Cantor(a)

Declaração de Atividade

- ☒ Em cumprimento ao disposto no art. 128 da Lei 9279/96, o(s) requerente(s) do presente pedido declara(m), sob as penas da Lei, que exerce(m) efetiva e lícitamente atividade compatível com os produtos ou serviços reivindicados, de modo direto ou através de empresas controladas direta ou indiretamente.

Anexos

Descrição	Nome do Arquivo
Documento juliano son	docs ju.pdf
Comprovante gru	Comprovante_01-06-2022_165247.pdf
Procuração	Procuracao INPI JULIANO SON - Clicksign.pdf

- ☒ Declaro, sob as penas da lei, que todas as informações prestadas neste formulário são verdadeiras.

Obrigado por acessar o e-Marcas.

A partir de agora, o número 926847708 identificará o seu pedido junto ao INPI. Contudo, a aceitação do pedido está condicionada à confirmação do pagamento da respectiva GRU (Guia de Recolhimento da União), que deverá ter sido efetuado previamente ao envio deste formulário eletrônico, bem como ao cumprimento satisfatório de eventual exigência formal, (prevista no art. 157 da Lei 9.279/96), em até cinco dias contados do primeiro dia útil após a publicação da referida exigência na RPI (disponível em formato .pdf no portal www.inpi.gov.br), sob pena do presente pedido vir a ser considerado inexistente.



Este pedido foi enviado pelo sistema e-Marcas (Verso 4) em 02/06/2022 às 06:56

0152

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

8000-2

46734968

CAIXEIRA DE IDENTIDADE

NÃO PLASTIFICAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

13.256.226-1 2 via

DATA DE EMISSÃO 02/08/2019

JULIANO SON

CEE CHONG SON

SUNG SOOK KIM

S.PAULO - SP

11/02/1974

SÃO PAULO.SP BOM RETIRO CC:LV.B017/FLS.173 /Nº04533

301214178/24

Delegado de Polícia Delegado RACOLSP.SP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

01/06/2022 - BANCO DO BRASIL - 16:52:43
414804148 0005

AGENDAMENTO DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: ADORE EVENTOS LTDA

AGENCIA: 4148-3 CONTA: 24.591-7

BANCO DO BRASIL

00190000090294091719450954338179890320000016600

BENEFICIARIO:

INSTITUTO N P I - INPI

NOME FANTASIA:

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE I

CNPJ: 42.521.088/0001-37

PAGADOR:

JULIANO SON

CPF: 301.214.178-24

NR. DOCUMENTO	63.001
NOSSO NUMERO	29409171950954338
CONVENIO	02940917
DATA DE VENCIMENTO	30/06/2022
DATA DO PAGAMENTO	30/06/2022
VALOR DO DOCUMENTO	166,00
VALOR COBRADO	166,00

PAGAMENTO AGENDADO.

A quitação efetiva desse debito dependera da validação das condições de pagamento junto ao beneficiario e da existencia de saldo na sua conta-corrente as 23:45h da data escolhida. O comprovante definitivo somente sera emitido apos a quitação.

Central de Atendimento BB

4004 0001 Capitais e regioes metropolitanas

0800 729 0001 Demais localidades.

Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC BB

0800 729 0722

Informacoes, reclamacoes, cancelamento de produtos e servicos.

Ouvidoria

0800 729 5678

Reclamacoes nao solucionadas nos canais habituais agencia, SAC e demais canais de atendimento.

Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala

0800 729 0088

Informacoes, reclamacoes, cancelamento de cartao,
outros produtos e servicos de Ouvidoria.



CAMARIM – LIVRES – JULIANO SON

Desde já agradecemos sua atenção em providenciar um camarim onde vamos poder nos acomodar da melhor forma possível antes do evento iniciar. Iremos usá-lo durante a montagem de nossos equipamentos e passagem de som. Nesse período, por favor deixe organizado algumas bebidas, como água, água de coco, café e sucos para a banda. Se tiverem frutas será muito bem-vindo, fiquem à vontade.

Segue nossas sugestões de bebidas e lanches (Grupo de 6 pessoas):

Bebidas:

- Água mineral gelada e natural
- Água de coco natural
- Refrigerantes – Coca-Cola zero, Coca-Cola comum, Guaraná zero
- Sucos de frutas variados – uva integral, laranja sem açúcar
- 1 Garrafa Café sem açúcar (adoçante e açúcar a parte)

Comidas (antes das apresentações):

- Frutas da época variadas (maçã, banana, uva ou outros) higienizadas ou Salada de frutas

Refeição (após as apresentações):

- Catering para 6 pessoas - carne e frango, arroz, feijão, salada, uma massa, farofa, batata frita
- Suco de uva integral ou laranja sem açúcar, água mineral natural e gelada, refrigerante Coca-cola zero, coca-cola comum, guaraná zero
- Molho de pimenta

Extras:

- 1 microondas para esquentar a comida (caso termine muito tarde)
- 6 pratos de vidro ou cerâmica, 6 garfos, 6 facas
- Guardanapos ou toalha de papel
- Tomada 110V para uso de nebulizador

Se tiverem alguma dúvida não deixe de nos falar. Se quiserem acrescentar algo fiquem à vontade.

QUANTO AO CAMARIM

É de inteira responsabilidade do contratante um camarim (conforme lista de camarim a ser enviada com antecedência) no local do evento com salgados, lanches, frutas e bebidas durante a passagem de som e a apresentação.

QUANTO A FORMA DE PAGAMENTO:

50% - no ato da assinatura do contrato;

50% - 2 (dois) dias antes evento ou no dia do evento conforme lei municipal;

(O pagamento será **desconsiderado** caso seja feito em **caixa eletrônico** ou seja feito através de **cheque administrativo**).

DADOS BANCÁRIOS:

Banco: SICOOB - 756

Agência: 5004

Conta Corrente: 1.073.909-2

Favorecido: Adore Eventos Ltda.

CNPJ: 12.377.872/0001-52

Proposta com validade de 60 dias.

Goiânia - GO, 06 de fevereiro de 2025

ADORE EVENTOS LTDA:12377872000152

Digitally signed by ADORE EVENTOS
LTDA:12377872000152

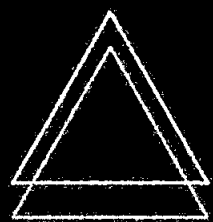
ADORE EVENTOS LTDA

CNPJ: 12.377.872/0001-52

Lorena Assis Rezende Rodrigues McIntyre

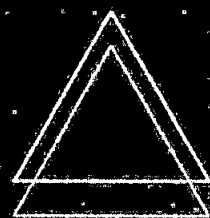
Año 157

2022

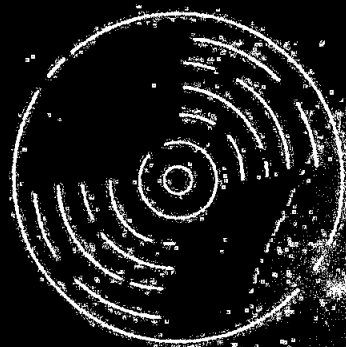


Rider técnico de
ÁUDIO

Completo



Juliano Son- LIVRES



RIDER TÉCNICO DE ÁUDIO

JULIANO SON - LIVRES



*Este rider é parte integrante do contrato e seu descumprimento pode configurar a quebra do mesmo. Qualquer dúvida, por favor, entrar em contato com o número abaixo.

0158

Douglas Barba
Técnico Responsável
(11)94872-3798
tecnicobarba@gmail.com

P.A. / F.O.H

O P.A. deverá ser compatível com a área a ser sonorizada com uma cobertura uniforme em pressão (spl) e resposta de frequências.

Montar Front Fill para a área próxima ao palco com caixas Point source de mesma marca do P.A e torres de delay com a mesma caixa do P.A em áreas maiores que 50 metros de profundidade.

A House Mix deverá ser coberta e estar localizada entre 1 e 1,5 vezes a distância entre um P.A. e outro, a 30cm do chão e centralizada em relação ao palco.

Algumas marcas de P.A. indicadas: (D&b, L-Acoustics, JBL, Nexo, EV, Meyer, EAW, LS Audio, Norton).

01 Console Digital com iluminação: (DiGiCo SD7, SD8 / Allen Heath Dlive S7000 ,5000 / Avid Venue Profile Mix Rack c/ 3 DSPs / Yamaha PM5D, CL5)

- Não aceitamos caixas cópias ou clones.
- Não aceitamos telas (mesmo ortofônicas) em frente aos PAs.

Qualquer divergência de marcas e modelos que não estejam na lista acima deverá ser discutida e aprovada pelo técnico responsável.

RIDER TÉCNICO DE ÁUDIO

JULIANO SON - LIVRES



MONITOR

0159

01 Console Digital: (Yamaha PM5D RH / DiGiCo SD7, SD8)

05 sistemas de In Ears com Combiner e antena (Shure PSM1000, 900 / Sennheiser SR2050, EW300 G3 ou IEM G4)

OBS: Não serão aceitos Shure PSM700, PSM600, AKG ou outras marcas não citadas aqui.

● Sistema de microfone sem fio Sennheiser SHURE UR , ULX OU QLX com bastão Beta 58 para o artista.

01 Sistema de comunicação entre a House Mix e o Monitor com sinal luminoso.

BACKLINE

- Microfones e pedestais de acordo com o Input List
- 14 Direct Box (Radial, Klark-Teknik, Wirlwind, EAM)
- 01 Amplificador de Guitarra: Fender Twin Reverb / Marshall JCM 800 ou 2000
- 01 Amplificador para contra-baixo : Ampeg SVT4PRO com caixa SVT810 / Hartke HA5500 com caixa 1x15" + 4x10" / GK 800RB com caixa 1x15" + 4x10"
- 01 Estante Stay ou X
- 01 bateria Completa : Yamaha Stage Custom / Tama Starclassic / Pearl Export / Grestch Catalina -----Bumbo 22" / Tom 12" / Surdo de 16"
- Ferragens: 01 suporte para caixa / 01 máquina de chimbal completa / 04 estantes "Girafa" para prato/ 01 banco / 01 pedal de bumbo
- 08 Praticáveis de 2 x 1 m com pés telescópicos de 30cm

ENERGIA

- 01 gerador de no mínimo 260 kva, com cabeamento até a intermediária no palco.
- OBRIGATÓRIO GERADOR**
- Não será aceito, em nenhuma hipótese, que o som e a luz sejam ligados na mesma fonte de energia.
 - 05 régua de AC
 - 05 Pontos de AC 120V 60Hz estabilizados no palco
 - Sistema de aterramento no palco e House Mix

RIDER TÉCNICO DE ÁUDIO

JULIANO SON - LIVRES



INPUT LIST

0160

CANAL	INSTRUMENTO	MICROFONE / D.I.	SUB SNAKE	PEDESTAL
01	Bumbo	Shure Beta 52		Curto
02	Caixa1	Shure SM57		Médio
03	Esteira1	Shure SM57		Curto
04	Hi Hat	Shure SM181		Médio
05	Tom 1	AKG E604		Clamp
06	Surdo	AKG E604		Clamp
07	OV L	Shure Sm181		Longo
08	OV R	Shure Sm181		longo
09	PAD DRUM	Direct Box		Suporte Caixa
10	Bass	Direct Box		-----
11	GTR L	Direct Box	B - 1	-----
12	GTR R	Direct Box	B - 2	-----
13	Key L	Direct Box	B - 3	-----
14	Key R	Direct Box	B - 4	-----
15	VS HARM L	Direct Box	B - 5	-----
16	VS HARM R	Direct Box	B - 6	-----
17	VS GTR	Direct Box	B - 7	-----
18	VS BACK	Direct Box	B - 8	-----
19	VS PERC	Direct Box	B - 9	-----
20	VS VOZ	Direct Box	B - 10	-----
21	VS CLIC	Direct Box	B - 11	-----
22	VS REGENCIA	Direct Box	B - 12	-----
23	VOZ JULIANO	Shure UR Beta 58	MULTICABO 23	-----
24	-----	-----	-----	-----
25	STD BY JULIANO	Shure UR Beta 58	MULTICABO 25	-----
26	-----	-----	-----	-----
27	-----	-----	-----	-----
28	-----	-----	-----	-----
29	-----	-----	-----	-----
30	-----	-----	-----	-----
31	TALK PRODUTOR	Shure SM58	LOCAL 31	Longo
32	TALK MONITOR	Shure SM58	LOCAL 32	Longo

RIDER TÉCNICO DE ÁUDIO

JULIANO SON - LIVRES



SUBSNAKE

0161

Subsnake 01 Vermelho		
Numero	INPUT	Canal
1	BUMBO	1
2	CX TOP	2
3	CX BOTTOM	3
4	HI HAT	4
5	TOM 1	5
6	SURDO	6
7	OVER L	7
8	OVER R	8
9	PAD DRUM	9
10	BASS	10
11		
12		

Subsnake 02 Azul		
Numero	INPUT	Canal
1	GTR L	11
2	GTR R	12
3	KEY L	13
4	KEY R	14
5	VS HARM L	15
6	VS HARM R	16
7	VS GTR	17
8	VS BACKS	18
9	VS PERC	19
10	VS VOZ	20
11	VS CLIC	21
12	VS REGENCIA	22

RIDER TÉCNICO DE ÁUDIO

JULIANO SON - LIVRES



0162
4

MAPA DE PALCO



Release Juliano Son

Descendente de imigrantes coreanos, **Juliano Son** nasceu em São Paulo. Casado com Daniele e pai de Lucas, Filipe e Mateus, é músico, compositor e tem formação em Teologia pela Faculdade Batista Teológica de São Paulo. É o presidente fundador do Instituto Livres e líder do ministério Livres, onde atua na pregação, no ensino bíblico e na música como vocalista.

Sensibilizado com a situação do tráfico infantil no Nepal, Juliano Son gravou o CD Livres para Adorar em 2005 com a Banda Livres com o propósito de promover e apoiar financeiramente projetos e ações que resgatem crianças desse sistema de violência e injustiça. Foi assim que nasceu seu projeto musical.

Atualmente, Juliano Son tem onze trabalhos musicais gravados: Livres Para Adorar (2005); A Mensagem (2006); Pra Que Outros Possam Viver (2009); Mais Um Dia (2011); Mais Um Dia – Ao Vivo (2013); Só Em Jesus (2015); EP Ao Vivo em São Paulo (2017); Tudo Novo (2019); Álbum PAI Nosso Instrumental (2020), o single Voaremos com Julia Vitória (2020) e inicia em 2021 o projeto musical Tuas Obras, já com 3 singles lançados: Tuas Obras, Jesus, és o meu Amado e Pra Sempre Aleluia. Tem também dois DVDs musicais gravados ao vivo: Pra Que Outros Possam Viver (2010) e Mais Um Dia (2013).

Resultado de um trabalho consistente, Juliano tem participado de uma média de 110 eventos/ano a convite de igrejas, instituições e prefeituras, Marchas para Jesus e conferências que, reunidos, alcançam uma média de 845 mil pessoas/ano.

Ao longo dos anos, por meio das canções, mensagens e projetos sociais, Juliano Son assumiu o papel de promover em meio ao seu público o engajamento às causas sociais. Em 2006, fundou o Instituto Livres, e tem sido o porta-voz da causa da criança, família, água e sertão no Brasil e no exterior, dando visibilidade a respeito dos projetos Mais Água, Livre Ser, Impacto Sertão Livre e Missão Social Sustentável.

O trabalho com crianças tem propiciado resgate, proteção e acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de situações de violação. O Mais Água viabiliza soluções que promovem o acesso à água potável em comunidades que sofrem com a seca e restrição de acesso a esse elemento vital no sertão. O Impacto é um projeto sócio humanitário e missionário que reúne voluntários e profissionais de todo o Brasil em favor de promover o bem e levar esperança a comunidades carentes e não alcançadas no sertão. A Missão Livres é um programa de missão social que acontece de forma recorrente no sertão a fim de promover mudanças efetivas nos âmbitos social, emocional, cultural e espiritual. São mais de 187 mil pessoas beneficiadas desde então em 147 comunidades e povoados. Você também pode fazer parte dessa missão! Conheça nossos projetos em www.institutolivres.org.br



RELEASE – NOVO TRABALHO DO LIVRES OFICIAL

Uma trajetória de propósito

Completando 10 anos na Estrada, Livres lança novo trabalho

Em março deste ano, a Banda Livres se reuniu em estúdio para dar vida a um novo trabalho, que culminou em uma Noite de Adoração na cidade de São Paulo com casa cheia, público sempre amigo e fiel e a produção de uma série de clipes que serão lançados a partir de junho deste ano.

Conhecida pelo ritmo pop rock e letras que retratam o compromisso social e a visão cristã, a banda LIVRES surgiu em 2005. Juliano Son, líder e vocalista da banda Livres, gravou o primeiro CD 'Livres para Adorar' com o propósito de promover e apoiar financeiramente projetos e ações que resgatam crianças do sistema de violência e injustiça.

Ao longo dos anos, por meio das canções, mensagens e ações, Juliano Son foi assumindo o papel de promover em meio ao seu público o engajamento às causas sociais. Como característica de apresentação nos palcos, Son defende o compromisso que o ser humano deve ter com o seu próximo, entendendo isso como a "verdadeira expressão do amor de Deus".

O objetivo desse trabalho é preparar as pessoas para algo novo que a Banda Livres ainda trará neste ano, algo maior... Os clipes são uma ponte entre o trabalho do CD Só em Jesus e um novo tempo na história da Banda, marcado por novos trabalhos musicais, atuação social em aliança, documentário e a retomada da Conferência Livres.

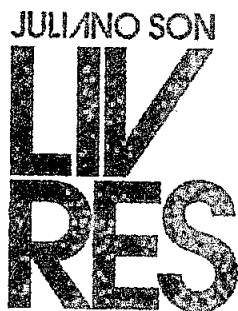
"Este é um ano muito importante para nós como Igreja, como movimento que nasceu por conta da Reforma Protestante, completando 500 anos. E o espírito da Reforma nos leva a olhar para a essência, a refletir sobre o estado atual das coisas, e comparar aquilo que ocorreu no início. Esse trabalho expressa esse anseio, essa fome, esse desejo de vivermos essa realidade original, primária.", afirma Juliano Son, líder e vocalista da Banda Livres.

O Livres sempre buscou estar atento à missão de cada trabalho. Cada trabalho lançado veio com um propósito e a sonoridade e o conteúdo se alinham dentro desse contexto. Agora, em 2017, mais uma vez buscando alinhar as composições, arranjos, a musicalidade com os propósitos que a Banda crer estarem alinhados aos do Senhor, foram trabalhadas canções intimistas, canções que celebram a realidade do Senhor de forma mais íntima, de forma congregacional.

Em breve todos poderão ver e ouvir o resultado dos novos clipes, que estarão disponíveis no canal Livres Oficial no Youtube e nas plataformas de streaming para download.

LIVRES PRODUÇÕES

RUA FILHAS DO SAGRADO CORAÇÃO, 51 – 1 ANDAR, SALA 05. | BAIRRO VILA FORMOSA
SÃO PAULO/SP | BRASIL | CEP: 03.364-000 | TEL +55 (11) 3331-7949
CONVITE@LIVRESOFICIAL.COM | WWW.LIVRESOFICIAL.COM

0165
d

Outras informações:

Atualmente, o Livres tem seis CDs gravados: Livres Para Adorar (2005); A Mensagem (2006); Pra Que Outros Possam Viver (2009), Mais Um Dia (2011), Mais Um Dia – Ao Vivo (2013) e Só Em Jesus (2015); além de dois DVDs musicais gravados ao vivo: Pra Que Outros Possam Viver (2010) e Mais Um Dia (2013).

Resultado de um trabalho consistente, a banda Livres tem participado de diversos eventos/ano a convite de igrejas e prefeituras, Marchas para Jesus e conferências que, reunidos, alcançam uma média de 560 mil pessoas/ano. Nas redes sociais, o trabalho da banda também tem alcançado inúmeros seguidores que acompanham as agendas de apresentações, fotos e notícias.

Em 2006, Juliano Son fundou o Instituto Livre Ser, e a banda Livres tem sido a porta-voz do Instituto Livre Ser no Brasil e no exterior, dando visibilidade a respeito dos projetos Mais Água, Casa de Acolhimento e Impacto Sertão Livre.

LIVRES PRODUÇÕES

RUA FILHAS DO SAGRADO CORAÇÃO, 51 – 1 ANDAR, SALA 05. | BAIRRO VILA FORMOSA
SÃO PAULO/SP | BRASIL | CEP: 03.364-000 | TEL +55 (11) 3331-7949
CONVITE@LIVRESOFICIAL.COM | WWW.LIVRESOFICIAL.COM



RELEASE TUDO BEM

Tudo Bem é o segundo single do novo projeto musical de Juliano Son

No mês de julho, Juliano Son lançou o primeiro single do EP Tudo Novo, com o nome também de Tudo Novo.

“A canção Tudo Novo celebra a novidade de vida que encontramos em Cristo e também confirma um tempo que estamos vivendo no âmbito pessoal, no âmbito ministerial e social. Existe uma expectativa em nossos corações quanto à novidade que vem e essa canção fala sobre isso.”, afirmou o músico na época.

O segundo single do projeto, Tudo Bem, é fruto de um tempo muito difícil vivido pelo cantor e sua esposa. “A Tudo Bem nasceu em um tempo pessoalmente difícil para mim e minha esposa. Perdemos a nossa bebê, a Ana, que teria sido a terceira.”, conta. “Essa canção busca nos lembrar da esperança apesar das dores que passamos pela vida. Essa esperança tem um nome: JESUS.”

O clipe foi gravado na região mais remota de Israel, o deserto do Negev, pelo sentimento de desolação, tristeza... e a letra da Tudo Bem fala sobre a Esperança imutável, mesmo em meio a estes momentos de angústia e dor, sobre dar graças em meio a estes momentos de ‘solidão’.

Juliano Son sempre buscou estar atento à missão de cada trabalho, a fim de que cada um sempre tivesse um propósito e a sonoridade e o conteúdo se alinham dentro do contexto. O artista deve lançar conjuntamente 3 singles com videoclipe e o EP total com 5 canções que poderão ser acessadas nas plataformas digitais Deezer, Spotify, Apple Music e Youtube.

Outras informações:

Atualmente, o Livres tem sete CDs gravados: Livres Para Adorar (2005); A Mensagem (2006); Pra Que Outros Possam Viver (2009), Mais Um Dia (2011), Mais Um Dia – Ao Vivo (2013), Só Em Jesus (2015) e Ao Vivo em São Paulo (2017); além de dois DVDs musicais gravados ao vivo: Pra Que Outros Possam Viver (2010) e Mais Um Dia (2013).

Resultado de um trabalho consistente, tem participado de diversos eventos/ano a convite de igrejas e prefeituras, Marchas para Jesus e conferências que, reunidos, alcançam mais de 845 mil pessoas/ano. Nas redes sociais, o trabalho também tem alcançado inúmeros seguidores que acompanham as agendas de apresentações, fotos e notícias.

Em 2006, Juliano Son fundou o Instituto Livres, e tem sido o porta-voz dessa causa no Brasil e no exterior, dando visibilidade a respeito dos projetos Mais Água, Casa de Acolhimento e Impacto Sertão Livre.

JULIANO SON
LIVRES

JULIANO SON

JULIANO SON

- ▶ DESCENDENTE DE IMIGRANTES COREANOS, NASCEU EM SÃO PAULO E HOJE VIVE EM TERESINA/PIAUÍ.
- ▶ MÚSICO FORMADO EM TEOLOGIA.
- ▶ LÍDER E VOCALISTA DA BANDA LIVRES.
- ▶ PROMOVE E APOIA FINANCEIRAMENTE PROJETOS E AÇÕES SOCIAIS QUE COOPERAM COM MELHORIAS EFETIVAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DE PESSOAS E COMUNIDADES.

BANDA LIVRES

BANDA LIVRES

- ▶ BANDA POP ROCK QUE CELEBRA A VIDA E DEFENDE O COMPROMISSO SOCIAL E A VISÃO CRISTÃ.
- ▶ MOBILIZA SEU PÚBLICO PARA O ENGAJAMENTO ÀS CAUSAS SOCIAIS DEFENDIDAS.

O LIVRES EM NÚMEROS:

**+ DE
165 MILHOES
DE VIEWS**

NO YOUTUBE

MÉDIA DE
**600 MIL
ACESSOS**
EM PLATAFORMAS
DIGITAIS

11 ANOS
NA ESTRADA

07 CDS
E
02 DVDS

4.3 MILHÕES
DE SEGUIDORES

110

APRESENTAÇÕES
POR ANO

+ DE 845 MIL

PESSOAS ALCANÇADAS
POR ANO EM EVENTOS

+ DE

2 MILHOES

DE PESSOAS NA
MARCHA PARA
JESUS POR ANO

7 MILHÕES

DE PESSOAS
POTENCIALMENTE
ALCANÇADAS NOS
ÚLTIMOS 6 ANOS

+ DE

500 MILHÕES

DE VIEWS NA CANÇÃO
VAI VALER A PENHA

+ DE

100 MILHÕES

VIEWS DA CANÇÃO
LINDO ÉS

CONFERÊNCIAS LIVRES

CONFERÊNCIAS LIVRES

► REALIZADA DESDE 2009,
A CONFERÊNCIA LIVRES É UM
EVENTO QUE REÚNE PARTICIPANTES
DE TODO O BRASIL PARA DIAS
INTENSOS DE PALESTRAS, ENSINO
QUALIFICADO COM AUTORIDADES DE
RENOME E APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS.
É UM PROJETO DE GRANDE ADERÊNCIA
DE PÚBLICO E PARCEIROS, PELO
POTENCIAL DE FOMENTO
CULTURAL E SOCIAL.

9 EDIÇÕES

PÚBLICO ENTRE
**10 E 15 MIL
PESSOAS**

31 BANDAS
NACIONAIS

09 BANDAS
INTERNACIONAIS

**58
PRELETORES**

O ENGAJAMENTO SOCIAL

O ENGAJAMENTO SOCIAL

- ▶ EM 2006, JULIANO SON FUNDOU O INSTITUTO LIVRE SER, E A BANDA LIVRES TEM SIDO A PORTA-VOZ DO INSTITUTO NO BRASIL E NO EXTERIOR, DANDO VISIBILIDADE A RESPEITO DOS PROJETOS MAIS ÁGUA, CASA DE ACOLHIMENTO E IMPACTO SERTÃO LIVRE.
- ▶ O INSTITUTO ATUA VISANDO SER UM AGENTE EFETIVO PARA O ALCANCE DE UMA SOCIEDADE TRANSFORMADA.

JULIANO SON
**LIV
RES**

IMPRESA@LIVRESOFICIAL.COM
(31) 9.9112-8884

Instagram Facebook Twitter /LIVRESOFICIAL

de Roberto Figueiredo

Totamente Livre Para

Juliano, 32 anos, nasceu em Minas Gerais, mas vive há mais de dez anos em São Paulo. Ele é casado com Daniele, 30 anos, e tem dois filhos, Danyele e Lucas, 10 e 8 anos, respectivamente. Ele é um homem simples, trabalhador, e gosta de estar com a família. Ele é um homem simples, trabalhador, e gosta de estar com a família. Ele é um homem simples, trabalhador, e gosta de estar com a família.



Juliano, com sua família, Daniele e Lucas

LIVRE SER esperança para a nova geração

MINISTÉRIO LIVRES PARA ADORAR

Juliano, 32 anos, nasceu em Minas Gerais, mas vive há mais de dez anos em São Paulo. Ele é casado com Daniele, 30 anos, e tem dois filhos, Danyele e Lucas, 10 e 8 anos, respectivamente. Ele é um homem simples, trabalhador, e gosta de estar com a família. Ele é um homem simples, trabalhador, e gosta de estar com a família.



Juliano, com sua família, Daniele e Lucas

Juliano, 32 anos, nasceu em Minas Gerais, mas vive há mais de dez anos em São Paulo. Ele é casado com Daniele, 30 anos, e tem dois filhos, Danyele e Lucas, 10 e 8 anos, respectivamente. Ele é um homem simples, trabalhador, e gosta de estar com a família. Ele é um homem simples, trabalhador, e gosta de estar com a família.

Juliano, 32 anos, nasceu em Minas Gerais, mas vive há mais de dez anos em São Paulo. Ele é casado com Daniele, 30 anos, e tem dois filhos, Danyele e Lucas, 10 e 8 anos, respectivamente. Ele é um homem simples, trabalhador, e gosta de estar com a família. Ele é um homem simples, trabalhador, e gosta de estar com a família.

Juliano, 32 anos, nasceu em Minas Gerais, mas vive há mais de dez anos em São Paulo. Ele é casado com Daniele, 30 anos, e tem dois filhos, Danyele e Lucas, 10 e 8 anos, respectivamente. Ele é um homem simples, trabalhador, e gosta de estar com a família. Ele é um homem simples, trabalhador, e gosta de estar com a família.

(forum) ou por outros órgãos do governo que lutam pelas crianças.

SG: Quais são os principais trabalhos do abrigo?
JF: Dar proteção, garantir educação, saúde física, saúde emocional, dar uma educação cristã, encontrar famílias para adotarem as crianças e outras coisas com mais detalhe você pode encontrar em nosso site www.livres.org.br

SG: O que foi mais frutífero até agora?

JF: Razo a vontade de Deus sempre é frutífera. Muitas vezes poderíamos não ver o que Deus está fazendo, assim como muitos nãoiram o que Deus estava fazendo quando Cristo Jesus morreu na cruz. Muitos poderiam dizer que a morte de Cristo Jesus não tinha sido frutífera, mas Deus estava ali salvando todos os que acreditariam nele. Pensar que podemos influenciar na eternidade de alguém não tem preço.

SG: Qual objetivo futuro?

JF: O nosso objetivo é continuar pregando o Evangelho para onde o Senhor nos levar e para o abrigo, o objetivo é abrir mais casas em São Paulo e no futuro fazer trabalhos na parte norte do Brasil, onde a pobreza é extrema. Existem muitos miseráveis no Brasil, mais de 50 milhões, e grande parte deles estão no norte e nordeste do Brasil.

SG: Um recado aos jovens:

JF: 99% das pessoas no Brasil acreditam em Deus, ou seja, de cada 100 pessoas no Brasil, 99 dizem credi-

PRA QUE OUTROS POSSAM VIVER

MINISTÉRIO LIVRES PARA ADORAR

EM OUTUBRO | LANÇAMENTO 3º CD

+INFO CONTATO@LIVRESPARAADORAR.COM.BR & 11 3361.4837

Livres 2009
São Paulo

20 e 21
Marzo

Lançamento 3º CD
Livres para Adorar

Preletores: Dr. Russell P. Shedd
Bernardo Cho
Dr. José Aírton
Jason Upton
Iuliano Son

Bandas: Heloisa Rosa
Jason Upton
Simon K.
Julliano Son
Livres para Adorar



Se com certeza que de-
citem em Deus mas não
obedecemos a Deus.

Responde-se e começa a
viver o que você acredita.
Você sabe que tudo o que
você acredita é a coisa
Agora, você tem que viver.
Viva o que você diz, un-
tar. E se você não conhece
a vontade de Deus, está na
hora de conhecer. Leia a
Bíblia, e sobre isso mostrar
qual é a Sua vontade.

SG: Como ajudar o abríco?

ter em Deus. Isso só em uma pesquisa feita recentemente há alguns anos atrás.
 Mas provavelmente faria parte dessas 99%, e não é algo muito bom, muito positivo.
 Mas a Bíblia diz em Lucas 24:19 que até os demônios (diablos) acreditam em Deus, mas não fazem a vontade de Deus; não vivem a vontade de Deus.
 E o Senhor disse em Mateus 7:21 que nem tanto é que diz "Senhor, Senhor" enquanto não fazem os atos, mas somente os que fizerem a vontade de Deus. Somente os que fizerem a vontade de Deus.
 Todos os que dizem acreditar em Deus dizem: "Senhor, Senhor!", mas aqueles desrespeitam a vontade de Deus? Primeiro, queiros conhecer a vontade de Deus? Você sabe o que Deus quer do sua vida? Se você não sabe qual é a vontade de Deus para você, como você vai obedecer a essa vontade? E se você não obedecer a essa vontade, para onde pensa que a sua vida está se levando?
 Quando Cristo Jesus começou a pregar a sua primeira mensagem foi: "Arrependam-se porque perto está o Reino dos Céus". Mateus 4:17
 Jesus pregou arrependimento. Para quem Jesus começou a pregar? Para os judeus, um povo que dizia acreditar em Deus, um povo parecido como o nosso, onde quase 100% falavam que acreditavam em Deus.
 Mas por que Jesus pregou arrependimento? Porque existe uma enorme diferença entre "falar que acredita" e "viver o que se acredita". Jesus não nos chama para a fé de ideias ou conceitos, mas Jesus nos chama para a fé que é vivida no dia a dia. E não é algo que se diz, fé é algo que se vive. E se você apenas diz que acredita, como você também diz que acredita, mas não vive o que você acredita, então é hora de escutar a Jesus e se arrepender e começar a viver o que você acredita, ou a fé que você se mesma



Maiores informações: www.livreser.org.br

INTERNACIONAL

POB FELIPE PINHEIRO WWW.GURAME.CO.LB

Livres 2009

Livres para Adorar grava DVD, na Casa de Portugal, em São Paulo, durante a Conferência Livres 2009, nos dias 20 e 21 de março de 2009.

Recebi, sim, testemunhas da "outra" que o "Senhor" faz". A adoração fez parte da oração do P. Ademar de Campos, momentos antes do início da gravação do primeiro DVD do Ministério Livres para Adorar, no sábado, dia 21 de março, na Casa de Portugal, em São Paulo. A temática do congresso Livres 2009, que começou na sexta-feira, dia 20 de março, com a participação de Russell Shedd, Heloisa Rosa, P. José Altton, Bernardo Chy, Simon K. e Jason Upton, foi sobre renúncia. "É o esvaziamento como Jesus fez", afirmou Ademar de Campos.

Pela "segunda vez" no Brasil, Jason Upton, cantor americano de Minnesota, conhecido pela adoração espontânea, ministrou durante a tarde de sábado sobre aprender a ouvir Jesus falar em meio à poluição sonora da vida. "O problema nunca foi onde está a glória, mas onde nós estamos", disse. Além da pregação, Jason cantou e o anseio pela presença de Deus entre os cristãos tornou-se notável. "Quando você ministra as pessoas respondem de duas formas. Uma é quando elas compartilham da mesma fome que você tem e outra é quando estão indiferentes ao que Deus está fazendo. Senti que as pessoas aqui estavam famintas assim como eu", revelou o compositor que abriu a gravação do DVD com a música "Freedom ou Liberdade" (gravada em português no primeiro CD do Livres para Adorar, cantada em português e inglês, James Pauley, pastor e músico americano com 2 CDs gravados, vivendo no Brasil desde os 11 anos de idade, foi o intérprete. Jason compartilhou com os cristãos brasileiros uma experiência que teve com Deus: "Outubro passado a minha esposa estava grávida de cinco meses e perdeu o bebê. Foi direcionado para Jesus naquele momento de lamento, de perda. Jesus simplesmente revelou-se e mostrou-se para nós. Nos fomos capacitados a devolver esse bebê para Jesus e deixá-lo ir. Houve uma verdadeira cura em poder devolver essa criança para Jesus. Deus é muito presente para nós. Ele quer que compartilhemos com ele as nossas lutas, dores, sonhos. Ele quer simplesmente que ofereçamos isso para Ele. Deus quer participar de todas as partes da vida de adoração do brasileiro".

Fez parte do repertório da gravação canções como "Tempos Melhores", e outras faixas do CD "Pra que outros possam viver", álbum lançado recentemente, além de algumas canções cantadas por Simon K., autor de várias composições do Livres para Adorar. "O Senhor transformou esse lugar num jardim. Aqui o Evangelho foi pregado, recitado e cantado", disse o pastor José Altton na finalização do evento. A ministração de Juliano Son, embasada no capítulo 6 do evangelho de Mateus, foi sobre o valor dado por cristãos às riquezas. "Eu nasci num sistema em que fui ensinado a gastar tempo com coisas. Fui moldado num tipo de pensamento. Os meus pais trabalhavam para me dar coisas. Eu sou tentado a encher os meus filhos de coisas para demonstrar o meu amor por eles. Como cidadão do Reino de Deus eu não posso permitir que os valores desse mundo corrompam o coração deles. Amém ao Senhor e às pessoas, mas não ame as coisas. Coisas não nos levam a verdadeira espiritualidade. Elas atrapalham o nosso caminhar. Coisas nos distraem. Você é feliz com aquilo que você tem ou não tem? Senhor haverá vozes dizendo que ter mais é melhor. Aqui na terra o que Deus promete é a provisão das nossas coisas básicas. O que Jesus oferece é uma vida livre das paixões por coisas. Memória quer te escravizar naquilo que é passageiro. Seja mais rico em boas obras. A razão da sua riqueza não é acumular, mas repartir". Fechou a noite o gravador com um dueto de Juliano Son e Heloisa Rosa cantando "Vai valer a Pena", versão de uma canção de Rita Springer.

INTERNACIONAL

GOSPEL



MINISTÉRIO
LIVRES PARA ADORAR

onmusic

www.livresparaadorar.com.br

NOVO CD



BREVE DVD
GRAVADO NO EVENTO LIVRES 2009
COM PARTICIPAÇÃO DE
JASON UPTON E HELOISA ROSA



Em 2009, o Ministério Livres Para Adorar lançou o primeiro CD e DVD. O CD "Breve DVD" foi gravado no evento Livres 2009, realizado em São Paulo, e apresenta a participação de Jason Upton e Heloisa Rosa. O DVD também foi gravado no mesmo evento e apresenta a participação de Jason Upton e Heloisa Rosa. O CD e o DVD são disponíveis para compra no site www.livresparaadorar.com.br.

por ROBERTA TECHENTY
Foto: Proença, Fogaça e Glória

ADORACÃO

Tocando o Coração do Pai

Diversos os ministérios têm buscado trazer a presença de Deus para uma nação tão carente quanto a nação brasileira. E seu trabalho tem sido notado até por grandes gravadores, como a Som Livre, pertencente ao grupo Globo, que fechou uma parceria com o Ministério Diante do Trono e vai distribuir seus CDs e DVDs. O Diante do Trono, cuja visão é "invocar e incentivar a adoração a Deus nas nações da Terra, influenciando a sociedade e a nova geração de adoradores com excelência, santidade e amor", não só demonstra os frutos de seu caminhar com Deus através de inúmeros trabalhos musicais, como também cumpre o lóe de Cristo praticando missões em diversos países. Com 12 anos de ministério, o DT lança o CD/DVD "Tua Visão" e programa ministrações na Suíça e em Israel. Outro ministério forte em missões e adoração é o **Santa Geração**, liderado pelo Pr. Antônio Cirilo, cuja visão é levar todo indivíduo a uma comunhão íntima e única com Deus, por meio de um toque genuíno do Espírito Santo, indiferente de raça, sexo, nacionalidade, religião, condição social. Cirilo já lançou 16 CDs, 2 DVDs e 3 DualDiscs. O **Ministério Paixão, Fogo e Glória** é conhecido por seu modo de adoração único levando aos ministrados a necessidade de uma vida separada para Deus e não dirigida pela religiosidade do homem. David Oliveira, líder do ministério, preza sempre pela excelência ao encerrar a tarefa que Deus lhe confiou na Terra. O glândis, com sua adoração extravagante e apaixonada, somam 7 CDs gravados, 92 DVD e ainda um novo CD que está sendo "No Inferno Deus Amor", que traz a participação de Larry Bowler, um dos amigos e líderes do ministério

que tem sido apoiado e incentivado por David. Uma marca do PFG são as conferências anuais realizadas por eles em São Paulo e em Curitiba, dando espaço para que o Espírito Santo possa agir livremente, colheu assim dezenas de testemunhos de curas e conversões. Dias 30 a 31 de outubro acontecerá a 8ª Conferência PFG no Aramaçã, em São Bernardo do Campo - SP, com as presenças de Fernandinho e Juliana Son do Ministério Livres Para Adorar. Além dos três ministérios citados anteriormente, a **Escola do Clamor pelas Nações**, cujo ministério é liderado por Ricardo Robortella, acontece também em Belo Horizonte, anualmente. Junto com a Escola, que capacita jovens para o ministério, o Clamor tem viajado ministrando a adoração pelas nações, como em Cuba. Em julho passado, o ministério gravou o melhor de todos os seus trabalhos, o DVD baseado no CD "Que Amor é este? Renovo", cujo lançamento será em breve. Em São Paulo entre tantos ministérios relevantes, o **Livres Para Adorar** tem se destacado através de uma adoração consistente e vertical. O ministério tem como visão estabelecer-se como agente de transformação social, reconhecido não apenas em círculos eclesiais, mas promovendo e participando de ações onde o Evangelho de Cristo é disseminado. Para os próximos meses devem sair o DVD da Conferência Livres, que aconteceu em março de 2009, em São Paulo. A Conferência será exportada para outras cidades já em 2010. Para Juliana Son, líder do ministério, adorar é responder a verdade de Deus, a presença e a realidade do caráter e amor de Deus, logo tudo que é feito deve ser feito como adoração a Deus mesmo as tarefas cotidianas.

Rádio Tico Musical

rtm
rádio tico musical

- ouça agora RTM
- podcast
- RTM sua home
- programas
- cobertura sinal
- utilidades
- notícias
- projetos
- produtos rtm
- serviços
- equipe rtm
- como contribuir
- agenda geral

Para Deus é
lougar a glória

"Quando os dias
forem bons,
aprovação-se por,
mas quando forem
ruins, considere:
Deus fez tanto um
quanto o outro" (Ec
7:14).

Para Deus é
lougar a glória

Para Deus é lougar a glória
de Deus é preciso
apreciar-se e lougar.

Conferência Livres 2009
tudo que outros possam viver...
tudo que outros possam viver...
tudo que outros possam viver...

Notícias

Conferência Livres 2009

Aconteceu nos dias 20 e 21 de março na Casa de Portugal, no Bairro da Liberdade, em São Paulo, a Conferência LIVRES 2009 com o tema "Para que outros possam viver". O evento tinha como objetivo discutir e ressaltar diversas questões sobre os valores reais do evangelho. O principal assunto foi sobre qual é de fato, a mensagem central da Bíblia.

Estiveram presentes o Dr. Russel Shedd, o Pastor da Igreja Batista Evangélica Peniel de São Paulo, José Anton e Bernardo Chio, membro mais jovem da liderança da Comunidade Missionária. O evento contou ainda com a presença de Simon K. A. Banda, Produtor musical e Ministro do Louvor da Comunidade Missionária; o Ministro de Louvor Jason Upton e a Ministra de Louvor e adoração Heloisa Rosa. Além de Clara de Juliana Son, teóloga, Ministra Missionária e Idealizador do evento LIVRES 2009.

A conferência teve início na noite de sexta-feira, 20 de março e encorreu na noite do dia seguinte, com a gravação do DVD e lançamento do CD "Tudo que outros possam viver" do Ministério Livres Para Adorar.

Sem dúvida, foi um momento marcante na vida de todos os presentes.

Todas as ministrações, pregações ou contadas, buscam a reflexão e um novo pensamento junto aos valores reais do Evangelho. O que ficou marcado no coração de todas é que devemos morrer, para que outros possam viver. Acompanhe durante a nossa programação uma reportagem especial sobre este evento.

Clique abaixo e confira as entrevistas que foram feitas junto a alguns participantes, além de músicas inéditas do novo CD do Ministério Livres Para Adorar.

Entrevista - Livres 2009



Ademir de Castro e Joo



Bernardo Chio



Simon Upton



Livres Para Adorar

8ª CONFERÊNCIA PAIXÃO FOGO & GLÓRIA SÃO PAULO

30 E 31 DE OUTUBRO DE 2009

DAVID QUINEAN
MINISTÉRIO PFG

FERNANDINHO
MINISTÉRIO PFG

JULIANO SON
MINISTÉRIO PFG

LOCAL: CLUBE ARAMAÇAN
RUA: SÃO PEDRO, 345 - VILA AMÉRICA - SANTO ANDRÉ / SP

Perfil



Livres para Adorar

Levantados para levar louvor

Texto: Carolina Cavallo

O povo se reúne pra que, na presença de Deus, diante Dele, haja verdadeira adoração". Com o propósito de levar este ensinamento que há 3 anos surgiu em São Paulo o Livres para Adorar. Na liderança de Juliano Son, com três CDs gravados e preparando o lançamento do DVD de sua primeira conferência, Livres 2009, o ministério percorre diversos locais do Brasil para levar a Palavra de Deus.

Formada pela Faculdade Teológica Batista da

São Paulo, casado com Daniele Son e pai de dois filhos: Lucas e Felipe, Juliano conta detalhes de sua visão sobre adoração, música e eternidade nesta entrevista exclusiva, realizada durante a 8ª Conferência Paixão, Fogo e Glória São Paulo.

Revista Louvo: Como você conheceu a Jesus?
Juliano Son: Eu conheci o Senhor em 2000 na Ilha de Florianópolis, já em Santa Catarina. Estava ali passando uma temporada de verão a

Juliano Son Amor, Adoração, Compaixão

Page 24 of 20

Filho de imigrantes alemães, Juliano não é considerado um cantor, missionário e líder do Movimento Livre para África. Ele fala sobre o seu chamado, suas viagens missionárias, o tempo que passa na Costa e as gravações do primeiro DVD do grupo, com lançamento previsto para o início do ano. Numa dobradinha entre o Un Gospel e o cantor O Galileu, você sente a paixão de Agostinho por Jesus de um dos cantores mais queridos atualmente no Brasil.

UpG: Você gostou do resultado final do primeiro DVD do Ministério Livres Para Aprender?

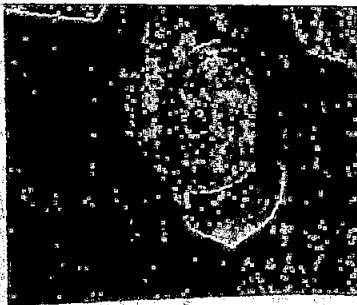
Juliano Sôti: Buscamos trabalhar com pessoas de excelência; então já havia uma expectativa. Já vi muita coisa que está sendo criada e, quanto à qualidade de imagem e áudio, estamos com uma expectativa muito boa, mas com um suspiro. Oramais para que coisa do vídeo, a montagem possa ser criada. O DVD terá mais volume para a Conferência, em: a participação de João Uprons e Heloisa Rosa.

Upf: Como ele o Aliano Son antes do encontro com Jesus Cristo?

J.S.: Sempre tive contato com a música. Em 1993 fui para a Coréia e gravar com eles como cantor solo. Até trabalhar para a MTV. Coréia é uma terra muito legal. Depois que conheci o Seonil, mais músicas foram de música porque vivi aquele contexto artístico, aquele brilho do mundo lá fora. Tive um acesso à música. Mas com o tempo o seonil foi ficando cada vez mais ligado à música, daí voltamos para fazer música para ele.

UpC: Quando foi esse encontro com Jesus?

18) Em 2004, Euzebio em Maracópois, a um filho e com um pessoal que era da família. Depois de passar um mês na igreja, ao lado do pessoal, chegando naquela que a Palavra diz que a fé vem pelo ouvir e não a Palavra de Cristo, minha pergunta por Ele, o Senhor, e Ele respondeu, ora poder, ou não, e a minha foi mais a respeito.



litas. Como foi o trabalho de Deus em sua vida para retirar do seu coração a "aversão" pela música?

35. Em 2001 foi convidado a fazer parte do júri do Prêmio Jovem Brasileiro. Entre 2001 e 2005 como ministrou música em sua igreja local. Um pouco antes, no ano de 2003, ele foi chamado a relatar de uma missão que visitou o país da Índia. O trabalho de um casal de missionários que resgatava crianças da prostituição infantil. Quando essa missão não conseguiu levar ajuda em sua via saindo de ajudar essas crianças e gerar um primeiro CD "Luzes para Adorar". A resposta que tivemos foi além, o ministério Luzes para Adorar começou em novembro de 2006.

UoG: Você ouve música secular?

JS: Não há como não ouvir músicas seculares. Se você vai a um shopping, a um restaurante, a música está lá tocando. Ouço até numa rua calma, para entender melhor uma tendência, porque muitas manifestações são do grego, do judeu, do punh, do pagodeiro... Se não ouvirmos não é entender quem somos no Sítio da Fundação. Para ouvir músicas seculares pode usar equipamentos de alta tecnologia, com não; é uma questão polêmica. Costumo ouvir (relembro, claro) bastante o som dele, também Jaws Cultural e câmeras instantâneas mentais, então, que não ajudam no devocional.

UpG: O que é o projeto "Livre Ser"?

151 O Livro Será o fim dos projetos do Livro Para Adotar a cultura de crianças artís e crianças da violência. Abriremos cerca de 20 crianças, um número que ajuda a manter um equilíbrio com vínculos afetivos entre crianças e profissionais. Queremos garantir as abrigadas e garantir que tenham educação, saúde mental e acesso ao Evangelho. Pela graça de Deus, vamos dar a quem elas quiserem e elas quiserem visto conversão, a esperança a redenção da vida de uma criança. E não é algo que não tem preço. Para isso é preciso o tempo, a vontade, o amor e o alívio sobre as informações de como ensinar em contato com o Abrigo Livre Ser.

PENSANDO EM MÚSICA

O QUE PENSO O MINISTRO SER

Muitos ministros deixam de perceber quando Deus está agindo de tanto que tomaram o lugar de Deus.

Aos meus amigos que juntos elevam
canções, orações e suas vidas ao altar
daquele que é por todo sempre digno.
Aqui, venho compartilhar de alguns
pensamentos que dividi com outros
ministros em outros tempos.

O que o ministro de Louvo não é:

1. O ministro de Louvor não é um artista.

A palavra "artista" desenvolveu o seu significado de uma palavra grega que nos traduzimos, como "hipócrita". Ou seja, o termo "artista" veio da palavra "hipócrita". Porque o artista finge ser o que não é, foi natural o hipócrita ser confundido, como tal. Qualquer um que finge ser o que não é, é um artista, é um hipócrita. E não existia um tipo de gente cora o qual Jesus foi mais duro do que com os hipócritas. Nenhum hipócrita, por mais que receba do homem, recebe algo de Deus e todo fingimento será fulvado.

2. O ministro de Louvor não é um

A função do ministro não é fazer com que o povo se movimente. Às vezes o momento de louvor mais se parece com uma aula de aeróbica (perdoeme a expressão) da que um culto ao Senhor. É o: "Vamos lá, galera! Cumigo assim! Viii! Viii! Um dois, um dois... Agora dois passinhos... E olha, não dá pra não se mexer!"

E por favor, não me entendam mal. Eu
 meu desejo ridicularizar alguém, is-
 meramente ilustrativo. Se você con-
 alguém semelhante, eu peço que vá
 irme, pois ele aprendeu assim. E vice po-
 Max, se você se vê como tal, eu só peço
 repense mais uma vez acerca de sua fu-
 namento o povo de Deus. Você só pova-
 redear para ser entediado. O propósito
 eu não é entretenimento, mas adori-
 O povo se reúne para que, na presença
 Deus, diante da presença de Deus,
 verdadeiramente adoremo.



3. O ministro de leovar não é um manipulador. Aquele que é chamado de "pai da reforma" escreveu um texto significativo que trata

1. The first group of respondents (n = 10) was composed of students who had completed the course and were currently employed in a health care setting. The second group (n = 10) was composed of students who had completed the course and were currently employed in a health care setting. The third group (n = 10) was composed of students who had completed the course and were currently employed in a health care setting. The fourth group (n = 10) was composed of students who had completed the course and were currently employed in a health care setting. The fifth group (n = 10) was composed of students who had completed the course and were currently employed in a health care setting. The sixth group (n = 10) was composed of students who had completed the course and were currently employed in a health care setting. The seventh group (n = 10) was composed of students who had completed the course and were currently employed in a health care setting. The eighth group (n = 10) was composed of students who had completed the course and were currently employed in a health care setting. The ninth group (n = 10) was composed of students who had completed the course and were currently employed in a health care setting. The tenth group (n = 10) was composed of students who had completed the course and were currently employed in a health care setting.

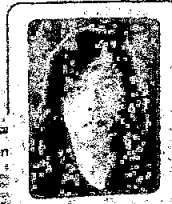
manifestar, que Deo não tem que fazer
algo todavia a vezes que você se coloca a
toda ou a entrar. Você e os outros que sa-
ber que por Ele ser Deus, e Ele não qui-
za. Ele simplesmente tem tudo o di-
gnidade de não vir. Ele é Deus! E Ele
querem mandá-lo.

Quanto os ministros se esquecerem disso, até a manipulação econômica. Muitos ministros deixam de perceber que Deus está agindo na economia política da atualidade. O Brasil não é uma economia livre, mas sim uma economia controlada. O Brasil não é uma economia livre, mas sim uma economia controlada. O Brasil não é uma economia livre, mas sim uma economia controlada.

Não por força nem por violência
mas pelo meu Espírito diz o Senhor.
Reconhecendo o amor um ao outro
disciplina e nesse mesmo amor, Juliana
San.

da abscondibilidade de Deus, ou seja, do
fato de que Deus se esconde. Lutero tinha
clara percepção da soberania de Deus, e
por ser Ele soberano, concluiu que se Deus
não quisera, Ele não se manifestava.

Você pode berrar, pular, declarar, profetizar, apelar, fazer voz de choro, mas saiba que Deus é Deus, e se Ele não quiser querê-lo, que pode obrigá-Lo? Você, como ministro, tem que saber que Deus não tem que



Juliano Sor

[illegible]

QUEM VAI?



WWW.LIVRES2010.COM
 TWITTER.COM/LIVRES2010
 (11) 3361-4837

SIGA O @LIVRES2010 NO
 TWITTER E CONCORRA A PARES
 DE INGRESSOS

REALIZAÇÃO

LIVRES

INSTITUTO
 LIVRES PARA
 A FÉ

LIVRES 2010

É a conferência organizada pelo Instituto Livres para a Fé, que já realizou o primeiro propósito de cumprir sua missão de proclamar a glória do Senhor, confirmando aos seus participantes a mensagem do Evangelho e de sua mensagem no viver cristão.

Encontramos a nossa justificação na realidade de nossas vidas, onde percebemos diferentes

ênfases que buscam convencer o indivíduo de que o centro de toda razão do viver é ele mesmo. Isso é diamante, uma vez que a mensagem do Evangelho é clara: o centro é o Senhor!

A conferência também busca ser canal para promover maior articulação entre a Igreja, gerando comunhão, o amor em forma de ação.

Então, de que conferência se trata? É a busca de um encontro com o Senhor, onde a mensagem do Evangelho é proclamada e a vida é transformada. É a busca de uma comunhão com o Senhor, onde a mensagem do Evangelho é proclamada e a vida é transformada. É a busca de uma comunhão com o Senhor, onde a mensagem do Evangelho é proclamada e a vida é transformada.

EM 2009 NOS UNIMOS PARA REFLETIR
 A CERCA DO QUE SERIA CENTRAL NA
 MENSAGEM DO EVANGELHO
 E EM 2010 A BUSCA PELA
 VERDADE CONTINUA

por Juliana Souza

Carta Convite LIVRES 2010

Amados,

Estamos no mês que completamos um ano do Livres 2009 e palavras são pequenas para expressar o que foram aqueles dias. Quanta saudade...

Como ficamos felizes ao ouvir tantos testemunhos de diversos lugares do Brasil, sobre o que o Senhor realizou naqueles que se dispuseram a se reunir e, juntos, erguer a bandeira do Seu reino.

Porque foi pelo Seu reino que nos reunimos; sim! Porque foi em Seu nome que nos unimos para 'que, em meio à manifestação da Sua presença, pudéssemos ser testemunhas das Suas maravilhas!'

Na primeira edição da conferência não sabíamos que algo novo estava para surgir. Ninguém poderia ter dito que um movimento de unidade em prol da Igreja estaria nascendo. Sim, além de outras coisas, é para isso que estamos vivendo nestes dias, pela unidade da Igreja!

Depois de conversar, no Senhor, com diversos irmãos, pastores e líderes denominacionais, percebemos a necessidade de ver em nosso tempo um esforço para sermos a Igreja que é resposta da oração feita pelo Senhor Jesus em João 17:21 "que todos sejam um".

Que sejamos um apesar das nossas diferenças culturais. Que sejamos um apesar das nossas diferenças sociais. Que sejamos um apesar das nossas diferenças de pensamentos. Em outras palavras, que sejamos um por entendermos que aquilo que nós une é maior do que aquilo que busca nos separar.

E como se estabelece a unidade?

A unidade se estabelece com humildade. A unidade se estabelece com amor. A unidade se estabelece na comunhão: comunhão que se torna real nos encontros, no olhar nos olhos, na troca de abraços, na troca de palavras de ânimo, aconselhamento e exortação.

E é por isso que eu gostaria de fazer aqui dois convites. Um convite para estarem conosco pela unidade espiritual e física da Igreja de Cristo, o um convite para estarem conosco nos dias 21 e 22 de maio para um encontro de celebração em unidade no Livres 2010. Será um tempo de comunhão, um tempo de trocas de olhares e palavras, tudo isso para cooperarmos com a obra do Espírito sendo realizada em nossos dias.

Agradecemos desde já o amor e o apoio e esperamos vê-los em breve!

Para maiores informações acessem:
www.livres2010.com



CONHEÇA TODA A COLEÇÃO NO SITE

WWW.LIVRESTORE.COM

VISITE NOSSO STAND NA EXPOCINSTA 2010

E CONHEÇA A NOVA COLEÇÃO DE MODELOS MASCULINO E FEMININO



FACA AGORA O SEU PEDIDO PELO TELEFONE
(11) 3361-4837

LIVRES
PARA QUE OUTROS POSSAM VIVER
JASON ION E HELOISA ROSA
DVD

LIVRES
WWW.LIVRESOFICIAL.COM

EM SETEMBRO
ONIMUSIC
EXPO CRISTA 2010

STANDS
PARTICIPE DA NOSSA PROGRAMAÇÃO
INFORMAÇÕES (31) 3218-2550
ONIMUSIC
WWW.ONIMUSIC.COM.BR

Pra Que Outros Possam Viver
Ministério Livres - Juliano Son lança primeiro DVD
com distribuição pela Onimusic

[illegible]

1. The first step is to identify the problem. This involves understanding the current situation and what needs to be changed.

2. Next, we need to set clear goals. These should be specific, measurable, achievable, relevant, and time-bound.

3. Then, we develop a plan. This includes identifying the resources needed and the steps to be taken.

4. After that, we implement the plan. This involves putting the plan into action and monitoring progress.

5. Finally, we evaluate the results. This involves comparing the actual outcomes with the goals and making adjustments as needed.

[illegible]

LIVRES

JANVIER 1997

www.editionsdelachaux.com

«Somos gratos ao Senhor por esta parceria. A Onimusic sempre foi um braço ministerial nosso»

...the ...
...the ...
...the ...

VENDAS 76 455 37 3218 2550

Livres - Juliano Son
Pra Que Outros
Possam Viver



1. The first step in the process of identifying a problem is to recognize that a problem exists. This is often done by comparing current performance with a desired state or goal. If there is a discrepancy, a problem is identified.

2. The second step is to define the problem. This involves identifying the specific aspects of the problem that need to be addressed. It is important to be clear and concise in the definition of the problem.

3. The third step is to analyze the problem. This involves identifying the causes of the problem and the factors that contribute to it. This step is often the most difficult, as it requires a deep understanding of the problem and the ability to identify the underlying causes.

4. The fourth step is to develop a solution. This involves identifying the actions that need to be taken to address the problem. It is important to consider the feasibility of the solution and the potential consequences of each action.

5. The fifth step is to implement the solution. This involves putting the solution into action and monitoring the results. It is important to be flexible and willing to make adjustments as needed.

6. The sixth step is to evaluate the results. This involves comparing the results of the solution with the desired state or goal. If the results are satisfactory, the problem is considered solved. If not, the process may need to be repeated.

Ministerio de Justicia y Fomento

Ministerio de Obras Públicas y Transportes

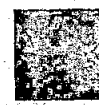
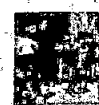
Lancamento 2010

Formato 17 1942 11 11

Distribuição: O-5-0058



OUTROS PRODUTOS



VENDAS / F5531.3418.2500

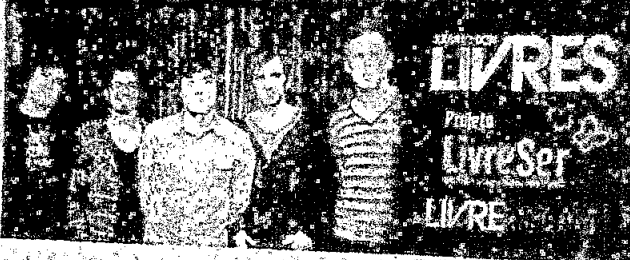
Quando olhamos para o movimento nos últimos anos e que tivemos mais participação política e as nossas representações, apenas um único líder não mudou esteve presente, ou seja, os líderes e líderes denominacionais, além de outros grupos, diversas etnias, aprendizes que o Unicef, o Círculo Jesus e a expressão de um novo sistema disponível, promotor e defensor da sua união de Aprendizes que a Igreja do Senhor Jesus e um Atividade (a) atende a cerca de 50 milhões. São além de atuar na área da música, 611 VBS de Igreja e ajuda a manter o Abrigo Livres São. Como o quando nasceu este trabalho? Já Começamos a trabalhar na elaboração e implementação deste trabalho a partir do início de 2006. Depois de dois anos lutando contra o envelhecimento burocrático, em março de 2008 realizamos as primeiras crianças. Atualmente, com uma rede, atendemos a 18 crianças e adolescentes de forma direta. Já tivemos passagem pela casa, um número excedente, mas a casa tem capacidade de receber 15. Estamos aguardando o tempo de alguns países. Além das crianças atendidas



Realmente, a situação política do Brasil, no momento em que se realizou a eleição de 1964, não era nada promissora para o futuro da democracia. O Brasil estava mergulhado em uma crise política e social, com a população dividida entre os defensores da democracia e os defensores da ditadura. A situação política era extremamente tensa, com a população dividida entre os defensores da democracia e os defensores da ditadura. A situação política era extremamente tensa, com a população dividida entre os defensores da democracia e os defensores da ditadura. A situação política era extremamente tensa, com a população dividida entre os defensores da democracia e os defensores da ditadura.

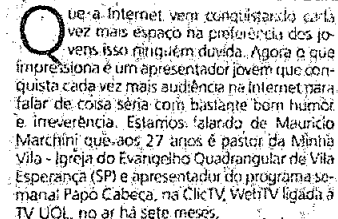
[illegible]

by Joe Astar, joestar@earthlink.net
 I've been a fan of the *Star Trek* franchise since I was a kid. I've read the books, watched the TV shows, and even visited the planet Vulcan. I've also been a fan of the *Star Trek* franchise since I was a kid. I've read the books, watched the TV shows, and even visited the planet Vulcan. I've also been a fan of the *Star Trek* franchise since I was a kid. I've read the books, watched the TV shows, and even visited the planet Vulcan.



PRODUTOS





Logo na primeira reunião de apresentação do projeto a direção da CICIIV deixou claro que não poderia ser um programa de cunho religioso. Os entrevistados poderiam falar de suas crenças, testemunhos e histórias, enquanto o apresentador deveria direcionar o bate-papo. "Não era nossa ideia inicial ter um programa de entrevistas, mas vimos o cuidado de Deus em abrir esta porta para nós e resolvemos aceitar o desafio e começar o programa".

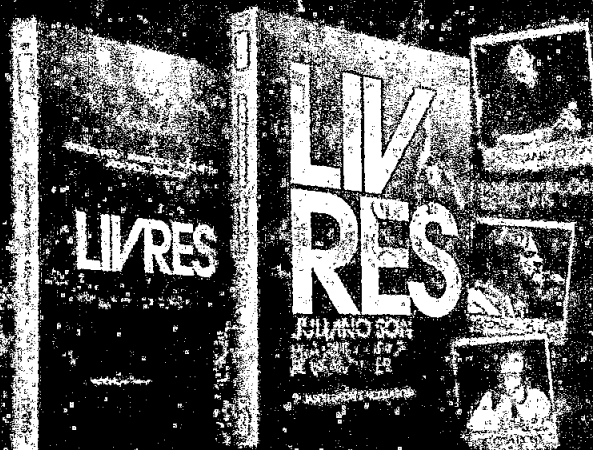
Apesar do programa Papo Cabeça com Mauricio Marchini não ser declaradamente "evangélico" desde maio de 2010 até agora todos os entre-

A audiência do programa é medida pela participação dos internautas que participam enviando e-mail durante o programa. O Papo Cabeça é pensado e produzido para pessoas de qualquer raça ou credo, apesar do eventual sucesso do programa no meio do público gospel. Para o apresentador Maurício Marchini o formato vai além das entrevistas e do bom humor: "Estou feliz com este espaço em que temos conquistado público, confiança e credibilidade. Meu objetivo em tudo o que faço é ganhar mais vidas para Jesus. Que elas possam ver esta diferença em nós".

A produção do Papo Cabeça é composta por Nelson Agnoletto Jr. e Fábio Gato, direção da Cjctv, Marcelo Theilicke, e vai ao ar toda quarta-feira, ao vivo, de 16h30 às 17h30, pelo link www.cjctv.com.br, onde os internautas também podem assistir aos programas anteriores. Para entrar em contato com a produção do programa, mande um e-mail para papocabeza@cjctv.com.br.

Twitter do Maurício: @MauricioMZM

LANÇAMENTO EM DVD AO VIVO EM SÃO PAULO



JÁ NAS LOJAS

ONIMUSIC
WWW.ONIMUSIC.COM.BR

LIVRES
WWW.LIVRESOFICIAL.COM

procura promover o relacionamento entre as igrejas, o amor entre as pessoas e a união.

A primeira edição do evento aconteceu em março de 2008 e reuniu aproximadamente duas mil pessoas. A conferência contou com a participação dos palestras Dr. Russell P. Shedd, Bernardo Choi, Dr. José Arian e Juliano Son, além de cantores como Jorgi Upton, Hekita Rosa, a banda SAM e lives para Adonar.

Em julho de 2010, foi realizada a segunda edição. Com aproximadamente sete mil participantes, o evento teve

da 2011, em São Paulo, no qual participaram a promícuo banda norte-americana Casting Crowns, liderada por Mark Hall, o americano Jeron Upton Key, o paulista SAM e o brasileiro Anivaldo Bentes e Bril. Assim, Lourenço, além do Livro, que tem desenvolvido um trabalho excelente na área, destacou-se cada vez mais e com comprometimento no cenário da música cristã no Brasil.

... não param por aí. Além da área musical, o Instituto LIVES tem o seu braço social - o Rêgo LIVES. Se você pode contribuir mais sobre este projeto social, ou seja, você em ação.

A Conferência LIVES, que acontece uma vez por ano, desde 2008, não é apenas um show, mas tem o propósito de fomentar a reflexão, o crescimento e a renovação da igreja, como devemos viver nossa fé. Além disso,

participações da banda norte-americana LEEBAND (representada por você na 2ª edição da 10 de Onel - que está pela primeira vez no Brasil - Nêves Soares, banda SAM, lives para Adonar e dos palestras Dr. Russell P. Shedd, Bernardo Choi, Dr. José Arian e Juliano Son.

A terceira edição da conferência "LIVES para Adonar" aconteceu recentemente (20 e 21 de maio

MINISTÉRIO
LIVRES PARA ADORAR

10/11/12
outubro
às 20h00

Local:
2 Igreja Quadrangular
Rua Macapá, 477 - Jd. Brasil - Catanduva-SP

Inscrições Gratuitas
(vagas limitadas)
Mais informações

3523-3255
9708-9790
9761-2797

2010

8 a 10 de outubro

inscrições e informações

Adoremos

www.adoremos.com.br

JULIANO SON

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL
JASON UPTON
HELOISA ROSA

CONTATO@LIVRESOFICIAL.COM
WWW.LIVRESOFICIAL.COM

LIVRES

DVD MUSICAL PARA QUE OUTROS
POSSAM VIVER E DVD DE MENSAGENS
DA CONFERÊNCIA LIVRES

VENDAS@ONIMUSIC.COM.BR
WWW.ONIMUSIC.COM.BR

ONIMUSIC

LIVRES PARA ADORAR

Quando se deve falar de LIVRES PARA ADORAR, o que logo vem à cabeça de quem conhece a banda são as letras profundas e um estilo bem voltado para o rock, com músicas que retratam pessoas dos mais variados estilos e idades.

Mas você sabia que a banda é apenas uma parte do Instituto Livres para Adorar? Na realidade, existem outros trabalhos que vivem simultaneamente dentro desse instituto. Conheça Livre Ser e a Conferência Livres.

O presidente, Juliano Son, filho de imigrantes coreanos, é vocalista da banda. Graduado em Teologia pela Faculdade Batista Teológica de São Paulo, é também músico, compositor, missionário, marido e pai de dois filhos. Parece muita coisa, não? Mas tudo isso é feito com muita motivação e dedicação.

O Livre para Adorar nasceu em 2005, como resposta ao depoimento de uma missionária quanto à realidade do tráfico e escravidão sexual infantil no Nepal. Sensibilizado pelo relato,

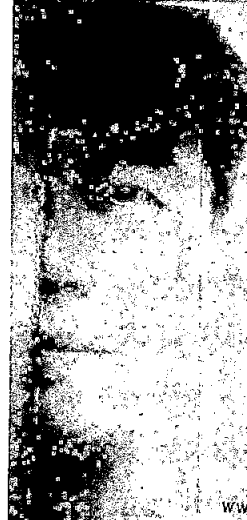
Juliano foi levado a gravar um CD com o propósito de promover e apoiar financeiramente um projeto que resgata crianças desde o estágio de prostituição.

A partir de então, a banda desistiu e não parou mais. Três CDs foram gravados e o quarto já está quase sendo lançado. Já um DVD com gravações da segunda conferência já foi lançado.

O sonho é o ideal de viver de acordo com Jesus e seus mandamentos de amor, porém,

LIVRES

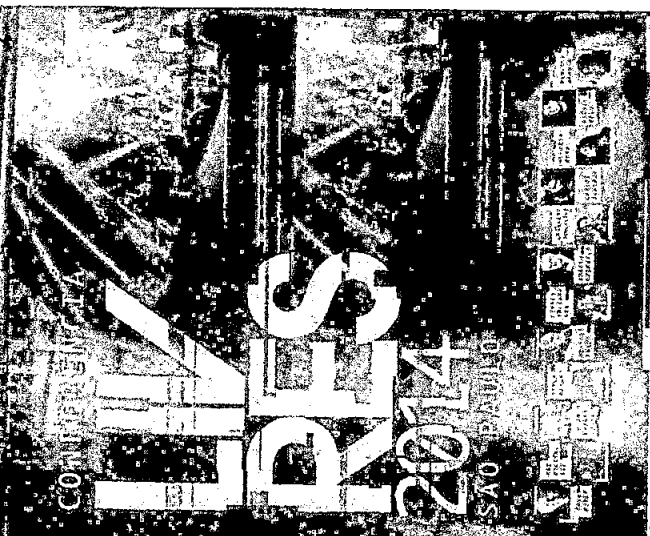
LIVRES



JULIANO SON
LIVRES
 GRAVAÇÃO DO
 DVD AO VIVO
 MAIS UM DIA
 1º DE DEZEMBRO
 EM SÃO PAULO
 INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES
 WWW.LIVRESOFICIAL.COM



LIVRES
 JULIANO SON



LIVRES
 2014
 SÃO PAULO



LIVRES
 PARA ADORAR
 30 DE OUTUBRO
 EM TABOÃO DA SERRA/SP
 20H
 LOUVOR + PALAVRA
 COM
 JULIANO SON
 ENTRADA GRATUITA
 INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES EM: WWW.LIVRESOFICIAL.COM
 PARA ADORAR

ESTÁCIA ADORAR DE VIBRAÇÃO
 INTERCÂMBIO
 INF. PRACÓISE (11) 3.568.5447

21 e 22 de MAIO
SÃO PAULO

LIVRES 2010

LOCAL: BOLA DE NEVE CHURCH (ANTIGO OLYMPIA)
RUA CLÉLIA, 1517 - LAPA - SÃO PAULO
WWW.LIVRES2010.COM
TWITTER.COM/LIVRES2010
(11) 3361-4837

REALIZAÇÃO:

LIVRES

INSTITUTO
BOLA DE NEVE

APÓIO



Ser

LANDMARK

SONY MUSIC

Videira

LIVRES 2010

Esta conferência organizada pelo Ministério
para a Vida, cuja primeira proposta é
cumprir sua missão de proclamar a glória do
Senhor, confirmando aos seus participantes a
centralidade de Cristo, Jesus e de Sua
mensagem no viver cristão.

Encontramos a nossa justificativa na realidade
de nossos dias, onde percebemos diferentes

ênfases que buscam convencer o
indivíduo de que o centro de toda razão
do viver é ele mesmo. Isso é alarmante,
uma vez que a mensagem do
Evangelho é clara: o centro do
importante no cristianismo é Cristo, o
Senhor.

A conferência também busca ser canal
para promover maior articulação em
meio à igreja, gerando compromisso e
amor em forma de ação.

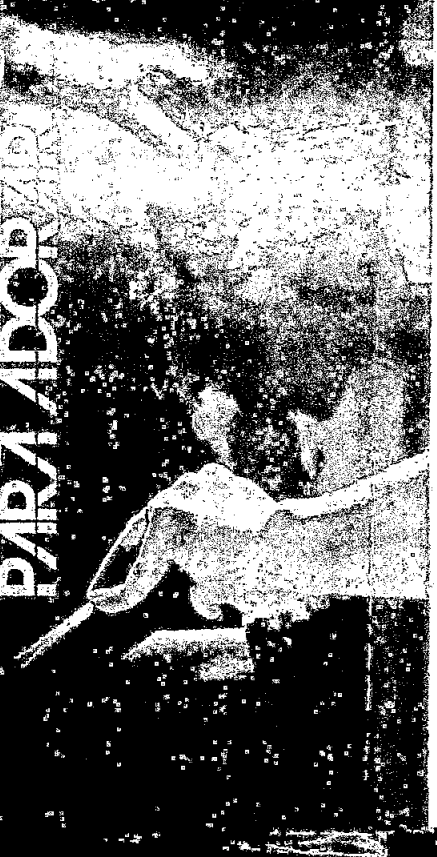
A primeira edição aconteceu no
março de 2009 e iniciou um
movimento em prol da unidade da
Igreja. Apesar das diferenças,
buscamos confirmar que aquilo que nos
une como igreja é maior do que aquilo
que busca nos separar. Tudo isso para
cooperarmos para a obra do Espírito
Santo em nossos dias.

EM 2009 NOS UNIMOS PARA REFLETIR
A CERCA DO QUE SERIA CENTRAL NA
MENSAGEM DO EVANGELHO
E EM 2010 A BUSCA PELA
VERDADE CONTINUA

LANÇAMENTO DVD AD VIVO

LIVRES

PARA ADORAR



LEELAND LIVRES PARA ADORAR

Leeland é teólogo, escritor e pastor da Comunidade Cristã Reformada. Um dos pastores da Igreja Batista da Juvia Branca e colaborador da Igreja da Juvia. É responsável pelo "Seminário Livre de Missão Integral", além de dirigir a Faculdade Latino-Americana de Teologia e participar da Assembleia da Visão Mundial da Igreja Missionária pelo Povo, agência Missionária Koiné e da Missão Jeová.

Leeland é teólogo, escritor e pastor da Comunidade Cristã Reformada. Um dos pastores da Igreja Batista da Juvia Branca e colaborador da Igreja da Juvia. É responsável pelo "Seminário Livre de Missão Integral", além de dirigir a Faculdade Latino-Americana de Teologia e participar da Assembleia da Visão Mundial da Igreja Missionária pelo Povo, agência Missionária Koiné e da Missão Jeová.

NÍVEA SOARES

Nívea é teóloga, escritora e pastora da Comunidade Cristã Reformada. Um dos pastores da Igreja Batista da Juvia Branca e colaborador da Igreja da Juvia. É responsável pelo "Seminário Livre de Missão Integral", além de dirigir a Faculdade Latino-Americana de Teologia e participar da Assembleia da Visão Mundial da Igreja Missionária pelo Povo, agência Missionária Koiné e da Missão Jeová.

5 AM

5 AM é teóloga, escritora e pastora da Comunidade Cristã Reformada. Um dos pastores da Igreja Batista da Juvia Branca e colaborador da Igreja da Juvia. É responsável pelo "Seminário Livre de Missão Integral", além de dirigir a Faculdade Latino-Americana de Teologia e participar da Assembleia da Visão Mundial da Igreja Missionária pelo Povo, agência Missionária Koiné e da Missão Jeová.

PR ARIOVALDO RAMOS

É teólogo, filósofo, escritor e pastor da Comunidade Cristã Reformada. Um dos pastores da Igreja Batista da Juvia Branca e colaborador da Igreja da Juvia. É responsável pelo "Seminário Livre de Missão Integral", além de dirigir a Faculdade Latino-Americana de Teologia e participar da Assembleia da Visão Mundial da Igreja Missionária pelo Povo, agência Missionária Koiné e da Missão Jeová.

JULIANO SON

É líder do Livres para Adorar, ministério que integra o projeto musical, o projeto social Livre Ser e o Conferência Livres. É formado em Teologia pela Faculdade Teológica Batista de São Paulo, Missionária. Também é pastor e integrante do presbitério da Comunidade Missionária de São Paulo, uma igreja interdenominacional, na base do Bom Jesus. Juliana é casada com Danilo e tem dois filhos, Lucas e Felipe.

PROF. ADAUTO LOURENÇO

É formado e formado em Teologia pela Bob Jones University e Calvin University, respectivamente, ambas na Carolina do Sul, EUA. Desde 1992, realiza pesquisas em diferentes países e desenvolveu mais de 200 seminários sobre o tema Fé e Ciência. Em 2007, lançou o livro Como tudo começou - Uma introdução ao Catecismo. Tem participado em programas de rádio e TV, discutindo sobre o tema.

DR. RICARDO BITUN

Mestre em Teologia da Bíblia pela Universidade Metodista de São Paulo e doutor em Sociologia pela FUCSP. É professor de Teologia e do Departamento de Teologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Suplenente na Igreja Evangélica Metodista em São Paulo. Casado com Valéria, pai de Maria e Ricardo Bitun.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Estado do Paraná

0205

ANALISE CRITICA DA PESQUISA DE PREÇOS

I. Descrição do objeto a ser contratado: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA SHOW GOSPEL ARTÍSTICOS, CANTOR JULIANO SON APRESENTAÇÃO NO EVENTO DIA MUNICIPAL MARCHA PARA JESUS

II. Identificação dos agentes responsáveis pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento:
- Everton Bonfim Romano – Diretor de Cultura

III. Caracterização das fontes consultadas:

Para a composição desta pesquisa, informamos que, foram adotados os seguintes parâmetros, de forma combinada, conforme caput do artigo 368, Decreto Municipal 3.537/2023:

1º Paine de Preços: Pesquisa paine.deprecos.planejamento.gov.br em 04/02/2025

Portal Nacional de Contratações Publicas <https://pncp.gov.br/app/> em: 07/02/2025

2º Contratações similares, em execução ou concluídas no período máximo de 01 (um) ano:

- Município de Guarapuava – NF-1117/2024
- Município de Corinto – NF- 1181/2024
- Município de São João da Varjota – NF-1352/2025
- Município de Porto Grande – Processo de Inexigibilidade nº23/2024 – Contrato nº244/2024
- Município de Manga – Processo de Inexigibilidade nº05/2024– Contrato nº063/2024

Verificou-se que há várias contratações similares ao objeto nas prefeituras relacionadas acima (anexo ao processo). No entanto, os objetos encontrados, de acordo com o Termo de Referência de cada processo, não correspondem integralmente aos requisitos propostos nesta contratação, por se tratar de um serviço com especificidades diferentes em caso local de contratação.

3º Sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo data e hora de acesso:

4º Pesquisa com no mínimo 03 (três) fornecedores ou prestadores de serviços, com a justificativa da escolha desses fornecedores:

Por se tratar de um processo de inexigibilidade não a necessidade de três fornecedores, sendo assim segue apenas um fornecedor; ADORE EVENTOS LTDA - CNPJ: 12.377.872/0001-52

5º Pesquisa no aplicativo Nota Paraná: não foi possível encontrar registros no site Menor Preço – Nota Paraná, pois trata-se da contratação de um serviço e não da compra de um produto.

6º Tabelas oficiais: Não foram encontradas tabelas oficiais para o objeto de contratação.

IV. Série de preços coletados:

- Município de Guarapuava – NF-1117/2024 – R\$90.000,00
- Município de Corinto – NF- 1181/2024 – R\$90.000,00
- Município de São João da Varjota – NF-1352/2025 R\$100.000,00
- Município de Porto Grande – Processo de Inexigibilidade nº23/2024 – Contrato nº244/2024 - R\$90.000,00
- Município de Manga – Processo de Inexigibilidade nº05/2024– Contrato nº063/2024 – R\$90.000,00
- Orçamento ADORE EVENTOS LTDA - CNPJ: 12.377.872/0001-52- R\$100.000,00
- Paine de Preço – R\$105.000,00
- Portal Nacional de Contratações Publicas – R\$90.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
Estado do Paraná

V. Método estatístico aplicado para a definição do valor estimado.

Para a definição do valor estimado foi utilizado como base de cálculo a média.

VI. Justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável.

A média reflete melhor o conjunto dos dados, pois seu valor computa todos os preços coletados. Não despreza qualquer informação coletada e isso é uma grande vantagem estatística.

VII. Memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte:

Em anexo.

VII. Justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta:

A escolha do fornecedor para a solicitação de envio de orçamentos foi realizada da forma que cumpra as exigências mínimas do objeto a ser contratado. Para a composição da Pesquisa de Preço, foi realizada pesquisa em sites de busca referente ao objeto dessa contratação, e também solicitado orçamento para os fornecedores da região de Bandeirantes.

EMPRESA	CONTATO	E-MAIL ENVIADO	COTAÇÃO
ADORE EVENTOS LTDA	62 8321-0356	contratos@adoreshows.com.br	<u>Sim</u>

VIII. Informar se foram observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais

O serviço contratado deverá iniciar após a publicação do extrato do contrato, no Diário Oficial do Município, nos locais e datas solicitadas pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Bandeirantes-Pr


Aline Firmino Neves Vasconcelos

Secretária Municipal de Educação

Cultura e Esportes

Portaria Nº 14.820/2025 - 07/01/2025

ALINE FIRMINO NEVES VASCONCELOS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

		ORÇAMENTO	PESQUISA	EDITAIS	MUNICIPIOS	ESTADOS	SITE	GOVERNAMENTAL		MÉDIA DE PREÇOS		
PRODUTO	QTD	ADORESHOWS	MUNICÍPIO DE PORTO GRANDE	MUNICÍPIO DE MANGA	MUNICÍPIO GUARAPUAVA NOTA FISCAL	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA VARJOTA - NOTA FISCAL	MUNICÍPIO DE CORRINTO NOTA FISCAL	PNCP	PAINEL DE PREÇO	SOMA VLR TOTAL	MEDIA VLR TOTAL	VLR TOTAL
SHOW ARTÍSTICO COM A CANTOR GOSPEL JULIANO SONI APRESENTAÇÃO COM DURAÇÃO DE 01h30min. SERÁ REALIZADO NO DIA 22 NOVEMBRO DE 2025.	1	R\$ 100.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 105.000,00	R\$ 755.000,00	R\$ 94.375,00	R\$ 94.375,00
TOTAL												R\$ 94.375,00


Aline Firmino Neves Vasconcelos
 Secretária Municipal de Educação
 Cultura e Esportes
 Portaria Nº 14.820/2025 - 07/01/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

208

Memorando 84/2025 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Ilmo. Sr. Assessor Jurídico

Marcos Vinicius de Andrade

Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a propósito da instrução do processo licitatório visando contratação de empresa especializada na Contratação de Show Artístico com cantor GOSPEL JULIANO SON para apresentação de show em comemoração ao dia da MARCHA PARA JESUS para atender a demanda da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Bandeirantes, solicito a confecção e publicação de portaria contendo designação dos fiscais administrativo e técnico e do gestor de contrato abaixo identificados:

Fiscal Administrativo: EVERTON BONFIM ROMANO

Gestor do Contrato: ALINE FIRMINO NEVES VASCONCELOS

Bandeirantes, 11 de fevereiro de 2025.

Atenciosamente,


Aline Firmينو Neves Vasconcelos
Secretária Municipal de Educação
Cultura e Esportes
Portaria Nº 14.820/2025 - 07/01/2025

ALINE FIRMINO NEVES VASCONCELOS
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Portaria 14.820/2025



Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Assessoria Jurídica

Portaria



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA nº 2.072/2.025

JAELSON RAMALHO MATTA, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes especialmente designado;

R E S O L V E

Art. 1º - Nomear o servidor **EVERTON BONFIM ROMANO**, como Fiscal Técnico e Administrativo, e a servidora **ALINE FIRMINO NEVES VASCONCELOS** como Gestora do Contrato, para responderem pela instrução do processo licitatório visando a **CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM CANTOR GOSPEL JULIANO SON PARA APRESENTAÇÃO EM COMEMORAÇÃO AO DIA DA MARCHA PARA JESUS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se a disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 06 de março de 2025.

Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal



- 210

e

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 53/2025-PMB

Bandeirantes, 27 de março de 2025.

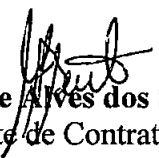
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – /2025

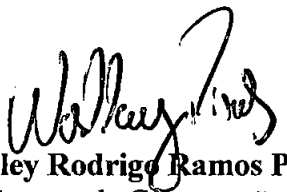
AGENTES DE CONTRATAÇÃO

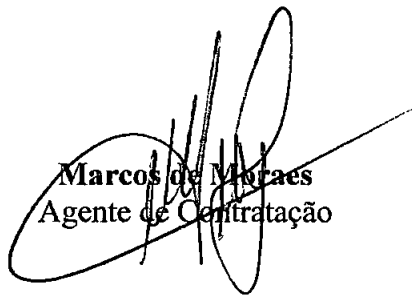
Despacho: Para viabilizar a realização do presente objeto, primeiro há que certificar-se da regular dotação orçamentária e disponibilidade de recursos para tal finalidade, devendo quanto a isso manifestar - se o Departamento de Contabilidade e em seguida a Secretaria de Fazenda. Informamos que o objeto: **CONTRATAÇÃO PESSOA JURIDICA PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW COM CANTOR GOSPEL “JULIANO SON” PARA O EVENTO “MARCHA PARA JESUS” QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 22 DE NOVEMBRO 2025 NO PARQUE DO POVO**, importa em R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Colha-se manifestação


Fabiana de Souza Meira Oliveira
Agente de Contratação


Mariane Alves dos Santos
Agente de Contratação


Wesley Rodrigo Ramos Pires
Agente de Contratação


Marcos de Moraes
Agente de Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

211

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 53/2025-PMB

Bandeirantes, 15 de abril de 2025.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – /2025

PARECER CONTÁBIL
DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO PESSOA JURIDICA PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW COM CANTOR GOSPEL “JULIANO SON” PARA O EVENTO “MARCHA PARA JESUS” QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 22 DE NOVEMBRO 2025 NO PARQUE DO POVO.

Em atendimento à solicitação do Sr. Prefeito Municipal, emitimos o presente parecer, sobre a **disponibilidade orçamentária** para abertura de processo licitatório no Município de Bandeirantes, Estado do Paraná.

1 - Salientamos que o Município tem que ter o equilíbrio financeiro igualando-se suas despesas com suas receitas, dessa forma esclarecemos que durante o presente exercício, poderemos ter uma arrecadação que disponibilizará recursos para a licitação.

2 - No entanto, **alertamos que a execução do contrato só deverá ser realizada após a verificação do saldo orçamentário e a real disponibilidade financeira**, ou seja, só será feito o empenho após a devida verificação.

Para tanto, a dotação para o Processo Licitatório é a seguinte:

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSO
158 - 03.004.13.392.4000.2020.3.3.90.39.00	DIFUSÃO CULTURAL	00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001
87 - 03.002.12.361.1219.6032.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO TRANSF. CONSTITUCIONAL	00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001
114 - 03.002.12.361.1242.6033.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO IMPOSTOS VINC. EDUCAÇÃO	00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001

3 - Assim, sugerimos que seja indicada a **disponibilidade financeira** pela Secretaria de Fazenda, pois seguindo essa metodologia, o Município de Bandeirantes estará observando as premissas da Lei de Responsabilidade Fiscal deixando-o numa Gestão Pública de Qualidade.

4 - Diante das consequências e penalidades que poderão ser aplicadas aos administradores, somos pela cautela de manter as despesas dentro dos limites previsíveis, qualquer outra posição a ser tomada pelo Executivo, será de sua inteira responsabilidade.

Por fim o **parecer é favorável** à realização do Processo Licitatório, por estar em consonância com os princípios básicos que norteiam a administração pública, porém a Secretaria interessada deverá alocar os recursos orçamentários suficientes para a referida despesa durante a execução do contrato.

Bandeirantes-PR, 15 de abril de 2025.


Jaciani Carolina Milani Della Mura
Contadora
CRC-PR-061045/O-4



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

212

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 53/2025-PMB

Bandeirantes, 15 de abril de 2025.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – /2025

PARECER FINANCEIRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO PESSOA JURIDICA PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW COM CANTOR GOSPEL “JULIANO SON” PARA O EVENTO “MARCHA PARA JESUS” QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 22 DE NOVEMBRO 2025 NO PARQUE DO POVO.

VALOR ESTIMADO: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

RECURSO FINANCEIRO:

Em atendimento a consulta formulada, informo que:

☒ Há recursos financeiros previstos para o objeto acima especificado para o exercício de 2025 em cumprimento as obrigações, conforme lei federal nº 14.133/2021 e demais alterações, e Decreto Municipal nº 3.537/2023 de 09 de maio de 2023, no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme dotações especificadas no parecer contábil de 15 de abril de 2025.

☐ Não há recursos financeiros para pagamentos das obrigações.

Para fazer face as despesas acima solicitadas utilizam-se a seguinte forma de pagamento fonte de recursos:

☐ à vista.

☐ à prazo.

☒ primeira parcela: 50% do valor total do contrato 15 dias após a assinatura do mesmo e segunda parcela: 50% do valor do contrato 15 dias de antecedência ao evento

Origem de Recursos:

☒ Próprios.

☐ Vinculados à convênios.

Bandeirantes-PR, 15 de abril de 2025.


Ocimar da Silva Marquito
Secretária da Fazenda



Ofício nº 33/2025

Bandeirantes/PR, 27 de março de 2025.

Assunto: Correção no processo de Inexigibilidade de Licitação – Solicitação de Compra n.º56/2025

À Vossa Senhoria

Aline Firmino Neves Vasconcelos – Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Bandeirantes/PR

Prezada,

Considerando que, o Departamento de Licitação recebeu a documentação para trâmite do processo, através da Solicitação de Compra n.º56/2025, que tem por objeto: **CONTRATAÇÃO PESSOA JURIDICA PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW COM CANTOR GOSPEL “JULIANO SON” PARA O EVENTO “MARCHA PARA JESUS” QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 22 DE NOVEMBRO 2025 NO PARQUE DO POVO.** Gostaríamos de pontuar algumas inconsistências que precisam ser corrigidas para que possamos dar prosseguimento ao processo administrativo:

Certidões vencidas:

Nos documentos apresentados pela Secretaria Demandante, foram anexadas certidões com o vencimento expirado. Ressaltamos que todas as certidões devem estar devidamente atualizadas e dentro do prazo de validade, conforme exigido pela legislação vigente.

Certidão Negativa de Débitos (CND) Municipal:

Em consulta à Certidão Negativa de Débitos (CND) Municipal, foi constatado que existem débitos vencidos, o que resultou em uma CND positiva. Para que o processo tenha continuidade, solicitamos a apresentação de uma CND válida, ainda que esta contenha a menção de débitos com efeitos de negativa, conforme previsão legal.

Termo de Referência e Proposta da Contratada – Pagamento:

Ao analisar a Proposta da Contratada, e o Termo de Referência, foi identificado um apontamento no item 7, que trata dos critérios e medições de pagamento, onde consta a seguinte previsão:

"O recebimento do Cantor Gospel Juliano Son será primeira parcela: 50% do valor total do contrato 15 dias após a assinatura do mesmo e segunda parcela: 50% do valor do contrato 15 dias de antecedência ao evento, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração a prestação de serviço".

Tal previsão não está de acordo com o disposto no **art. 145 da Lei nº 14.133/2021**, salvo se for observada a hipótese prevista no **§ 1º do referido artigo**. Sendo assim, solicitamos a juntada de uma justificativa fundamentada aos autos do processo, a fim de que esta condição possa ser inserida posteriormente no termo contratual, caso necessário.

Dessa forma, devolvemos o processo nesta data para que as devidas correções sejam realizadas, a fim de garantir a conformidade para dar continuidade ao trâmite regular. **Este ofício se baseia nas disposições do Art. 169 da Lei nº 14.133/2021, que trata das linhas de defesa no processo licitatório, alinhado com as atribuições do Agente de Contratação e do Pregoeiro previstas no Art. 4º do Decreto Municipal nº 3.537/2023.**

Atenciosamente,

Wesley Rodrigo Ramos Pires

Diretor do Departamento de Licitações e Contratos

Fabiana de Souza Meira Oliveira

Agente de Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

214

Ofício nº 33/2025

Bandeirantes/PR, 27 de março de 2025.

Assunto: Correção no processo de Inexigibilidade de Licitação – Solicitação de Compra n.º56/2025

À Vossa Senhoria

Aline Firmino Neves Vasconcelos – Secretária Municipal de Educação de Bandeirantes/PR

Prezada,

Considerando que, o Departamento de Licitação recebeu a documentação para trâmite do processo, através da Solicitação de Compra nº56/2025, que tem por objeto: **CONTRATAÇÃO PESSOA JURIDICA PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW COM CANTOR GOSPEL “JULIANO SON” PARA O EVENTO “MARCHA PARA JESUS” QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 22 DE NOVEMBRO 2025 NO PARQUE DO POVO.** Gostaríamos de pontuar algumas inconsistências que precisam ser corrigidas para que possamos dar prosseguimento ao processo administrativo:

Certidões vencidas:

Nos documentos apresentados pela Secretaria Demandante, foram anexadas certidões com o vencimento expirado. Ressaltamos que todas as certidões devem estar devidamente atualizadas e dentro do prazo de validade, conforme exigido pela legislação vigente.

Certidão Negativa de Débitos (CND) Municipal:

Em consulta à Certidão Negativa de Débitos (CND) Municipal, foi constatado que existem débitos vencidos, o que resultou em uma CND positiva. Para que o processo tenha continuidade, solicitamos a apresentação de uma CND válida, ainda que esta contenha a menção de débitos com efeitos de negativa, conforme previsão legal.

Termo de Referência e Proposta da Contratada – Pagamento:

Ao analisar a Proposta da Contratada, e o Termo de Referência, foi identificado um apontamento no item 7, que trata dos critérios e medições de pagamento, onde consta a seguinte previsão:

“Recebimento do Cantor Gospel Juliano Son será primeira parcela: 50% do valor total do contrato 15 dias após a assinatura do mesmo e segunda parcela: 50% do valor do contrato 15 dias de antecedência ao evento, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração a prestação de serviço”.

Tal previsão não está de acordo com o disposto no **art. 142 da Lei nº 14.133/2021**, salvo se for observada a hipótese prevista no **§ 1º do referido artigo**. Sendo assim, solicitamos a juntada de uma justificativa fundamentada aos autos do processo, a fim de que esta condição possa ser inserida posteriormente no termo contratual, caso necessário.

Dessa forma, devolvemos o processo nesta data para que as devidas correções sejam realizadas, a fim de garantir a conformidade para dar continuidade ao trâmite regular. **Este ofício se baseia nas disposições do Art. 169 da Lei nº 14.133/2021, que trata das linhas de defesa no processo licitatório, alinhado com as atribuições do Agente de Contratação e do Pregoeiro previstas no Art. 4º do Decreto Municipal nº 3.537/2023.**

Atenciosamente,


Wesley Rodrigo Ramos Pires

Diretor do Departamento de Licitações e Contratos

Wesley Rodrigo R. Pires

Diretor da Divisão de Licitações
Port. 14.229/2023


Fabiana de Souza Meira Oliveira
Agente de Contratação

Recebido
27/03/25




+55 43 9677-8857

Encaminhada

215



2. Certidão Municipal - Adore Shows -
Valida até 02.07.25.pdf

1 página • PDF • 62 KB

Everto, segue, acima bem como atualizada no link
enviado no e-mail a certidão solicitada:

10:42

Encaminhada



2. Certidão Municipal - Adore Shows -
Valida até 02.07.25.pdf

1 página • PDF • 62 KB

2. Certidão Municipal - Adore Shows - Valida até
02.07.25.pdf

10:42

Só confirmando seria essas as pendências

10:43

Bom dia, Bah eu acho melhor você vir olhar no processo as certidões juntadas e quais
precisam ser consultadas novamente

10:05 27



Digite uma mensagem



09/04/25

Recebido em: 10/04/25 @

Declaração Justificativa de Cachê

A **Adore Eventos LTDA.**, pessoa jurídica, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº: **12.377.872/0001-52**, com sede profissional à Avenida José Leandro da Cruz, nº 1.214, Sala 01, Qd. 122, Lt. 12, Bairro Parque Amazonas, Município de Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.843-010, vem, através de sua representante legal, Sra. **Lorena Assis Rezende Rodrigues McIntyre**, para fins de atendimento às justificativas do valor de cachê orçado junto à Administração Pública Municipal de Bandeirantes, no estado da Paraná, conforme o Inciso II do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, **DECLARAR**, de forma transparente e respeitosa, a necessidade de antecipação dos valores de cachê para atendimento ao show com o cantor **Juliano Son** no dia *22 de novembro de 2025 – 22/11/2025* – nesta cidade.

Para isso, destacamos que os custos que compõem essa prestação de serviços contém uma elevação aguda em razão da localização e do prazo. Isso interfere em toda a logística do evento. Em razão disso, há uma elevação sobremodo nos custos das passagens aéreas e dos deslocamentos da equipe, despesas de hospedagem, alimentação, traslados de origem e local, sem mencionar as variações de outros custos agregados. Para isso, precisamos da antecipação dos valores para custear todas essas despesas o quanto antes e manter a viabilidade do evento e o preço que foi passado à esta municipalidade. Assim, o valor do cachê ora praticado tem fundamento na variação de mercado em razão do prazo distante.

Ademais, trata-se de show em data especial, do mês de novembro, "dia do músico". Em razão disso, os custos de logística e a grande demanda por músicos free lancer aumentam significativamente os custos de um show artístico musical, especialmente nessa região do país.

Declara também, que o valor específico orçado para a contratação constante da proposta de preços apresentada a essa Municipalidade se refere a um show completo, com uma equipe composta por 06 (seis) pessoas, na modalidade "colocado".

Isso significa que todos os custos para que a prestação de serviços ocorra em sua plenitude estão inclusos, assim, despesas com Van para traslado municipal dos músicos e equipe técnica, carro executivo para o cantor, hospedagens, refeições, passagens de avião para o artista e os integrantes da equipe, pagamento dos caches dos músicos, equipe técnica, impostos etc, excetuando-se, é claro, os custos relativos à abastecimento de camarim, produção técnica de palco, som e luz.

Goiânia – GO, 02 de abril de 2025

ADORE EVENTOS LTDA

CNPJ: 12.377.872/0001-52

Lorena Assis Rezende Rodrigues McIntyre



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

218

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
12.377.872/0001-52
MATRIZCOMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRALDATA DE ABERTURA
12/08/2010NOME EMPRESARIAL
ADORE EVENTOS LTDATÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
ADORE SHOWSPORTE
DEMAISCÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
90.01-9-02 - Produção musical

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

59.12-0-02 - Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual

59.20-1-00 - Atividades de gravação de som e de edição de música

64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras

70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica

74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários

74.90-1-05 - Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas

77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador

82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação

90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente

90.03-5-00 - Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas

93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos

93.29-8-99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária LimitadaLOGRADOURO
AV PORTUGALNÚMERO
1148COMPLEMENTO
QUADRAL29 LOTE 1E SALA C2501 EDIF
ORION BUSINESSCEP
74.150-030BAIRRO/DISTRITO
SET MARISTAMUNICÍPIO
GOIANIAUF
GOENDEREÇO ELETRÔNICO
FINANCEIRO@ADORESHOWS.COM.BRTELEFONE
(62) 3225-9653

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVADATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
12/08/2010

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL
*****DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 09/04/2025 às 11:19:07 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE FISCAL
NEGATIVA DE DÉBITOS DE QUALQUER NATUREZA
PESSOA JURÍDICA
NÚMERO DA CERTIDÃO: 674.201-5**

Prazo de Validade: até 02/07/2025

CNPJ: 12.377.872/0001-52

Certifica-se que até a presente data **NÃO CONSTA DÉBITO VENCIDO OU A VENCER** referente a débitos de qualquer natureza administrados pela Prefeitura Municipal de Goiânia para este CPF ou CNPJ, nos termos dos artigos 156 e 158, inciso I do caput, parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º, e os artigos 159 e 160 da Lei Complementar Municipal nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

Esta CERTIDÃO abrange todos os débitos de créditos de natureza tributária e não tributária, nos termos do artigo 159 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

A CERTIDÃO ora fornecida não exclui o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa, nos termos do artigo 160 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

A validade desta Certidão é estabelecida no artigo 162 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

GOIANIA(GO), 4 DE ABRIL DE 2025

ESTA CERTIDÃO É GRATUITA E EMITIDA ELETRONICAMENTE, E DEVERÁ SER VALIDADA PARA CONFIRMAÇÃO DA SUA AUTENTICIDADE, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO www.goiania.go.gov.br. Qualquer Rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ADORE EVENTOS LTDA
CNPJ: 12.377.872/0001-52

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 07:30:28 do dia 12/12/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 10/06/2025.

Código de controle da certidão: **8134.2B2B.037B.7EDA**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITO

221

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 51507000

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:

VALIDA PARA O CNPJ INFORMADO NESTE DOCUMENTO

CNPJ

12.377.872/0001-52

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do art. 68 da Leinr. 14.133, de 01 de abril de 2021.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereço:

<https://goias.gov.br/economia/>

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.513.947.848

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 3 ABRIL DE 2025

HORA: 6:41:18:4



ESTADO DE GOIÁS
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA

222

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

O Bel. **LUIS SILVA**, Distribuidor Judicial Cível do Termo e Comarca de Goiânia, Capital Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL

CERTIFICA a requerimento verbal da parte interessada que, revendo nesta serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos e também os sistemas e dados do Poder Judiciário Estadual, verificou dos mesmos **INEXISTIR**, em ANDAMENTO, CONTRA:

Identificação:

Requerente : **ADORE EVENTOS LTDA**
Profissão : **PESSOA JURIDICA**
CPF/CGC : **12.377.872/0001-52**
Domicílio : **NESTA CAPITAL**

Quaisquer distribuições de ações cíveis em geral, especialmente ações de **Execução Patrimonial, Falência e Concordata**, até a presente data.

CERTIFICA mais que a presente certidão abrange todas as Comarcas do Estado de Goiás.

NADA MAIS. Era tudo o que foi pedido para certificar, do que se reporta e dá fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Goiânia, Capital do Estado de Goiás aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco (04/04/2025).

Cartório Distribuidor Cível
Bel. Luis Silva
Escrivão

Valor da certidão.....:55,08
Valor da Taxa Judiciária.....:19,17
Total.....:R\$74,25
Data Recsita.....:04/04/2025
Taxa Judiciária recolhida através da Guia de número: 766568965

40000257665689651000



Assinado digitalmente por: LUIS SILVA, ESCRIVÃO, em 04/04/2025 às 17:41:12
Para validar este documento informe o código 4000 0257 6656 8965 1000 no endereço <http://cdcivel.com.br/validar-certidao>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.377.872/0001-52
Razão Social: ADORE PRODUCOES LTDA
Endereço: AV JOSE LEANDRO DA CRUZ 1214 SALA 01 QD 122 LT 12 /
PARQUE AMAZONAS / GOIANIA / GO / 74843-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/03/2025 a 22/04/2025

Certificação Número: 2025032422191815896186

Informação obtida em 09/04/2025 13:31:31

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **ADORE EVENTOS LTDA**

CPF/CNPJ: **12.377.872/0001-52**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativas ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 13:40:36 do dia 09/04/2025 , com validade até o dia 09/05/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: Ek6YgWKnWsXJF9b7rZUR

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ADORE EVENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 12.377.872/0001-52

Certidão nº: 29480620/2025

Expedição: 28/05/2025, às 11:31:15

Validade: 24/11/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ADORE EVENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.377.872/0001-52**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.377.872/0001-52
Razão Social: ADORE PRODUCOES LTDA
Endereço: AV JOSE LEANDRO DA CRUZ 1214 SALA 01 QD 122 LT 12 / PARQUE
AMAZONAS / GOIANIA / GO / 74843-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/05/2025 a 18/06/2025

Certificação Número: 2025052008171815896168

Informação obtida em 28/05/2025 11:29:25

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



225

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

(MINUTA)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO Nº XX/2025

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Frei Rafael Proner nº 1457 Centro, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. JELSON RAMALHO MATTA, inscrito no CPF nº 486.661.579-68, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e **ADORE EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.377.872/0001-52, sediada Av. Portugal, N.º 1148 – QUADRA 29 LOTE 1E SALA C2501 EDIF. ORION BUSINESS, município de Goiânia/GO – CEP: 74.150-030, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por **Lorena Assis Rezende Rodrigues McIntyre**, inscrita no cadastro de pessoas físicas CPF nº xxx.xxx.xxx-xx representante legal, tendo em vista o que consta no Processo nº 53/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Processo de Inexigibilidade nº xx/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 OBJETO:

CONTRATAÇÃO PESSOA JURIDICA PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW COM CANTOR GOSPEL “JULIANO SON” PARA O EVENTO “MARCHA PARA JESUS” QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 22 DE NOVEMBRO 2025 NO PARQUE DO POVO.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SHOW ARTÍSTICO COM CANTOR GOSPEL JULIANO SON APRESENTAÇÃO COM DURAÇÃO DE 01h30min. SERÁ REALIZADO NO DIA 22 NOVEMBRO DE 2025.	12610	UN	01	R\$100.000,00	R\$100.000,00

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Processo de **Inexigibilidade nº xx/2025**, objeto do processo administrativo nº 53/2025, com Ratificação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Município nº xxx, de xx de fevereiro de 2025 - página xx.

3. PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

3.1 O Contratante pagará ao Contratado o preço (unitário) previsto em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.

3.2 O valor total do contrato é de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES/

ESTADO DO PARANÁ

226

3.3. No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

3.4 - Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado (se for o caso) na hipótese de inexecução do objeto, sob pena das sanções cabíveis.

4 REAJUSTE

4.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192/2001. Na ausência de índice específico para o serviço em questão, será utilizado o INPC/IBGE.

4.1.1 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até trinta dias antes do fim de cada período de doze meses.

4.1.2 A assinatura do aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

4.2 O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o § 6.º do art. 170 do Decreto nº 3.537/2023.

4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

4.3.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

4.3.1.1 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

5 DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá aos servidores designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto nº 3.537/2023.

5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá aos servidores designados, conforme o item 5.3 deste contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto nº 3.537/2023.

5.3 Os responsáveis pela gestão, fiscalização e acompanhamento do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante, conforme PORTARIA DE NOMEACÃO N.º 2.072/2025 – GESTOR: Aline Firmino Neves Vasconcelos – FISCAL: Everton Bonfim Romano.

5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

6 EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:

6.1 A presente contratação adotará como regime de execução a (Execução por Tarefa).

6.2 O serviço terá início conforme consta no (Termo de Referência).

6.3 Os serviços serão prestados, na forma, nos prazos de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

6.4 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; conforme Termo de Referência.

6.5 Nos termos do art. 359 do Decreto nº 3.537/2023, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

6.6 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias conforme Termo de Referência, contados do recebimento provisório, por servidor designado pela autoridade competente, Portaria nr. 1.638/2023, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.



6.6.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

6.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7 FONTE DE RECURSOS:

7.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSO
158 - 03.004.13.392.4000.2020.3.3.90.39.00	DIFUSÃO CULTURAL	00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001
87 - 03.002.12.361.1219.6032.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO TRANSF. CONSTITUCIONAL	00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001
114 - 03.002.12.361.1242.6033.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO IMPOSTOS VINC. EDUCAÇÃO	00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001

8 VIGÊNCIA:

8.1 O prazo de vigência contratual será **até 31 de dezembro de 2025** – conforme item 1.4 e 4. do TERMO DE REFERÊNCIA, iniciando a contagem na data da assinatura do contrato.

9 PAGAMENTO:

9.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizado conforme Item 7.0 do Termo de Referência, partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e da verificação da regularidade do contratado, mediante atestado emitido pelo Gestor do Contrato, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência conforme Item 7.

O recebimento do Cantor Gospel Juliano Son será primeira parcela: 50% do Valor total do contrato 15 dias após a assinatura do mesmo e segunda parcela: 50% do valor do contrato 15 dias de antecedência ao evento, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração a prestação de serviço.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

9.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente.

9.3 O prazo estabelecido no item 9.1 ficará suspenso na hipótese de retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspendendo-se a fluência de prazo para a Administração, não importando mora, nem gerando compensação financeira.



9.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

9.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

9.5 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

9.6 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

10.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

10.1.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no Termo de Referência, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.5 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.6 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

10.1.7 apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

10.1.8 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

10.1.9 atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES****ESTADO DO PARANÁ**

10.1.10. instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

10.1.11 instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

10.1.12 relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.1.13 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.14 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação;

10.1.15 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.16 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

10.1.17 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.17.1. alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.17.2 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

10.1.17.3 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.17.4 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

10.1.17.5. impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

10.1.17.6. omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

10.1.18 ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) e a respectiva documentação técnica associada, para livre uso e alteração pela Administração Pública em outras ocasiões, nos termos do artigo 93 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.1.19 Ceder os direitos e fornecer os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio;

10.1.20 Garantir ao contratante:

10.1.20.1 o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.1.20.2 os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiras subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do contratante.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência.

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

10.2.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

10.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, e no contrato;

10.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

11 GARANTIA DE EXECUÇÃO/CONTRATAÇÃO:

11.1 – Conforme Termo de Referência Itens 3.3, 4 e 5.

11.2 - A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

11.4 - É de responsabilidade da XXXXXXXX (CONTRATANTE OU CONTRATADA) arcar com as custas da taxa do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD, regido pela Lei Federal 9.610/98 a mesma deverá apresentar esse pagamento antes da execução de serviço.

11.5 A garantia da contratação é conforme estabelecido no **item 3.3 do TERMO DE REFERÊNCIA.**

12 PENALIDADES:

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto nº 3.537/2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto nº 3.537/2023;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto nº 3.537/2023;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto nº 3.537/2023;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto nº 3.537/2023.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES *d*

ESTADO DO PARANÁ

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto nº 3.537/2023.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto nº 3.537/2023.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

12.10 As multas previstas neste Termo de Referência poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública municipal.

13 CASOS DE EXTINÇÃO:

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto nº 3.537/2023 e neste contrato.

13.2. Constituem motivo para extinção do contrato:

13.2.1. O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

13.2.2. O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,

13.2.3. A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;

13.2.4. O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

13.2.5. A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

13.2.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;

13.2.7. O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

13.2.8. O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;

13.2.9. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;

13.2.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

13.2.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.2.12. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

13.2.13. A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

232

- 13.2.14.** Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;
- 13.2.15.** A supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;
- 13.2.16.** A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
- 13.2.17.** O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 13.2.18.** A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- 13.2.19.** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.
- 13.2.20.** O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 13.2.21.** A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;
- 13.2.22.** O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.
- 13.3** O presente instrumento poderá ser extinto:
- 13.3.1** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 13.3.2** consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou
- 13.3.3** determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 13.4** No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.
- 13.5** Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.
- 13.6** O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

14 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

- 14.1** Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 14.1.1** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.2** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:
- 14.2.1** sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- 14.2.2** sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

233

14.2.3. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

14.4. Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis à prestação dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

16.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços especificada neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

16.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

16.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

16.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

16.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

16.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do Decreto nº 3.418/2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

234

16.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma do Decreto nº 3.418/2022.

16.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

16.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeito aos mesmos limites impostos ao contratado.

16.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

16.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Unidade de Controle Interno, que poderá consultar a Assessoria Jurídica em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o Termo de Referência a proposta apresentada pelo Contratado.

17.2 Este contrato é regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelo Decreto nº 3.537/2023 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

17.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Município e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

17.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Bandeirantes – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Bandeirantes/PR, XX de abril de 2025

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES

CONTRATADA
ADORE EVENTOS LTDA

JAELSON RAMALHO MATTA
PREFEITO MUNICIPAL

LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES
MCINTYRE
REPRESENTANTE LEGAL

Testemunhas:

Marcos de Moraes
CPF. 590.505.609-97

José Marcio Urbano
CPF. 023.000.589-60

Esta página de assinatura é parte integrante e indissociável ao Contrato n.º xx/2025, firmado entre o Município de Bandeirantes/PR e a empresa **ADORE EVENTOS LTDA**.



235

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO N.º XX/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 53/2025
INEXGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º XX/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ

CONTRATADA: ADORE EVENTOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO PESSOA JURIDICA PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW COM CANTOR GOSPEL "JULIANO SON" PARA O EVENTO "MARCHA PARA JESUS" QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 22 DE NOVEMBRO 2025 NO PARQUE DO POVO.

VALOR: R\$100.000,00 (cem mil reais)

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: O prazo para execução e vigência CONTRATUAL será **até 31 de dezembro de 2025** – conforme item 4. do **TERMO DE REFERÊNCIA**, iniciando a contagem na data da assinatura do contrato.

DOTAÇÕES:

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSO
158 - 03.004.13.392.4000.2020.3.3.90.39.00	DIFUSÃO CULTURAL	00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001
87 - 03.002.12.361.1219.6032.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO TRANSF. CONSTITUCIONAL	00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001
114 - 03.002.12.361.1242.6033.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO IMPOSTOS VINC. EDUCAÇÃO	00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001

Bandeirantes/PR, XX de abril de 2025

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES

CONTRATADA
ADORE EVENTOS LTDA

JAEISON RAMALHO MATTA
PREFEITO MUNICIPAL

LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES
MCINTYRE
REPRESENTANTE LEGAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Estado do Paraná

LISTA DE VERIFICAÇÃO

PROCESSO ADM.: 53 / 2025.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM CANTOR GOSPEL "JULIANO SON" PARA APRESENTAÇÃO NO EVENTO MARCHA PARA JESUS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR.

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc./ fls.)
1. Houve abertura de processo administrativo?	(X) Sim () Não () Não se aplica	fls 210.
2. Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa?	(X) Sim () Não () Não se aplica	
3. A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação?	(X) Sim () Não () Não se aplica	fls 004 e 209.
4. Foi certificado o atendimento do princípio da segregação de funções?	(X) Sim () Não () Não se aplica	fls 240.
5. Consta documento de formalização de demanda?	(X) Sim () Não () Não se aplica	fls 006 e 009.
6. Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual? ¹	(X) Sim () Não () Não se aplica	fls 021 e 023.
7. Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias?	(X) Sim () Não () Não se aplica	fls 035 e 036.
8. Há Estudo Técnico Preliminar?	(X) Sim () Não () Não se aplica	fls 010 à 014.
9. O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação?	(X) Sim () Não () Não se aplica	fls 010 à 014.
10. Há Análise de Riscos?	(X) Sim	fls 034 à 040.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Estado do Paraná

	☐ Não ☐ Não se aplica	
11. Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares? ²	☐ Sim ☐ Não ☒ Não se aplica	
12. Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto?	☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica	
13. Há termo de referência?	☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica	Fls 022 a 036.
14. Foi certificada a utilização do Sistema TR Digital ou o atendimento das regras e procedimentos da IN ME 81/2022? ³	☐ Sim ☐ Não ☒ Não se aplica	
15. Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Advocacia-Geral União, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização, ou houve justificativa para sua não utilização? ⁴	☐ Sim ☐ Não ☒ Não se aplica	
16. Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?	☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica	
17. Foi certificado que o TR está alinhado com o Plano Anual de Contratações e com o Plano Diretor de Logística Sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração?	☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica	Fls 021 a 023.
18. O TR contempla definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução, requisitos da contratação, modelo de execução, modelo de gestão, critérios de medição e de pagamento, forma de seleção do fornecedor, estimativas do valor da contratação e, não se tratando de registro de preços, adequação orçamentária?	☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica	
19. Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica, elas foram justificadas no processo?	☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica	
20. Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica, elas são específicas e objetivas?	☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica	Fls 032 a 034.
21. Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica e o objeto licitatório refira-se a contratações	☒ Sim ☐ Não	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Estado do Paraná

para: a) entrega imediata; b) contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral, ou; c) contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$324.122,46 (valor atualizado anualmente), houve justificativa para não dispensá-las?	() Não se aplica	
22. Ao final da elaboração do TR, houve avaliação quanto à necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011? ⁵	() Sim (X) Não () Não se aplica	
23. Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Procuradoria Geral do Município, com eventuais alterações destacadas e justificadas?	(X) Sim () Não () Não se aplica	fs 225 à 235.
24. Os autos estão instruídos com o edital da licitação?	(X) Sim () Não (X) Não se aplica	não se aplica.
25. Caso seja adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável consta do edital da licitação?	(X) Sim () Não (X) Não se aplica	não se aplica.
26. Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R\$80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade?	(X) Sim () Não (X) Não se aplica	não se aplica.
27. Foi mantida no edital cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado?	(X) Sim () Não () Não se aplica	fs 226.
28. Caso tenha sido vedada a participação de cooperativas, consta justificativa nos autos?	() Sim () Não (X) Não se aplica	
29. Caso tenha sido vedada a participação de consórcios, consta justificativa nos autos?	() Sim () Não (X) Não se aplica	

Observações:

1. Justificado no DFD
2. O ETP atende todos os itens obrigatórios
3. Art. 15. Até a completa disponibilização do Sistema TR digital, para atendimento ao disposto nesta Instrução Normativa, o órgão ou entidade poderá utilizar outra ferramenta eletrônica para a elaboração do TR, desde que, ao final, seja apensado aos autos de contratação no sistema informatizado de controle e movimentação de processos administrativos eletrônico oficial.
4. Não foi utilizado a minuta padronizada do Termo de Referência da Advocacia-Geral União, visto que o modelo utilizado no município foi disponibilizado pela Procuradoria Jurídica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Estado do Paraná

5. O Art. 10º da IN/SEGES/ME N.81/2022 diz que, ao final da elaboração do TR, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, traz em sua Seção II: Da Classificação da Informação quanto ao Grau e Prazos de Sigilo – Art. 23, que:

São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

- I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;
- II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;
- III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;
- IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;
- V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas;
- VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;
- VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou
- VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

Tendo em vista que os documentos pertencentes ao presente processo licitatório não se enquadram como sigilosos, informamos que as informações nele contidas não necessitam de classificação, e estarão disponíveis para consulta tão logo o processo seja publicado.

Bandeirantes, 07 de fevereiro de 2025.


Aline Firmino Neves Vasconcelos
 Secretária Municipal de Educação
 Cultura e Esportes

Portaria Nº 14.820/2025 - 07/01/2025
ALINE FIRMINO NEVES VASCONCELOS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES



240

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 53/2025-PMB

Bandeirantes, 14 de abril de 2025.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – 09/2025

À Procuradoria Geral do Município de Bandeirantes-PR

Vimos através do presente, solicitar a esta consultoria que emita posicionamento quanto à possibilidade de **CONTRATAÇÃO PESSOA JURIDICA PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW COM CANTOR GOSPEL “JULIANO SON” PARA O EVENTO “MARCHA PARA JESUS” QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 22 DE NOVEMBRO 2025 NO PARQUE DO POVO**, através do tipo de procedimento em referência, com prazo estipulado até 31/12/2025, fundamentado pelo **Artigo 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.**

Informamos que o preço foi colhido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme consta na Análise Crítica de Preços, juntamente com as pesquisas, o que isenta esta Comissão de Licitação e/ou Agentes de Contratação da responsabilidade da verificação de valor de mercado. Sendo somente confeccionado pelo Agente de Contratação, a minuta de Contrato, a qual encaminhamos, juntamente com o restante da documentação oriunda da Secretaria Solicitante, para apreciação da Procuradoria Jurídica, com base no art. 19, inciso IV, assim como no art. 53 da Lei nº 14.133/21 e art. 162 do Decreto Municipal nº 3.537/2023.

Ressaltamos que não consta nos documentos internos elaborados pela Secretaria demandante, informação ou confirmação referente ao pagamento do ECAD, o que consta apenas na proposta financeira da empresa contratada.

Destaca-se que, o impulsionamento do trâmite, fica restrita às funções atribuídas pela lei aos Agentes de Contratação e Equipe de Apoio, bem como prevê o regulamento no **Decreto Federal nº 11.246/2022**, que dispõe sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio. Estando por tanto, excluídos os pontos jurídicos, e quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários, sendo que, em relação a estes, partiremos da premissa de que, **considerando o parecer jurídico**, o Gestor e Autoridade Competente se municia dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades do processo, observando os requisitos legalmente impostos.

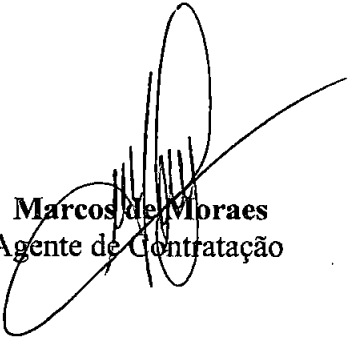
Reforçamos que, neste processo, será observado o princípio da segregação de funções, bem como as atribuições dos Agentes de Contratação e Equipe de Apoio, **conforme estabelecido no Art. 4º do Decreto Municipal nº 3.537/2023, Decreto Federal nº 11.246/2022, e (Acórdão 1375/2015-TCU-Plenário).**

Sem outro particular, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhes nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Fabiana de Souza Meira Oliveira
Agente de Contratação


Mariane Alves dos Santos
Agente de Contratação


Marcos de Moraes
Agente de Contratação

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES****ESTADO DO PARANÁ**
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**PARECER JURÍDICO Nº 1.600/2025****REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 53/2025****INTERESSADO: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO****VALOR: R\$ 100.000,00****LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI Nº 14.133/2021, DECRETO Nº 3.537/2023.**

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. INEXIGIBILIDADE. CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS. ANÁLISE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO E DA MINUTA. RESSALVAS E/OU RECOMENDAÇÕES.

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de expediente de processo administrativo que tem por finalidade a contratação de show artístico, mediante procedimento administrativo de inexigibilidade de licitação, conforme justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

2. Os seguintes documentos são relevantes para a análise jurídica:

- I) Documento de Formalização da Demanda – DFD (fl. 8-9);
- II) Estudo Técnico Preliminar – ETP (fl. 10-14);
- III) Termo de Referência – TR (fl. 22-36);
- IV) Pesquisa de preços (fl. 205-206);
- V) Parecer Contábil (fl. 211);
- VI) Parecer Financeiro (fl. 212);
- VII) Portaria de designação dos agentes de contratação (fl. 04);
- VIII) Autorização do Prefeito (fl. 07);
- IX) Minuta de contrato (fl. 225-235);
- X) Mapa de Riscos (fl. 16-21);
- XI) Portaria fiscal e gestor do contrato (fl. 209);
- XII) Lista de Verificação (fl. 236-239).

3. No processo, os seguintes documentos são relevantes para a contratação de artistas:

- I) exclusividade da representação do artista;
- II) comprovação de que os artistas são consagrados pela crítica especializada ou pela opinião pública;
- III) consulta prévia da relação das empresas suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública do Município;

4. É o breve relatório, estudada a matéria, passa-se a opinar.



II - PRELIMINARMENTE: DA FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

5. Esta manifestação jurídica tem objetivo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133/2021:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

6. De acordo com a disposição normativa em comento, o controle prévio de legalidade se ocorre em consequência do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade que compõem o mérito administrativo.

7. Nesse sentido, o entendimento exarado pelo parecerista leva em conta os aspectos jurídicos que aqui devem ser produzidos de forma estrita, ponto em que os temas técnicos, não jurídicos e que compõem o mérito administrativo não são enfrentados de forma conclusiva, vindo a se desdobrar como mera opinião ou recomendação, preservando-se sempre a discricionariedade da autoridade a que a presente peça é dirigida, no que tange ao acatamento ou não do conteúdo formulado.

8. Assim sendo, na análise feita é presumido que as especificações técnicas colacionadas no caderno processual, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do Município de Bandeirantes, com lastro nos parâmetros técnicos objetivos e visando sempre a melhor solução para a realização do interesse público. Da mesma maneira, pressupõe-se que o exercício da competência discricionária pelo solicitante da demanda e pela autoridade competente, cujas decisões devem ser motivadas no processo, tenha ocorrido com lisura e pautada no interesse público.



contratação, devendo os órgãos municipais prezar pelo alinhamento de seus objetivos. A fim de viabilizar isso, a Procuradoria Geral do Município aponta a lista de verificação como instrumento de checagem do alinhamento.

13. No caso em análise, **não** foi realizada a avaliação de conformidade legal com base nos elementos acima descritos, pois o **órgão solicitante do parecer jurídico apresentou a lista de verificação realizada pela Secretaria demandante.**

III.II – VERIFICAÇÃO JURÍDICA DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

14. Sob a égide da Lei nº 14.133/2021, as contratações governamentais devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável, como estabelecido no art. 5º - princípio de aplicação da Lei de Licitações – e no art. 11, IV – como objetivo do processo licitatório.

15. Desse modo, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo e para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental, a exemplo dos produtos reciclados, recicláveis, e/ou que possibilitem retorno à cadeia de consumo com menor impacto ao meio ambiente.

16. Logo, no planejamento da contratação devem ser pontuados aspectos primordiais, das quais se elenca: (i) a especificação do objeto de acordo com critérios de sustentabilidade; (ii) a existência de obrigações a serem cumpridas durante o fornecimento e o recolhimento dos produtos; (iii) a incidência de normas especiais de comercialização ou de licenciamento de atividades. Destaca-se que não se trata de uma opção ao agente público, mas é requisito legal imposto pela Lei nº 14.133/2021:

Art. 66. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO,

9. Outrossim, desde já esclarece-se que não figura em atribuição do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, por óbvio, a cada agente público, observar se os seus atos estão dentro do seu próprio vulto de competências.

10. Em arremate, salienta-se que determinadas observações constantes do presente parecer são feitas sem caráter vinculativo, com o intuito preservar a segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. De mesmo quilate, aponta-se que as questões relacionadas à legalidade serão indicadas para fins de sua correção e que o prosseguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

III – FUNDAMENTAÇÃO

III.1 – ANÁLISE DE CONFORMIDADE LEGAL E ALINHAMENTO

11. Nos termos do art. 19 da Lei nº 14.133/2021, é de incumbência dos órgãos competentes da Administração a instituição de mecanismos e ferramentas para gerenciamento de atividades de administração de materiais, obras e serviços. Vejamos:

Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:

I - instituir instrumentos que permitam, preferencialmente, a centralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços;

II - criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

III - instituir sistema informatizado de acompanhamento de obras, inclusive com recursos de imagem e vídeo;

IV - instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

V - promover a adoção gradativa de tecnologias e processos integrados que permitam a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de obras e serviços de engenharia.

12. O planejamento ganhou destaque e se tornou de observância obrigatória, bem por isso, se torna necessário que a fase preparatória seja norteadada pelo planejamento da



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

17. Assim sendo, se torna indispensável na realização do planejamento da contratação a abordagem econômica, social, ambiental e cultural das ações de sustentabilidade, levando o órgão assessorado a obrigatoriamente:

- (i) avaliar se há incidência de critérios de sustentabilidade no caso concreto;
- (ii) indicar as dimensões dessa incidência; e
- (iii) definir condições para sua aplicação.

18. Um instrumento legal de observância obrigatória na escolha de produtos e serviços, é a Lei 12.305/2010 que impõe a priorização de produtos que gerem menos perdas, maior durabilidade, que agredam menos o meio ambiente e a saúde humana, bem como demandem menos recursos naturais para a sua produção/execução:

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

(...)

XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

- a) produtos reciclados e recicláveis;
- b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

19. Dentre outras ferramentas, recomenda-se que na especificação técnica do objeto a ser adquirido, seja utilizado, sempre que possível, o **Catálogo de Materiais Sustentáveis do Ministério da Economia - CATMAT Sustentável** permite identificar itens de materiais sustentáveis que poderão ser adquiridos em substituição a itens similares.

20. Ressalta-se que é obrigação do gestor público, antes do encaminhamento do processo administrativo para parecer jurídico, a consulta e a inserção nas minutas correspondentes das previsões legais. Cabe mencionar, que há possibilidade, mediante motivação administrativa constante do processo administrativo, de serem inseridos outros requisitos de sustentabilidade além dos legalmente, desde que observados os demais princípios licitatórios, ficando também a cargo do agente público.

21. Em suma, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável demanda a observância dos seguintes passos pelos gestores públicos, para que as aquisições estejam em conformidade jurídica:

- (i) *1º passo* - definição dos critérios sustentáveis de forma objetiva e em adequação ao objeto da contratação pretendida, abordando a



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

especificação técnica do objeto, a obrigação da contratada e/ou o requisito previsto em lei especial;

- (ii) 2º passo - verificação se os critérios sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo da licitação; e
- (iii) 3º passo - compatibilização da contratação o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

22. Destaca-se que é incumbência do órgão assessorado realizar a verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos bens e serviços a serem contratados. Sendo assim, caso a Administração entenda que a contratação não se sujeita aos critérios de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deve apresentar justificativa para tanto.

III.III – ANÁLISE JURÍDICA DO PLANEJAMENTO

23. Com Lei nº 14.133/2021, indubitavelmente, restou estabelecida a fase preparatória do processo licitatório marcada pelo planejamento e pelo dever de compatibilizar-se com o plano de contratações anual (art. 12, VII) e com as leis orçamentárias. Outrossim, cabe à Administração abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação. Vejamos:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

000247

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

24. O art. 18 da Lei nº 14.133/2021 é complementado por seu §1º, que dispõe sobre os elementos do Estudo Técnico Preliminar. Em sentido amplo, observa-se que o planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja investigada, a fim de se compreender o que fundamenta a requisição administrativa.

25. Destaca-se que a identificação da necessidade administrativa deve considerar também o desenvolvimento nacional sustentável, que é princípio e objetivo das licitações conforme já mencionado e, uma vez identificada a necessidade, que antecede o pedido realizado, pode-se então buscar soluções disponíveis no mercado para atendê-la.

26. A partir do momento em que é encontrada a melhor solução, caso disponível mais de uma, aí sim inicia-se a etapa de estudá-la, para o fim de definir o objeto licitatório e todos os seus contornos. Enfim, toda a instrução do processo licitatório deve revelar esse encadeamento lógico e coerente, para que o objetivo seja alcançado pela Administração, se o planejamento começa mal, a contratação raramente será adequada.

III.III – DA ANÁLISE JURÍDICA DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

27. No presente caso, os servidores da área técnica e requisitante elaboraram o estudo técnico preliminar. Apesar de se tratar de documento extremamente técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, ao próprio órgão assistido, ele aparentemente contém as previsões necessárias, relacionadas no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 15 do Decreto nº 3.537/2023.

28. Convém observar que o Decreto nº 3.537/2023, tratou do Plano Anual de Contratações – PAC, tendo imposto aos órgãos e as entidades a obrigatoriedade de elaboração, até 31/07 de cada exercício, de planos anual de contratações, os quais conterão todas as contratações que pretendem realizar no exercício subsequente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

29. É certo que o PAC deve ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e deverá ser observado na realização de licitações e na execução dos contratos, conforme artigo 12, §º, da Lei nº 14.133/2021.

30. Convém lembrar que, de acordo com o art. 24 do Decreto nº 3.537/2023, incumbe ao setor de contratações a verificação de que a demanda está contemplada no PAC, devendo tal informação constar de forma expressa na fase de planejamento, o que deve ser feito no Estudo Técnico Preliminar, conforme expressamente prevê o art. 18, §1º, II da Lei 14.133/2022.

31. No caso concreto, a Administração **registrou** a demanda devidamente contemplada no PAC do órgão, sendo conveniente ressaltar que **se trata de uma exigência legal que haja manifestação do órgão assessorado nesse sentido**.

III.IV – DA ANÁLISE DE RISCOS

32. Nos termos do art. 18, X da Lei nº 14.133/2021, restou determinado que o planejamento da contratação deverá contemplar a análise dos riscos.

33. A Administração deve se atentar para a possibilidade de inserir no contrato tópico destinado à Matriz de Riscos como determina o art. 6º, XVII da Lei nº 14.133/2021 e Matriz de Alocação de Riscos de acordo com o art. 103 da Lei nº 14.133/2021, o que deve ser feito com base em avaliação concreta, com apresentação de justificativa, haja vista a possibilidade de elevação dos custos da contratação. Em caso de dúvidas, esta unidade jurídica poderá ser consultada.

34. A alocação de riscos no contexto da Administração Pública deve compreender que os eventos da álea ordinária, ou seja, aqueles que decorrem do próprio mercado e que podem ser previsíveis, ou não, ficam a cargo da parte contratada, em regra. Mas poderá haver disposição do contrato em sentido contrário, de acordo com objeto da contratação. Por outro lado, os eventos da álea extraordinária, que são imprevisíveis, tais como caso fortuito e força maior, fato do príncipe ou fato da Administração, em regra, ficam a cargo da Administração e podem ser objeto de alteração unilateral do contrato, uma vez constatada sua ocorrência.

35. Bem por isso, cabe à Administração desenhar um mapa de riscos, enumerando eventos que já são de conhecimento no âmbito das relações contratuais e que podem



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ocorrer. Isso porque, dentro da contratação pública, toda transferência de riscos tem impacto sobre o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a ausência de definições claras acerca de quem deverá efetivamente arcar com os riscos pode inibir a participação dos interessados ou ainda encarecer as propostas dos fornecedores.

36. No caso concreto, a Administração **elaborou** análise de riscos.

III.V – ANÁLISE JURÍDICA DO ORÇAMENTO ESTIMADO E PESQUISA DE PREÇOS

37. No presente caso, foi realizada a estimativa do valor da contratação, com indicação da observância do parâmetro previsto no art. 23, §1º da Lei nº 14.133/2021, materializada em documento que busca observar as exigências normativas, inclusive no que tange à priorização dos parâmetros indicados no art. 368 do Decreto nº 3.537/2023.

38. No caso concreto, **houve** realização de pesquisa nos termos descritos nas normas aplicáveis, sendo conveniente ressaltar que, aparentemente, o limite temporal expressamente indicado nos orçamentos está vencido.

39. **Denota-se que foi feita a análise crítica dos valores coletados pela Secretária de Educação e Cultura.** Na referida análise foi considerada a aplicação do art. 150 do Decreto nº 3.537/2023.

III.VI – DO TERMO DE REFERÊNCIA

40. O termo de referência foi juntado aos autos e reúne cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie.

41. Observa-se que o instrumento segue o modelo elaborado pela Procuradoria Geral do Município.

42. Porém no **item 7**, que trata do pagamento, a Secretaria demandante indicou que o pagamento da futura contratação deveria ter adiantamento de 50% da parcela devida na assinatura do contrato e 50% 15 dias antes da realização do evento. No **item 7.14** menciona-se que no prazo de sete dias antecedentes ao evento será efetuado o pagamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

43. Essa situação é um tanto quanto confusa, ponto em que se registra nos autos a diligência da Agente de contratação (fl. 214). A Secretaria demandante não apresentou resposta e não justificou o incidente – juntou documentos (fls. 215-225).

44. A Lei 14.133/2023 dispõe:

Art. 145. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

§ 1º A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório e expressamente prevista no edital de licitação ou instrumento formal de contratação direta.

§ 2º A Administração poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado.

§ 3º Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido.

45. No mesmo sentido, o Decreto nº 3.537/2023 preceitua:

Art. 45. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

§ 1º A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório e expressamente prevista no edital de licitação ou instrumento formal de contratação direta.

§ 2º Os requisitos para a antecipação de pagamento serão objeto de estudo técnico preliminar a que se refere o inciso XX, do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021 e o art. 15 deste Regulamento.

§ 3º A antecipação de pagamento posta como condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço não poderá acarretar sobrepreço ou superfaturamento, nos termos dos incisos LVI e LVII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

46. Logo, há uma regra de vedação da antecipação do pagamento, a qual somente é excepcionada diante de sensível economia de recursos ou se figurar em condição indispensável para a prestação do serviço.

47. No caso, de forma objetiva, não foi observada nenhuma economia de recursos, o que leva à aplicação do art. 45, §3º do Decreto nº 3.537/2023. **Não foi apresentada justificativa no Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar é omissa quanto a este ponto.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES****ESTADO DO PARANÁ**
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**III.VII – DA NATUREZA DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

48. É incumbência da Administração demonstrar que o objeto licitatório é vinculado ao interesse público e terá uma serventia para a realização das atividades do Município, considerando-se como um serviço ou compra.

49. As aquisições e contratações das entidades públicas devem seguir, obrigatoriamente, um regime legal. O fundamento principal para tanto se encontra previsto no art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, o qual determina que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação, pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei. A regulamentação para as licitações e contratações públicas se dá pela Lei nº 14.133/2021.

50. De acordo com a referida lei, a contratação de artistas, desde que atendidos alguns requisitos, pode ser enquadrada como caso de licitação inexigível. Vejamos o art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

51. Ainda, consoante o diploma legal citado, somente é cabível a contratação direta mediante inexigibilidade de licitação, se demonstrado documentalmente no processo administrativo, o cumprimento dos seguintes requisitos, cumulativamente:

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do caput deste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES****ESTADO DO PARANÁ**
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

52. A doutrina esclarece alguns aspectos da referida contratação, sendo relevante o posicionamento de Marçal Justen Filho:

A hipótese imediatamente considerada acima também se caracteriza, como regra, pela impossibilidade de seleção segundo critérios objetivos. Existem diferentes alternativas, mas a natureza personalíssima da atuação do particular impede julgamento objetivo. É impossível definir com precisão uma relação custo-benefício. Ainda que seja possível determinar o custo, os benefícios que serão usufruídos pela Administração são relativamente imponderáveis. Essa incerteza deriva basicamente da natureza subjetiva da avaliação, eis que a natureza da prestação envolve fatores intelectuais, artísticos, criativos e assim por diante. Não há critério objetivo de julgamento para escolher o melhor. Quando não houver critério objetivo de julgamento, a competição perde o sentido. (...) Ademais, os incisos apresentam uma função restritiva, estabelecendo requisitos de admissibilidade da contratação direta nos casos especificamente por cada qual disciplinados. Assim, a **Administração Pública não é livre para escolher um artista qualquer, nas hipóteses em que for cabível contratação dessa ordem. É imperioso que o artista seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.** Indo avante, não basta o interesse em adquirir um imóvel, mas é indispensável a presença dos requisitos e a observância das formalidades previstas no § 5.º do art. 74. Outro exemplo: não basta existir um serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, mas é indispensável a notória especialização do sujeito a ser contratado. **Em suma, os incisos enunciam as hipóteses de inviabilidade de competição, mas também impõem requisitos e pressupostos limitadores da autonomia da escolha administrativa.** (...) Se a contratação pode fazer-se sem licitação, é evidente que isso não significa autorizar escolhas desarrazoadas ou incompatíveis com o interesse a ser satisfeito. O limite de liberdade da Administração é determinado pelas peculiaridades do interesse que se busca satisfazer. Assim, não se admite que uma festa popular envolva a contratação direta de um cantor lírico, pois as preferências artísticas dos frequentadores não serão satisfeitas através de uma ópera. A recíproca é verdadeira. Ademais disso, deverá haver um requisito outro, consistente na consagração em face da opinião pública ou da crítica especializada. Tal se destina a evitar contratações arbitrárias, em que uma autoridade pública pretenda impor preferências totalmente pessoais na contratação de pessoa destituída de qualquer virtude. Exige-se que ou a crítica especializada ou a opinião pública reconheçam que o sujeito apresenta virtudes no desempenho de sua arte. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023, e-book)

53. Portanto, há dois critérios cumulativos: (i) a contratação direta do artista ou por empresário que detenha exclusividade; e (ii) que o artista comprove-se consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

54. Novamente lançando mão da doutrina, denota-se que a Administração não é livre para a escolha de um artista qualquer, baseando-se em subjetividades, a legislação igualmente exige que o artista seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. Elucidando tal apontamento, segue o magistério de Marçal Justen Filho:

"(...) deverá haver um requisito outro, consistente na consagração em face da opinião pública ou da crítica especializada. Tal se destina a evitar contratações arbitrárias, em que uma autoridade pública pretenda impor preferências totalmente pessoais na contratação de pessoa destituída de qualquer virtude. Exige-se que ou a crítica especializada ou a opinião pública reconheçam que o sujeito apresenta virtudes no desempenho de sua arte." (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas. São Paulo, Thomson Reuters Brasil, 2. ed., 2023, p. 1011.)

55. No caso concreto, a Administração precisa demonstrar cabalmente o cumprimento dos requisitos do art. 74, II e § 2º da Lei 14.133/2021.

56. Ainda, De acordo com o art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, na fase de planejamento da contratação a Administração deve cuidar para que o planejamento de compras considere condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, devendo tal cautela ser demonstrada ou certificada nos documentos de planejamento.

57. No caso concreto, o tema **não** foi tratado na fase de planejamento.

58. O art. 18, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, exige que a fase de planejamento da contratação contemple as condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento, sendo certo que sua definição envolve algum juízo de conveniência e oportunidade a ser realizado pelo administrador.

59. No caso concreto, o tema **foi** tratado de forma suficiente no TR.

60. Com base na exigência do art. 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, é possível concluir que a fase de planejamento deve abordar as razões que conduzem a definição de elementos aptos a conduzir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto.

61. Desse modo, com base na premissa de busca pela proposta mais vantajosa, deve o planejamento da contratação conter informações sobre:



ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- I) modalidade de licitação;
- II) critério de julgamento;
- III) modo de disputa; e
- IV) adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros.

62. No caso concreto, o tema foi tratado na fase de planejamento. Cabe ressaltar que embora se trate de contratação direta, a Administração deve justificar a medida na fase de planejamento, apontando que seria inviável a realização de licitação. A inexigibilidade de licitação é uma hipótese em que se deixa de licitar com vistas a uma situação de inviabilidade de competição e não pode se desviar da busca por vantajosidade ao poder Público, não é uma forma de contornar o processo licitatório.

63. Conforme se extrai do caput do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se também com as leis orçamentárias.

64. A existência de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal. Nesse ponto, convém citar o artigo 10, inciso IX, da Lei 8.429, de 1992, e o art. 105, da Lei nº 14.133/2021:

Lei nº 8.429, de 1992

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

(...)

IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

(...)

Lei nº 14.133/2021

Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
(grifou-se)

65. Cabe também alertar para que, caso se trate de criação ou expansão de ação governamental que acarrete aumento da despesa, seja anexada a estimativa do impacto orçamentário no exercício e nos dois subsequentes, bem como a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira para fazer face às despesas, em conformidade com as normas constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

66. Atente-se que compete ao órgão verificar, previamente ao envio dos autos para análise do órgão de assessoramento jurídico, a fim de dispensar a necessidade da declaração acerca dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da lei complementar nº 101, de 2000.

67. No caso concreto, a Administração **informou** a despesa decorrente da contratação está devidamente prevista nas leis orçamentárias.

68. No mesmo sentido, **esclareceu não se tratar** de criação ou expansão de ação governamental que acarrete aumento da despesa, e **demonstrou a não incidência** de todas as exigências dos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

III.VIII – DA INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS

69. Além das disposições do art. 74, II da Lei nº 14.133/2021, a Administração ainda precisa observar algumas disposições legais que são pertinentes ao caso. Nesse sentido, colaciona-se:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Art. 73. Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

000256

solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

70. Percebe-se então, que o dever do órgão jurídico de assessoramento é verificar se consta do processo o DFD, o ETP, a análise de riscos, o TR, projeto básico ou executivo, a estimativa de despesa, a compatibilidade orçamentária, o cumprimento dos requisitos de habilitação e qualificação mínimos, a razão da escolha do contratado, a justificativa do preço e a autorização da autoridade competente.

71. Parte dessas condições legais são passíveis da análise prévia que é realizada pela PGM, levando às considerações já apresentadas neste parecer, em especial quanto ao constante do art. 72, I, II, III e IV da Lei nº 14.133/2021.

72. Além disso, também incide sobre o caso em análise, a disposição do Decreto nº 3.537/2023, que assim trata da matéria:

Art. 148. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, além dos documentos previstos no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá ser instruído com os seguintes elementos:

I - indicação do dispositivo legal aplicável;

II - autorização do ordenador de despesa;

III - consulta prévia da relação das empresas suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública do Município;

IV - no que couber, declarações exigidas na Lei Federal nº 14.133/2021, neste Regulamento ou em regulamentos específicos editados pela Administração Pública do Município;

V - lista de Verificação, quando houver sido aprovada por ato próprio da Procuradoria do órgão, devidamente atestada e assinada pelos responsáveis pela condução do procedimento.

Art. 149. São competentes para autorizar a inexigibilidade e a dispensa de licitação as autoridades máximas dos órgãos e entidades públicas, admitida a delegação.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, no que couber, aos processos de contratação direta.

Art. 150. Na contratação direta por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 01 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

73. No caso concreto, a condição de prosseguimento do processo administrativo figura-se no integral cumprimento dos art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e arts. 148 a



150 do Decreto nº 3.537/2023, que deve ser atestada e observada pelo agente de contratação.

III.IX – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

74. O artigo 92 da Lei nº 14.133/2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de termo de contrato, sendo que o artigo 25, seu §1º, expressamente autoriza a utilização de minuta padronizada de termo de contrato, nas situações em que o objeto assim permitir. Por ser oportuno, colaciona-se o art. 92 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
- III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
- IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
- VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
- VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- IX - a matriz de risco, quando for o caso;
- X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
- XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
- XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive às que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
- XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
- XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
- XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES****ESTADO DO PARANÁ**
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

§ 1º Os contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as domiciliadas no exterior, deverão conter cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - licitação internacional para a aquisição de bens e serviços cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo financeiro internacional de que o Brasil faça parte ou por agência estrangeira de cooperação;

II - contratação com empresa estrangeira para a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior precedida de autorização do Chefe do Poder Executivo;

III - aquisição de bens e serviços realizada por unidades administrativas com sede no exterior.

§ 2º De acordo com as peculiaridades de seu objeto e de seu regime de execução, o contrato conterá cláusula que preveja período antecedente à expedição da ordem de serviço para verificação de pendências, liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início de sua execução.

§ 3º Independentemente do prazo de duração, o contrato deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

§ 4º Nos contratos de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento de preços será por:

I - reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;

II - repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

§ 5º Nos contratos de obras e serviços de engenharia, sempre que compatível com o regime de execução, a medição será mensal.

§ 6º Nos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra, o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será preferencialmente de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no § 6º do art. 135 desta Lei.

§ 7º Para efeito do disposto nesta Lei, consideram-se como adimplemento da obrigação contratual a prestação do serviço, a realização da obra ou a entrega do bem, ou parcela destes, bem como qualquer outro evento contratual a cuja ocorrência esteja vinculada a emissão de documento de cobrança.

75. No caso concreto, a Divisão de Licitações, acrescentou o item 3.4 na minuta tratando da devolução de valores pela contratada – cláusula em conformidade com o art. 47 do Dec. 3.537/2023. O mesmo se aplica à cláusula 9.1, que merece acréscimo e adequação da redação. Sugere-se:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES****ESTADO DO PARANÁ**
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O pagamento será realizado antecipadamente em duas parcelas: a primeira de 50% em até 15 dias da assinatura do contrato; e a segunda de 50% do valor contratado 15 dias antes da prestação do serviço.

Caso o objeto não seja executado nas condições contratuais, o valor antecipado deverá ser devolvido com acréscimos e correções incidentes.

76. No caso concreto, ante a peculiaridade da contratação é necessário esclarecer qual das partes terá o dever de arcar com as custas da taxa do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD, regido pela Lei Federal 9.610/98, ou a justificativa de sua não incidência, devendo para tanto ficar demonstrado nos autos.

77. De acordo com a cláusula 3 da minuta e com o item 8 do ETP, a contratada é responsável por **TODOS** os encargos decorrentes da prestação dos serviços. Isso implica em um impasse pois a proposta juntada nas fls. 41-42 e o documento de fls. 155-156, impõem ao ente público o custeio de equipamentos de som, luz, estrutura, camarim, alimentação e da taxa do ECAD.

DA UTILIZAÇÃO OU NÃO DE MINUTA PADRONIZADA DE TERMO DE CONTRATO.

78. Conforme já tratado neste parecer, a padronização de modelos de documentos da fase interna da licitação constitui medida de eficiência e celeridade administrativa que encontra previsão no art. 19, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

79. Para que os objetivos de celeridade, eficiência e segurança sejam alcançados, é preciso que a Administração aponte claramente:

- I) Se houve utilização de modelos padronizados;
- II) Qual modelo foi adotado; e
- III) Quais foram as modificações ou adaptações eventualmente efetuadas no modelo.

80. No caso, verifica-se que a Administração **não utilizou** modelo padronizado de minuta de termo de contrato, sendo a minuta analisada conforme o item anterior do parecer.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

000260

III.X – DESIGNAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS

81. No presente caso, foram juntados aos autos as portarias de designação do agente de contratação e da equipe de apoio e do fiscal e do gestor do contrato.

III.XI - PUBLICIDADE DO AVISO E DO TERMO DO CONTRATO

82. Destaca-se ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do aviso de licitação e dos seus anexos e **do termo de contrato** no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial, conforme determinam os art. 54, *caput* e §1º, e **art. 94** da Lei nº 14.133/2021.

83. Destaca-se também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

84. Outrossim, a matéria é objeto de regulamentação no Decreto nº 3.537/2023, vejamos:

Art. 153. No caso de contratação direta, a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial, deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato ou de seus aditamentos, como condição indispensável para a eficácia do ato.

§1º Os contratos e eventuais aditivos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados no prazo previsto no *caput* deste artigo, sob pena de nulidade.

§2º A divulgação de que trata o *caput* deste artigo, quando referente à contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade, deverá identificar os custos do cachê do artista, dos músicos ou da banda, quando houver, do transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e das demais despesas específicas.

85. Sendo estas as considerações sobre a publicação.

IV - CONCLUSÃO

86. Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela possibilidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

000261

ESTADO DO PARANÁ PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

jurídica do prosseguimento do presente processo, desde que cumpridos os pontos resumidamente elencados a seguir:

- I) o documento de exclusividade da representação do artista está sem a análise do agente de contratação (art. 74, II e §2º da Lei 14.133/2021 e art. 156 do Dec. 3.537/2023);
- II) comprovação de que os artistas são consagrados pela crítica especializada ou pela opinião pública (art. 74, II da Lei 14.133/2021);
- III) juntar a consulta prévia da relação das empresas suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública do Município (art. 148, III do Dec. 3.537/2023);
- IV) atualizar a proposta do futuro contratado, pois está vencida e encaminhar para análise da Divisão de Pesquisa de Preços e Orçamentos;
- V) justificar a escolha do artista;
- VI) justificar a antecipação do pagamento (art. 145, §1º da Lei 14.133/2021 e art. 45, §3º do Dec. 3.537/2023);
- VII) adequar a minuta do contrato para prever as condições de pagamento e devolução de valores antecipados;
- VIII) esclarecer os custos excedentes da contratação e a responsabilidade por tais despesas;
- IX) a lista de verificação não foi preenchida pelo agente de contratação, implicando em falha do controle de conformidade.

87. Somente após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer, ou após seu afastamento, de forma motivada, e conforme já alertado nas considerações preliminares desta manifestação, **será possível dar-se o prosseguimento do feito, nos seus demais termos, sem a necessidade de retorno para nova manifestação desta unidade jurídica.**

É o parecer, salvo melhor interpretação. Ressalte-se que o presente Parecer Jurídico foi elaborado não somente sob o ângulo jurídico expressando a opinião de seu signatário e, por não ter densidade normativa, não alcança os critérios de conveniência e oportunidade administrativa, esquivando ainda, qualquer responsabilidade de seu signatário conforme o art. 2º, § 3º da Lei n. 8906/94 e entendimento do STJ no RHC: 39644 RJ 2013/0238250-5.

Bandeirantes, 25 de abril de 2025.

VINICIUS ALVES
SCHERCH

Assinado de forma digital por
VINICIUS ALVES SCHERCH
Dados: 2025.04.25 10:54:33
-03'00'

VINICIUS ALVES SCHERCH
OAB/PR 61.358



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 548710/19
ASSUNTO: CONSULTA
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE LEÓPOLIS
INTERESSADO: ALESSANDRO RIBEIRO, HENRIQUE CEZAR ROCHA DE LIMA
RELATOR: CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES

ACÓRDÃO Nº 761/20 - Tribunal Pleno

Consulta. Contratação de profissional do setor artístico. Inexigibilidade de licitação. Art. 25, III, da Lei de Licitações. Decisões não vinculantes desta Corte. Necessidade de demonstração da consagração do artista pela crítica especializada ou pela opinião pública, mediante justificativa escrita, baseada em informações documentadas. Verificação da viabilidade fiscal do gasto. Justificativa do valor e comprovação da regularidade fiscal do contratado.

1. Trata-se de consulta formulada pelo Município de Leópolis, subscrita por se Prefeito Municipal, Sr. Alessandro Ribeiro, na qual questiona:

1 – É possível a contratação por inexigibilidade de licitação de Dupla Sertaneja local para animação de Festa de Rodeio Municipal, levando em consideração o gosto local e o interesse no incentivo a artistas locais?

2 – O que esse E. Tribunal entende por profissional artístico consagrado pela crítica especializada ou opinião pública? Existem critérios objetivos a serem seguidos?

Ao expediente foi anexado parecer jurídico, juntado na peça 4, no seguinte sentido:

Assim, quanto à possibilidade de contratação por inexigibilidade de licitação de Dupla Sertaneja local para animação de Festa de Rodeio Municipal entendemos que é possível, com a finalidade de incentivo a artistas locais, desde que seja demonstrada a consagração pela crítica especializada



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ou opinião pública mediante documentos, ampla pesquisa com a população de modo que fique comprovado o cumprimento dos critérios legais.

(...)

No que tange ao entendimento do que seria "profissional artístico consagrado pela crítica especializada ou opinião pública" e os critérios objetivos a serem seguidos, entendemos ser consagrado pela crítica especializada ou opinião pública o profissional artista que seja reconhecido por exemplo em recortes de jornal, fotos, mídia, comprovando sua atuação no mercado, bem como na rede mundial de computadores e entre outros elementos, requisito que possui certa margem de subjetividade.

Em juízo de admissibilidade, por meio do Despacho nº 1124/19, a consulta foi recebida apenas quanto ao segundo questionamento, porquanto preenchidos os requisitos previstos nos arts. 38 e 39, da Lei Complementar estadual nº 113/2005.

O primeiro quesito deixou de ser conhecido, na medida em que versa sobre caso concreto, uma vez que a resposta necessariamente deveria levar em consideração peculiaridades locais.

Seguindo o trâmite regimental, os autos foram remetidos à Supervisão de Jurisprudência e Biblioteca, que, na Informação nº 99/19, atestou a inexistência de decisões com efeito normativo sobre o tema. Inobstante, colacionou diversos julgados deste Tribunal que abordam alguns aspectos da questão posta.

Em atenção ao disposto no art. 252-C, do Regimento Interno, os autos foram remetidos à Coordenadoria-Geral de Fiscalização que, no Despacho nº 1104/19, informou que a decisão a ser proferida não gera impactos imediatos em sistemas ou em fiscalizações realizadas pelas Coordenadorias.

Em instrução do feito, a Coordenadoria de Gestão Municipal emitiu o Parecer nº 138/20, pela resposta ao questionamento nos seguintes termos:

Profissional artístico consagrado é aquele artista, que vive de sua arte, não necessitando de outra fonte de renda, e que, além de meramente conhecido, tem sucesso, ou seja, é

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

aclamado e aprovado, quer pela crítica especializada, que pela opinião pública.

Há critérios objetivos que devem ser seguidos para a identificação de um artista consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

A consagração pela crítica especializada – assim considerada, o conjunto de pessoas que estão presentes no meio cultural e artístico, nele exercendo influência na produção e divulgação de bens culturais expondo suas análises e opiniões abalizadas – pode ser identificada, através da publicação por qualquer meio de tais análises e opiniões, nas quais haja aprovação do artista.

A consagração pela opinião pública pode ser identificada pelo número de vendas – ou downloads ou qualquer outra forma identificável de consumo – de músicas, álbuns, peças e demais produtos de arte, número de shows, de ingressos vendidos e pagos, pelo valor de ingressos e de shows, número de seguidores e fãs identificados nas redes sociais e mídias alternativas e convencionais, existências de fãs-clubes e outras evidências de aprovação e sucesso do artista.

Importante destacar que a comprovação da consagração do artista não se dá apenas pela existência de um desses elementos, de forma isolada, mas pela análise do conjunto probatório exigido pelo gestor. Parece-nos razoável concluir que a presença de ao menos cinco desses elementos autoriza a conclusão pela consagração do artista.

Ausentes tais elementos, não restaria justificada a contratação do artista, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no inciso III do art. 25 da Lei nº 8.666/93, nada impedindo a concorrência, por exemplo, por meio de concurso previsto na mesma lei.

Por sua vez, o Ministério Público de Contas, no Parecer nº 40/20, balizado nas decisões proferidas por esta Corte atinentes à matéria ora tratada, manifestou-se pela resposta à consulta nos seguintes termos: *“a contratação de artista pelo Poder Público por meio de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, III, da Lei nº 8.666/93, demanda a satisfação dos seguintes requisitos: (i) formalização do acordo diretamente com o artista ou com representante/empresa que detenha poderes exclusivos de agenciamento; (ii) demonstração objetiva da consagração do artista pela crítica especializada ou pela opinião pública, o que deve*



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ser promovido por meio de justificação escrita, contendo, exemplificativamente, o número de shows já realizados, existência de perfil profissional em redes sociais, quantidades de seguidores etc., a depender das peculiaridades e do porte do evento; (iii) justificação do valor do contrato; (iv) demonstração da regularidade fiscal do contratado".

É o relatório.

2. Em conformidade com o entendimento esposado no parecer ministerial, as decisões desta Corte afetas à matéria¹, em que pese não sejam dotadas de força normativa, balizam e oferecem parâmetros para a resposta ao questionamento objeto da presente consulta.

O quesito formulado versa sobre dúvida na aplicação do art. 25, III, da Lei nº 8.666/93, que dispõe ser inexigível a licitação *"para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada"*.

Sobre essa questão, tive oportunidade de me manifestar por ocasião do julgamento da Tomada de Contas Extraordinária nº 581616/15 (Acórdão nº 1526/16-S1C), em que, além de tratar de aspectos relativos ao *"empresário exclusivo"*, a que se refere o citado dispositivo legal, abordaram-se critérios para a escolha dos artistas – consagração pela crítica ou pela opinião pública – e a necessidade de justificação do preço pago.

Relativamente ao primeiro aspecto – critérios para escolha da banda – consignou-se na mencionada decisão que *"a consagração dos artistas tem estreita vinculação com as peculiaridades do interesse que se busca satisfazer, em especial, quando se trata de festa popular de pequena comunidade do interior, hipótese em que, mesmo sem renome nacional, seria perfeitamente razoável considerar as bandas que tenham aceitação na região como apropriadas para a escolha"*.

¹ Indicadas na Informação nº 99/19 da Supervisão de Jurisprudência e Biblioteca (peça 8).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

De acordo com a doutrina do professor Marçal Justen Filho², citada naquela decisão, o requisito legal busca evitar contratações arbitrárias, *"em que uma autoridade pública pretenda impor preferências totalmente pessoais na contratação de pessoa destituída de qualquer virtude"*.

Nesse contexto, imperioso concluir que a exigência legal para contratação de profissional de setor artístico de que este possua consagração perante a crítica especializada ou pela opinião pública tem o intuito de afastar as escolhas arbitrárias e pessoais do gestor, devendo ser demonstrado, mediante justificativa escrita e documentos comprobatórios, que a escolha do artista se coaduna com o porte e o tipo de evento em que ocorrerá a apresentação.

No que tange aos critérios para aferição de consagração perante a crítica especializada ou opinião popular, corroboro com o opinativo ministerial que diverge, em parte, da manifestação da unidade técnica, nos seguintes termos:

Assim, embora de fato exista certa margem de discricionariade, a contratação deverá ser justificada, com a demonstração de que os artistas contratados possuem alguma forma de respaldo, seja perante a crítica especializada ou perante a opinião popular. Para tanto, poderão ser adotados os critérios ventilados pela CGM, como número de shows já realizados, existência de perfil profissional em redes sociais e quantidade de seguidores etc.

No entanto, não há fundamento legal para a exigência de demonstração de um número mínimo de elementos, como proposto pela unidade técnica, cabendo ao gestor, diante das peculiaridades concretas, exercer adequadamente sua competência discricionária, de acordo com seu juízo de razoabilidade, frisando-se, no entanto, que a justificação é passível de controle pelas esferas cabíveis, inclusive por este Tribunal de Contas.

Da mesma forma, inexistente fundamento legal a exigir que o artista contratado seja profissional que não dependa de outra fonte de renda. Ora, como já delineado acima, eventos locais, de pequena abrangência, podem demandar a contratação de artistas de expressão meramente regional, que ainda não ostentem situação profissional consolidada que lhes permita

² Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. Dialética: São Paulo, 2009, p. 367.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

sobreviver exclusivamente da arte. Portanto, esta sugestão da CGM não pode ser adotada como premissa abstrata a orientar a resposta à consulta.

Previamente à análise dos demais requisitos indicados pelo douto Ministério Público de Contas, importante acrescentar que todas as contratações dessa natureza, por não se relacionarem, via de regra, às áreas de atuação prioritária do Poder Público, como saúde, educação e assistência social, devem ser sempre precedidas de uma criteriosa análise fiscal quanto à viabilidade da realização das respectivas despesas, sob o crivo da razoabilidade e da ponderação de valores, evitando-se, a todo custo, o dispêndio de recursos públicos quando insuficientes para os gastos de natureza obrigatória e em programas e ações nas referidas áreas prioritárias.

Superada essa análise, não se pode olvidar, que o procedimento de inexigibilidade de licitação deve estar instruído,³ de acordo com o disposto no art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei de Licitações³, com a justificativa do preço, de modo a demonstrar que o valor pago guarda consonância com os valores de mercado, a fim de evitar possível superfaturamento.

Sobre a necessidade de justificação do preço contratado, ensina Marçal Justen Filho⁴:

A razoabilidade do preço deverá ser verificada em função da atividade anterior e futura do próprio particular. O contrato com a Administração Pública deverá ser praticado em condições econômicas similares com as adotadas pelo particular para o restante de sua atividade profissional. Não é admissível que o particular, prevalecendo-se da necessidade pública e da ausência de outros competidores, eleve os valores contratuais.

³ Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

⁴ Comentários à lei e licitações e contratos administrativos. Dialética: São Paulo, 2009, p. 377



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Por derradeiro, conforme bem pontuado pelo Ministério Público de Contas, no Acórdão nº 3348/19 – Tribunal Pleno, proferido na Tomada de Contas Extraordinária nº 518706/19, relatado pelo Conselheiro Artagão de Mattos Leão, consignou-se que as contratações de artistas por inexigibilidade exigem a comprovação da regularidade fiscal dos contratados, nos termos do art. 27, IV, e art. 29, ambos da Lei nº 8.666/93⁵.

3. Em face do exposto, VOTO no sentido de que este Tribunal Pleno **conheça parcialmente** a presente consulta e **responda-a** nos seguintes termos:

A contratação de profissional do setor artístico, com base no art. 25, III, da Lei nº 8.666/93, por inexigibilidade de licitação, exige a demonstração da consagração perante a crítica especializada ou pela opinião pública por meio de justificativa escrita e documentos comprobatórios, com o intuito de afastar as escolhas arbitrárias e pessoais do gestor, devendo, depois de verificada, de forma criteriosa, sua viabilidade sob o ponto de vista fiscal, coadunar-se com o porte e o tipo do evento em que ocorrerá a apresentação, inclusive, com a justificativa de preço, de que trata o art. 26, parágrafo único, inciso III, da mesma lei e a comprovação da regularidade fiscal dos contratados, nos termos do art. 27, IV, e art. 29, também da Lei de Licitações.

⁵ Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV - regularidade fiscal e trabalhista;

V - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

V - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Após o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos à Supervisão de Jurisprudência e Biblioteca para os registros pertinentes, no âmbito da competência definida no Regimento Interno, e, posteriormente, à Diretoria de Protocolo, para o encerramento do processo, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

I – **Conhecer parcialmente** a presente consulta, uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade, para, no mérito, **responde-la** nos seguintes termos:

(i) A contratação de profissional do setor artístico, com base no art. 25, III, da Lei nº 8.666/93, por inexigibilidade de licitação, exige a demonstração da consagração perante a crítica especializada ou pela opinião pública por meio de justificativa escrita e documentos comprobatórios, com o intuito de afastar as escolhas arbitrárias e pessoais do gestor, devendo, depois de verificada, de forma criteriosa, sua viabilidade sob o ponto de vista fiscal, coadunar-se com o porte e o tipo do evento em que ocorrerá a apresentação, inclusive, com a justificativa de preço, de que trata o art. 26, parágrafo único, inciso III, da mesma lei e a comprovação da regularidade fiscal dos contratados, nos termos do art. 27, IV, e art. 29, também da Lei de Licitações.

II – determinar, após o trânsito em julgado da decisão, a remessa dos autos à Supervisão de Jurisprudência e Biblioteca para os registros pertinentes, no âmbito da competência definida no Regimento Interno, e, posteriormente, à

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

Diretoria de Protocolo, para o encerramento do processo, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO e IVENS ZSCHOERPER LINHARES.

Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.

Tribunal Pleno, 13 de maio de 2020 – Sessão Ordinária (por Videoconferência) nº 10.

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Conselheiro Relator

NESTOR BAPTISTA
Presidente



267

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

LISTA DE VERIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 53/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO PESSOA JURIDICA PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW COM CANTOR GOSPEL "JULIANO SON" PARA O EVENTO "MARCHA PARA JESUS" QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 22 DE NOVEMBRO 2025 NO PARQUE DO POVO.

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc./fls.)
57. Houve manifestação quanto à observância do princípio da padronização?	() Sim () Não (X) Não se aplica	
58. Houve manifestação quanto à observância do princípio do parcelamento?	(X) Sim () Não () Não se aplica	Atendido no item VIII do Estudo Técnico Preliminar. (Fls. 013).
59. Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização?	() Sim () Não (X) Não se aplica	
60. Foi certificado que os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade?	(X) Sim () Não () Não se aplica	Conforme o que foi atestado pelo relatório no Documento de Formalização de Demanda e Termo de Referência (Fls. 008/009 e 022/036).
61. Tratando-se de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital definiu o local da realização dos serviços?	() Sim () Não (X) Não se aplica	
62. Caso o edital tenha previsto valores mínimos de salário, foi certificado que não houve fixação em valor inferior ao definido em lei ou ato normativo?	() Sim () Não (X) Não se aplica	
63. Foi observada a vedação de definir forma de	() Sim	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

268

pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos?	() Não (X) Não se aplica	
64. Foi observada a vedação de exigência que constitua intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado?	(X) Sim () Não () Não se aplica	<i>Abordado no item 5 do Termo de Referência</i>
65. Consta do edital que durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato?	() Sim () Não (X) Não se aplica	<i>A contratação se deu com a empresa escolhida pelo processo com documentação apresentada nos autos do processo.</i>
66. Caso a Administração pretenda contratar mais de uma empresa para a execução do objeto, está atestado nos autos que (i) não há perda de economia de escala, (ii) é possível e conveniente a execução simultânea e (iii) há controle individualizado para a execução de cada contratado?	() Sim () Não (X) Não se aplica	.

OBS: Lista de verificação preenchida de acordo com a separação feita e aprovada pela PGM.

NÃO FOI ANEXADO AO PROCESSO LISTA DE VERIFICAÇÃO PREENCHIDA PELA DIVISÃO DE COMPRAS, QUE CORRESPONDE DO ITEM 30. AO ITEM 43.

Destaca-se que, neste processo, será observado o princípio da segregação de funções, bem como as atribuições dos Agentes de Contratação e Equipe de Apoio, **conforme estabelecido no Art. 4º do Decreto Municipal nº 3.537/2023, Decreto Federal nº 11.246/2022, e Acórdão 1375/2015-TCU-Plenário.**

Bandeirantes/PR, 30 de abril de 2025.



Fabiana de Souza Meira Oliveira
Agente de Contratação



Ofício nº 055/2025

Bandeirantes/PR, 30 de abril de 2025.

ASSUNTO: ENCAMINHAMENTO DE PARECER JURÍDICO N° 1.600/2025 E ACÓRDÃO ANEXADO PELO PROCURADOR COM APONTAMENTOS – SHOW GOSPEL MARCHA PARA JESUS

À Vossa Senhoria

Sra. Aline Firmino Neves Vasconcelos

Secretária de Educação e Cultura do Município de Bandeirantes - Paraná

Prezada,

Em atenção ao Parecer Jurídico nº 1.600/2025, emitido pela Procuradoria Geral do Município, remeto-o cópia do mencionado e Acórdão que foi juntado para conhecimento e providências, para que respondam aos apontamentos elencados no referido parecer no que couber a secretaria, atentando-se as recomendações expostas.

E ainda por meio deste, esclarecer os apontamentos mencionados no referido parecer aos Agentes de Contratação, que segue abaixo as considerações e respostas sobre os subitens constantes na conclusão do parecer que envolvem atendimento deste Departamento de Licitação:

Subitem I) – Análise de Documento de Exclusividade do Artista

Quanto à análise do documento de exclusividade do artista, que menciona a necessidade de análise por parte do agente de contratação, foi feita análise estritamente visual do documento juntado pela Secretaria de Educação e Cultura ao processo, observado que na folha nº138, foi anexado “contrato de agenciamento e representação artística em regime de exclusividade” com validade expirada, posteriormente anexou outro “contrato de agenciamento e representação artística em regime de exclusividade” que vai das fls. nº140 a nº147, este que da forma que está anexado, apresenta estar dentro da validade, com assinaturas digitais e registro em cartório, embora que, quanto a este não tem possibilidade do agente de contratação diligenciar, por compreender que o anexo juntado tem veracidade por ser registrado e apresentado pelo agente público enquanto gestor que solicitou o documento ao processo em questão, sendo discricionariedade deste a tomada de decisão justificada pela escolha do futuro contratado por inexigibilidade.

Subitem VII) Minuta Contratual

Em relação à minuta contratual, conforme indicado no parecer, será acatada a sugestão de adequação, mencionada. Informamos que, ainda não foi emitido um decreto de aprovação de modelo padronizado específico pela Administração, elaborado pelo Procuradoria Geral do Município, com o objeto de contrato para essa natureza, sendo adaptado modelo de contrato de prestação de serviços.

Subitem IX) – Preenchimento da Lista de Verificação

O Parecer Jurídico apontou a apresentação da lista de verificação pela Secretaria Demandante, que não foi devidamente preenchida pelo departamento de licitação, solicitante do parecer. Informamos que a lista de verificação foi devidamente preenchida pelo agente de contratação, sendo anexada aos autos, analisando e indicando as folhas apenas dos itens nos quais se pode verificar, complementando lista com separação realizada e aprovada pela PGM, conforme documentos juntados pela Secretaria na fase interna. Assim, como consta



diligência realizada através do ofício nº33/2025 fls. 214 do processo, este ainda anterior ao parecer jurídico, foi baseando nas disposições do Art. 169 da Lei nº 14.133/2021, que trata das linhas de defesa no processo licitatório, alinhado com as atribuições do Agente de Contratação e do Pregoeiro previstas no Art. 4º do Decreto Municipal nº 3.537/2023. Destaca-se que, o impulsionamento do trâmite, fica restrita às funções atribuídas pela lei aos Agentes de Contratação e Equipe de Apoio, bem como prevê o regulamento no **Decreto Federal nº11.246/2022**, que dispõe sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio. Estando por tanto, excluídos os pontos jurídicos, e quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários, sendo que, em relação a estes, partiremos da premissa de que, considerando o parecer jurídico, o Gestor e Autoridade Competente se municia dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades do processo, observando os requisitos legalmente impostos. Reforçamos que, neste processo, será observado o princípio da segregação de funções, bem como as atribuições dos Agentes de Contratação e Equipe de Apoio, **conforme estabelecido no Art. 4º do Decreto Municipal nº 3.537/2023, Decreto Federal nº11.246/2022, e (Acórdão 1375/2015-TCU-Plenário).**

Esclarecidos e sanados os pontos, que compete a este departamento, encaminhamos à Secretaria Demandante para resposta aos itens elencados na conclusão nos subitens II, III, IV, V, VI e VIII, bem como realizar observação das recomendações emitidas ao longo do parecer, conforme expressado no item 87 do parecer jurídico.

Contando com a habitual atenção de Vossa Senhoria, reitero protestos de estima consideração. Ficamos à disposição para eventuais dúvidas e quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Agente de Contratação
Departamento de Licitações e Contratos



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

271

OFÍCIO 167/2025

Bandeirantes, 12 de maio de 2025.

Em respostas ao parecer jurídico nº 1.600/2025 referente ao processo administrativo nº53/2025 Inexigibilidade de licitação assunto Direito administrativo, licitações e contratos. Inexigibilidade, contratação de artistas, análise jurídica do processo e da minuta. Ressalva e/ou recomendações.

Segue esclarecimentos dos apontamentos referentes ao processo acima citado.

"3. No processo, os seguintes documentos são relevantes para a contratação de artistas:"

- I) **"Exclusividade da representação do artista:**
- II) **Comprovante de que os artistas são consagrados pela crítica especializada ou pela opinião pública.**
- III) **Consulta prévia da relação das empresas suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública do Município. "**

R: Segue em anexo o contrato de exclusividade, documentos comprobatórios de consagração do artista e Certidão Negativa Correccional - entes privados (EPAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP E CEPIM).

"13. No caso em análise, não foi realizada a avaliação de conformidade legal com base nos elementos acima descritos, pois o órgão solicitante do parecer jurídico apresentou a lista de verificação realização pela Secretaria demandante."

R: A Secretaria demandante realizou sua parte na lista de verificação, segue em anexo do a lista de verificação.

"22. Destaca-se que é incumbência do órgão assessorado realizar a verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos bens e serviços a serem contratados. Sendo assim, caso a administração entenda que a contratação não se sujeita aos critérios de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deve apresentar justificativa para tanto."

R: Foi incluso no termo de referência critérios de sustentabilidade que segue abaixo:

"3.1 Sustentabilidade:

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- a) CONTRATADA deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:
- b) Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;

RECEBIDO EM

13/05/2025

Dep. Licitação



272

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

- c) Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função “duplex” (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.
- d) Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- e) Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.
- f) Evitar excessos de embalagens durante o transporte, visando reduzir a geração de resíduos.
- g) Consumo de energia – utilizar equipamentos com baixo consumo de energia
- h) Responsabilidade social – avaliar a contribuição da empresa para a comunidade local, como a promoção de empregos e a geração de renda.
- i) Transporte sustentável – incentivar o uso transporte único para cantor e equipe assim reduzindo a emissão de poluentes.”

“38. No caso concreto, houve realização de pesquisa nos termos descritos nas normas aplicáveis, sendo conveniente ressaltar que, aparentemente, o limite temporal expressamente indicado nos orçamentos está vencido.”

R: Segue em anexo orçamento com novo prazo de validade, vale ressaltar que o encaminhado anteriormente estava com prazo vigente, mais em virtude no atraso no processo o mesmo perdeu sua validade.

“42. Porém no item 7, que trata do pagamento, a secretaria demandante indicou que o pagamento da futura contratação deveria ter adiantamento de 50% da parcela devida na assinatura do contrato e 50% 15 dias antes da realização do evento. No Item 7.14 menciona-se que no prazo de sete dias antecedentes ao evento será efetuado o pagamento.”

“43. Essa situação é um tanto quanto confusa, ponto em que se registra nos autos a diligência da agente de contratação (fl.214). A Secretaria demandante não apresentou respostas e não justificou o incidente – juntou documentos (fls 215-225).

R: Segue em anexo o termo de referência já corrigido essa inconsistência entre os itens 7 e 7.14, vale ressaltar que houve um equívoco (digitação) no item 7.14 na fase de elaboração, o prazo correto é o que estava descrito no 7 que corresponde com a proposta encaminhada pela contratada.

Nova redação do item 7.14

“7.14. O pagamento será efetuado no prazo de 15 (quinze) dias que antecede o serviço a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme o art. 35, parágrafo único do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.”



273

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

“46. Logo, há uma regra de vedação da antecipação do pagamento, o qual somente é excepcionada diante de sensível economia de recursos ou se figurar em condição indispensável para prestação do serviço.

“47. No caso, de forma objetiva, não foi observada nenhuma economia de recursos, o que leva a aplicação do art45, §3º do Decreto nº3.537/2023. Não foi apresentada justificativa no termo de referência e o Estudo Técnico Preliminar é omissa quanto a este ponto.”

R: Foi incluso no Termo de Referência e segue em anexo já corrigido.

7.1. JUSTIFICATIVA PARA PAGAMENTO ANTECIPADO

Justificativa sobre Contratação do Cantor Gospel “JULIANO SON”, com a hipótese de pagamento antecipado no percentual de 50%, na assinatura do contrato e outros 50% 15 dias que antecede o show, previsão para apresentação artística em 23/11/2025, em comemoração ao dia Municipal da Marcha para Jesus de Bandeirantes prevista na “lei municipal nº4.322/2023”.

Cumprе destacar, que o referido artista possui notório reconhecimento em nível nacional, sendo um Cantor Gospel de grande conhecimento público e autenticidade no trabalho que realiza durante a prestação do serviço em todo país e no exterior.

Ademais, compulsando os documentos do artista, percebe-se que as contratações são realizadas por meio de contratos que tenham a previsão de pagamento antecipado que antecede o show, inclusive contratações estas, realizadas com entes da administração pública municipal. Além disso, a própria empresa que representa o cantor Juliano Son, fez a proposta de serviço relatando sobre a prestação do serviço ocorrer por meio de pagamento antecipado em 50% na assinatura do contrato e 50% 15 dias que antecede o show, em decorrência de custos que são necessários para apresentação do artista como passagens aéreas do cantor e da equipe que sendo adquiridas com antecedência, contratação antecipada no deslocamento terrestre, reservas de hotel no município lembrado que estaremos em um período de festividades e vários eventos acontecendo no município isso tudo resulta em uma economia no custo operacional do artista assim proporcionando uma melhor proposta financeira para o município, além da certeza de estar tudo já contratado com antecedência, assim diminuindo o risco com atrasos e possíveis transtornos na realização do evento.



274

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Sendo assim, denota-se nos contratos apresentados pela empresa representante do artista, que o cantor Juliano Son realiza apenas a prestação do serviço desde que haja o pagamento antecipado, observa-se também, que as notas fiscais apresentadas pela empresa são emitidas antes da realização dos eventos, quanto a modalidade de pagamento.

Observa-se ainda, que ao analisar detidamente a situação em concreto, não se trata de um privilégio concedido a uma empresa em detrimento de outras, uma vez que, a apresentação artística que se pretende contratar para o dia 23/11/2025, em comemoração ao Dia municipal da Marcha para Jesus, não haverá a apresentação de outros artistas, apenas uma única apresentação, o que, por si só, descaracteriza a configuração de uma concessão de qualquer privilégio.

Além disso, consubstancia ao fato do cantor Juliano Son, apenas realizar suas apresentações artísticas condicionadas ao pagamento antecipado.

“A Lei 14.133/2021, em regra, proíbe o pagamento antecipado em contratos administrativos. No entanto, há exceções permitidas desde que justifiquem a necessidade da antecipação e propiciem alguma economia para o erário público ou seja condição indispensável para a obtenção do bem ou prestação do serviço.” “A Lei 14.133/2021, que trata das licitações e contratos administrativos, estabelece que o pagamento antecipado é a exceção, e não a regra. “A Lei 14.133/2021 estabelece um regime mais rigoroso para o pagamento antecipado em contratos administrativos, exigindo justificativa e previsão no edital ou instrumento de contratação, reiterando o artigo 145, parágrafo 1º, da lei permite o pagamento antecipado em situações excepcionais, desde que sejam atendidos os requisitos estabelecidos na lei.

Diante das informações prestadas acima, conclui-se que a realização do pagamento ser de forma antecipada não causará nenhum dano ao erário, e sim trará uma economicidade para a administração pública.

“48. É incumbência da administração demonstrar que o objeto licitatório é vinculado ao interesse público e terá uma serventia para a realização das atividades do município, considerando-se como um serviço ou compra.”

R: A contratação desse show é para realização da 3º DIA MUNICIPAL DA MARCHA PARA JESUS, assim atendendo a Lei Municipal nº4.322/2023 e cumprindo com o Calendário de eventos Cultural do Município regulamentado pelo Decreto Municipal nº 3.758/2024.



275

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

“50. De acordo com a referida lei, a contratação de artistas, desde que atendidos alguns requisitos, pode ser enquadrado como caso de licitação inexigível. Vejamos o art. 74. II da Lei nº14.133/2021.”

Art.74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

II – Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública:

“51. Ainda consoante o diploma legal citado, somente é cabível a contratação direta mediante inexigibilidade de licitação, se demonstrado documentação no processo administrativo, o cumprimento dos seguintes requisitos cumulativos:”

§2º Para fins do disposto no inciso II do caput deste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação direta e evento ou local específico.

“55. No caso concreto a administração precisa demonstrar cabalmente o cumprimento dos requisitos do art.74, II e §2º da Lei 14.133/2021,”

R: Segue em anexo contrato de exclusividade entre artista e escritório e comprovação de consagração do artista.

“56. Ainda de acordo com art. 40, inciso I, da lei 14.133/2021, na fase de planejamento da contratação a Administração deve cuidar para que o planejamento de compras considere condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, devendo tal cautela ser demonstrada ou certificada nos documentos de planejamento.”

R: Segue inclusão no ETP:

V - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO



276

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1. JUSTIFICATIVA PARA PAGAMENTO ANTECIPADO

Justificativa sobre Contratação do Cantor Gospel "JULIANO SON", com a hipótese de pagamento antecipado no percentual de 50%, na assinatura do contrato e outros 50% 15 dias que antecede o show, previsão para apresentação artística em 23/11/2025, em comemoração ao dia Municipal da Marcha para Jesus de Bandeirantes prevista na "lei municipal nº4.322/2023".

Cumpre destacar, que o referido artista possui notório reconhecimento em nível nacional, sendo um Cantor Gospel de grande conhecimento público e autenticidade no trabalho que realiza durante a prestação do serviço em todo país e no exterior.

Ademais, compulsando os documentos do artista, percebe-se que as contratações são realizadas por meio de contratos que tenham a previsão de pagamento antecipado que antecede o show, inclusive contratações estas, realizadas com entes da administração pública municipal. Além disso, a própria empresa que representa o cantor Juliano Son, fez a proposta de serviço relatando sobre a prestação do serviço ocorrer por meio de pagamento antecipado em 50% na assinatura do contrato e 50% 15 dias que antecede o show, em decorrência de custos que são necessários para apresentação do artista como passagens aéreas do cantor e da equipe que sendo adquiridas com antecedência, contratação antecipada no deslocamento terrestre, reservas de hotel no município lembrado que estaremos em um período de festividades e vários eventos acontecendo no município isso tudo resulta em uma economia no custo operacional do artista assim proporcionando uma melhor proposta financeira para o município, além da certeza de estar tudo já contratado com antecedência, assim diminuindo o risco com atrasos e possíveis transtornos na realização do evento.

Sendo assim, denota-se nos contratos apresentados pela empresa representante do artista, que o cantor Juliano Son realiza apenas a prestação do serviço desde que haja o pagamento antecipado, observa-se também, que as notas fiscais apresentadas pela empresa são emitidas antes da realização dos eventos, quanto a modalidade de pagamento,

Observa-se ainda, que ao analisar detidamente a situação em concreto. não se trata de um privilégio concedido a uma empresa em detrimento de outras, uma vez que, a apresentação artística que se pretende contratar para o dia 23/11/2025, em comemoração ao Dia municipal da Marcha para Jesus, não haverá a apresentação de outros artistas, apenas uma única apresentação, o que, por si só, descaracteriza a configuração de uma concessão de qualquer privilégio.



277

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Além disso, consubstancia ao fato do cantor Juliano Son, apenas realizar suas apresentações artísticas condicionadas ao pagamento antecipado.

“A Lei 14.133/2021, em regra, proíbe o pagamento antecipado em contratos administrativos. No entanto, há exceções permitidas desde que justifiquem a necessidade da antecipação e propiciem alguma economia para o erário público ou seja condição indispensável para a obtenção do bem ou prestação do serviço.” “A Lei 14.133/2021, que trata das licitações e contratos administrativos, estabelece que o pagamento antecipado é a exceção, e não a regra. “A Lei 14.133/2021 estabelece um regime mais rigoroso para o pagamento antecipado em contratos administrativos, exigindo justificativa e previsão no edital ou instrumento de contratação, reiterando o artigo 145, parágrafo 1º, da lei permite o pagamento antecipado em situações excepcionais, desde que sejam atendidos os requisitos estabelecidos na lei.

Diante das informações prestadas acima, conclui-se que a realização do pagamento ser de forma antecipada não causará nenhum dano ao erário, e sim trará uma economicidade para a administração pública.

Recebimento da prestação de serviço

2. O recebimento do Cantor Gospel Juliano Son será primeira parcela: 50% do Valor total do contrato 15 dias após a assinatura do mesmo e segunda parcela: 50% do valor do contrato 15 dias de antecedência ao evento, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração a prestação de serviço.

3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 160 do Decreto Municipal nº 3.537, de 09 de maio de 2023, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 31 de dezembro de 2025.

4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da prestação de serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação



278

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, conforme a legislação aplicável.

7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 160 do Decreto Municipal nº 3735, de 09 de maio de 2023.

8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



279

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

16. O pagamento será efetuado no prazo de 15 (quinze) dias que antecede o serviço a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme o art. 35, parágrafo único do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.

17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

21. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de Pagamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

280

23. A presente contratação permite a antecipação de pagamento parcial ou total, conforme previsto em contrato.
24. O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo, correspondente ao valor total da antecipação de pagamento.
25. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução da prestação de serviço.
26. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.
27. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias uteis.
28. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

“76. No caso concreto, ante a peculiaridade da contratação é necessário esclarecer qual das partes terá o dever de arcar com as custas da taxa do Escritório Central de Arrecadação – ECAD, regido pela Lei Federal 9.610/98, ou justificativa de sua não incidência para tanto ficar demonstrado nos autos.”

R: Segue inclusão referente ao pagamento do ECAD no ETP e TERMO DE REFERÊNCIA:

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:

IV Garantia da contratação

5. É de responsabilidade da contratante arcar com as custas da taxa do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD, regido pela Lei Federal 9.610/98 a mesma deverá apresentar esse pagamento antes da execução de serviço.

TERMO DE REFERÊNCIA:

- 3.2.11. É de responsabilidade da contratante (município) de arcar com as custas da taxa do escritório de Central de Arrecadação e Distribuição -ECAD, regido pela lei federal 9.610/98.

“Lei 9.610/98:

Esta lei é o marco legal que estabelece a responsabilidade pelo pagamento dos direitos autorais, incluindo a solidariedade na obrigação.

• **Responsabilidade Solidária:**

O artigo 110 da lei prevê que todos que participam da execução pública da música são solidariamente responsáveis pelo pagamento, ou seja, qualquer um deles pode ser cobrado pela totalidade da dívida, segundo Jusbrasil.

Quem Paga?

A responsabilidade recai sobre quem utiliza a música publicamente, como:



281

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

- Promotores de eventos, blocos de rua, prefeituras (quando utilizam música em eventos).
- Estabelecimentos comerciais (bares, lojas, restaurantes, etc.) que utilizam música em ambiente comercial.
- Hotéis e outros locais que disponibilizam rádios e TVs com música.”

“77. De acordo com a Cláusula 3 da minuta e com o item 8 do ETP, a contratada é responsável por todos os encargos decorrentes da prestação dos serviços. Isso implica em um impasse pois a proposta juntada nas fls. 41-42 e o documento de fls. 155-156, impõem ao ente público o custeio de equipamentos de som, luz, estrutura, camarim, alimentação e taxa do ECAD.”

R: Segue reformulado o descritivo do item 8 do ETP e inserido no Termo de referência:

“8. Custos relativos hospedagem, alimentação, passagens aéreas, transporte e traslado com vans na cidade durante o evento, correrão por conta da contratada, bem como o transporte de instrumentos dos músicos e equipamentos dos funcionários, a manutenção dos equipamentos e demais custos, que também serão de responsabilidade da mesma, não cabendo nenhum ônus à Contratante;”

“8.1. É de responsabilidade do contratante (Município) a produção do evento, fornecimento de palco, camarim, sonorização, iluminação, Rider técnico, geradores, alimentação no camarim.”

Inserido no termo de referência:

“3.2.9. Custos relativos hospedagem, alimentação, passagens aéreas, transporte e traslado com vans na cidade durante o evento, correrão por conta da contratada, bem como o transporte de instrumentos dos músicos e equipamentos dos funcionários, a manutenção dos equipamentos e demais custos, que também serão de responsabilidade da mesma, não cabendo nenhum ônus à Contratante;

3.2.10. É de responsabilidade do contratante (Município) a produção do evento, fornecimento de palco, camarim, sonorização, iluminação, Rider técnico, geradores, alimentação no camarim.”

V) “Justificar a escolha do artista:”

R: Foi incluso no Termo de referência e no ETP:

RAZÕES DA ESCOLHA E CONSAGRAÇÃO

Por se tratar de contratação direta de profissionais do setor artístico para apresentação em evento pretendido Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de



282

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Bandeirantes-Pr. Conforme documentação apresentada, dentro dos parâmetros da Lei 14.133/2021, foi possível verificar que o cantor "Juliano Son" já realizou apresentações em vários municípios em diversas regiões do país e no exterior, com essas informações podemos confirmar que essa contratação se trata de um artista consagrado.

ARTISTA CONSAGRADOS

Aqui, não se pode deixar de destacar, estamos diante da contratação de artistas do meio musical, cuja justificativa por sua escolha decorre de aspectos subjetivos, sobretudo do gosto popular.

Assim, o cantor gospel "Juliano Son", é conhecido na comunidade cristã e reconhecido por seu talento musical em realizar eventos gospel, possuindo larga experiência na condução de shows artísticos privados e públicos, agradando todo o público.

O preço praticado pelo cantor acima citado está dentro dos parâmetros de receita estimados para a Administração Municipal, além disso acompanham a média dos preços praticados no mercado.

A escolha deste cantor, sob análise do Departamento de Cultura e Conselho dos Pastores do Município de Bandeirantes, foi realizada uma reunião onde foram sugerido vários nomes de artistas como os cantores FERNANDINHO, ISADORA POMPEO, CASSIANA, GABRIELA ROCHA, REGIS DANESE, JULIANO SON, DAMARES, FERNANDA BRUM na qual foi realizado pesquisa sobre valores e agenda disponíveis e dentre esses nomes sugeridos o que encaixava próximo valor estabelecido para contratação e teria agenda disponível para a data da realização do evento era o Cantor JULIANO SON, artista que decorre da sua consagração perante, principalmente, a opinião pública e seu currículo artístico no qual realiza show por todo país e exterior - O artista é conhecido por tocar canções gospel que agradam o público, sendo composta por músicos de excelente qualidade técnica.

A qualidade dos serviços prestados pelo artista "Juliano Son" além de ser reconhecida pelo mercado já foi testada e aprovada em outros eventos similares ao que será realizado em nosso município.

O Show terá duração mínima de 01:30 horas, com repertório gospel.

Diante de todo o material artístico colecionado, podemos afirmar que o Show Gospel com cantor Juliano Son, possui notoriedade, e preenchem todas as hipóteses para enquadramento na hipótese de inexigibilidade.

O valor para da proposta apresentada do referido cantor Banda para a realização de show artístico está dentro dos preços praticados no mercado de acordo com as Notas Fiscais encaminhada em anexo pelo representante de cantor "Juliano Son".



283

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

VI) Justificar antecipação do pagamento (art.145, §1º da Lei 14.133/2021 e art.45, §3º do decreto 3.537/2023.)

R: JUSTIFICATIVA PARA PAGAMENTO ANTECIPADO

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, vem respeitosamente na presença de Vossa Excelência, apresentar justificativa sobre a possibilidade de verificar a contratação do Cantor Gospel “JULIANO SON”, com a hipótese de pagamento antecipado no percentual de 50%, na assinatura do contrato e outros 50% 15 dias que antecede o show, previsão para apresentação artística em 23/11/2025, em comemoração ao dia Municipal da Marcha para Jesus de Bandeirantes lei municipal nº4.322/2023.

Cumprе destacar, que a referido artista possui notório reconhecimento em nível nacional, sendo um Cantor Gospel de grande conhecimento público e autenticidade no trabalho que realiza durante a prestação do serviço.

Ademais, compulsando os documentos do artista, percebe-se que as contratações são realizadas por meio de contratos que tenham a previsão de pagamento antecipado que antecede o show, inclusive contratações estas, realizadas com entes da administração pública municipal. Além disso, a própria empresa que representa o cantor Juliano Son, fez a proposta de serviço relatando sobre a prestação do serviço ocorrer por meio de pagamento antecipado em 50% na assinatura do contrato e 50% 15 dias que antecede o show, em decorrência de custos que são necessários para apresentação do artista como passagens aéreas do cantor e da equipe que sendo adquiridas com antecedência, contratação antecipada no deslocamento terrestre, reservas de hotel no município lembrado que estaremos em um período de festividades e vários eventos acontecendo no município isso tudo resulta em uma economia no custo operacional do artista assim proporcionado uma melhor proposta financeira para o município, além da certeza de estar tudo já contratado e reservado assim diminuindo o risco com atrasos e possíveis transtornos na realização do evento.

Sendo assim, denota-se nos contratos apresentados pela empresa representante do artista, que o cantor Juliano Son realiza apenas a prestação do serviço desde que haja o pagamento antecipado, observa-se também, que as notas fiscais apresentadas pela empresa são emitidas antes da realização dos eventos, quanto a modalidade de pagamento.

Observa-se ainda, que ao analisar detidamente a situação em concreto. não se trata de um privilégio concedido a uma empresa em detrimento de outras, uma vez que, a apresentação artística que se pretende contratar para o dia 23/11/2025, em comemoração ao Dia municipal da Marcha para Jesus, não haverá a apresentação de outros artistas, apenas uma única apresentação, o que, por si só, descaracteriza a configuração de uma concessão de qualquer privilégio.

Além disso, consubstancia ao fato do cantor Juliano Son, apenas realizar suas apresentações artísticas condicionadas ao pagamento antecipado.

“A Lei 14.133/2021, em regra, proíbe o pagamento antecipado em contratos administrativos. No entanto, há exceções permitidas desde que justifiquem a necessidade da



284

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

antecipação e propiciem alguma economia para o erário público ou seja condição indispensável para a obtenção do bem ou prestação

do serviço.” “A Lei 14.133/2021, que trata das licitações e contratos administrativos, estabelece que o pagamento antecipado é a exceção, e não a regra. “A Lei 14.133/2021 estabelece um regime mais rigoroso para o pagamento antecipado em contratos administrativos, exigindo justificativa e previsão no edital ou instrumento de contratação, reiterando o artigo 145, parágrafo 1º, da lei permite o pagamento antecipado em situações excepcionais, desde que sejam atendidos os requisitos estabelecidos na lei.

Diante das informações prestadas acima, conclui-se que a realização do pagamento ser de forma antecipada não causará nenhum dano ao erário, e sim trará uma economicidade para a administração pública.

Sendo assim, submetemos a presente JUSTIFICATIVA a apreciação Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal.

VII) Esclarecer os custos excedente da contratação e a responsabilidade por tais despesas:

R: Os custos excedentes da contratação ficarão pela reponsabilidade da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, através do Departamento de Cultura na qual está atende uma demanda cultura do Município estabelecida pela **Lei Municipal nº4.322/2023** “Institui no âmbito do Município de Bandeirantes, o Dia Municipal da Marcha para Jesus” e pelo **decreto municipal nº3.758/2024** “Regulamenta o Calendário Oficial de Eventos Anuais do Município de Bandeirantes para 2025, e dá outras providencias;” e considerando a **Lei Municipal nº 4.023/2021**, onde estão estabelecidos o Calendário Oficial de Eventos Anuais do Município de Bandeirantes-PR;


Aline Firmão Neves Vasconcelos

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes



CONTRATO DE AGENCIAMENTO E REPRESENTAÇÃO ARTÍSTICA EM REGIME DE EXCLUSIVIDADE

Instrumento particular de representação artística que entre si celebram, de um lado,

Como **Representante**, a **Adore Eventos LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.377.872/0001-52, estabelecida à avenida José Leandro da Cruz, nº 1214, sala: 01, Qd. 122, Lt. 12, bairro Parque Amazonas, município de Goiânia, estado de Goiás, CEP: 74.843-010, vem, através de sua sócia-proprietária e representante legal, Sr. (a) **Lorena Assis Rezende Rodrigues McIntyre**, casada, empresária, inscrita no CPF sob o nº 011.429.801-70 e RG sob o nº 3587210 – SSP/GO - 2ª via, residente e domiciliada à rua dos Jacarandás, Qd. 17, Lt. 08, bairro Jardins Valência, município de Goiânia, estado de Goiás e, do outro lado,

Como **Representado**, o Sr. **Juliano Son**, casado, cantor, inscrito(a) no CPF sob o nº 301.214.178-24 RG sob o nº 13256226 – SSP/SP, pelos termos de fato e de direito que abaixo se apresentam:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto do presente contrato a representação em caráter exclusivo, do **Representado** pela **Representante** na qualidade de sua *Produtora Artística*.

CLÁUSULA SEGUNDA: A *Produtora Artística* poderá firmar contrato em nome de seu representado em caráter exclusivo para realização de apresentações e participações artísticas, shows ou eventos, em qualquer parte do território nacional, ajustado em nome do representado, valor do cachê, número de apresentações, uso de imagem, local e horário.

CLÁUSULA TERCEIRA: A *Produtora Artística*, no desempenho de suas funções, agirá com toda diligência requerida pelos princípios da boa fé contratual, atendo-se às instruções recebidas do *Artista* e ficando obrigado a fornecer, quando lhe for solicitado, informações detalhadas sobre o andamento dos negócios a seu cargo, devendo dedicar-se à representação, a fim de tentar expandir os negócios do *Artista* e promover



seus serviços.

CLÁUSULA QUARTA: O prazo deste contrato é de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, sendo renovado automaticamente, por igual período, se não houver oposição de qualquer das partes até o último dia do contrato.

CLÁUSULA QUINTA: A cláusula de exclusividade não é recíproca, podendo a *Produtora Artística*, atuar na representação também de outros Artistas dentro e/ou fora do território nacional concomitantemente com a representação do *Artista*.

CLÁUSULA SEXTA: Fica eleito o foro da cidade de Goiânia para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes do presente contrato.

Por estarem as partes de pleno acordo com os termos e CLÁUSULAS contratuais, assinam o presente em inteiro teor.

Goiânia - Goiás, dia 19 de junho de 2023.

Representado - Artista

JULIANO SON

CPF: 301.214.178-24

ADORE EVENTOS

LTDA:123778720

00152

Assinado de forma digital
por ADORE EVENTOS

LTDA:12377872000152

Dados: 2023.06.19

16:25:51 -03'00'

Representante - Produtora Artística

ADORE EVENTOS LTDA.- ME

CNPJ: 12.377.872/0001-52

Lorena Assis Rezende Rodrigues McIntyre

Av. José Leandro da Cruz, nº1214, Sala 01, Qd. 122, Lt. 12, Parque Amazonas, CEP: 74843-010,
Goiânia - GO

Contrato de Exclusividade - Juliano Son x Adore.pdf

Documento número #3090ebf1-a604-43b4-b336-3ef49a7c3623

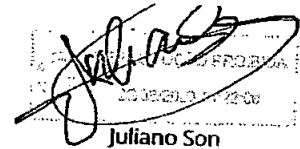
Hash do documento original (SHA256): 88d14d69f6ef46a677210946673ebd8c73a33aa320b475a4c7352137b582cfc2

Assinaturas

**Juliano Son**

CPF: 301.214.178-24

Assinou como parte em 22 jun 2023 às 14:22:00


Juliano Son**Lorena Assis Rezende McIntyre**

CPF: 011.429.801-70

Assinou como parte em 22 jun 2023 às 14:32:45

Log

22 jun 2023, 14:14:01

Operador com email financeiro@livresoficial.com na Conta f5348eb2-e651-45e4-a686-451b58ed1f5c criou este documento número 3090ebf1-a604-43b4-b336-3ef49a7c3623. Data limite para assinatura do documento: 22 de julho de 2023 (14:11). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.

22 jun 2023, 14:14:02

Operador com email financeiro@livresoficial.com na Conta f5348eb2-e651-45e4-a686-451b58ed1f5c adicionou à Lista de Assinatura: juliano.son@gmail.com para assinar como parte, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Juliano Son.

22 jun 2023, 14:14:02

Operador com email financeiro@livresoficial.com na Conta f5348eb2-e651-45e4-a686-451b58ed1f5c adicionou à Lista de Assinatura: contratos@adoreshows.com.br para assinar como parte, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Lorena Assis Rezende McIntyre e CPF 011.429.801-70.

22 jun 2023, 14:22:00

Juliano Son assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail juliano.son@gmail.com. CPF informado: 301.214.178-24. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 31c376(...), vide anexo 22 jun 2023, 14-22-00.png. IP: 189.69.27.207. Componente de assinatura versão 1.524.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.

22 jun 2023, 14:32:45

Lorena Assis Rezende McIntyre assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail contratos@adoreshows.com.br. CPF informado: 011.429.801-70. IP: 189.63.4.211. Componente de assinatura versão 1.524.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.

22 jun 2023, 14:32:45

Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 3090ebf1-a604-43b4-b336-3ef49a7c3623.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 3090ebf1-a604-43b4-b336-3ef49a7c3623, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

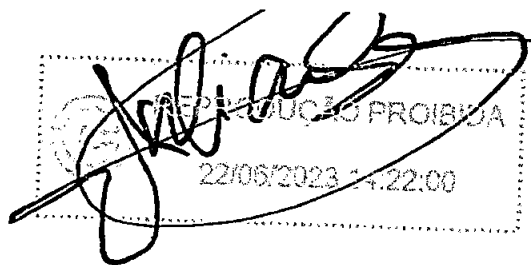
Anexos

Juliano Son

Assinou o documento enquanto parte em 22 jun 2023 às 14:22:00

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 31c376(...)



REPRODUÇÃO PROIBIDA
22/06/2023 14:22:00

Juliano Son

22 jun 2023, 14-22-00.png

1PRTDPU-1776088-26/09/2023-0008230921192930090000

REQUERIMENTO PARA REGISTRO/AVERBAÇÃO DE DOCUMENTOS NO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DO 1º PRTO DE GOIÂNIA.

DADOS DO REQUERENTE e DATA: 20 / 09 / 2023

Nome Completo: LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES MCINTYRE

Nacionalidade: BRASILEIRA

Estado Civil: CASADA

Profissão: EMPRESARIA

CPF/CNPJ: 011.429.801-70

RG: 3587210 SSPGO

E-mail: LORENA.MCINTYRE@ADORESHOWS.COM.BR

Telefone fixo: (62) 981010601

Celular: (62) 98101-0601

☒ Sim () Não

Endereço: RUA DOS JACARANDAS QD 17 LT 08 Nº100

Bairro: JARDINS VALÊNCIA

Cidade: GOIANIA

CEP: 74885-857

UF: GO

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO (obrigatório)

Tipo de documento: CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO

Valor declarado – NÃO ☐ SIM ☒

Valor R\$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) extenso.

Se NÃO possuir valor declarado, informe a quantidade de páginas _____.

Uma das partes possui domicílio em Goiânia - NÃO ☐ SIM ☒

VENHO POR MEIO DESTA REQUERER QUE:

O presente documento seja: REGISTRADO ☒ AVERBADO ☐ às margens do registro de número: _____

MODELOS DE DECLARAÇÃO PADRÃO (Assine se necessário conforme o tipo de documento)

CONTRATOS VINCULADOS A AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

Declaro estar ciente da existência da portaria de número 177/2014-GP-JUR, que diz que a responsabilidade pelo registro de contratos vinculados a aquisição de veículos é do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás e que o presente registro em Cartório de Títulos e Documentos NÃO SE RELACIONA com o registro feito pelo DETRAN/GO.

EXISTÊNCIA DE GARANTIA IMOBILIÁRIA (hipoteca, alienação fiduciária de imóveis e penhor rural/ industrial/ mercantil)

Declaro estar ciente que, para que surtam plenos efeitos legais, o presente documento deve ser levado a registro também no Cartório de Registro de Imóveis competente (Art. 167 da Lei 6.015/73).

ESPAÇO PARA DECLARAÇÕES E OBSERVAÇÕES GERAIS**SENDO REGISTRO PARA FINS DE CONSERVAÇÃO**

Solicito que o presente documento seja registrado com base no Art. 127, VII, da Lei 6.015/73. Estando ciente dos termos do Art. 127-A, que o registro terá a finalidade de arquivamento de conteúdo e data e que não gerará efeitos em relação a terceiros e não poderá servir como instrumento para cobrança de dívidas, mesmo que de forma velada, nem para protesto, notificação extrajudicial, medida judicial ou negatificação nos serviços de proteção ao crédito ou congêneres.

Informar dados do requerente:

Nome completo:

CPF/CNPJ:

TRATAMENTO DE DADOS/LGPD (Obrigatório)

Em atenção ao Art. 9º da Lei 13.709/2018, informamos que os dados fornecidos através do requerimento, ou coletados durante a realização do registro do documento apresentado, serão tratados em observância aos princípios mencionados no Art. 6º da norma, em especial necessidade e finalidade.

Informamos também que o §4º do Art. 7º, dispensa a exigência do consentimento previsto no caput do artigo, para os dados tornados manifestamente públicos pelo titular, resguardados os direitos do titular e os princípios previstos nesta Lei. Cabe esclarecer que uma das características e funções principais do registro é torna-lo público. Ressalvadas situações específicas em Lei, os registros feitos pela Serventia têm caráter público, sendo a garantia de publicidade uma obrigação disposta no Art. 16 da Lei 6.015/73. Esclarecemos que o tratamento de dados pessoais é feito para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.

Para maiores informações sobre o tratamento de dados, acesse a nossa política de privacidade no www.lprotestogoiania.com.br ou entre em contato através do e-mail encarregado@lprotestogoiania.com.br. Salientamos que este canal é exclusivo para esclarecimentos sobre o tratamento de dados realizados pela Serventia.

Wagner A. R. R. Montenegro

ASSINATURA DO REQUERENTE

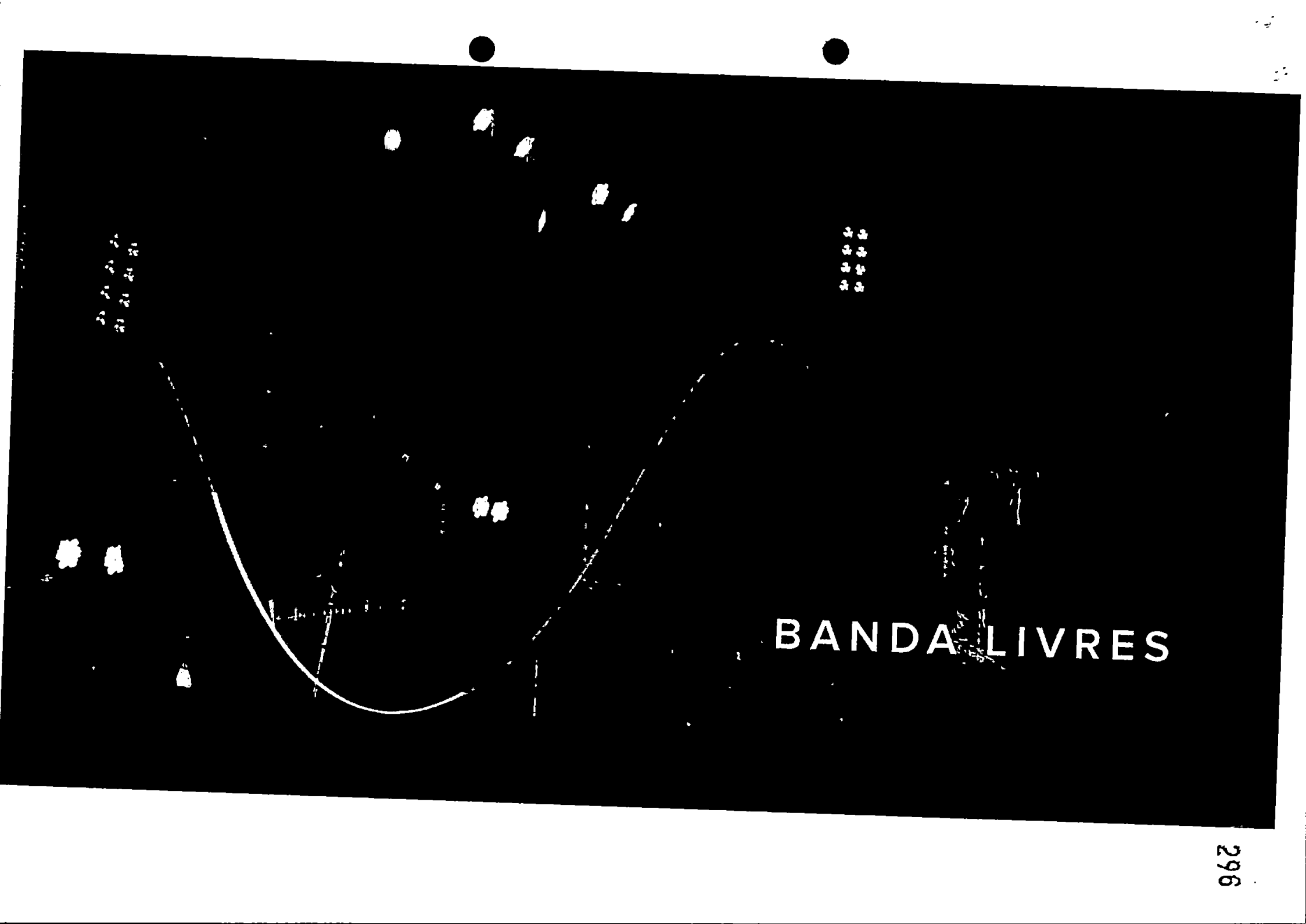
JULIANO SON

LIV RES

JULIANO SON

JULIANO SON

- ▶ DESCENDENTE DE IMIGRANTES COREANOS, NASCEU EM SÃO PAULO E HOJE VIVE EM TERESINA/PIAUÍ.
- ▶ MÚSICO FORMADO EM TEOLOGIA.
- ▶ LÍDER E VOCALISTA DA BANDA LIVRES.
- ▶ PROMOVE E APOIA FINANCEIRAMENTE PROJETOS E AÇÕES SOCIAIS QUE COOPERAM COM MELHORIAS EFETIVAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DE PESSOAS E COMUNIDADES.



BANDA LIVRES

BANDA LIVRES

- ▶ BANDA POP ROCK QUE CELEBRA A VIDA E DEFENDE O COMPROMISSO SOCIAL E A VISÃO CRISTÃ.
- ▶ MOBILIZA SEU PÚBLICO PARA O ENGAJAMENTO ÀS CAUSAS SOCIAIS DEFENDIDAS.



O LIVRES EM NÚMEROS:

**+ DE
165 MILHOES
DE VIEWS**

NO YOUTUBE

MÉDIA DE
**600 MIL
ACESSOS**
EM PLATAFORMAS
DIGITAIS

11 ANOS
NA ESTRADA

07 CDS
E
02 DVDS

4.3 MILHÕES
DE SEGUIDORES

110

APRESENTAÇÕES
POR ANO

+ DE 845 MIL

PESSOAS ALCANÇADAS
POR ANO EM EVENTOS

+ DE

2 MILHOES

DE PESSOAS NA
MARCHA PARA
JESUS POR ANO

7 MILHÕES

DE PESSOAS
POTENCIALMENTE
ALCANÇADAS NOS
ÚLTIMOS 6 ANOS

+ DE

500 MILHÕES

DE VIEWS NA CANÇÃO
VAI VALER A PENHA

+ DE

100 MILHÕES

VIEWS DA CANÇÃO
LINDO ÉS

CONFERÊNCIAS LIVRES

CONFERÊNCIAS LIVRES

► REALIZADA DESDE 2009,
A CONFERÊNCIA LIVRES É UM
EVENTO QUE REÚNE PARTICIPANTES
DE TODO O BRASIL PARA DIAS
INTENSOS DE PALESTRAS, ENSINO
QUALIFICADO COM AUTORIDADES DE
RENOME E APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS.
É UM PROJETO DE GRANDE ADERÊNCIA
DE PÚBLICO E PARCEIROS, PELO
POTENCIAL DE FOMENTO
CULTURAL E SOCIAL.

9 EDIÇÕES

PÚBLICO ENTRE
**10 E 15 MIL
PESSOAS**

31 BANDAS
NACIONAIS

09 BANDAS
INTERNACIONAIS

**58
PRELETORES**

O ENGAJAMENTO SOCIAL

JULIANO SON
**LIV
RES**

IMPrensa@LIVRESOFICIAL.COM
(31) 9.9112-8884

Instagram Facebook Twitter /LIVRESOFICIAL

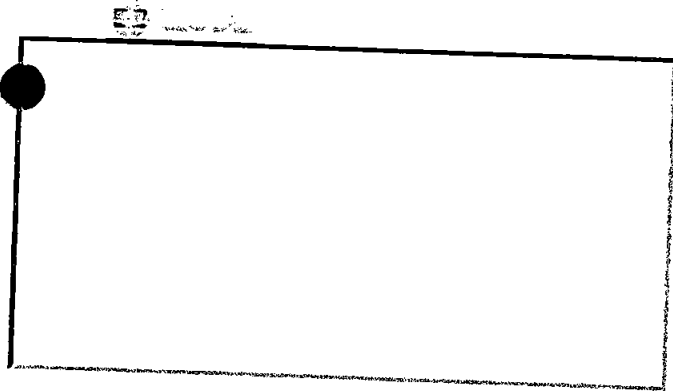
O ENGAJAMENTO SOCIAL

▶ EM 2006, JULIANO SON FUNDOU O INSTITUTO LIVRE SER, E A BANDA LIVRES TEM SIDO A PORTA-VOZ DO INSTITUTO NO BRASIL E NO EXTERIOR, DANDO VISIBILIDADE A RESPEITO DOS PROJETOS MAIS ÁGUA, CASA DE ACOLHIMENTO E IMPACTO SERTÃO LIVRE.

▶ O INSTITUTO ATUA VISANDO SER UM AGENTE EFETIVO PARA O ALCANCE DE UMA SOCIEDADE TRANSFORMADA.

globo.com

globo.com



FESTIVAL PROMESSAS

07/11/2015 17h16 - Atualizado em 07/11/2015 17h28

Livres para Adorar eletriza Festival Promessas com pegada de U2

Além do som pesado, a banda também tocou músicas românticas e os casais apaixonados fizeram a festa em São Paulo

Por **Aline Nunes**Do Gshow, São Paulo

FACEBOOK

TWITTER

PINTEREST

Seu navegador não suporta o formato de arquivo HTML5. Para mais informações, consulte o site do navegador ou o site do desenvolvedor do navegador.



Para o vocalista da banda, Juliano Son, na adolescência, quanto mais forte e eletrônico o som, ele achava melhor (Foto: Carol Caminha / Gshow)

Na adolescência, **Juliano Son**, vocalista da banda Livres para Adorar, já deixava a guitarra rolar solto em seu quarto. Quanto mais forte e eletrônico o som, ele achava melhor. Não por acaso, eletrizou a plateia do Festival Promessas, em São Paulo.

Fã de U2, ele acha graça do título Bono Vox Gospel. "Será, gente? Que honra", brinca o artista, que também tem o grupo New Order como referência.

Mas o show do grupo, engajado em causas sociais contra o tráfico e a escravidão sexual infantil, não ficou só no som pesado. O romance também se fez presente e os casais apaixonados fizeram a festa. "Que emoção, que demais", gritava Juliano.

Veja mais no Gshow!

Acesse GLOBOPLAY.COM ou baixe o aplicativo para IOS, Android e principais marcas de SmartTVs. Novidades do entretenimento e vídeos exclusivos você também encontra no aplicativo do Gshow.

Baixe o aplicativo do Gshow gratuitamente na loja do seu smartphone e tablet e acompanhe tudo

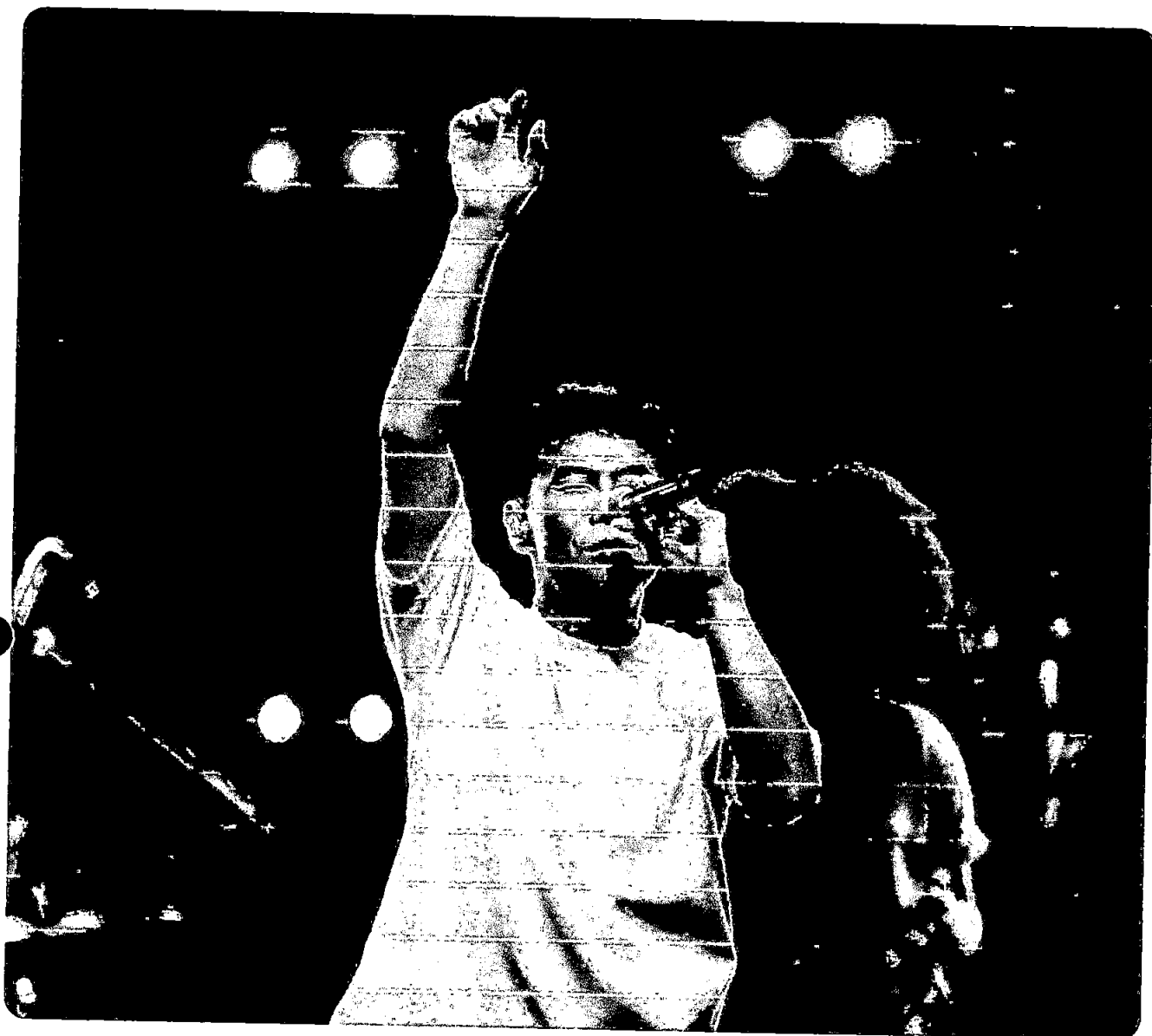
Deseja receber as notícias mais importantes em tempo real?
Ative as notificações do G1!

Agora não Ativar

Dia do Evangélico em Macapá tem show nacional de Juliano Son; veja programação

Evento é gratuito e acontece neste sábado (30), na Praça Jacy Barata Jucá, a partir das 17h.

Por * Francisco Pinheiro, g1 AP — Macapá
27/11/2024 15h10 · Atualizado há 5 meses



Cantor Juliano Son é atração na programação gospel em Macapá — Foto: PMM/divulgação

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

O artista nacional Juliano Son, ex-vocalista da banda Livres vai ser atração neste sábado (30), na comemoração ao Dia do Evangélico. O evento acontece na Praça Jacy Barata Jucá, no centro da capital, a partir das 17h. ***(Veja a programação completa no final da reportagem).***

 **Clique aqui para seguir o canal do g1 AP no WhatsApp**

Juliano Son é ex-vocalista da banda Livres que iniciou em 2005 e encerrou em 2019 e marcou uma geração com sucessos como, 'Lindo és', 'Vai valer a pena' e 'Quando o mundo cair ao meu redor'.

Além do show nacional, o evento ainda conta com apresentações de bandas locais e pregações. O evento é realizado pela Prefeitura de **Macapá**.

Veja a programação:

Sábado (30 de novembro)

- 17h - Dj Selva
- 18h - Banda Kim Romani
- 19h - Banda Athus

Serviço

Dia do Evangélico

- Data: 30 de novembro (Sábado)
- Local: Praça Jacy Barata Jucá
- Endereço: Rua Independência, bairro do Centro.



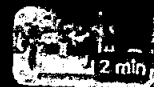
Pesquisa 



Trechos



Agenda cultural do g1: Belém tem...



Empresário é morto com tiros à...



Homem é preso suspeito de...

Bom Dia Pará

Agenda cultural do g1: Belém tem show de dj Alok e Juliano Son neste final de semana

7 min

Agenda cultural do g1: Belém tem show de dj Alok e Juliano Son neste final de semana.



Digite aqui para pesquisar



POR
PTB

09:02
07/05/2025





CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **ADORE EVENTOS LTDA**

CPF/CNPJ: **12.377.872/0001-52**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 08:30:07 do dia 07/05/2025 , com validade até o dia 06/06/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: VBQTrt5ry95VOFFrM64T

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Estado do Paraná

LISTA DE VERIFICAÇÃO

PROCESSO ADM.: ____ / ____.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM CANTOR GOSPEL "JULIANO SON" PARA APRESENTAÇÃO NO EVENTO MARCHA PARA JESUS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR.

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc./ fls.)
1. Houve abertura de processo administrativo?	(X) Sim () Não () Não se aplica	
2. Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa?	(X) Sim () Não () Não se aplica	
3. A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação?	(X) Sim () Não () Não se aplica	
4. Foi certificado o atendimento do princípio da segregação de funções?	(X) Sim () Não () Não se aplica	
5. Consta documento de formalização de demanda?	(X) Sim () Não () Não se aplica	
6. Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual? ¹	(X) Sim () Não () Não se aplica	
7. Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias?	(X) Sim () Não () Não se aplica	
8. Há Estudo Técnico Preliminar?	(X) Sim () Não () Não se aplica	
9. O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação?	(X) Sim () Não () Não se aplica	
10. Há Análise de Riscos?	(X) Sim	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Estado do Paraná

	☐ Não ☐ Não se aplica	
11. Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares? ²	☐ Sim ☐ Não ☒ Não se aplica	
12. Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto?	☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica	
13. Há termo de referência?	☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica	
14. Foi certificada a utilização do Sistema TR Digital ou o atendimento das regras e procedimentos da IN ME 81/2022? ³	☐ Sim ☐ Não ☒ Não se aplica	
15. Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Advocacia-Geral União, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização, ou houve justificativa para sua não utilização? ⁴	☐ Sim ☐ Não ☒ Não se aplica	
16. Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?	☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica	
17. Foi certificado que o TR está alinhado com o Plano Anual de Contratações e com o Plano Diretor de Logística sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração?	☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica	
18. O TR contempla definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução, requisitos da contratação, modelo de execução, modelo de gestão, critérios de medição e de pagamento, forma de seleção do fornecedor, estimativas do valor da contratação e, não se tratando de registro de preços, adequação orçamentária?	☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica	
19. Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica, elas foram justificadas no processo?	☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica	
20. Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica, elas são específicas e objetivas?	☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica	
21. Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica e o objeto licitatório refira-se a contratações	☒ Sim ☐ Não	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
Estado do Paraná

para: a) entrega imediata; b) contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral, ou; c) contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$324.122,46 (valor atualizado anualmente), houve justificativa para não dispensá-las?	☐ Não se aplica	
22. Ao final da elaboração do TR, houve avaliação quanto à necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011? ⁵	☐ Sim ☒ Não ☐ Não se aplica	
23. Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Procuradoria Geral do Município, com eventuais alterações destacadas e justificadas?	☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica	
24. Os autos estão instruídos com o edital da licitação?	☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica	
25. Caso seja adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável consta do edital da licitação?	☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica	
26. Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R\$80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade?	☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica	
27. Foi mantida no edital cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado?	☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica	
28. Caso tenha sido vedada a participação de cooperativas, consta justificativa nos autos?	☐ Sim ☐ Não ☒ Não se aplica	
29. Caso tenha sido vedada a participação de consórcios, consta justificativa nos autos?	☐ Sim ☐ Não ☒ Não se aplica	

Observações:

1. Justificado no DFD
2. O ETP atende todos os itens obrigatórios
3. Art. 15. Até a completa disponibilização do Sistema TR digital, para atendimento ao disposto nesta Instrução Normativa, o órgão ou entidade poderá utilizar outra ferramenta eletrônica para a elaboração do TR, desde que, ao final, seja apensado aos autos de contratação no sistema informatizado de controle e movimentação de processos administrativos eletrônico oficial.
4. Não foi utilizado a minuta padronizada do Termo de Referência da Advocacia-Geral União, visto que o modelo utilizado no município foi disponibilizado pela Procuradoria Jurídica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Estado do Paraná

5. O Art. 10º da IN/SEGES/ME N.81/2022 diz que, ao final da elaboração do TR, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
- A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, traz em sua Seção II: Da Classificação da Informação quanto ao Grau e Prazos de Sigilo – Art. 23, que:

São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

- I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;
- II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;
- III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;
- IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;
- V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas;
- VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;
- VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou
- VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

Tendo em vista que os documentos pertencentes ao presente processo licitatório não se enquadram como sigilosos, informamos que as informações nele contidas não necessitam de classificação, e estarão disponíveis para consulta tão logo o processo seja publicado.

Bandeirantes, 07 de fevereiro de 2025.


 ALINE FIRMINO NEVES VASCONCELOS
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PROPOSTA FINANCEIRA

Conforme solicitação da **Prefeitura Municipal de Bandeirantes – Paraná**, a Adore Eventos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 12.377.872/0001-52, estabelecida à avenida José Leandro da Cruz, nº: 1.214, sala: 01, Qd. 122, Lt. 12, bairro Parque Amazonas, Município de Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.843-010, vem, através do presente instrumento, apresentar proposta financeira para a apresentação musical do cantor **Juliano Son**, com data prevista para 22 de novembro de 2025 – 22/11/2025 - na cidade de Bandeirantes, estado do Paraná, com duração de **90 minutos**.

PREÇO:

R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

O preço inclui: cachê; passagens de avião; traslados locais; hotel; alimentação e nota-fiscal;

Por conta do contratante: camarim; som; luz; palco e backline;

Cachê	R\$ 61.504,00
Imposto	R\$ 5.000,00
Transporte Passagens	R\$ 5.400,00
Traslados locais	R\$ 1.200,00
Hospedagem	R\$ 800,00
Alimentação	R\$ 720,00
Produção Executiva	R\$ 15.376,00
Total	R\$ 100.000,00

QUANTO A ESTRUTURA DO SHOW:

É de inteira responsabilidade do contratante os custos relativos a equipamentos de som, luz e estrutura do show, geradores, taxas de ECAD sendo que todo o equipamento do show e mapa de palco será estipulado pela contratada, a fim de garantir melhor qualidade do evento. Enviaremos o rider junto ao contrato.

QUANTO AO CAMARIM

É de inteira responsabilidade do contratante um camarim (conforme lista de camarim a ser enviada com antecedência) no local do evento com salgados, lanches, frutas e bebidas durante a passagem de som e a apresentação.

QUANTO A FORMA DE PAGAMENTO:

- Sinal de 50% em até 15 dias após a assinatura do contrato;
- Quitação e segunda parcela com o restante dos 50% do valor do contrato em até 15 dias de antecedência ao evento, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração a prestação de serviço.

(O pagamento será **desconsiderado** caso seja feito em **caixa eletrônico** ou seja feito através de **cheque administrativo**).

DADOS BANCÁRIOS:

Banco: SICOOB - 756
Agência: 5004
Conta Corrente: 1.073.909-2
Favorecido: Adore Eventos Ltda.
CNPJ: 12.377.872/0001-52

Proposta com validade de 60 dias.

Goiânia - GO, 06 de maio de 2025

ADORE EVENTOS LTDA:12377872000152 Digitally signed by ADORE EVENTOS
LTDA:12377872000152

ADORE EVENTOS LTDA

CNPJ: 12.377.872/0001-52

Lorena Assis Rezende Rodrigues McIntyre

Declaração Justificativa de Cachê

A **Adore Eventos LTDA.**, pessoa jurídica, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº: **12.377.872/0001-52**, com sede profissional à Avenida José Leandro da Cruz, nº 1.214, Sala 01, Qd. 122, Lt. 12, Bairro Parque Amazonas, Município de Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.843-010, vem, através de sua representante legal, Sra. **Lorena Assis Rezende Rodrigues McIntyre**, para fins de atendimento às justificativas do valor de cachê orçado junto à Administração Pública Municipal de Bandeirantes, no estado da Paraná, conforme o Inciso II do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, **DECLARAR**, de forma transparente e respeitosa, a necessidade de antecipação dos valores de cachê para atendimento ao show com o cantor **Juliano Son** no dia *22 de novembro de 2025 – 22/11/2025* – nesta cidade.

Para isso, destacamos que os custos que compõem essa prestação de serviços contém uma elevação aguda em razão da localização e do prazo. Isso interfere em toda a logística do evento. Em razão disso, há uma elevação sobremodo nos custos das passagens aéreas e dos deslocamentos da equipe, despesas de hospedagem, alimentação, traslados de origem e local, sem mencionar as variações de outros custos agregados. Para isso, precisamos da antecipação dos valores para custear todas essas despesas o quanto antes e manter a viabilidade do evento e o preço que foi passado à esta municipalidade. Assim, o valor do cachê ora praticado tem fundamento na variação de mercado em razão do prazo distante.

Ademais, trata-se de show em data especial, do mês de novembro, "dia do músico". Em razão disso, os custos de logística e a grande demanda por músicos free lancer aumentam significativamente os custos de um show artístico musical, especialmente nessa região do país.

Declara também, que o valor específico orçado para a contratação constante da proposta de preços apresentada a essa Municipalidade se refere a um show completo, com uma equipe composta por 06 (seis) pessoas, na modalidade "colocado".

Isso significa que todos os custos para que a prestação de serviços ocorra em sua plenitude estão inclusos, assim, despesas com Van para traslado municipal dos músicos e equipe técnica, carro executivo para o cantor, hospedagens, refeições, passagens de avião para o artista e os integrantes da equipe, pagamento dos caches dos músicos, equipe técnica, impostos etc, excetuando-se, é claro, os custos relativos à abastecimento de camarim, produção técnica de palco, som e luz.

Goiânia – GO, 02 de abril de 2025

ADORE EVENTOS LTDA

CNPJ: 12.377.872/0001-52

Lorena Assis Rezende Rodrigues McIntyre



JUSTIFICATIVA PARA PAGAMENTO ANTECIPADO

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, vem respeitosamente na presença de Vossa Excelência, apresentar justificativa sobre a possibilidade de verificar a contratação do Cantor Gospel "JULIANO SON", com a hipótese de pagamento antecipado no percentual de 50%, na assinatura do contrato e outros 50% 15 dias que antecede o show, previsão para apresentação artística em 23/11/2025, em comemoração ao dia Municipal da Marcha para Jesus de Bandeirantes lei municipal nº4.322/2023.

Cumprе destacar, que a referido artista possui notório reconhecimento em nível nacional, sendo um Cantor Gospel de grande conhecimento público e autenticidade no trabalho que realiza durante a prestação do serviço.

Ademais, compulsando os documentos do artista, percebe-se que as contratações são realizadas por meio de contratos que tenham a previsão de pagamento antecipado que antecede o show, inclusive contratações estas, realizadas com entes da administração pública municipal. Além disso, a própria empresa que representa o cantor Juliano Son, fez a proposta de serviço relatando sobre a prestação do serviço ocorrer por meio de pagamento antecipado em 50% na assinatura do contrato e 50% 15 dias que antecede o show, em decorrência de custos que são necessários para apresentação do artista como passagens aéreas do cantor e da equipe que sendo adquiridas com antecedência, contratação antecipada no deslocamento terrestre, reservas de hotel no município lembrado que estaremos em um período de festividades e varios eventos acontecendo no município isso tudo resulta em uma economia no custo operacional do artista assim proporcionado uma melhor proposta financeira para o município, além da certeza de estar tudo já contratado e reservado assim diminuindo o risco com atrasos e possiveis transtornos na realização do evento.

Sendo assim, denota-se nos contratos apresentados pela empresa representante do artista, que o cantor Juliano Son realiza apenas a prestação do serviço desde que haja o pagamento antecipado, observa-se também, que as notas fiscais apresentadas pela empresa são emitidas antes da realização dos eventos, quanto a modalidade de pagamento.

Observa-se ainda, que ao analisar detidamente a situação em concreto. não se trata de um privilégio concedido a uma empresa em detrimento de outras, uma vez que, a apresentação artística que se pretende contratar para o dia 23/11/2025, em comemoração ao Dia municipal da Marcha para Jesus, não haverá a apresentação de outros artistas, apenas uma única apresentação, o que, por si só, descaracteriza a configuração de uma concessão de qualquer privilégio.

Além disso, consubstancia ao fato do cantor Juliano Son, apenas realizar suas apresentações artísticas condicionadas ao pagamento antecipado.

"A Lei 14.133/2021, em regra, proíbe o pagamento antecipado em contratos administrativos. No entanto, há exceções permitidas desde que justifiquem a necessidade da antecipação e propiciem alguma economia para o erário público ou seja condição indispensável para a obtenção do bem ou prestação



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

323

do serviço." "A Lei 14.133/2021, que trata das licitações e contratos administrativos, estabelece que o pagamento antecipado é a exceção, e não a regra. "A Lei 14.133/2021 estabelece um regime mais rigoroso para o pagamento antecipado em contratos administrativos, exigindo justificativa e previsão no edital ou instrumento de contratação, reiterando o artigo 145, parágrafo 1º, da lei permite o pagamento antecipado em situações excepcionais, desde que sejam atendidos os requisitos estabelecidos na lei.

Diante das informações prestadas acima, conclui-se que a realização do pagamento ser de forma antecipada não causará nenhum dano ao erário, e sim trará uma economicidade para a administração pública. Sendo assim, submetemos a presente JUSTIFICATIVA a apreciação Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal.

Bandeirantes, 12 de maio de 2025.

ALINE FIRMINO NEVES VASCONCELOS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES****ESTADO DO PARANÁ****L E I nº 4.322/2023****Data:** 02 de junho de 2023

SÚMULA : Institui o Dia Municipal da Marcha para Jesus, no âmbito do Município de Bandeirantes e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Bandeirantes, o Dia Municipal da Marcha para Jesus, a ser comemorado, anualmente, no segundo domingo de novembro.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 02 de junho de 2023.


Jaelson Ramalho Matta
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Assessoria Jurídica

Decreto



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 3.758/2024

Súmula: Regulamenta o Calendário Oficial de Eventos Anuais do Município de Bandeirantes para 2025, e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal 9.093 de 12 de setembro de 1995 que instituiu os feriados nacionais;

Considerando, a Lei Municipal nº 4.023/2021, onde estão estabelecidos o Calendário Oficial de Eventos Anuais do Município de Bandeirantes-PR;

Jackson Ramalho Matta, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

o ano de 2025:

Art. 1º - Fica estabelecido como feriados Nacionais para

1º de janeiro	Confraternização Universal	Quarta-feira
18 de abril	Sexta-feira Santa	Sexta-feira
21 de abril	Tiradentes	Segunda
1º de maio	Dia do Trabalho	Quinta-feira
7 de setembro	Independência do Brasil	Domingo
12 de outubro	Dia de Nossa S. Aparecida	Domingo
02 de novembro	Finados	Domingo
15 de novembro	Proclamação da República	Sábado
20 de novembro	Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra	Quinta-feira
25 de dezembro	Natal	Quinta-feira

ano de 2025:

Art. 2º - Fica instituído como feriados Municipais para o

30 de maio	Corpo de Deus	Sexta-feira
1º de outubro	Dia de Santa Terezinha	Quarta-feira
14 de Novembro	Emancipação Política do Município de Bandeirantes	Sexta-feira

Rua Frei Rafael Proner 1457 – centro- CEP 86.360-000 – Tel.: (43) 3542-4525 -CNPJ 76.235.753/0001-48



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

08 de Dezembro	Dia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição	Segunda-feira
----------------	---	---------------

Art. 3º Fica instituído como meses de conscientização e Saúde Pública e suas respectivas cores representativas:

Janeiro branco	Conscientização da saúde mental
Fevereiro roxo e laranja	Roxo: Mês da conscientização do lúpus, da fibromialgia e do mal de Alzheimer; Laranja: conscientização sobre um dos tipos mais graves de câncer, a leucemia
Março colorido	Vários tipos de câncer como: câncer de intestino, colo de útero e ainda a endometriose
Abril verde e azul	Azul: para dar visibilidade ao transtorno do espectro autista (TEA); Verde: para falar da segurança no trabalho
Maio laranja	Combate ao abuso e à exploração sexual infantil
Junho vermelho	Mês da conscientização para doação de sangue
Julho amarelo	Conscientização sobre o câncer ósseo e também as hepatites virais
Agosto lilás e dourado	Dourado: conscientização do aleitamento materno; Lilás: conscientização pelo fim da violência contra a mulher
Setembro amarelo	Prevenção ao suicídio
Outubro rosa	Conscientização sobre o câncer de mama.
Novembro azul e laranja	Azul: prevenção e combate ao câncer de próstata; Laranja: eliminação da violência e feminicídio contra a mulher.
Dezembro vermelho	Prevenção contra a aids

Art. 4º Fica instituído festivais e eventos nos seguintes meses específicos para o ano de 2025:

Abril	Apresentação Teatral "Paixão de Cristo"
Maio	Show do Trabalhador
Junho	Festival de Fanfarras de Bandeirantes
Julho	Festa Julina Municipal
Agosto	50 anos do tiro de guerra
Setembro	Desfile Cívico - Festividades a São Miguel Arcanjo - IV Expoban - III Show da Padroeira
Outubro	Jogos Florais
Novembro	IV dia de campo orgânico, promovido pelo núcleo de estudos de

Rua Frei Rafael Pruner 1457 – centro- CEP 86.360-000 - Tel.: (43) 3542-4525 -CNPJ 76.235.753/0001-48



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

	agroecologia e territórios (NEAT) da universidade estadual do norte do paraná (UENP - Campus Luiz Meneghel) em parceria com o instituto de desenvolvimento rural do paraná (IAPAR-EMATER) II festival gospel de Bandeirantes- Show de aniversário de comemoração de 91 anos de bandeirantes- III roda de viola comemoração 91 anos de Bandeirantes = III "marcha para jesus" - III encontro de carros antigos - Caravana da Família Dacalda - In�cio do natal
Dezembro	Cantatas natalinas Concurso de decoração natalinos Show da virada

comemoração:

Art. 5  - Fica Instituído como ponto facultativo a seguinte

2025);

I - Dia de São Miguel Arcanjo (29 de Setembro de

de 2025);

II - Dia do Servidor Público Municipal (28 de outubro

Art. 6  - Fica Instituídas semanas de festividades:

I - Os festejos carnavalescos (03 e 04 de março de 2025);

setembro de 2025);

II - As festividades da Semana da Pátria (01 a 07 de

dezembro de 2025);

III - As festas de Natal e Fim-de-Ano (24 a 31 de

Art. 7  Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Ed f cio da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 17 de dezembro de 2024.

Jackson Ramalho Matta
Prefeito Municipal

Rua Frei Rafael Pruner 1457 - centro- CEP 86.360-000 - Tel.: (43) 3542-4525 -CNPJ 76.235.753/0001-48



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA



328

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I – INFORMAÇÕES GERAIS:

1. Processo Administrativo:
2. Setor Requisitante: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Setor Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.	Aline Firmino Neves Vasconcelos

II – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Município de Bandeirantes, necessita fazer a contratação de Cantor Gospel para realização de Show no evento “DIA MUNICIPAL DA MARCHA PARA JESUS” que será realizado ao ar livre no parque do povo para toda comunidade de nosso município e região, o evento será realizado no dia 22 de novembro 2025, terá apresentação de Show com 01:30hr de duração sem custo para comunidade.

III- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos de contratação, critérios técnicos e de qualidade da empresa será em lote para execução Show com duração de 01:30hr que deve seguir as descrições abaixo citadas:

1. Executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no pedido;
2. Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão de obra habilitada, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica, encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o projeto;
3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir e substituir, às suas exclusivas expensas e responsabilidade, no todo ou em parte, o objeto contratado, se forem verificados vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos mesmos ou resultantes da qualidade dos materiais empregados, no prazo máximo de até 4 (quatro) horas contados a partir do recebimento da comunicação da Contratante;
4. Os serviços deverão ser executados dentro das especificações exigidas neste instrumento, e o fiscal do contrato e/ou Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte fará eventuais diligências para verificar a qualidade da prestação do serviço. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as

especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, será aplicada à Contratada sanções previstas no edital e na legislação vigente;

5. A manutenção/reposição do serviço deverá ser feita no prazo de 4 (quatro) horas, quando determinada pela Contratante. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte comunicará a contratada, via e-mail ou telefone, a necessidade de serviços corretivos durante o período de realização do evento para que a mesma preste os serviços de correção;

6. Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à administração e/ou a terceiros, na execução do objeto da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade;

7. O local de execução dos serviços deverá estar devidamente sinalizado, levando em consideração as normas vigentes e as determinações da Contratante, inclusive no que diz respeito à segurança, isolamento da área e proteção de terceiros;

8. Custos relativos a deslocamentos com transporte dos artistas e equipe, alimentação durante a viagem e hospedagem correrão por conta da Contratada, bem como o transporte dos instrumentos dos músicos e de funcionários e demais custos, que também serão de responsabilidade da mesma, não cabendo nenhum ônus à Contratante;

8.1. É de responsabilidade do contratante (Município) a produção do evento, fornecimento de palco, camarim, sonorização, iluminação, Rider técnico, geradores, alimentação no camarim.”

9. Os funcionários deverão estar devidamente uniformizados e identificados durante o período de execução dos serviços;

10. Fornecer gratuitamente aos seus funcionários todos os equipamentos de proteção individuais e coletivos (EPI's e EPC's) necessários à segurança dos mesmos, conforme recomenda as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;

11. A Contratada deverá substituir, no prazo máximo de 4 (quatro) horas, sem ônus para a Contratante, qualquer equipamento que esteja em manutenção ou por qualquer outro motivo não se encontre em condições para a execução dos serviços;

12. Responder pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da prestação dos serviços, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias, enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente neste Termo;

13. Comunicar expressamente à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a quem competirá deliberar a respeito, situações anômalas durante a execução do objeto;

14. Prestar à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, sempre que necessário ou por esta solicitado, esclarecimentos e informações acerca dos serviços a serem executados e materiais a serem

empregados, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos mesmos;

15. Manter um responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com a fiscalização sobre assuntos relacionados à prestação do serviço, atendendo prontamente às determinações da fiscalização, provendo as facilidades para o pleno desempenho de suas atribuições;

16. Comunicar expressamente a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte quando do término dos serviços;

17. Apresentar soluções estruturais para sustentação e estabilidade dos elementos instalados em ambientes interno e externo, considerando o dimensionamento das estruturas de forma a atender a sua função, sem entrar em colapso, deformar ou vibrar excessivamente;

18. Após a montagem e desmontagem das estruturas o local deverá ser entregue totalmente limpo, livre de entulhos, em condições iguais às encontradas quando do início dos serviços, como pisos; solo e forrações vegetais (grama) devidamente recuperados e em condições iguais as recebidas;

19. A Contratada será responsável por quaisquer danos, perdas ou avarias a que der causa, por si e/ou por seus empregados, em instalações, informações e/ou pertences à administração ou de terceiros, seja por imprudência, negligência ou imperícia, respondendo pelo ressarcimento dos prejuízos apurados.

IV - RAZÕES DA ESCOLHA E CONSAGRAÇÃO

1. Por se tratar de contratação direta de profissionais do setor artístico para apresentação em evento pretendido Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Bandeirantes-Pr. Conforme documentação apresentada, dentro dos parâmetros da Lei 14.133/2021, foi possível verificar que o cantor “Juliano Son” já realizou apresentações em vários municípios em diversas regiões do país e no exterior, com essas informações podemos confirmar que essa contratação se trata de um artista consagrado.

2. ARTISTA CONSAGRADOS

Aqui, não se pode deixar de destacar, estamos diante da contratação de artistas do meio musical, cuja justificativa por sua escolha decorre de aspectos subjetivos, sobretudo do gosto popular.

Assim, o cantor gospel “Juliano Son”, é conhecido na comunidade cristã e reconhecido por seu talento musical em realizar eventos gospel, possuindo larga experiência na condução de shows artísticos privados e públicos, agradando todo o público.

O preço praticado pelo cantor acima citado está dentro dos parâmetros de receita estimados para a Administração Municipal, além disso acompanham a média dos preços praticados no mercado.

3. A escolha deste cantor, sob análise do Departamento de Cultura e Conselho dos Pastores do

Município de Bandeirantes, foi realizada uma reunião onde foram sugerido vários nomes de artistas como os cantores FERNANDINHO, ISADORA POMPEO, CASSIANA, GABRIELA ROCHA, REGIS DANESE, JULIANO SON, DAMARES, FERNANDA BRUM na qual foi realizado pesquisa sobre valores e agenda disponíveis e dentre esses nomes sugeridos o que encaixava próximo valor estabelecido para contratação e teria agenda disponível para a data da realização do evento era o Cantor JULIANO SON, artista que decorre da sua consagração perante, principalmente, a opinião pública e seu currículo artístico no qual realiza show por todo país e exterior - O artista é conhecido por tocar canções gospel que agradam o público, sendo composta por músicos de excelente qualidade técnica.

4. A qualidade dos serviços prestados pelo artista "Juliano Son" além de ser reconhecida pelo mercado já foi testada e aprovada em outros eventos similares ao que será realizado em nosso município.

5. O Show terá duração mínima de 01:30 horas, com repertório gospel.

6. Diante de todo o material artístico colecionado, podemos afirmar que o Show Gospel com cantor Juliano Son, possui notoriedade, e preenchem todas as hipóteses para enquadramento na hipótese de inexigibilidade.

7. O valor para da proposta apresentada do referido cantor Banda para a realização de show artístico está dentro dos preços praticados no mercado de acordo com as Notas Fiscais encaminhada em anexo pelo representante de cantor "Juliano Son":

V Garantia da contratação

1. Multa Contratual de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, que será aplicada na hipótese de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem prejuízo de outras penalidades previsto pela Lei de licitações e suas alterações subsequentes e demais legislações pertinentes a matéria.

2. Se, no término do prazo contratual os serviços não estiverem sido fornecidos, será aplicada à CONTRATADA por dia de atraso, a multa de R\$ 15,00 (Quinze reais). Para o cálculo dos dias de atraso serão considerados os abonos homologados.

3. A CONTRATADA, indenizará a CONTRATANTE por todos os prejuízos que esta vier a sofrer em decorrência da rescisão por inadimplemento de suas obrigações contratuais.

4. A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

5. É de responsabilidade da contratante arcar com as custas da taxa do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD, regido pela Lei Federal 9.610/98 a mesma deverá apresentar esse pagamento antes da execução de serviço.

VI – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foi realizado um levantamento de mercado para saber quais são as empresas existentes e que poderiam atender aos requisitos estabelecidos nesse estudo, de modo a alcançar a economicidade, eficácia, eficiência, sustentabilidade e atender à necessidade da contratação, sendo a empresa ADORES EVENTOS LTDA CNPJ 12.377.872/0001-52.

VII - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

1. JUSTIFICATIVA PARA PAGAMENTO ANTECIPADO

Justificativa sobre Contratação do Cantor Gospel “JULIANO SON”, com a hipótese de pagamento antecipado no percentual de 50%, na assinatura do contrato e outros 50% 15 dias que antecede o show, previsão para apresentação artística em 23/11/2025, em comemoração ao dia Municipal da Marcha para Jesus de Bandeirantes prevista na “lei municipal nº4.322/2023”.

Cumprir destacar, que o referido artista possui notório reconhecimento em nível nacional, sendo um Cantor Gospel de grande conhecimento público e autenticidade no trabalho que realiza durante a prestação do serviço em todo país e no exterior.

Ademais, compulsando os documentos do artista, percebe-se que as contratações são realizadas por meio de contratos que tenham a previsão de pagamento antecipado que antecede o show, inclusive contratações estas, realizadas com entes da administração pública municipal. Além disso, a própria empresa que representa o cantor Juliano Son, fez a proposta de serviço relatando sobre a prestação do serviço ocorrer por meio de pagamento antecipado em 50% na assinatura do contrato e 50% 15 dias que antecede o show, em decorrência de custos que são necessários para apresentação do artista como passagens aéreas do cantor e da equipe que sendo adquiridas com antecedência, contratação antecipada no deslocamento terrestre, reservas de hotel no município lembrado que estaremos em um período de festividades e vários eventos acontecendo no município isso tudo resulta em uma economia no custo operacional do artista assim proporcionando uma melhor proposta financeira para o município, além da certeza de estar tudo já contratado com antecedência, assim diminuindo o risco com atrasos e possíveis transtornos na realização do evento.

Sendo assim, denota-se nos contratos apresentados pela empresa representante do artista, que o cantor Juliano Son realiza apenas a prestação do serviço desde que haja o pagamento antecipado, observa-se também, que as notas fiscais apresentadas pela empresa são emitidas antes da realização dos eventos, quanto a modalidade de pagamento.

Observa-se ainda, que ao analisar detidamente a situação em concreto. não se trata de um privilégio concedido a uma empresa em detrimento de outras, uma vez que, a apresentação artística que se pretende contratar para o dia 23/11/2025, em comemoração ao Dia municipal da Marcha para

Jesus, não haverá a apresentação de outros artistas, apenas uma única apresentação, o que, por si só, descaracteriza a configuração de uma concessão de qualquer privilégio.

Além disso, consubstancia ao fato do cantor Juliano Son, apenas realizar suas apresentações artísticas condicionadas ao pagamento antecipado.

“A Lei 14.133/2021, em regra, proíbe o pagamento antecipado em contratos administrativos. No entanto, há exceções permitidas desde que justifiquem a necessidade da antecipação e propiciem alguma economia para o erário público ou seja condição indispensável para a obtenção do bem ou prestação do serviço.” “A Lei 14.133/2021, que trata das licitações e contratos administrativos, estabelece que o pagamento antecipado é a exceção, e não a regra. “A Lei 14.133/2021 estabelece um regime mais rigoroso para o pagamento antecipado em contratos administrativos, exigindo justificativa e previsão no edital ou instrumento de contratação, reiterando o artigo 145, parágrafo 1º, da lei permite o pagamento antecipado em situações excepcionais, desde que sejam atendidos os requisitos estabelecidos na lei.

Diante das informações prestadas acima, conclui-se que a realização do pagamento ser de forma antecipada não causará nenhum dano ao erário, e sim trará uma economicidade para a administração pública.

Recebimento da prestação de serviço

2. O recebimento do Cantor Gospel Juliano Son será primeira parcela: 50% do Valor total do contrato 15 dias após a assinatura do mesmo e segunda parcela: 50% do valor do contrato 15 dias de antecedência ao evento, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração a prestação de serviço.

3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 160 do Decreto Municipal nº 3.537, de 09 de maio de 2023, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 31 de dezembro de 2025.

4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da prestação de serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, conforme a legislação aplicável.

7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 160 do Decreto Municipal nº 3735, de 09 de maio de 2023.

8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do

contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

16. O pagamento será efetuado no prazo de 15 (quinze) dias que antecede o serviço a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme o art. 35, parágrafo único do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.

17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

21. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de Pagamento

23. A presente contratação permite a antecipação de pagamento parcial ou total, conforme previsto em contrato.

24. O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo, correspondente ao valor total da antecipação de pagamento.

25. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução da prestação de serviço.
26. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.
27. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias uteis.
28. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

VIII - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Segue abaixo o quantitativo do serviço que deverá ser realizado.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
1	SHOW ARTÍSTICO COM CANTOR GOSPEL JULIANO SON APRESENTAÇÃO COM DURAÇÃO DE 01h30min. SERÁ REALIZADO NO DIA 22 NOVEMBRO DE 2025.	1

IX – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total R\$ 100.000,00 (Cem mil reais). Conforme estimado na tabela abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SHOW ARTÍSTICO COM CANTOR GOSPEL JULIANO SON APRESENTAÇÃO COM DURAÇÃO DE 01h30min. SERÁ REALIZADO NO DIA 22 NOVEMBRO DE 2025.	UND	1	R\$ 100.000,00	R\$100.000,00

X – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é a contratação de empresa especializada na prestação do serviço de apresentação de Show para o evento denominado “DIA MUNICIPAL DA MARCHA PARA JESUS” com duração de 01:30hr, conforme as seguintes especificações descritas nesse termo.

XI - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação será em lote único, controle e fiscalização dos serviços de acordo com o descritivo do serviço.

XII – RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a aquisição deste serviço, esperamos atender a toda comunidade do município com a realização da 3ª edição deste evento com grandes públicos, além de estimular as atividades relacionadas ao Turismo Religioso e Cultural local. O evento “Marcha para Jesus” é um evento religioso que tem por finalidade de reunir os fiéis para uma marcha para Jesus com a finalidade de demonstrar toda sua crença e devoção, onde atenderá uma grande parte da comunidade que terá a oportunidade de passar momento de lazer, cultural, adoração e socialização, será um evento importante e simbólico para comunidade evangélica de nosso município.

Realizar este Evento para a comunidade é uma maneira da Prefeitura de Bandeirantes fortalecer a os laços de harmonia, respeito e civismo ativamente do cotidiano da comunidade. Através dessa ação pretende-se incentivar a interação da comunidade com o município, tornando a cidade mais acolhedora e humanizada, favorecer a convivência social, valorizar as tradições e a cultura e, ainda, fortalecer a atividade turística, oferecendo mais atrativos aos visitantes. Nesse sentido, realizar o Show no evento Marcha para Jesus será um momento de adoração e agradecimento de fé, tem como objetivo, ser um ponto de encontro para famílias, amigos e crianças, despertando nas pessoas os sentimentos de fraternidade, união, amor e solidariedade.

XIII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há a necessidade de contratações/aquisições correlatas ao objeto ora debatido.

XIV = POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Em regra, não se vislumbra impactos ambientais decorrentes da contratação, tendo em vista que o serviço que será adquirido de empresas licenciadas para a este tipo de serviço.

XV – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constante neste Estudo Técnico Preliminar e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

Bandeirantes, 12 de maio de 2.025.



Aline Firmigo Neves Vasconcelos
Secretaria Municipal de Educação e Cultura



TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. _____/2025.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA SHOWS GOSPEL ARTÍSTICOS, CANTOR “JULIANO SON”, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

1.1.1. RAZÕES DA ESCOLHA E CONSAGRAÇÃO

1.1.2. Por se tratar de contratação direta de profissionais do setor artístico para apresentação em evento pretendido Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Bandeirantes-Pr. Conforme documentação apresentada, dentro dos parâmetros da Lei 14.133/2021, foi possível verificar que o cantor “Juliano Son” já realizou apresentações em vários municípios em diversas regiões do país e no exterior, com essas informações podemos confirmar que essa contratação se trata de um artista consagrado.

1.1.3. ARTISTA CONSAGRADOS

Aqui, não se pode deixar de destacar, estamos diante da contratação de artistas do meio musical, cuja justificativa por sua escolha decorre de aspectos subjetivos, sobretudo do gosto popular.

Assim, o cantor gospel “Juliano Son”, é conhecido na comunidade cristã e reconhecido por seu talento musical em realizar eventos gospel, possuindo larga experiência na condução de shows artísticos privados e públicos, agradando todo o público.

O preço praticado pelo cantor acima citado está dentro dos parâmetros de receita estimados para a Administração Municipal, além disso acompanham a média dos preços praticados no mercado.

1.1.4. A escolha deste cantor, sob análise do Departamento de Cultura e Conselho dos Pastores do Município de Bandeirantes, foi realizada uma reunião onde foram sugerido vários nomes de artistas como os cantores FERNANDINHO, ISADORA POMPEO, CASSIANA, GABRIELA ROCHA, REGIS DANESE, JULIANO SON, DAMARES, FERNANDA BRUM na qual foi realizado pesquisa sobre valores e agenda disponíveis e dentre esses nomes sugeridos o que encaixava próximo valor estabelecido para contratação e teria agenda disponível para a data da realização do evento era o Cantor JULIANO SON, artista que decorre da sua consagração perante, principalmente, a opinião pública e seu currículo artístico no qual realiza show por todo país e exterior - O artista é conhecido por tocar canções gospel que agradam o público, sendo composta por músicos de excelente qualidade técnica.

1.1.5. A qualidade dos serviços prestados pelo artista “Juliano Son” além de ser reconhecida pelo mercado



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

já foi testada e aprovada em outros eventos similares ao que será realizado em nosso município.

1.1.6. O Show terá duração mínima de 01:30 horas, com repertório gospel.

1.1.7. Diante de todo o material artístico colecionado, podemos afirmar que o Show Gospel com cantor Juliano Son, possui notoriedade, e preenchem todas as hipóteses para enquadramento na hipótese de inexigibilidade.

1.1.8. O valor para da proposta apresentada do referido cantor para a realização de show artístico está dentro dos preços praticados no mercado de acordo com as Notas Fiscais encaminhada em anexo pelo representante de cantor "Juliano Son":

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTID ADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SHOW ARTÍSTICO COM CANTOR GOSPEL JULIANO SON APRESENTAÇÃO COM DURAÇÃO DE 01h30min. SERÁ REALIZADO NO DIA 22 NOVEMBRO DE 2025.	12610	UN	01	RS100.000,00	RS100.000,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme artigo 384 e seguintes do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.

1.3. A prestação de serviço desta contratação é caracterizada como comum, conforme justificativa abaixo;

A Secretaria de Educação e Cultura está viabilizando a realização de Show com cantor Gospel "JULIANO SON" para o evento "MARCHA PARA JESUS" que será realizado no dia 22 de novembro 2025 no parque do povo.

Este evento sem sombra de dúvidas, o maior evento gospel do mundo! Estima-se que ela ocorra em mais de 200 países e em uma das suas mais recentes edições no Brasil levaram 3 milhões de pessoas às ruas para louvar, reconhecer e consagrar o Senhor dos Exércitos – JESUS - : o evento supracitado, ano após ano, só faz crescer por agrupar cada vez mais denominações evangélicas nacionais internacionais e outros destinos no mundo.

No Brasil, a MARCHA PARA JESUS iniciou com a organização da Igreja Renascer em Cristo, recebendo hoje ajuda de outras denominações evangélicas, reunindo multidão número este que só tem feito crescer entre outros motivos, porque o Brasil já conta com mais de 60 milhões de evangélicos segundo o IBGE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

A MARCHA PARA JESUS faz parte do calendário oficial do Brasil desde setembro de 2009, quando a Lei Federal nº 12.025 foi sancionada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Razão que por si só já demonstra a relevância social, cultural, econômica, turística e financeira do referido evento Cristão em todo país.

Foi recentemente criada no **Município a Lei 4322/2023** que diz no seu “Art 1º - Fica instituído no âmbito do município de Bandeirantes, o Dia Municipal da Marcha para Jesus, e ser comemorado anualmente.”

Esses eventos serão realizados abertos a toda a população, terá entretenimento e lazer para toda família bandeirantense. Importante ressaltar que esse tipo de evento estimula e fortalece a Cultura além de movimentar toda a economia local e gera empregos temporários.

1.4. O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2025 contados da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 404 do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023. |

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- i) ID PCA no PNCP: está contemplado
- ii) Data de publicação no PNCP: 20 de dezembro de 2024 – Diário Oficial Eletrônico – nº 951.
- iii) Id do item no PCA: está contemplado (Página 58)
- iv) Classe/Grupo: está contemplado
- v) Identificador da Futura Contratação: está contemplado
- vi)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Sustentabilidade:

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- a) CONTRATADA deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:
- b) Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;
- c) Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função “duplex” (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.
- d) Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- e) Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.
- f) Evitar excessos de embalagens durante o transporte, visando reduzir a geração de resíduos.
- g) Consumo de energia – utilizar equipamentos com baixo consumo de energia
- h) Responsabilidade social – avaliar a contribuição da empresa para a comunidade local, como a promoção de empregos e a geração de renda.
- i) Transporte sustentável – incentivar o uso transporte único para cantor e equipe assim reduzindo a emissão de poluentes.

3.2. Os requisitos de contratação, critérios técnicos e de qualidade da empresa será em lote para execução Show com duração de 01h:30min que deve seguir as descrições abaixo citadas:

3.2.1. Executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no pedido;

3.2.3. Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão de obra habilitada, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica, encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o projeto;

3.2.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir e substituir, às suas exclusivas expensas e responsabilidade, no todo ou em parte, o objeto contratado, se forem verificados vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos mesmos ou resultantes da qualidade dos materiais empregados, no prazo máximo de até 2 (duas) horas contados a partir do recebimento da comunicação da Contratante;

3.2.5. Os serviços deverão ser executados dentro das especificações exigidas neste instrumento, e o fiscal do contrato e/ou Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte fará eventuais diligências para verificar a qualidade da prestação do serviço. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, será aplicada à Contratada sanções previstas no edital e na legislação vigente;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

3.2.6. A manutenção/reposição do serviço deverá ser feita no prazo de 2 (duas) horas, quando determinada pela Contratante. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte comunicará a contratada, via e-mail ou telefone, a necessidade de serviços corretivos durante o período de realização do evento para que a mesma preste os serviços de correção;

3.2.7. Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à administração e/ou a terceiros, na execução do objeto da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade;

3.2.8. O local de execução dos serviços deverá estar devidamente sinalizado, levando em consideração as normas vigentes e as determinações da Contratante, inclusive no que diz respeito à segurança, isolamento da área e proteção de terceiros;

3.2.9. Custos relativos hospedagem, alimentação, passagens aéreas, transporte e traslado com vans na cidade durante o evento, correrão por conta da contratada, bem como o transporte de instrumentos dos músicos e equipamentos dos funcionários, a manutenção dos equipamentos e demais custos, que também serão de responsabilidade da mesma, não cabendo nenhum ônus à Contratante;

3.2.10. É de responsabilidade do contratante (Município) a produção do evento, fornecimento de palco, camarim, sonorização, iluminação, Rider técnico, geradores, alimentação no camarim.

3.2.11. É de responsabilidade da contratante (município) de arcar com as custas da taxa do escritório de Central de Arrecadação e Distribuição -ECAD, regido pela lei federal 9.610/98.

3.2.12. Os funcionários deverão estar devidamente uniformizados e identificados durante o período de execução dos serviços;

3.2.13. Fornecer gratuitamente aos seus funcionários todos os equipamentos de proteção individuais e coletivos (EPI's e EPC's) necessários à segurança dos mesmos, conforme recomenda as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;

3.2.14. Responder pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da prestação dos serviços, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias, enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente neste Termo;

3.2.15. Comunicar expressamente à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a quem competirá deliberar a respeito, situações anômalas durante a execução do objeto;

3.2.16. Prestar à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, sempre que necessário ou por esta solicitado, esclarecimentos e informações acerca dos serviços a serem executados e materiais a serem



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

empregados, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos mesmos;

3.2.17. Manter um responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com a fiscalização sobre assuntos relacionados à prestação do serviço, atendendo prontamente às determinações da fiscalização, provendo as facilidades para o pleno desempenho de suas atribuições;

3.2.18. Comunicar expressamente a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte quando do término dos serviços;

3.2.19. A Contratada será responsável por quaisquer danos, perdas ou avarias a que der causa, por si e/ou por seus empregados, em instalações, informações e/ou pertences à administração ou de terceiros, seja por imprudência, negligência ou imperícia, respondendo pelo ressarcimento dos prejuízos apurados.

3.2 Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.3 Garantia da contratação

3.3.1 Multa Contratual de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, que será aplicada na hipótese de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem prejuízo de outras penalidades previsto pela Lei de licitações e suas alterações subsequentes e demais legislações pertinentes a matéria.

3.3.2 Se, no término do prazo contratual os serviços não estiverem sido fornecidos, será aplicada à CONTRATADA por dia de atraso, a multa de R\$ 15,00 (Quinze reais). Para o cálculo dos dias de atraso serão considerados os abonos homologados.

3.3.3 - A CONTRATADA, indenizará a CONTRATANTE por todos os prejuízos que esta vier a sofrer em decorrência da rescisão por inadimplemento de suas obrigações contratuais.

3.3.4 - A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

4.1. O prazo da prestação de serviço vai ser entregue até 31/12/2025 contados da assinatura do contrato.

4.2. Caso não seja possível a prestação de serviço na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (15) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.3. A prestação do serviço deverá ser realizada no endereço [a ser indicado pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Bandeirantes conforme dias e horários repassados juntamente com a nota de empenho, podendo, podendo ocorrer variações.]]

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas do Decreto nº. 3.537, de 09 de maio de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Decreto nº. 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 163).

5.4. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023);

5.4.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 11, §1º);

5.4.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12, II);



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

5.4.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

5.4.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

5.4.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12, §7º).

6.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.2. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.2.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.2.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

6.2.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.2.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 201 do Decreto nº. 3.537, de 09 de maio de 2023, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 10).

6.3. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.4. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 10).

6.5. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. JUSTIFICATIVA PARA PAGAMENTO ANTECIPADO

Justificativa sobre Contratação do Cantor Gospel “JULIANO SON”, com a hipótese de pagamento antecipado no percentual de 50%, na assinatura do contrato e outros 50% 15 dias que antecede o show, previsão para apresentação artística em 23/11/2025, em comemoração ao dia Municipal da Marcha para Jesus de Bandeirantes prevista na “lei municipal nº4.322/2023”.

Cumprir destacar, que o referido artista possui notório reconhecimento em nível nacional, sendo um Cantor Gospel de grande conhecimento público e autenticidade no trabalho que realiza durante a prestação do serviço em todo país e no exterior.

Ademais, compulsando os documentos do artista, percebe-se que as contratações são realizadas por meio de contratos que tenham a previsão de pagamento antecipado que antecede o show, inclusive contratações estas, realizadas com entes da administração pública municipal. Além disso, a própria empresa que representa o cantor Juliano Son, fez a proposta de serviço relatando sobre a prestação do serviço ocorrer por meio de pagamento antecipado em 50% na assinatura do contrato e 50% 15 dias que antecede o show, em decorrência de custos que são necessários para apresentação do artista como



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

passagens aéreas do cantor e da equipe que sendo adquiridas com antecedência, contratação antecipada no deslocamento terrestre, reservas de hotel no município lembrado que estaremos em um período de festividades e vários eventos acontecendo no município isso tudo resulta em uma economia no custo operacional do artista assim proporcionando uma melhor proposta financeira para o município, além da certeza de estar tudo já contratado com antecedência, assim diminuindo o risco com atrasos e possíveis transtornos na realização do evento.

Sendo assim, denota-se nos contratos apresentados pela empresa representante do artista, que o cantor Juliano Son realiza apenas a prestação do serviço desde que haja o pagamento antecipado, observa-se também, que as notas fiscais apresentadas pela empresa são emitidas antes da realização dos eventos, quanto a modalidade de pagamento.

Observa-se ainda, que ao analisar detidamente a situação em concreto. não se trata de um privilégio concedido a uma empresa em detrimento de outras, uma vez que, a apresentação artística que se pretende contratar para o dia 23/11/2025, em comemoração ao Dia municipal da Marcha para Jesus, não haverá a apresentação de outros artistas, apenas uma única apresentação, o que, por si só, descaracteriza a configuração de uma concessão de qualquer privilégio.

Além disso, consubstancia ao fato do cantor Juliano Son, apenas realizar suas apresentações artísticas condicionadas ao pagamento antecipado.

“A Lei 14.133/2021, em regra, proíbe o pagamento antecipado em contratos administrativos. No entanto, há exceções permitidas desde que justifiquem a necessidade da antecipação e propiciem alguma economia para o erário público ou seja condição indispensável para a obtenção do bem ou prestação do serviço.” “A Lei 14.133/2021, que trata das licitações e contratos administrativos, estabelece que o pagamento antecipado é a exceção, e não a regra. “A Lei 14.133/2021 estabelece um regime mais rigoroso para o pagamento antecipado em contratos administrativos, exigindo justificativa e previsão no edital ou instrumento de contratação, reiterando o artigo 145, parágrafo 1º, da lei permite o pagamento antecipado em situações excepcionais, desde que sejam atendidos os requisitos estabelecidos na lei.

Diante das informações prestadas acima, conclui-se que a realização do pagamento ser de forma antecipada não causará nenhum dano ao erário, e sim trará uma economicidade para a administração pública.

Recebimento da prestação de serviço

7.2. O recebimento do Cantor Gospel Juliano Son será primeira parcela: 50% do Valor total do contrato 15 dias após a assinatura do mesmo e segunda parcela: 50% do valor do contrato 15 dias de antecedência ao evento, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração a prestação de serviço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

7.3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 160 do Decreto Municipal nº 3.537, de 09 de maio de 2023, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 31 de dezembro de 2025.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da prestação de serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, conforme a legislação aplicável.

7.7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 160 do Decreto Municipal nº 3735, de 09 de maio de 2023.

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.16. O pagamento será efetuado no prazo de 15 (quinze) dias que antecede o serviço a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme o art. 35, parágrafo único do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.

7.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

[Antecipação de pagamento]

7.23. A presente contratação permite a antecipação de pagamento parcial ou total, conforme previsto em contrato.

7.24. O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo, correspondente ao valor total da antecipação de pagamento.

7.25. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução da prestação de serviço.

7.26. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.

7.27. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias uteis.

7.28. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.]

[Cessão de crédito]

7.29. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na legislação aplicável, conforme as regras deste presente tópico.

7.30.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

7.31. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.32. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.33. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.34. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado. |

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1. O fornecedor será contratado por meio de inexigibilidade em licitação. |

8.2. Cumprindo os requisitos do art. 74, II e §2º da Lei 14.133/2021,”

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; [MM42]

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme a legislação aplicável.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [*Municipal*] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda [*Estadual*] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.18. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.19. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo total da contratação é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

9.2. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.2. A Contratação será atendida pela Seguinte Dotação-Fonte: 0158-0104

I)	Gestão/Unidade:	3.004	Sec. de Educação e Cultura/Direção das Escolas Municipais
II)	Fonte de Recursos:	0104	Demais Impostos Vinculados a Educação Básica
III)	Programa de Trabalho:	4000	Difusão Cultural
IV)	Elemento da Despesa:	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ
V)	Plano Interno:	2.020	Difusão Cultural



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.2. A Contratação será atendida pela Seguinte Dotação-Fonte: 087-0103

I)	Gestão/Unidade:	3.002	Sec. de Educação e Cultura/Departamento de Ensino Pedagógico
II)	Fonte de Recursos:	0103	5% sobre Transferências Constitucionais
III)	Programa de Trabalho:	1219	Manutenção da Educação Transferência Constitucional
IV)	Elemento da Despesa:	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ
V)	Plano Interno:	6.032	Manutenção da Educação Transferência Constitucional

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.2. A Contratação será atendida pela Seguinte Dotação-Fonte: 0114-0104

I)	Gestão/Unidade:	3.002	Sec. de Educação e Cultura/Departamento de Ensino Pedagógico
II)	Fonte de Recursos:	0104	Demais Impostos Vinculados a Educação Básica
III)	Programa de Trabalho:	1219	Manutenção da Educação Impostos Vinc. Educação
IV)	Elemento da Despesa:	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ
V)	Plano Interno:	6.033	Manutenção da Educação Impostos Vinc. Educação

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Bandeirantes 12 de maio de 2025.


Aline Firmino Neves Vasconcelos
Secretaria Municipal de Educação
Cultura e Esportes
Portaria nº 14.820/2025 - 07/10/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DA DIVISÃO DE ORÇAMENTO E PESQUISA DE PREÇOS.

Ilmo. Sr.

Wesley Rodrigo Ramos Pires

Diretor da Divisão de Licitação

ASSUNTO: Apontamentos Parecer Jurídico Nº 1600/2025

Em resposta ao Parecer Jurídico nº 1600/2025, segue abaixo considerações referente ao ponto elencado:

Nos termos do artigo 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para a contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

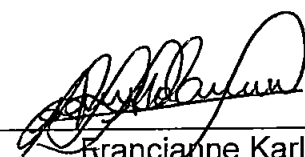
A inexigibilidade de licitação justifica-se ainda pela inviabilidade de competição entre artistas com identidade artística e estilo próprios, sendo inviável a substituição por outro de características distintas sem comprometer a proposta cultural do evento. A escolha do artista visa atender às diretrizes do projeto cultural, promovendo a valorização da arte e o acesso à cultura pela população.

O valor orçado para a apresentação conforme proposta apresentada pelo empresário exclusivo, compatível com os valores praticados no mercado para artistas de mesma notoriedade, o que pode ser verificado por meio de pesquisas de preços e apresentações similares realizadas em outros municípios.

Após nova análise por essa Divisão manifesto que o orçamento apontando pelo Setor Jurídico já foi corrigido e está dentro do prazo de validade sendo assim possível dar continuidade no processo em questão.

Atenciosamente,

Bandeirantes, 27 de maio de 2025



Francianne Karlla Assolari da Silva
Chefe da Divisão de Orçamento e Pesquisa de Preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 53/2025-PMB

Bandeirantes/PR, 27 de maio de 2025.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – N.º 09/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO PESSOA JURIDICA PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW COM CANTOR GOSPEL “JULIANO SON” PARA O EVENTO “MARCHA PARA JESUS” QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 22 DE NOVEMBRO 2025 NO PARQUE DO POVO.

Ao Ilmo. Prefeito Municipal,

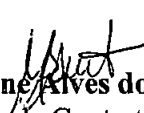
Os Agentes de Contratação reunidos, analisando o presente procedimento quanto ao preenchimento das formalidades legais, após a emissão do Parecer Jurídico nº1600/2025 com apontamentos, e posterior resposta apresentada pela Secretaria de Educação e Cultura, por meio do Ofício nº 167/2025 e anexos. Os Agentes de Contratação impulsionarão o trâmite da Inexigibilidade de Licitação quanto ao objeto do presente, na hipótese da fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 74 da Lei 14.133/21 e do art. 148 do Decreto Municipal n.º 3.537/2023, somente após análise feita pelo prefeito municipal, enquanto autoridade competente, deliberando sobre seu prosseguimento ou não.

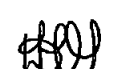
Destaca-se que, o impulsionamento do trâmite, fica restrita às funções atribuídas pela lei aos Agentes de Contratação e Equipe de Apoio, bem como prevê o regulamento no Decreto Federal n.º11.246/2022, quais sejam: *receber, examinar e julgar, com relação a validade, todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação*. Estando por tanto, excluídos os pontos jurídicos, e quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários, sendo que, em relação a estes, partiremos da premissa de que, considerando o parecer jurídico, o Gestor e Autoridade Competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades do processo, observando os requisitos legalmente impostos. Portanto, o mérito administrativo cabe a Autoridade Competente, para decidir pela procedência a devida Ratificação ou Não, e a futura contratação.

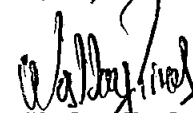
AGENTES DE CONTRATAÇÃO PORTARIA Nº1.975/2025

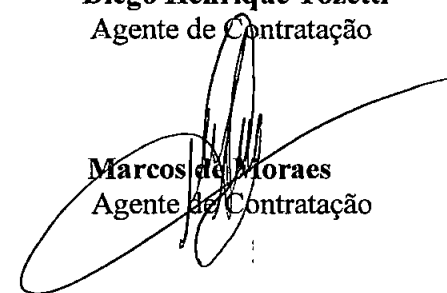

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Agente de Contratação

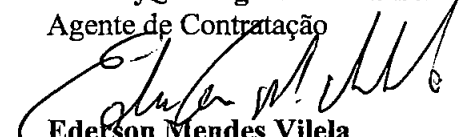

Fernanda do Carmo da Silveira
Agente de Contratação


Mariane Alves dos Santos
Agente de Contratação


Diego Henrique Tozetti
Agente de Contratação


Wesley Rodrigo Ramos Pires
Agente de Contratação


Marcos de Moraes
Agente de Contratação


Ederson Mendes Vilela
Agente de Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 53/2025-PMB

Bandeirantes/PR, 27 de maio de 2025.

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 09/2025

Considerando o que consta no encaminhamento dos Agentes de Contratação, decido por ratificar o ato de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no Art. 74, Inciso II da lei 14.133/2021, a favor de:

ADORE EVENTOS LTDA - CNPJ N.º 12.377.872/0001-52

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SHOW ARTÍSTICO COM CANTOR GOSPEL JULIANO SON APRESENTAÇÃO COM DURAÇÃO DE 01h30min. SERÁ REALIZADO NO DIA 22 NOVEMBRO DE 2025.	12610	UN	01	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00

Para **CONTRATAÇÃO PESSOA JURIDICA PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW COM CANTOR GOSPEL "JULIANO SON" PARA O EVENTO "MARCHA PARA JESUS" QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 22 DE NOVEMBRO 2025 NO PARQUE DO POVO**, no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), face ao disposto no Art. 74, Inciso II da lei 14.133/2021, vez que o processo se encontra devidamente instruído.


JAELSON RAMALHO MATTa
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 53/2025-PMB

Bandeirantes/PR, 27 de maio de 2025.

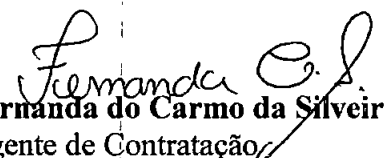
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2025

AO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

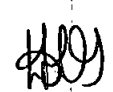
Informamos que o processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº09/2025**, para **CONTRATAÇÃO PESSOA JURIDICA PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW COM CANTOR GOSPEL "JULIANO SON" PARA O EVENTO "MARCHA PARA JESUS" QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 22 DE NOVEMBRO 2025 NO PARQUE DO POVO**, já se encontra com todos os procedimentos preliminares à contratação concluídos, arquivados em boa ordem no departamento de compras, devidamente instruídos com todos os procedimentos legais. Sendo, portanto, solicitado ao Departamento de Finanças – Setor de Contabilidade que conforme Termo de Referência, proceda ao empenho, para que se dê continuidade no processo de contratação.

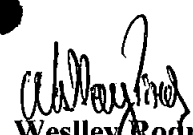
AGENTES DE CONTRATAÇÃO PORTARIA Nº1.975/2025

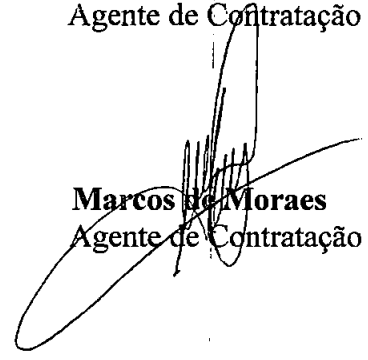

Fabiana de Souza Meira Oliveira
Agente de Contratação

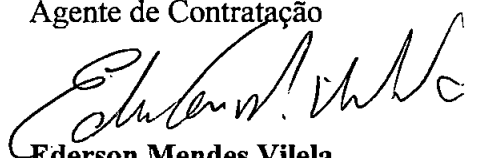

Fernanda do Carmo da Silveira
Agente de Contratação


Mariane Alves dos Santos
Agente de Contratação


Diego Henrique Tozetti
Agente de Contratação


Wesley Rodrigo Ramos Pires
Agente de Contratação


Marcos de Moraes
Agente de Contratação


Ederson Mendes Vilela
Agente de Contratação

Autorizo ao Departamento de Contabilidade, que conforme Termo de Referência proceda ao Empenho.


JAELSON RAMALHO MATTÁ
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
Rua Frei Rafael Pronner., 1457 - Centro - Bandeirantes
CEP: 86360-000 CNPJ: 76.235.753/0001-48

Página: 1 / 1

360

INEXIGIBILIDADE
Nº 9/2025

Processo Adm.: 53/2025

Data do Processo: 27/03/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal o Sr. Jaelson Ramalho Matta, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 74, II e alterações posteriores, e Decreto Municipal nº 3.621/2023 de 27 de dezembro de 2023, resolve:

01 – Ratificar, Adjudicar e Homologar a presente Inexigibilidade de Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo: 53/2025
b) Nr. Licitação: 9/2025 - IL
c) Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
d) Data de Homologação: 28/05/2025
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JURIDICA PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW COM CANTOR GOSPEL "JULIANO SON" PARA O EVENTO "MARCHA PARA JESUS" QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 22 DE NOVEMBRO 2025 NO PARQUE

Participante: ADORE EVENTOS LTDA – CNPJ Nº 12.377.872/0001-52

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	SHOW ARTÍSTICO COM CANTOR GOSPEL JULIANO SON APRESENTAÇÃO COM DURAÇÃO DE 01h30min. SERÁ REALIZADO NO DIA 22 NOVEMBRO DE 2025.	1,000	UN	100.000,00	100.000,00

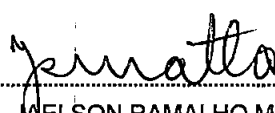
Total do Participante: 100.000,00

Total Geral: 100.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação
MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO IMPOSTOS VINC. EDUCAÇÃO	03.002.12.361.1242.6033.3.3.90.39.00
MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO TRANSF. CONSTITUCIONAL	03.002.12.361.1219.6032.3.3.90.39.00
DIFUSÃO CULTURAL	03.004.13.392.4000.2020.3.3.90.39.00

Bandeirantes/PR, 28/05/2025.


JAELESON RAMALHO MATT
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição nº 1069
Ano 2025
Página 7 de 8

Prefeitura Municipal de Bandeirantes

www.bandeirantes.pr.gov.br/diário-oficial-eletronico

Quarta-feira, 28 de Maio de 2025

Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Licitações e Contratos

Ratificação De Licitação



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
Rua Frei Rafael Pronner, 1457 - Centro - Bandeirantes
CEP: 86360-000 CNPJ: 76.235.753/0001-48

Página: 1 / 1

INEXIGIBILIDADE
Nº 9/2025

Processo Adm.: 53/2025
Data do Processo: 27/03/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal o Sr. Jaelson Ramalho Matta, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 74, II e alterações posteriores, e Decreto Municipal nº 3.621/2023 de 27 de dezembro de 2023, resolve:

01 – Ratificar, Adjudicar e Homologar a presente Inexigibilidade de Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 53/2025
b) Nr. Licitação: 9/2025 - IL
c) Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
d) Data de Homologação: 28/05/2025
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JURIDICA PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW COM CANTOR GOSPEL "JULIANO SON" PARA O EVENTO "MARCHA PARA JESUS" QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 22 DE NOVEMBRO 2025 NO PARQUE

Participante: ADORE EVENTOS LTDA – CNPJ Nº 12.377.872/0001-52

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	SHOW ARTÍSTICO COM CANTOR GOSPEL JULIANO SON APRESENTAÇÃO COM DURAÇÃO DE 01h30min. SERÁ REALIZADO NO DIA 22 NOVEMBRO DE 2025.	1,000	UN	100.000,00	100.000,00

Total do Participante: 100.000,00

Total Geral: 100.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação
MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO IMPOSTOS VINC. EDUCAÇÃO	03.002.12.361.1242.6033.3.3.90.39.00
MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO TRANSF. CONSTITUCIONAL	03.002.12.361.1219.6032.3.3.90.39.00
DIFUSÃO CULTURAL	03.004.13.392.4000.2020.3.3.90.39.00

Bandeirantes/PR, 28/05/2025.

JAELOSON RAMALHO MATT
Prefeito Municipal

**TCEPR**
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

AtoTeca

Pesquisa Sair

Visualizar Ato Administrativo

Base

Base: Ato Administrativo

Informações

Emitente: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES

Identificador: 4429662/1

Tipo Documento: Inexigibilidade

Subentidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DE BANDEIRANTES

Número: 9

Ano: 2025

Data da Assinatura: 28/05/2025

Ementa: CONTRATAÇÃO PESSOA JURIDICA PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW COM CANTOR GOSPEL "JULIANO SON" PARA O EVENTO "MARCHA PARA JESUS" QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 22 DE NOVEMBRO 2025 NO PARQUE DO POVO.

Assunto: Edital;

Dados da Publicação

Arquivo(s)

Principal/Anexo Nome

Principal TERMO DE RATIFICAÇÃO - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - INEX. 09-2025.pdf

Baixar



Voltar

Usuário Logado:

Emitente Logada:

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/PR | CONTRATO N.º245/2025 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º09/2025

De PMB | LICITAÇÃO - CONTRATOS & ADITIVOS <contratos@bandeirantes.pr.gov.br>
Para Adore Contratos <contratos@adoreshows.com.br>, <shows@adoreshows.com.br>
Data 2025-06-02 10:01
Prioridade Mais alta

 CONTRATO 245-2025 - INEXIGIBILIDADE 09-2025 - ADORE EVENTOS LTDA.pdf (~559 KB)

Prezado(s),

Encaminhamos-lhes em anexo arquivo do Contrato n.º245/2025 referente a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º09/2025 do Município de Bandeirantes/PR.

Estes devem retornar devidamente assinado pelo Representante Legal, ou Procurador (anexando a procuração), caso possua assinatura com Certificado Digital, está que deverá estar presente indispensavelmente na página indicada para assinatura, e se possível nas demais, assim retornando **PREFERENCIALMENTE** por e-mail, pessoalmente ou via correio à Prefeitura Municipal Bandeirantes - Rua Frei Rafael Proner nº 1457 - Centro - CEP: 86.360-000 - Bandeirantes-PR.

Solicitamos, por gentileza, que sejam conferidos os dados da empresa e/ou pessoa antes da assinatura, uma vez que o mesmo é responsável pelas informações constantes no termo, e caso seja constatado algum erro ou equívoco, por favor entre em contato, para que possa ser realizado a alteração e enviado novamente.

Caso necessitem de uma cópia, está poderá ser obtida através do portal da transparência do município após assinaturas, ou por e-mail, em formato digitalizado, sendo que neste caso o contratado deverá requerer, aguardando tempo hábil para sua devolução.

O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo Contratual.

Ficamos à disposição para eventuais dúvidas e quaisquer esclarecimentos.

Favor atestar recebimento do presente e-mail.

At.te,

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO - CONTRATOS E ADITIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Tel.: 43-3542-4525 - RAMAL 224





PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO Nº245/2025

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Frei Rafael Proner nº 1457 Centro, nesta cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.235.753/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. JAEISON RAMALHO MATTA, inscrito no CPF nº 486.661.579-68, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e **ADORE EVENTOS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.377.872/0001-52**, sediado Av Portugal, N.º 1148 – Quadra 29 Lote 1e Sala C2501 Edif Orion Business, município de Goiânia/GO – CEP:74.150-030, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por **Lorena Assis Rezende Rodrigues McIntyre**, inscrita no cadastro de pessoas físicas CPF nº 011.429.801-70 representante legal, tendo em vista o que consta no Processo nº **53/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Processo de Inexigibilidade nº 09/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 OBJETO:

CONTRATAÇÃO PESSOA JURIDICA PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW COM CANTOR GOSPEL “JULIANO SON” PARA O EVENTO “MARCHA PARA JESUS” QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 22 DE NOVEMBRO 2025 NO PARQUE DO POVO.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SHOW ARTÍSTICO COM CANTOR GOSPEL JULIANO SON APRESENTAÇÃO COM DURAÇÃO DE 01h30min. SERÁ REALIZADO NO DIA 22 NOVEMBRO DE 2025.	12610	UN	01	R\$100.000,00	R\$100.000,00

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Processo de **Inexigibilidade nº 09/2025**, objeto do processo administrativo nr.º **53/2025**, com Ratificação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Município nº **1069**, de **28 de Maio de 2025** - página nº **7**.

3 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

3.1 O Contratante pagará ao Contratado o preço (unitário) previsto em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.

3.2 O valor total do contrato é de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)**.

3.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

3.4 - Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado (se for o caso) na hipótese de inexecução do objeto, sob pena das sanções cabíveis.

4 REAJUSTE:

4.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192/2001. Na ausência de índice específico para o serviço em questão, será utilizado o INPC/IBGE.

4.1.1 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até trinta dias antes do fim de cada período de doze meses.

4.1.2 A assinatura do aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

4.2 O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o § 6.º do art. 170 do Decreto nº 3.537/2023.

4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

4.3.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

4.3.1.1 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

5 DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá aos servidores designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto nº 3.537/2023.

5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá aos servidores designados, conforme o item 5.3 deste contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto nº 3.537/2023.

5.3 Os responsáveis pela gestão, fiscalização e acompanhamento do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante, conforme PORTARIA DE NOMEACÃO N.º 2.072/2025 – GESTOR: Aline Firmino Neves Vasconcelos – FISCAL: Everton Bonfim Romano.

5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

6 EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:

6.1 A presente contratação adotará como regime de execução a (Execução por Tarefa)

6.2 O serviço terá início conforme consta no (Termo de Referência).

6.3 Os serviços serão prestados, na forma, nos prazos de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

6.4 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; conforme Termo de Referência.

6.5 Nos termos do art. 359 do Decreto nº 3.537/2023, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

6.6 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias conforme Termo de Referência, contados do recebimento provisório, por servidor designado pela autoridade competente, **Portaria nº 2.072/2025**, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.6.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

6.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7 FONTE DE RECURSOS:

7.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSO
158 - 03.004.13.392.4000.2020.3.3.90.39.00	DIFUSÃO CULTURAL	00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001
87 - 03.002.12.361.1219.6032.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO TRANSF. CONSTITUCIONAL	00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001
114 - 03.002.12.361.1242.6033.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO IMPOSTOS VINC. EDUCAÇÃO	00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001

8 VIGÊNCIA:

8.1 O prazo de vigência contratual será **até 31 de dezembro de 2025** – conforme item 1.4 e 4. do TERMO DE REFERÊNCIA, iniciando a contagem na data da assinatura do contrato.

9 PAGAMENTO:

9.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizado **conforme Item 7 do Termo de Referência**, partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e da verificação da regularidade do contratado, mediante atestado emitido pelo Gestor do Contrato, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do **Termo de Referência conforme Item 7**.

O pagamento será realizado antecipadamente em duas parcelas: a primeira de 50% em até 15 dias da assinatura do contrato, e a segunda de 50% do valor contratado 15 dias antes da prestação do serviço. Caso o objeto não seja executado nas condições contratuais, o valor antecipado deverá ser devolvido com acréscimos e correções incidentes.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

9.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente.

9.3 O prazo estabelecido no item 9.1 ficará suspenso na hipótese de retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspendendo-se a fluência de prazo para a Administração, não importando mora, nem gerando compensação financeira.

9.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

9.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

9.5 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

9.6 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE:

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

10.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

10.1.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no Termo de Referência, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.5 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.6 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

10.1.7 apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

10.1.8 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

10.1.9 atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência.

10.1.10 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

10.1.11 instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

10.1.12 relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

10.1.13 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.14 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação;

10.1.15 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.16 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

10.1.17 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver;

10.1.17.1. alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.17.2 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

10.1.17.3 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.17.4 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

10.1.17.5. impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

10.1.17.6. omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

10.1.18 ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) e a respectiva documentação técnica associada, para livre uso e alteração pela Administração Pública em outras ocasiões, nos termos do artigo 93 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.1.19 Ceder os direitos e fornecer os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio;

10.1.20 Garantir ao contratante;

10.1.20.1 o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.1.20.2 os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiras subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do contratante.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência.

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência.

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

10.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, e no contrato;

10.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

11 GARANTIA DE EXECUÇÃO/CONTRATAÇÃO:

11.1 – Conforme Termo de Referência Itens 3.3, 4 e 5.

11.2 - A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

11.4 - **É de responsabilidade da CONTRATANTE arcar com as custas da taxa do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD,** regido pela Lei Federal 9.610/98 a mesma deverá apresentar esse pagamento antes da execução de serviço.

11.5 A garantia da contratação é conforme estabelecido no **item 3.3 do TERMO DE REFERÊNCIA.**

12 PENALIDADES:

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 3.537/2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto n.º 3.537/2023;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto n.º 3.537/2023;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto n.º 3.537/2023;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto n.º 3.537/2023.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto nº 3.537/2023.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto nº 3.537/2023.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

12.10 As multas previstas neste Termo de Referência poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública municipal.

13 CASOS DE EXTINÇÃO:

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto nº 3.537/2023 e neste contrato.

13.2. Constituem motivo para extinção do contrato:

13.2.1. O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

13.2.2. O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,

13.2.3. A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;

13.2.4. O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

13.2.5. A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

13.2.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;

13.2.7. O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

13.2.8. O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;

13.2.9. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;

13.2.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

13.2.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.2.12. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

13.2.13. A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;

13.2.14. Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

13.2.15. A supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;

13.2.16. A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

13.2.17. O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.2.18. A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

13.2.19. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.

13.2.20. O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

13.2.21. A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

13.2.22. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

13.3 O presente instrumento poderá ser extinto:

13.3.1 determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

13.3.2 consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

13.3.3 determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

13.4 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

13.5 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

13.6 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

14 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

14.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

14.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

14.2.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

14.2.2 sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

14.2.3 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

14.4. Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis à prestação dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

16.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços especificada neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

16.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

16.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

16.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

16.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

16.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do Decreto nº 3.418/2022.

16.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma do Decreto nº 3.418/2022.

16.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

16.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeito aos mesmos limites impostos ao contratado.

16.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

16.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Unidade de Controle Interno, que poderá consultar a Assessoria Jurídica em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

17.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o Termo de Referência a proposta apresentada pelo Contratado.

17.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133/2021, pelo Decreto nº 3.537/2023 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

17.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Município e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

17.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Bandeirantes – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Bandeirantes/PR, 02 de junho de 2025.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES

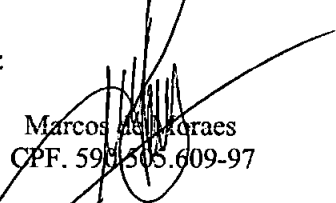
CONTRATADA
ADORE EVENTOS LTDA

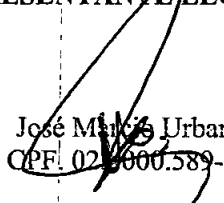

JAELSON RAMALHO MATTa
PREFEITO MUNICIPAL

ADORE EVENTOS LTDA:12377872000152 Digitally signed by ADORE EVENTOS LTDA:12377872000152
Date: 2025.06.03 16:57:28 -03'00'

LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES
MCINTYRE
REPRESENTANTE LEGAL

Testemunhas:


Marcos de Moraes
CPF. 598.505.609-97


José Márcio Urbano
CPF. 022.000.589-60

Esta página de assinatura é parte integrante e indissociável ao Contrato n.º 245/2025, firmado entre o Município de Bandeirantes/PR e a empresa **ADORE EVENTOS LTDA**.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Prefeitura Municipal de Bandeirantes

Edição nº 1075

Ano 2025

Página 11 de

11

www.bandeirantes.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico

Quarta-feira, 04 de Junho de 2025

Prefeitura Municipal De Bandeirantes

Licitações e Contratos

Extrato Contrato



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

**EXTRATO DO CONTRATO N.º245/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º53/2025
INEXGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º09/2025**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: ADORE EVENTOS LTDA – CNPJ Nº12.377.872/0001-52**

OBJETO: CONTRATAÇÃO PESSOA JURIDICA PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW COM CANTOR GOSPEL “JULIANO SON” PARA O EVENTO “MARCHA PARA JESUS” QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 22 DE NOVEMBRO 2025 NO PARQUE DO POVO.

VALOR: R\$100.000,00 (cem mil reais)

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: O prazo para execução e vigência CONTRATUAL será até 31 de dezembro de 2025 – conforme item 4. do TERMO DE REFERÊNCIA, iniciando a contagem na data da assinatura do contrato.

DOTAÇÕES:

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSO
158 - 03.004.13.392.4000.2020.3.3.90.39.00	DIFUSÃO CULTURAL	00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001
87 - 03.002.12.361.1219.6032.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO TRANSF. CONSTITUCIONAL	00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001
114 - 03.002.12.361.1242.6033.3.3.90.39.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO IMPOSTOS VINC. EDUCAÇÃO	00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001

Bandeirantes/PR, 02 de junho de 2025.

**CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES**

**CONTRATADA
ADORE EVENTOS LTDA**

**JAELSON RAMALHO MATTA
PREFEITO MUNICIPAL**

**LORENA ASSIS REZENDE RODRIGUES
MCINTYRE
REPRESENTANTE LEGAL**

Rua Frei Rafael Proner1457 – Centro – CEP 86.360-055 – CNPJ 76.235.753/0001-48
E-mail: licitacao@bandeirantes.pr.gov.br



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO - Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001
Garantimos a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site
www.bandeirantes.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico